



7  
Edição Internacional  
International Edition

Revista de Cultura  
Review of Culture

# RC

Revista de Cultura  
Review of Culture

International Edition 7  
Edição Internacional 7 Julho/July 2003



## A ROTA DE MANILA

no contexto das relações ibéricas a Oriente

The MANILA ROUTE  
in the Context  
of Iberian Relations  
in the Orient

ISSN 1682-1106



**EDITOR****Publisher**

INSTITUTO CULTURAL  
do Governo da Região Administrativa  
Especial de Macau

**CONSELHO DE DIRECÇÃO****Editorial Board**

Heidi Ho, Marie MacLeod,  
Luís Ferreira, Wong Io Fong,  
Paulo Coutinho e Charles Lam  
rci@icm.gov.mo

**COORDENADOR****Co-ordinator**

Luís Ferreira  
LuisF@icm.gov.mo

**Edição Internacional / International Edition****EDITOR EXECUTIVO****Executive Editor**

Paulo Coutinho  
PauloC@icm.gov.mo

**Edição Chinesa / Chinese Edition****EDITOR EXECUTIVO****Executive Editor**

Wong Io Fong

**DIRECTOR GRÁFICO****Graphic Director**

Victor Hugo Marreiros  
VictorHugoM@icm.gov.mo

**CONCEPÇÃO GRÁFICA****Graphic Design**

Rigor Texto, Lda.  
info@rigortexto.com

**SEPARAÇÃO DE CORES****Color Separation**

Tipografia Welfare  
welfare@macau.ctm.net

**IMPRESSÃO****Printing**

Tipografia Hung Heng  
hhengpcl@macau.ctm.net

**TIRAGEM****Print Run**

1500

**REDACÇÃO E SECRETARIADO****Publisher's Office**

INSTITUTO CULTURAL  
do Governo da R.A.E. de Macau  
SEP- Sector de Edições Periódicas  
Rua Pedro Coutinho, 27 - 2º A, Macau  
Tel: (853) 512280 / 5993113  
Fax: (853) 592002  
Email: BelindaC@icm.gov.mo  
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

**RC** é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

**RC** é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

**RC** is a cultural magazine published quarterly in two versions—Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

**RC** publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a

# Revista de Cultura

Subscribe to

## Review of Culture

### PREÇOS

#### Rates

### EXEMPLAR AVULSO

#### Single Copy

##### Macau

MOP 80,00\*

##### Resto do Mundo

Rest of the world

US\$ 10,00\*

\*Não incluindo portes de correio

Not including postage

### ASSINATURA – PREÇO ESPECIAL

#### Subscription - Discount Price

##### Macau

MOP 160,00\*\*

##### Resto do Mundo

Rest of the world

US\$ 20,00\*\*

\*\*A assinatura anual ou a compra de 4 exemplares de uma vez beneficia de um desconto de 50% do preço de capa.

Annual subscription or onetime purchase of 4 issues gives a 50% discount off cover price.

### PORTES DE CORREIO

#### Postage

##### Ásia (preço por exemplar)

via aérea - US\$ 13,00

via marítima - US\$ 4,00

Asia (price per copy)

air mail - US\$ 13,00

surface mail - US\$ 4,00

##### Resto do Mundo (preço por exemplar)

via aérea - US\$ 19,00

via marítima - US\$ 6,00

Rest of the World (price per copy)

air mail - US\$ 19,00

surface mail - US\$ 6,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16<sup>th</sup> century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21<sup>st</sup> century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

### CONTACTOS

#### Contacts

Email: BelindaC@icm.gov.mo

Tel: 853-512280

Fax: 853-592002

**COLABORARAM NESTE NÚMERO**

**Contributors to this Issue**  
 RC, n.º 7 IIIª Série, 3.º Trimestre 2003  
 RC, no. 7, IIIª Série, 3rd Quarter 2003

**CONSULTOR**

**Consultant**  
 Rui Manuel Loureiro

**TEXTO**

**Writers**  
 Arie Pos  
 Cândido do Carmo Azevedo  
 David Brookshaw  
 Ivo Carneiro de Sousa  
 José Manuel García  
 Leonor Díaz de Seabra  
 Lucio Gutierrez  
 Manel Ollé i Rodríguez  
 Rui D'Ávila Lourido  
 Rui Manuel Loureiro  
 Victor Gomes Teixeira

**TRADUÇÃO**

**Translation**  
 A. Dias (Espanhol-Português),  
 Lígia Rodrigues (Inglês-Português e  
 Português-Inglês) e  
 PHILLOS – Comunicação Global, Lda.  
 (Português-Inglês)

**REVISÃO**

**Proofreading**  
 Iva Flores, Jorge de Abreu, Lígia Rodrigues,  
 Luís Ferreira (Português),  
 Marie MacLeod e T. Rex Wilson (Inglês)

**AGRADECIMENTOS**

**Acknowledgements**  
 CEPESA - Centro Português de Estudos  
 do Sudeste Asiático  
 Livros do Oriente



Design Victor Hugo Marreiros

**A NOSSA CAPA**

Macau desenvolveu-se no século XVI como centro de três rotas marítimas fundamentais: de Macau para a Índia e a Europa, de Macau para o Japão e, finalmente, de Macau para as Filipinas e a América espanhola, via Manila e México – um panorama cuja acção é sugerida nos “painéis” desenhados por Victor Hugo Marreiros, em linha estética de continuidade com a capa anterior. Com efeito, na edição precedente focámos a rota do Japão e o respectivo “século Cristão”. Agora, apontamos a sul para nos debruçarmos sobre a rota Macau-Manila e as relações ibéricas na Ásia Extrema e, por consequência, sobre os contactos entre os dois povos peninsulares e a China. As relações luso-espanholas nesta parte do mundo, à época, assumem particular melindre e interesse por terem como pano de fundo o período filipino em Portugal – registando-se, aliás, durante a União Ibérica o período áureo da rota Macau-Manila. RC, através dos textos de vários especialistas portugueses e espanhóis, transporta-vos, nesta edição, para um certo “mediterrâneo asiático”, circundado pela península da Coreia, Japão, China, Indochina, Malásia, Indonésia, Molucas e Filipinas. É o nosso contributo para o estudo desta temática, que tem vindo a despertar muito interesse nos círculos da investigação ibérica e europeia, e para o que contamos com preciosa colaboração do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático.

**OUR COVER**

Macao developed in the 16<sup>th</sup> century as a hub for three crucial sea routes: Macao to India and Europe; Macao to Japan; and finally Macao to the Philippines and Spanish America, via Manila and Mexico. The activities underlying this panorama are suggested in the panels designed by Victor Hugo Marreiros in the manner of the previous issue in which the focus was on the Japan route and Japan's Christian century. As we head south to examine the Macao-Manila route and Iberian relations throughout the Far East, there will also be a look at contacts between the two peninsular peoples and China. Luso-Spanish relations in this part of the world during the period were particularly sensitive and interesting given that they developed against the backdrop of Philip II's reign over Portugal. In fact, the golden age of the Macao-Manila route occurred during the union of the Iberian Peninsula. In this issue, papers by various Spanish and Portuguese specialists transport readers to a kind of “Asian Mediterranean” surrounded by the Korean peninsula, Japan, China, Indochina, Malaysia, Indonesia, the Moluccas and the Philippines. RC's contribution to a field which has been attracting a lot of interest in Iberian and European research circles, has benefited from invaluable assistance lent by the Portuguese Centre for Southeast Asian Studies.

# SUMÁRIO

## Index



### 6 **RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL \* IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA**

6 A INSERÇÃO DAS FILIPINAS NA ÁSIA ORIENTAL (1565-1593)  
Manel Ollé i Rodríguez

23 PORTUGUESES E ESPANHÓIS EM MACAU E MANILA COM OS OLHOS NA CHINA  
Rui D'Ávila Lourido

46 POWER, SOCIETY AND TRADE. THE HISTORIC RELATIONSHIP BETWEEN MACAO AND THE PHILIPPINES FROM THE 16<sup>TH</sup> TO 18<sup>TH</sup> CENTURIES  
Leonor Diaz de Seabra

59 PHILIP II, KING OF SPAIN AND PORTUGAL, AND THE RELATIONS BETWEEN THE PHILIPPINES AND TIMOR  
Ivo Carneiro de Sousa

68 MISSIONS FROM THE PHILIPPINES TO PORTUGUESE TERRITORIES IN SOUTHEAST ASIA DURING THE 16<sup>TH</sup> AND 17<sup>TH</sup> CENTURIES  
Victor Gomes Teixeira

80 THE ROLE OF THE DOMINICANS IN THE PORTUGUESE ENTERPRISE IN THE EAST DURING THE 16<sup>TH</sup> CENTURY  
Lucio Gutierrez

88 PORTUGAL'S RELATIONS WITH THE PHILIPPINES ACCORDING TO 16<sup>TH</sup> CENTURY PORTUGUESE CHRONICLERS  
José Manuel Garcia

95 CONTACTOS IBÉRICOS COM AS FILIPINAS NOS SÉCULOS XVI E XVII. BREVES APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS  
Rui Manuel Loureiro



### 108 **HISTORIOGRAFIA \* HISTORIOGRAPHY**

108 CAMÕES EM MACAU. UM MITO HISTORIOGRÁFICO  
Rui Manuel Loureiro

### 126 **LITERATURA \* LITERATURE**

126 PONTO DE REFÚGIO E INSPIRAÇÃO: MACAU NA OBRA DO ESCRITOR NEERLANDÊS JAN JACOB SLAUERHOFF (1898-1936)  
Arie Pos

### 136 **MACAENSES \* MACANESE**

136 ROMANTISMO E *SPORT* EM MACAU E GOA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX  
Cândido do Carmo Azevedo

### 147 **RECENSÃO \* BOOK REVIEW**

147 SHANGHAI DANCING  
David Brookshaw

149 **RESUMOS [EM PORTUGUÊS]**

153 **ABSTRACTS [IN ENGLISH]**





CINA

INDIA

Bengala

Quacheu

Guanci

Chiquiao

Siam

Cantao

Cochin China

Bengala

Pegu

Siam

Cambodia

Ysla del Luzon

Filipinas

Siam

Borneo

Archipelago de S. Lazaro

Gilolo

Ilebes

Iapua

IAP

Iauam-ejar

# A Inserção das Filipinas na Ásia Oriental (1565-1593)

MANEL OLLÉ I RODRIGUEZ\*

O ambiente regional, complexo e dinâmico, que define as coordenadas da evolução da Ásia Oriental durante as primeiras décadas de presença hispânica nas Filipinas, condicionou e configurou, em parte, o desenvolvimento inicial do modelo colonial filipino e da sua projecção exterior. Todos os indícios dos documentos da época corroboram a percepção do período e da zona da Ásia Oriental, que Denys Lombard nos oferece neste excerto:

“Os primeiros ibéricos chegavam a um mundo aparentemente muito favorável aos seus empreendimentos: renovação geral da intensidade comercial marítima, florescimento de diversas ‘comunidades mercantis’, [...] cosmopolitismo urbano...”<sup>1</sup>

Este ambiente regional asiático oriental pode ser constatado no conceito de “mediterrâneo do mar da China”, que aparece esboçado de forma sugestiva nesta citação de citações, do espanhol especialista em estudos da história do Japão, estabelecido em Osaka, José Luís Taladriz:

“O Padre José de Acosta S. J. observa na sua *Historia*

\* Natural de Barcelona, 1962. Realizou os seus estudos na Universidade de Barcelona, na Universidade Pompeu Fabra e na Universidade de Nanjing. Doutorado em História, professor de História da Ásia Oriental na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), especializou-se em estudos sobre as relações da colónia espanhola das Filipinas com a China e Macau assim como sobre as percepções espanholas da China durante os séculos XVI e XVII. Publicou *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China en el siglo XVI*.

*Born in Barcelona, 1962. Ollé studied at the University of Barcelona, at Pompeu Fabra University (Barcelona) and at Nanjing University. A specialist in relations between the Spanish colony of the Philippines and China and Macao, as well as in 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> century Spanish perceptions of China, he holds a doctorate in History and lectures in East Asian History at Pompeu Fabra University. Author of *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China en el siglo XVI*.*

Página anterior: Carta do Sudeste Asiático do cartógrafo português António Sanches, 1641.

*Natural y Moral das Índias* (1590): ‘Não há até agora no Novo Mundo um Mar Mediterrâneo, como o têm a Europa, Ásia, África...’ Palavras que Fernand Braudel acentua através do seu admirável livro, *La méditerranée... à l’époque de Philippe II*. Quiçá poderia ver-se um “mediterrâneo asiático” circundado pela península da Coreia, Japão, China, Indochina, Malaca, Indonésia, Molucas e Filipinas. Enquanto que o mediterrâneo clássico tem por eixo um paralelo, no “mediterrâneo asiático”, quase vertical, pode considerar-se um meridiano, quase coincidente com a problemática de demarcação das respectivas esferas de influência da Espanha e de Portugal”.

<sup>2</sup>

De entre esta rede de cenários deste “mediterrâneo asiático” interessa-nos aqui destacar a projecção hispânica nos sultanatos islâmicos do Sudeste Asiático (em especial, o Bornéu e as ilhas Molucas), a China, o Japão e os enclaves portugueses do Extremo Oriente. Não podemos esquecer que, no momento da chegada dos Espanhóis, diversas populações costeiras das ilhas Filipinas albergavam já comunidades mercantis estáveis de etnias e nações diversas. As Filipinas pré-hispânicas estavam ligadas a redes comerciais do Sudeste Asiático através de sultanatos islâmicos que estavam, por sua vez, comercialmente ligados com as costas chinesas e japonesas. Desde a chegada da expedição de Miguel López de Legazpi, em 1565, que se documenta no arquipélago filipino a presença directa – anterior à chegada dos Espanhóis – de comerciantes sazonais,<sup>3</sup> procedentes da província chinesa de Fujian, e de grupos de chineses da mesma província já estabelecidos em Manila. Em alguns casos trata-se de emigrantes chineses procedentes do Japão, onde tinham entrado já em contacto com os jesuítas portugueses estabelecidos na ilha meridional do Japão, Kyushu, lugar do qual procediam também barcos de comerciantes japoneses

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

que, em alguns casos, se tinham estabelecido também em pequenas comunidades nas costas de Luzon.<sup>4</sup>

O primeiro cenário de inserção da colonização espanhola que deve ser considerado é, evidentemente, o das próprias ilhas Filipinas. A economia local filipina pré-hispânica era fundamentalmente de subsistência, baseada em métodos tradicionais de cultivo de arroz. As ilhas Filipinas eram incapazes de gerar, por si mesmas, a curto prazo e sem profundas transformações estruturais, aquele excedente económico que os Castelhanos queriam controlar. Não tinham nem o ouro do México, nem a prata do Peru, nem as sedas da China, nem as especiarias das ilhas Molucas.<sup>5</sup> Embora a terra fosse fértil, não apresentava um modo de exploração agrícola favorável à imediata cobrança fiscal e à geração de produção e benefícios excedentes, pois tinha uma população nativa dispersa e esquiva, de muito difícil “fixação” em povoados que facilitassem a tributação e a exploração agrária excedentária.<sup>6</sup>

Neste ambiente de escassa margem comercial e fiscal, a potencialidade da interação comercial com as comunidades mercantis exteriores, que se acercavam das ilhas Filipinas, revelou-se a via primordial de sobrevivência e de relativa rentabilização colonial para os Espanhóis das Filipinas, que desembocaria na rápida consolidação da rota marítima comercial do Galeão de Manila e que criaria a dualidade característica do modelo colonial filipino, com o progressivo controlo do território insular, por parte das ordens religiosas, por um lado, e com o florescimento da metrópole mercantil de Manila, exposta ao comércio da rota do Galeão e convertida numa cidade chinesa com uma elite dirigente castelhana, por outro.

### CONTACTOS COM O BORNÉU

Em 1565, no momento da invasão espanhola das ilhas Filipinas, encontramos testemunhos da presença de produtos de origem chinesa, que chegam a Luzon e à zona central do arquipélago (Cebu, Bohol...) através do mar de Sulu numa ligação comercial – anterior também à invasão espanhola da zona – do círculo de Luzon com as rotas comerciais do Bornéu, principalmente através dos sultanatos islâmicos do Brunei e de Manila.<sup>7</sup> Os comerciantes do Bornéu actuavam como agentes de um centro de redistribuição e de difusão, na zona filipina, dos produtos chineses que obtinham através do comércio com os grandes

juncos chineses, que chegavam directamente àquela ilha.<sup>8</sup>

Na ilha de Bohol, situada na zona central do arquipélago filipino, Miguel López de Legazpi encontrou uma frota de barcos de mercadores do Bornéu, que testemunham a presença de um comércio chinês na zona, anterior à chegada dos Espanhóis, assim como informações sobre o tipo de mercadorias procedentes do comércio dos grandes juncos da China e os mecanismos de mediação comercial utilizados pelos comerciantes do Bornéu que negociavam estas mercadorias chinesas em Luzon para as introduzirem em mercados insulares, de navegação mais recôndita e de baixo calado, pelo que eram identificados como “juncos chineses”. Encontramos um testemunho deste circuito comercial na *Relación dos acontecimientos del viaje e jornada que hizo a armada de SM. al mando del General Miguel López de Legazpi no descubrimiento das ilhas del Poniente*, datada do mês de Maio de 1565:

“Os mouros disseram que do Bornéu traziam ferro estanho, e que isto se traz da China, porcelanas, sinos de cobre regionais, benjoim,<sup>9</sup> mantas pintadas da Índia, frigideiras, panelas de ferro temperado, o qual é um ferro tão fácil de quebrar como o vidro [...]. Este mouro informou o General de que estavam em Botuan dois juncos de Luzon, revendendo ouro, cera e escravos, e que o que eles trazem é quase o mesmo que os borneos e que tudo são produtos da China; e que, como o que trazem são coisas da China, chamam nestas ilhas juncos chineses aos do Bornéu, e de Luzon, e eles também se nomeiam chineses entre os destas ilhas, mas, na verdade, não chegam aqui juncos chineses, porque são navios muito grandes e não conseguem navegar entre estas ilhas; e que vão todos os anos a Bornéu e Luzon, onde compram a estes chineses o que trazem para estas ilhas. Assinalou que a ilha de Luzon está mais ao norte que o Bornéu, e disse que os borneos não entram em Botuan porque estão relacionados com certa guerra e mortes que os do Bornéu fizeram em anos passados naquele porto”.<sup>10</sup>

Sobre esta ligação entre a zona do Bornéu e a das Filipinas, através do mar de Sulu, já nos tempos da primeira invasão espanhola das Filipinas, encontramos também um curioso e interessantíssimo documento português, datado do ano de 1566, apenas uns meses depois da chegada a Cebu da expedição de



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

André de Urdañeta e Miguel López de Legazpi, escrito em Malaca pelo jesuíta Melchior Carneiro, que se mudou dois anos mais tarde para Macau, onde chegaria a ser o primeiro Bispo da China e do Japão.<sup>11</sup> Na carta dirigida ao então Superior Geral da Companhia de Jesus, o valenciano Francisco de Borja, Melchior Carneiro comunica a preocupação com que os Portugueses de Malaca receberam a notícia da chegada à zona de uma expedição castelhana. Trata-se, possivelmente, de um dos primeiros documentos que permitem saber como viram e receberam os Portugueses esta intrusão no seu território. São especialmente relevantes as notícias sobre as alianças estabelecidas pelo capitão “da Gasca” (quer dizer, Legazpi) com os muçulmanos do Bornéu, assim como o testemunho da percepção, breve e geral, dos benefícios obtidos pelos Portugueses em cada um dos circuitos da Ásia Oriental, onde tinham uma presença comercial activa. Melchior Carneiro prognostica, a partir desta invasão castelhana na área, um período de confrontos luso-castelhanos que podia prejudicar seriamente a empresa missionária jesuíta:

“Estando a escrever esta carta, chegou a este porto uma fusta<sup>12</sup> de um Capitão-mor<sup>13</sup> que vai socorrer Moluco, o qual manda novas ao Vice-rei da Índia sobre a partida, da Nova Espanha, de quatro naus de Castelhanos para estas partes, os quais vieram fazer uma fortaleza numa ilha chamada Mindanao, que está a dez graus para o norte, junto das ilhas do cravo.<sup>14</sup> Distará delas 150 léguas. O General desta gente chama-se da Gasca,<sup>15</sup> intitula-se General de todo este Ocidente, e está já tão associado com algumas ilhas daquele arquipélago, que chegando o capitão-mor dos Portugueses a uma ilha, chamada Bornéu, não lhe quiseram dar mantimentos por estarem já aliados aos Castelhanos. As novas que esta fusta mais traz, são que o Capitão-mor dos Portugueses, deixando a empresa que levava, ou atrasando-a, vai dirigir-se àquela gente, por estarem dentro da zona dos portugueses,<sup>16</sup> com a determinação de os expulsar dali.<sup>17</sup> Nesta altura já terá chegado porque do Bornéu, de onde estou a sair, até Mindanao, onde eles estão, a distância é de 60 léguas.<sup>18</sup> Estamos aqui em dúvida se aquela gente será mandada por El-Rei Filipe ou pelo Vice-rei da Nova Espanha.<sup>19</sup> E porque eu temo que se comecem a urdir, a partir daqui, grandes desventuras e guerras entre Portugal e Castela, o que seria um grande escândalo para toda a Cristandade,

pareceu-me bem avisar a Vossa Paternidade disto, por me parecer que nenhum serviço pode agora fazer a Deus N. S. maior, do que fazer com que Sua Santidade queira averiguar, recorrendo a cosmógrafos, estas demarcações entre estes príncipes, para haver paz perpétua entre eles, sobre a qual tenho enormes dúvidas, enquanto isto não se averiguar. E, se começar, durará muitos anos, porque o poder que nestas partes têm os Portugueses é muito grande, e hão-de deixar de má vontade o cravo de Maluco e a prata do Japão e as riquezas da China, as drogas de Sunda e Banda, porque interessa o dinheiro envolvido que ronda um conto e meio de ouro”.<sup>20</sup>

Conhecedores do papel destacado dos sultanatos do Bornéu nas rotas comerciais regionais, os Espanhóis das Filipinas imediatamente puseram o Bornéu no ponto de mira das suas acções expansionistas e de controlo da zona. Assim, o governador interino Guido de Lavezares propôs à coroa em cartas iguais, datadas respectivamente de 17 e de 30 de Julho de 1574, que se empreendesse uma acção militar que permitiria o estabelecimento de uma colónia orientada para o comércio na ilha do Bornéu.<sup>21</sup>

Contudo, foi o seu sucessor no cargo, Francisco de Sande, quem levou a cabo esta empresa, entre Março e Maio de 1578, com umas centenas de Espanhóis e mais de um milhar de indígenas de Visayas.<sup>22</sup> O pretexto da acção militar era apoiar um irmão do mandatário reinante, citado em fontes hispânicas como Sirela, que pretendia ter sido deposto por seu irmão e se oferecia para reconhecer Filipe II, a troco de que o pusessem de novo no trono.<sup>23</sup> O objectivo de Francisco de Sande era, teoricamente, o de obter a amizade do sultão do Bornéu e pregar ali a lei cristã,<sup>24</sup> mas, a médio prazo, o objectivo era o de obter o controlo da praça e evitar uma aliança entre o Bornéu e o sultanato islâmico de Achém, situado ao norte da ilha de Sumatra e, tradicionalmente, hostil à colónia portuguesa de Malaca. O espírito de cruzada que alimentava esta luta contra o Islão asiático contemplava alarmado o perigo imediato da expansão na área dos sultanatos muçulmanos, os quais exerciam já uma belicosa resistência em Mindanao contra os Espanhóis das Filipinas.

A expedição de Francisco de Sande ao Bornéu foi um êxito militar. Sirela foi reposto no seu cargo, mas os membros da expedição espanhola foram atacados por fortes febres epidémicas. Um destacado

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

membro da expedição, o agostinho Martín de Rada, que tinha estado na China como embaixador na província de Fujian, no ano de 1575, solicitou ao governador Francisco de Sande o regresso imediato da expedição a Manila. Durante a viagem de regresso, em Junho de 1578, Martín de Rada foi contagiado pela epidemia a bordo do barco e morreu, aos 45 anos de idade, sendo o seu corpo lançado ao mar.

### AS ILHAS MOLUCAS (1565-1593)

As instruções reais promulgadas em 1564 pela Audiência da Nova Espanha, que englobavam a

*Conhecedores do papel  
destacado dos sultanatos  
do Bornéu nas rotas  
comerciais regionais,  
os Espanhóis das Filipinas  
imediatamente puseram  
o Bornéu no ponto de mira  
das suas acções expansionistas  
e de controlo da zona.*

conquista das ilhas Filipinas, apenas excluía, como possíveis futuras conquistas na área asiática, as ilhas Molucas, que se consideravam um espaço reservado aos portugueses. Os contactos directos e as iniciativas sobre as ilhas Molucas ficaram em suspenso até à subida do rei Filipe ao trono português, em 1581. A perda, em finais do ano de 1575, da presença portuguesa na ilha de Ternate, quando o capitão da praça teve que render-se à ocupação pelo rei Baab Ullah, debilitou, em grande medida, a força colonial portuguesa nas ilhas Molucas. Apenas se conservava plenamente o forte de Ambón. Em 1578, o máximo representante português na zona, Sancho de Vasconcelos, aceitou a oferta do rei da ilha de Tidore – tradicional inimigo dos reis da ilha de Ternate – para erigir um forte português na sua ilha, sem possibilidades de exercer maior influência do que a de manter o seu confronto com a ilha rival de Ternate. Os Portugueses viam-se, assim, envolvidos nas

limitações que lhes impunham as atávicas confrontações regionais, sem conseguir tirar proveito delas, dada a sua debilitada presença militar na zona. Foram frequentes as queixas dos governadores das praças portuguesas nas ilhas Molucas, frente à incapacidade da capital do “Estado da Índia” portuguesa em Goa, para lhes prestar a necessária ajuda militar.<sup>25</sup> Neste contexto de precariedade e de distanciamento da metrópole vice-reinal, os Espanhóis das Filipinas aproveitaram para retomar as suas velhas aspirações quanto às especiarias. Assim se produziu, nesta conjuntura, uma generalizada invasão das Filipinas e da Nova Espanha de planos e propostas de conquista das diferentes partes da Ásia Oriental, especialmente da China. Assim vemos, por exemplo, o papel destacado que atribui à conquista das ilhas Molucas o religioso agostinho Francisco Ortega, no conjunto de acções militares e missionárias que propôs, desde o fracassado projecto de embaixada real junto do imperador chinês, em 1581, que liderava juntamente com Juan González de Mendoza:

“E Nosso Senhor concedeu-lhe ser rei de Portugal, com os demais reinos e senhorios que Vossa Majestade tem [...] tomando Vossa Majestade por instrumento de tão santa obra e começando a dar sinais e prendas do prémio que Sua Majestade fez, faz e fará aumentando-lhes, nesta vida, os seus reinos e estados para que nesta terra reine para sempre. E dito isto, Sagrada Majestade, porque veio muita gente para as ilhas, poderá Vossa Majestade ordenar ao Governador que vá com gente tomar posse das ilhas Molucas, onde há a especiaria, como Vossa Majestade sabe, de onde, para além do serviço que a Deus se fará na conversão daqueles naturais e na conservação dos que forem cristãos (se alguns houver), a Real Fazenda de Sua Majestade será muito aumentada porque, só das ilhas Filipinas, quer dizer, das que até agora se descobriram, não o será muito, pelo contrário, cada dia se irão aumentando os gastos da Real Caixa de Vossa Majestade”.<sup>26</sup>

Rapidamente o governador Gonzalo Ronquillo de Peñalosa começou a tomar medidas respeitantes à empresa das ilhas Molucas: durante os meses de Março e Abril de 1582, Francisco de Dueñas dirigiu uma primeira expedição castelhana às ilhas Molucas, principalmente para comunicar aos Portugueses da zona o acesso à coroa portuguesa do rei Filipe e também para reconhecer militarmente a situação. Em Setembro

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Galeão do século XVI (Brueghel).

de 1582 partia, de Manila, a segunda expedição enviada às ilhas Molucas por Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, dirigida por seu sobrinho Juan Ronquillo. A expedição tinha sido expressamente solicitada pelo capitão português da praça de Tidore, Diogo de Azambuja. E adquirira importantes dimensões: reunia por volta de mil e quinhentos filipinos de Cagayán e da Papanga, assim como trezentos Castelhanos. Embarcaram em três barcos de grandes dimensões e mais de cinquenta pequenas embarcações nativas. Ao chegar às ilhas Molucas, conseguiram o controlo da ilha de Mutil. Chegados a Ternate, entraram em combate com as defesas da cidade e venceram-nas sem dificuldade, mas uma epidemia que se propagou entre os soldados, e que chegou a afectar uma quarta parte dos contingentes enviados, impediu que chegasse a ser efectivo o controlo castelhano deste ponto chave na rota das especiarias perdido pelos Portugueses, em 1575. A expedição viu-

-se obrigada a voltar a Manila, em Abril de 1583, sem ter cumprido os seus objectivos.<sup>27</sup> Uma segunda expedição militar castelhana às ilhas Molucas verificou-se em Abril de 1584, conduzida por Pedro Sarmiento. Passados meses de infrutuosas tentativas de conquistar a praça de Ternate, a expedição voltou a Manila, em Novembro de 1584. A terceira expedição militar castelhana às ilhas Molucas foi dirigida por Juan de Morón,<sup>28</sup> que saiu de Manila, em Março de 1585, para regressar cinco meses mais tarde, sem ter conseguido o seu objectivo.<sup>29</sup>

A quarta expedição militar castelhana às ilhas Molucas tinha dimensões muito maiores e teve lugar depois de uma cuidada preparação, no ano de 1593. O governador filipino decidiu dirigi-la pessoalmente. Todavia, em plena viagem, um grupo de remadores chineses amotinou-se e assassinou, no alto mar, o governador Gómez Pérez Dasmariñas, perto do Cabo

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Azufre, a bordo do barco que o conduzia a Cebu, onde o esperava o lugar-tenente Luis Pérez Dasmariñas com o grosso das tropas que tinham que empreender uma expedição de conquista a Ternate, nas ilhas Molucas. Este acontecimento acabou com as expectativas desta expedição e acabaria, durante anos, com as sucessivas tentativas de conquista das especiarias, levadas a cabo entre os anos de 1582 e 1593.<sup>30</sup>

### A EVOLUÇÃO DO IMPÉRIO CHINÊS

A evolução interna e dos modelos de interação com o exterior do Império Chinês tiveram influência decisiva na evolução do incipiente processo colonial filipino. Há que destacar, em primeiro lugar, um fenómeno de monetarização da economia que se desenvolveu na China, como um processo em larga escala temporal, especialmente durante o século XVI, e que, no momento da chegada dos Espanhóis à Ásia Oriental, se encontrava em pleno desenvolvimento. Entre os diversos factores que incidiram neste processo de monetarização encontra-se a progressiva “compra”, a troca da prata, dos impostos pagos ao Estado no âmbito do trabalho e serviços e da receita dos depósitos relativos aos cereais e outros produtos. A prata converteu-se progressivamente no metal precioso por excelência e o principal produto de recepção, no intercâmbio com o exterior. Esta dinâmica interior chinesa favoreceria o estabelecimento do formidável fluxo de prata mexicana para o continente chinês, que começou durante as últimas décadas do século XVI através do Galeão de Manila.

Durante a primeira metade do século XVI, a dinastia Ming tinha acentuado a sua talassofobia – abandono das actividades marítimas – como reacção ao recrudescimento da pirataria japonesa dos *wokou*.<sup>31</sup> Estava proibido, na China, o comércio marítimo com o exterior, não canalizado através das restritivas embaixadas tributárias e estava também proibida a emigração. Trata-se da chamada política de *haijing*, literalmente “proibição do mar”.<sup>32</sup> Não se pode subestimar, sem dúvida, o importante fluxo comercial secular que, mais ou menos associado à pirataria organizada, existia nas costas chinesas e no Sudeste Asiático, à margem da legalidade chinesa.

Diferentes factores fizeram com que, em 1567, durante o reinado do imperador Longqing (1567-1572), se aprovasse para a província de Fujian uma

política de parcial abertura comercial marítima que permitia a saída, em número limitado, dos juncos chineses, embora mantivesse uma restrição absoluta ao comércio com os japoneses. A nova política de abertura ao comércio em Fujian mantinha também severas restrições à entrada de estrangeiros em território chinês: as dificuldades e resistências institucionais, que encontraram os Espanhóis de Manila às diferentes tentativas de penetração no continente chinês e às diferentes iniciativas fracassadas de embaixadas e da intenção de obtenção de um enclave espanhol estável na costa chinesa, à semelhança do Macau português, assim o confirmam.<sup>33</sup> Esta impermeabilidade ideológica e institucional chinesa ao acesso directo estrangeiro ao continente explica, em parte, esta impossibilidade espanhola de acesso à China, mas cabe também atribuí-la à acção do sistema colonial português, que tinha um acesso restrito, mais antigo, ao continente chinês e que procurou boicotar todas as tentativas que pôde. Cabe ainda atribuí-lo à incapacidade das autoridades filipinas em adoptar políticas pragmáticas de adaptação aos padrões de interacção com o exterior do Império Chinês. A radical diversidade das pautas ideológicas etnocêntricas que subjazem às práticas de interacção com o exterior, de Chineses e Castelhanos, impôs-se como uma barreira de desencontro insolúvel em diversos momentos, por cima das pragmáticas estratégias mercantis regionais que, em troca, tornaram possível a interacção comercial entre os Chineses de Fujian e os Castelhanos, em território filipino, ou mesmo a aceitação de uma presença portuguesa estável em Macau. Os quiméricos planos de conquista da China, pelos Espanhóis das Filipinas, que se sucederam durante as três primeiras décadas da presença espanhola nas Filipinas, são uma boa mostra desta exportação de uma visão “antilhana” das Filipinas: quer dizer, como uma antecâmara da grande conquista continental.

Entre os factores que explicam o levantamento, em 1567, da proibição ao comércio marítimo no Fujian destacam-se a diminuição da pirataria japonesa e a pressão mercantilista das elites fujianenses. A vitalidade da expansão migratória e comercial da província de Fujian no circuito do Sudeste Asiático deve-se relacionar, por um lado, com a pressão demográfica provocada por um aumento da população, que não se verificava em correlação com a capacidade de

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

crescimento económico e, sobretudo, com a capacidade de arroteamento de terras de uma província essencialmente montanhosa, necessitada de arroz procedente do exterior. Assim, a diáspora mercantil aliviava a pressão demográfica e, ao mesmo tempo, ao não romper os vínculos com as terras de origem, estabelecia canais eficazes de abastecimento de alimentos básicos e de enriquecimento económico que permitiam contornar as proibições oficiais. Por outro lado, estava o facto de que esta configuração agreste da província apenas tornava viáveis, por via marítima, as comunicações com as províncias chinesas vizinhas, facto que explica o grande desenvolvimento da navegação marítima na zona. A característica estruturação da extensa família chinesa permitia associar em grandes empresas de clãs, *gongsis*, grupos dispersos por toda a área do Sudeste Asiático, com ligações à metrópole do Fujian e nos diferentes portos de relevância mercantil (como a Manila castelhana ou, mais tarde, a Batávia holandesa...), em relações de simbiose e confiança que reduziam custos no processo mercantil e tornavam possível um comércio marítimo em grande escala, que ligava o circuito do Índico com o mar da China.<sup>34</sup>

É, pois, neste aspecto de abertura ao exterior marítimo que se explica a expansão mercantil e migratória chinesa – basicamente da província de Fujian – para Manila, que se encontra na base do desenvolvimento da rota comercial do Galeão de Manila. Este processo migratório e comercial foi favorecido pelas autoridades filipinas, mas insere-se num processo de diáspora mercantil muito mais amplo e que se estendeu por todo o Sudeste Asiático. Há que ter em conta que este fenómeno rapidamente superou as dimensões desejadas pelas autoridades filipinas.<sup>35</sup> Nem mesmo com as sucessivas e devastadoras limpezas étnicas de *sangleys*,<sup>36</sup> ou seja, de emigrantes chineses, realizadas, em Manila, durante o século XVII, depois dos sucessivos levantamentos no *Parian*, distrito manilense situado fora das muralhas em que se concentrava a maior parte da população chinesa, conseguiram as autoridades das Filipinas refrear o fluxo migratório, que ressurgia e se reproduzia poucos anos após cada extermínio.

Pelo que respeita à interacção dos Portugueses com a China, há que ter em conta que levavam seis décadas de vantagem sobre os Espanhóis e que traziam, no início do processo, o conhecimento prévio de uma

experiência de inserção mercantil nas rotas comerciais do Índico e do Sudeste Asiático, experiência que lhes seria finalmente de relativa utilidade, por causa da disparidade entre os modelos de interacção com o exterior, nestas áreas e na própria China. Nos circuitos do Sudeste Asiático e do Índico primavam os mecanismos mercantis de interacção acima das diferenças institucionais, étnicas, religiosas, etc. Neles existia já uma centenária tradição de presença activa de comunidades mercantis procedentes de circuitos longínquos que, em numerosas ocasiões, ocupavam posições de elite de poder em circuitos costeiros estratégicos (árabes, persas, arménios, chineses, etc.).

Esta flexibilidade e esta capacidade de absorção e de aceitação de comunidades mercantis estrangeiras, em tarefas de direcção ou de intermediação características da zona da Ásia marítima, explicam a facilidade com que os Portugueses se introduziram no circuito das rotas comerciais do Índico e do Sudeste Asiático e determinam os termos em que, de uma forma geral, se estabeleceu esta interacção. Embora a expansão colonial portuguesa asiática se orientasse numa direcção mais marítima e comercial do que territorial e tributária, apoiava-se também numa acção militar, geralmente restrita ao controlo das cidades e portos estratégicos, para o estabelecimento da Carreira da Índia nas suas diferentes rotas. Assim, por exemplo, as rivalidades entre os Portugueses de Malaca e os muçulmanos do sultanato de Achém – situado no extremo ocidental da ilha de Sumatra – pelo controlo, da rota das especiarias do Mar Vermelho, traduziram-se em diversos planos e tentativas portuguesas, concebidas durante os decénios de 1570 e 1580, de conquistar este sultanato muçulmano do Sudeste Asiático.<sup>37</sup> Anterior ao processo de abertura mercantil marítima do Fujian, na província de Guangdong, tinha sido encontrada uma fórmula pragmática para permitir a presença estável dos Portugueses em Macau, a partir de 1557. Ali, os Portugueses serviam de intermediários no comércio entre a China e o Japão.

## INTERACÇÕES COM O JAPÃO

A diferença entre o que tinha acontecido nas relações com a China, durante as três primeiras décadas (1550-1580) da presença dos comerciantes portugueses e missionários jesuítas nas costas do sul do Japão, originou uma conjuntura institucional,

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

económica, ideológica e política favorável à intensificação das interações e relações comerciais. A estrutura senhorial feudalizante do poder, no Japão, apresentava um ambiente familiar aos Portugueses de meados do século XVI, onde o processo de centralização do Estado estava em curso, mas convivendo com a persistência de estruturas culturais e de poder anteriores. Este ambiente japonês facilitava, além disso, as alianças locais, a supremacia dos interesses comerciais regionais ante as grandes estratégias políticas estatais. O contexto geopolítico de ruptura de relações e comunicações directas entre a China e o Japão também favoreceu a função intermediária dos Portugueses em relação a bens de que ambos precisavam, mas que não podiam fazer

radicalmente durante as duas últimas décadas do século XVI, sendo definido por um processo de fortalecimento das estruturas estatais e de forte centralização do poder nas mãos do governo imperial liderado por Hideyoshi Toyotomi, que mobilizou as dispersas e contraditórias forças dos *daimyos*<sup>38</sup> locais numa empresa de expansão territorial que teve, como primeiro episódio, o intento fracassado de conquista da Coreia, em 1593, concebido a modo de ensaio de um plano ambicioso de conquista da China.<sup>39</sup>

As instruções que a Audiência da Nova Espanha entregou a Andrés de Urdañeta e Miguel López de Legazpi, em 1564, apontavam para a possibilidade de que a expedição, que devia cruzar o oceano Pacífico, alcançasse as ilhas do Japão. Já era conhecida,

*A radical diversidade das pautas ideológicas etnocêntricas que subjazem às práticas de interação com o exterior, de Chineses e Castelhanos, impôs-se como uma barreira de desencontro insolúvel em diversos momentos...*

intercâmbio de forma directa. Por outro lado, o Cristianismo pregado pelos jesuítas era, em boa medida, percebido pelos Japoneses como uma forma peculiar de Budismo. A precariedade dos conhecimentos linguísticos deixava para um segundo plano a dimensão doutrinal destacando, por oposição, o plano cerimonial e formal, onde podiam perceber-se analogias. Não nos esqueçamos, por outro lado, que tanto jesuítas como Portugueses tinham as suas bases de expansão asiática em Goa, na costa do subcontinente indiano, centro também de expansão do Budismo.

Com esta inicial fluidez das relações luso-nipónicas, nas costas da ilha meridional japonesa de Kyushu, contrastam os conflitos constantes, dificuldades e confusões que se sucedem durante as primeiras décadas de interação entre os Ibéricos e os Chineses. A progressiva compreensão, por parte dos Portugueses e Espanhóis, dos estritos e ritualizados modelos chineses de interação com os circuitos exteriores e o encontro de precárias estratégias viáveis de intercâmbio (a “fórmula Macau”, o comércio em Manila com os *sangleys*, etc.) seriam tarefas longas e difíceis, de desencontros e conflitos recorrentes.

O contexto histórico japonês mudaria

em Espanha, a notícia da chegada portuguesa ao Japão, mas diferentemente do caso das ilhas Molucas, as ilhas do Japão eram reclamadas como território pertencente à zona castelhana na interpretação cosmográfica do antimeridiano que definia, no circuito asiático, a partição do mundo pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494.<sup>40</sup> Contudo, seriam escassas as iniciativas filipinas concretas de expansão para este território, se exceptuarmos as iniciativas de ordem missionária, que os franciscanos e dominicanos tentaram, para romper com o monopólio jesuíta na zona.

Desde os primeiros anos de presença nas Filipinas, os Espanhóis encontraram testemunhos da existência de relações comerciais entre barcos japoneses e os filipinos pré-hispânicos. Assim vemos como Miguel López de Legazpi justifica, numa carta a Filipe II, datada de 25 de Julho de 1570, o abandono de Cebu como enclave hispânico principal no arquipélago e a mudança para Manila, expondo a existência de comércio com chineses e japoneses:

“Estes mouros são de melhor contratação porque vêm tratar com eles da terra firme da China e dos Japoneses”.<sup>41</sup>

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Assim, desde 1570 tiveram oportunidade de estabelecer alguns contactos directos com barcos japoneses que se acercavam de Luzon ao encontrar, em Manila, uma pequena colónia estável de Japoneses. Dá-nos testemunho desta presença na carta que escrevera Martín de Goyti, em Luzon, no ano de 1570:

“Acabado de queimar o povoado, vinha logo o aguaceiro que os mouros aguardavam. Foi muito o que se perdeu no povoado, porque era grande e de muito negócio. Viviam lá 40 chineses casados e 20 japoneses; destes pereceram alguns antes de se ter iniciado a guerra, que vieram ver o Mestre de Campo ao navio e, entre eles, veio um japonês com um barrete de ‘teatino’<sup>42</sup> posto, pelo qual se suspeitou que era cristão. Tendo-lhe sido perguntado se era, disse que sim, e que se chamava Paulo; adorou uma imagem, pediu um rosário, mas dizem que este era um dos artilheiros que os mouros tinham”.<sup>43</sup>

Em princípios da década dos anos oitenta do século XVI há diversos testemunhos de incursões de corsários japoneses na costa norte de Luzon, em especial na zona de Cagayán. Em resposta a estas incursões, o Governador Gonzalo Ronquillo de Peñalosa enviou uma pequena frota militar, liderada pelo capitão Juan Pablo Carrión, à zona, para a “pacificar”, ou seja, submetê-la ao controlo colonizador e para expulsar da zona os visitantes japoneses.<sup>44</sup> Assim fica testemunhado nesta missiva de Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, datada de 1 de Julho de 1582:

“... a qual armada que assim enviei deparou com dois dos navios do inimigo junto a Cagayán, ou um de japoneses e o outro de *sangleyes* e lutou com eles; aos quais deu, depois de ter pelejado bem, matando duzentos japoneses [...] prosseguiu seu caminho e entrou no rio de Cagayán onde ia a povoar e, à entrada do mesmo, encontrou outros seis navios de japoneses que venceu com quantidade de pessoas e fortificações ali [...]. Povoou uma parte que se tornou forte para poder defender-se a partir dali”.<sup>45</sup>

Encontramos outro testemunho destas periódicas incursões dos corsários japoneses em Luzon na *Relação* que escrevera o jesuíta Alonso Sánchez – impulsor dos planos de conquista da China – depois da sua primeira viagem a Macau, em 1582. Quando lhe foi impedido, pelas autoridades chinesas, o seu regresso às Filipinas, teve a possibilidade de se dirigir ao Japão. Alonso Sánchez comenta, na seguinte passagem, o



Modelo de barco filipino utilizado no comércio inter ilhas.

carácter positivo desta oportunidade para os colonizadores espanhóis das Filipinas:

“... decidi embarcar nos navios portugueses<sup>46</sup> que estavam de partida para a viagem que todos os anos fazem ao Japão, para que, por aquela via, embora fosse muito longa e dificultosa e de muitos perigos de ladrões japoneses, regressar a Luzon, para o qual o Padre Visitador,<sup>47</sup> para que eu regressasse, o mais cedo possível, com os despachos e respostas para que se enviassem a sua Majestade, ordenou aos Padres que estavam no Japão que, de uma parte ou de outra e a qualquer custo, me conseguissem navio e aviassem em breve para a minha jornada. Agradava muito aos de Luzon e de todas estas ilhas, esta ida ao Japão para conhecer os Reis e senhores que estão mais próximos e vizinhos das nossas terras pacíficas, ou, pelo menos, saber de onde saem os inimigos japoneses que quase todos os anos têm o hábito de vir até estas ilhas e provocam muitos danos”.<sup>48</sup>

No âmbito das diferentes propostas de expansão militar até à China e até outros circuitos asiáticos que chegaram à corte, a partir das Filipinas, durante a década dos anos 80 do século XVI, e em face das expectativas que despertou o acesso do rei Filipe II à coroa portuguesa, encontramos alguma referência genérica e formulada, a título pessoal, de conquista do Japão. Assim vemos, por exemplo, a proposta feita no México pelo agostinho Francisco Ortega. Depois da paralisação, na Nova Espanha, da iniciativa de embaixada junto do imperador chinês Wanli, que incluía o também frade agostinho Juan González de Mendoza, Francisco Ortega, pedia, a 18 de Dezembro de 1580, reforços militares para a colónia filipina que

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

permitiriam iniciar a empresa de expansão territorial e missionária na área asiática, fazendo menção específica ao caso do Japão. Nesta posição belicista, que contrastava com a inicial estratégia da embaixada, pode-se ver a influência ascendente, naquela conjuntura, de Francisco de Sande, recentemente destituído de governador das Filipinas e designado promotor da conquista da China:

“... e para além disto, as ilhas do Japão estão perto das ilhas de Luzon, onde está a cidade de Manila, que é onde reside o Governador e os que estão ao seu serviço naquelas paragens, e para tomar posse delas e para que haja trato e comércio com os naturais daquelas ilhas em nome de Vossa Majestade e o conheçam por seu Rei e Senhor, é necessário que haja muita gente nas Filipinas, especialmente se Vossa Majestade é servido que vão ao Reino do Sião e Patane e a Java maior e menor e ao grande reino da China, depois tudo cai nos domínios de sua Majestade”.<sup>49</sup>

Sem dúvida, as expectativas de expansão filipinas orientavam-se principalmente para o continente chinês. No processo de concretização de diferentes planos de conquista da China, apareceu imediatamente como fundamental, para a viabilidade logística da sua execução, a aliança estratégica com o Japão mediante a utilização de um amplo contingente de mercenários japoneses, no meio das tropas que deviam intervir. Estas propostas partiam do conhecimento adquirido rapidamente pelos Portugueses, da profunda inimizade entre Chineses e Japoneses, traduzida numa larga história de conflitos. Encontramos, em primeiro lugar, a proposta neste sentido formulada pelo reitor do colégio jesuíta de Macau e antigo Superior da missão do Japão, o português Francisco Cabral, numa carta dirigida ao Rei Filipe II, datada de 25 de Junho de 1584, depois do fracasso da intenção da embaixada espanhola junto da corte imperial impulsionada em Macau pelo feitor real das Filipinas, Juan Bautista Román e por Alonso Sánchez. O reitor do Colégio da Companhia de Jesus, em Macau, Francisco Cabral, propõe como componente decisiva da força militar, que devia intervir na China, um contingente de soldados japoneses obtidos através da mediação dos jesuítas do Japão:

“... tem Vossa Majestade o Japão, onde facilmente os padres da Companhia que lá estão poderiam fazer vir dois ou três mil japoneses cristãos,

que são valentíssimos homens, tanto no mar como na terra, pelo facto de continuamente estarem envolvidos numa ou noutra guerra, e estes com soldo de um escudo e meio ou dois cada mês gostarão muito de vir servir Vossa Majestade nesta empresa, e mesmo por menos soldo, com a esperança dos saques”.<sup>50</sup>

Também formularia, poucos meses mais tarde, propostas neste sentido, o feitor real das Filipinas, Juan Bautista Román, na relação descritiva da China, que escrevera em Macau em Setembro de 1584:

“Podem-se arranjar no Japão, por meio dos Padres da Companhia, seis ou sete mil infantes, gente cristã e belicosíssima, temida dos chineses como a morte”.<sup>51</sup>

As propostas logísticas e estratégicas sobre a conquista da China, formuladas em 1584 por Juan Bautista Román, seriam recebidas de forma praticamente literal na proposta de conquista da China contida no “Memorial Geral de todos os estados das Filipinas”, de 1586, que defendeu na corte espanhola o jesuíta Alonso Sánchez, na qualidade de procurador das Filipinas.

Em meados da década de 80 do século XVI, os barcos japoneses aumentaram a sua presença comercial nos portos filipinos com o objectivo de acabar com o monopólio português no tráfico de mercadorias procedentes da China, especialmente seda e jarras de porcelana.<sup>52</sup> Os *daimyos* japoneses viam na aliança mercantil com os Espanhóis uma alternativa à exclusividade da presença portuguesa no Japão. Neste contexto se enquadra a oferta que fez aos membros de um navio espanhol arrastado pelas tormentas para as costas japonesas<sup>53</sup> o *daimyo* de Hirado, em 1584, de outorgar uma feitoria, nos seus territórios, aos Espanhóis das Filipinas.<sup>54</sup> O clima de desconfiança que os Japoneses tinham gerado nas Filipinas por causa dos ataques periódicos de corsários às costas de Cagayán fizeram gorar esta possibilidade.<sup>55</sup>

O Japão encontrava-se, naquele período, imerso num processo de fortalecimento das estruturas estatais e de forte centralização do poder nas mãos do governo imperial liderado por Hideyoshi Toyotomi, que mobilizou as dispersas e contraditórias forças dos *daimyos* locais numa empresa de expansão territorial que teve, como primeiro episódio, a tentativa fracassada de conquista da Coreia, em 1593, concebida como ensaio de um plano ambicioso de conquista da China.

<sup>56</sup> Neste contexto, no ano de 1586, deu-se a chegada às



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Baía de Manila, cerca de 1600.

costas filipinas de um grupo de mercadores e representantes de *daimyos* japoneses, entre os quais o *daimyo* cristianizado Konishi Yukinaga que, desde Hirado, chegou a Manila, oferecendo um contingente de 6.000 homens para colaborar na invasão das ilhas Molucas, Bornéu ou China.<sup>57</sup> O presidente da Audiência das Filipinas, Santiago de Vera, conta esta visita numa carta a Filipe II, datada de 26 de Junho de 1587:

“... o dito Rei de Firando e outro rei cristão, seu amigo chamado Don Agustín, enviariam toda a gente e soldados que lhes pedissem bem armados e a pouca distância, fosse para Bruney, Siam ou Maluco ou para a grande China, de quem eles são inimigos”.<sup>58</sup>

Esta visita a Manila de um emissário do *daimyo* de Hirado, Konishi Yukinaga,<sup>59</sup> que seria tomada em consideração pelo presidente da Audiência, Santiago de Vera, como favorável a futuras iniciativas, mas que não chegou a concretizar-se, abria um período de intensas e complexas relações diplomáticas entre as Filipinas e o Japão durante os anos seguintes. Apesar do sentido diplomático que tomavam as relações

filipino-nipónicas, não desapareceriam de todo as incursões periódicas de corsários japoneses nas costas de Luzon, como, por exemplo, a expedição de saque de piratas japoneses, ocorrida a 3 de Maio de 1592, na costa de Ilocos.

A poucos anos desta primeira embaixada japonesa, alguns dos *daimyos* leais a Hideyoshi impulsionaram uma iniciativa de conquista japonesa das Filipinas. Dois mercadores Sakai, Harada Kiuyemon e Harada Magoshichiro,<sup>60</sup> através da mediação de Hasegawa, um militar próximo de Hideyoshi Toyotomi, tentaram persuadir o mandatário japonês da possibilidade de conquistar as Filipinas com umas escassas centenas de homens. Hideyoshi tomou em consideração o plano, mas atrasou a sua realização, já que estava naquele momento envolvido na preparação da conquista da Coreia, para a qual devia reservar todos os seus efectivos. Só acedeu, naquele momento, em enviar, em finais de Maio de 1592, um emissário a Manila para pedir aos colonizadores espanhóis a submissão ao Japão, através de uma embaixada que selaria esta relação de dependência e

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

vassalagem.<sup>61</sup> O encarregado de levar a cabo esta delicada missão diplomática foi o dominicano Juan Cobo.<sup>62</sup> De volta a Manila, depois de ter cumprido com relativo êxito o que tinha sido planeado no Japão sobre a embaixada junto de Hideyoshi Toyotomi, Juan Cobo naufragou na perigosa passagem do estreito da Formosa, ali morrendo às mãos das tribos da costa de Taiwan, quando regressava de realizar a primeira embaixada castelhana ao Japão.<sup>63</sup>

Poucos meses depois, uma segunda embaixada

*Os daimyos japoneses viam na aliança mercantil com os Espanhóis uma alternativa à exclusividade da presença portuguesa no Japão.*

japonesa, enviada por um dos *daimyos*, Harada, chegou às Filipinas com um tom aparentemente mais conciliador e amistoso que a anterior, oferecendo a oportunidade a frades, especialmente franciscanos, de se estabelecerem no Japão, rompendo assim com o monopólio missionário jesuíta.<sup>64</sup> Nesta segunda missão diplomática japonesa a Manila encontrava-se um japonês cristianizado, de nome Antonio López, que, contradizendo a versão oficial dos embaixadores, advertiu as autoridades filipinas da existência de novos planos japoneses de conquista das Filipinas.<sup>65</sup> O conhecimento destes planos intimidativos forçou o governador das Filipinas, Gómez Pérez Dasmariñas, a enviar uma segunda embaixada ao Japão, liderada pelo franciscano Frei Pedro Bautista, que foi recebido por Hideyoshi Toyotomi. O ditador japonês prometeu aos franciscanos a possibilidade de se estabelecerem no Japão, apesar de ter proibido, em 1587, a pregação do Cristianismo.<sup>66</sup>

Mesmo assim, entrou-se numa fase de relações normais entre o Japão e a colónia espanhola das Filipinas, com a presença de comerciantes e pregadores franciscanos, destinadas a romper as prerrogativas monopolistas portuguesas, permitindo a concorrência de preços, etc. A documentação castelhana do período aponta para um tom geral ameaçador no proceder de Hideyoshi Toyotomi, que culminaria na crucificação

de trinta e seis cristãos: japoneses cristianizados, franciscanos e jesuítas, no ano de 1597. Depois da morte de Hideyoshi Toyotomi, em 1598, diminuiu a pressão sobre as Filipinas e dissipou-se a percepção de uma sempre latente ameaça de conquista japonesa das ilhas.<sup>67</sup>

## EM JEITO DE CONCLUSÃO

Durante as primeiras décadas da colonização espanhola das ilhas Filipinas, o arquipélago era concebido, de uma maneira geral, por conquistadores e missionários, como uma plataforma insular de expansão até aos diversos limites da Ásia Oriental. Já na *Relação* que escrevera sobre as ilhas Filipinas, em 1569, Miguel López de Legazpi destacava, como argumento confirmador da importância das Filipinas, o papel estratégico do arquipélago pela sua proximidade em relação ao Japão, China, Java, Bornéu, Molucas e Nova Guiné.<sup>68</sup> As instruções reais promulgadas, em 1564, pela Audiência da Nova Espanha, que enquadraram a conquista, só excluía como possíveis futuras expansões na zona asiática as ilhas Molucas, que se consideravam um limite reservado aos Portugueses. Na correspondência real com os diversos governadores filipinos e nas diferentes resoluções adoptadas na corte apareceria reiterada esta única limitação à expansão asiática, à qual se adicionariam as proibições às iniciativas de carácter bélico respeitantes à China, afastadas pelo seu carácter inviável e fantasioso, assim como por entrarem em contradição directa com os interesses do sistema colonial português que, desde 1581, tinha caído na esfera de controlo do Rei Filipe, depois do seu acesso à coroa lusitana.<sup>69</sup>

O carácter estratégico das Filipinas na zona asiática seria, assim mesmo, apresentado na corte espanhola, no ano de 1588, pelo procurador das Juntas Gerais de todos os Estados das ilhas Filipinas, o jesuíta Alonso Sánchez, como um dos motivos principais que justificavam, por si mesmos, a presença espanhola nas Filipinas, depois da sua contestação no Conselho das Índias, por força das pressões exercidas pelos comerciantes sevilhanos e depois da constatação do gravoso custo económico que a manutenção desta colonização representava para os cofres da coroa. Na *Relação sobre a qualidade e estado destas ilhas em geral* que o jesuíta Alonso Sánchez apresentou à corte como complemento da factura própria dos Memoriais

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

redigidos e acordados na Junta Geral de todos os Estados das ilhas Filipinas, de 1586, situavam-se as Filipinas numa privilegiada posição central na zona asiática oriental. A sua conservação tinha de permitir, por um lado, assegurar a continuidade da cristandade no Japão, no caso de uma queda dos estreitos de Malaca na esfera dos sultanatos muçulmanos de Achém ou no caso de Macau voltar para a administração chinesa. Para além de gozar desta posição central privilegiada para a conservação do que já tinha sido conquistado pelos Portugueses, Alonso Sánchez concluía que, para além disso, as Filipinas eram o trampolim indispensável a partir do qual era possível empreender uma expansão essencial na Ásia Oriental, da cristandade ibérica, destacando, em primeiro lugar, o objectivo da “grande China”:

“... se na grande China, Cochinchina, Champá, Camboja, Sião e Patane, Java e outras terras firmes e ilhas se deve fazer alguma coisa, quer através de pregação, quer pelo caminho que Deus ordenar, os que ali o entendem têm por certo ser pelas Filipinas, de maneira que V. M. há-de considerar que pôs Deus ali aquele grão no meio de um campo tão grande e deserto para se multiplicar, se naquelas terras algo se houver de multiplicar, e que as Filipinas em todos aqueles tão isolados e tão amplos mundos são como uma fortaleza e presídio que Deus proporcionou para todos eles...”<sup>70</sup>

Apesar da manutenção deste tipo de argumentos expansionistas, diversos factores travaram a projecção territorial dos Espanhóis na Ásia Oriental. As iniciais expectativas expansionistas dos conquistadores espanhóis na Ásia Oriental (planos ou intenções de conquista da

China, Molucas, Bornéu...) derivaram de uma estagnação defensiva no circuito filipino, devido a diversos factores em concorrência com a resistência institucional chinesa ao estabelecimento de relações com os Espanhóis no continente, a evolução interna de abertura da política comercial e marítima do império chinês e a problemática demográfica e económica do Fujian, no processo migratório e mercantil que abria os canais do Galeão de Manila, a resistência dos sultanatos muçulmanos em abandonar as Molucas e Mindanao, a dinâmica centralizadora e imperialista do Japão, que se converteu numa ameaça para as Filipinas, assim como o travão que representou a implantação prévia portuguesa na Ásia Oriental que convertia esta zona numa fronteira entre dois sistemas imperiais, fronteira especialmente sensível após a união dinástica luso-castelhana de 1581, com o acesso do Rei Filipe à coroa portuguesa, que implicava a separação e respeito das fronteiras imperiais anteriores à União Ibérica.

A data de 1593 vem, de certa forma, encerrar um ciclo. A morte do governador das Filipinas às mãos dos remadores chineses, na embarcação que o conduz até às ilhas Molucas, é todo um símbolo: prefigura as recorrentes e dramáticas tensões entre Espanhóis e Chineses, em Manila, ao longo do século XVII, sintetiza o fracasso das diversas tentativas expansionistas na zona. Não quer dizer que os Espanhóis abandonassem, depois desta data, o seu interesse no domínio da região: as tentativas respeitantes ao Camboja, as novas acções nas Molucas, o efémero enclave do Pinhal na costa chinesa, próximo do Macau português, em finais do século XVI, o estabelecimento no norte de Taiwan, serão sucessivos aspectos de uma mesma ambição expansionista frustrada. **RC**

## NOTAS

- 1 Fragmento do texto de uma conferência apresentada no Simpósio *Historia de Filipinas e la proyección española en el Asia Oriental*, realizado na Universitat Pompeu Fabra de Barcelona em 19 de Março de 1996 e reproduzido no primeiro volume da revista *Illes i Imperis* (Lombard 1998, pp. 11-20).
- 2 Alvarez Taladriz, 1979, p. 3.
- 3 As rotas comerciais que ligavam a costa chinesa com os diferentes pontos do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático ajustavam-se aos ritmos sazonais das monções estivais do sudoeste e das monções invernais do nordeste (Chang Pin-Tsun 1995, pp. 102-103). Os comerciantes, piratas ou emigrantes chineses de Fujian que se dirigiam a Luzon, Boenéu, Java ou Sumatra navegavam com as monções do nordeste que se tornavam mais agrestes entre Novembro e Fevereiro, enquanto que na rota de retorno, que seguiam também os comerciantes procedentes do Sudeste Asiático, navegavam com

Tradução de A. Dias

- o impulso das monções do sudoeste, que chegam às costas chinesas até finais da Primavera e do Verão. (Purcell 1951, p. 24).
- 4 Archivo General de Indias, Sevilla, AGI, Patronato, 23, 16, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, p. 33, Rodríguez, 1965, XIII, doc. 26, pp. 406-510, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 5; AGI Patronato 24, 17, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 145-149, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, p. 37; AGI Patronato 24, 23, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, p. 271, Rodríguez 1965, XIV, doc. 48, pp. 117-131, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 44; AGI, Patronato 24, 22, reproduzido em Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 308-309, Pastells, 1925-1936, I, CCVCV-CCCVI e CCCI; AGI Patronato, 24, 1, 12; reproduzido em Pastells, 1925-1936, I, CCXCIV.
- 5 Costa, 1950, p. 314.
- 6 Phelan, 1967, p. 10.

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

- 7 Wicki, 1948-1988, VII, p. 158 e AGI Patronato, 23, 16, reproduzido em Rodríguez, 1965, XIII, doc. 26, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 5, Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 145-149.
- 8 Ptak, 1992, p. 39.
- 9 Benjui, *Styrax tonkinensis*.
- 10 AGI Patronato, 23, 16, reproduzido em Rodríguez, 1965, XIII, doc. 26, Fernández de Navarrete, 1946, XVII, doc. 5, Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 145-149.
- 11 Teixeira, 1970, p. 25.
- 12 Barco.
- 13 Gonçalo Pereira Marramaque.
- 14 As ilhas de Ternate, Tidore, Makian, Motir, Batjan.
- 15 “de Legazpi”, Miguel Lopez...
- 16 Refere-se às terras de demarcação portuguesa na zona da Ásia Oriental, fixadas no Tratado de Saragoça de 1529, onde, com a cedência castelhana de terras a Portugal a troco de uma quantia em dinheiro, se encerraram, numa primeira fase, as disputas cosmográficas acerca das sucessivas e diversas interpretações do antimeridiano de Tordesilhas, surgidas da impossibilidade de prever a sua fixação, no momento da doação papal de Alexandre VI, pela qual as novas terras a descobrir e cristianizar eram repartidas entre Castelhanos e Lusitanos, momento no qual a zona das especiarias e das Filipinas eram praticamente desconhecidas e puramente matéria lendária.
- 17 O protesto formal e o intento de expulsar da zona os Castelhanos por parte do Governador-geral das ilhas Molucas, Gonçalo Pereira, processaram-se com alguma demora em relação ao momento em que foi escrita esta carta. No dia 17 de Setembro de 1568, uma esquadra lusitana estacionou em atitude de provocação militar diante das forças castelhanas na ilha de Cebu. Depois de quatro requerimentos sucessivos (nos dias 14, 19, 20 e 28 de Outubro de 1568) advertindo os Castelhanos para abandonarem o arquipélago, ameaçando, em caso contrário, com um ataque militar em toda a linha, Miguel López de Legazpi cedeu finalmente às exigências de Gonçalo Pereira, embora, pelo que se viu posteriormente, o tenha feito apenas tacticamente, sem cumprir depois a sua palavra. (Hidalgo Nuchera, 1995, p. 38).
- 18 A distância é ajustada à realidade se se considerar a légua como unidade equivalente a 6 quilómetros.
- 19 Refere-se a Luis de Velasco.
- 20 Wicki, 1948-1988, VII, p. 158.
- 21 Blair & Robertson, 1973, III, 272.
- 22 Existem referências bibliográficas a diversos documentos relativos às campanhas militares empreendidas por Francisco de Sande, no Bornéu, em Guillen Tato, 1971, 357-361.
- 23 Encontramos testemunhos documentais sobre estas campanhas do Bornéu em San Agustín, 1975, pp. 357-362.
- 24 Blair & Robertson, 1973, IV, pp. 125-126.
- 25 Jacobs, 1974, pp. 3-7.
- 26 AGI Filipinas 84, 1, 33.
- 27 Molina, 1984, p. 79.
- 28 Também designado como Morones ou Morenes.
- 29 Argensola, 1992, pp. 287-300 e Colin-Pastells, 1904, II, pp. 347-354.
- 30 Jacobs, 1974, pp. 7-8.
- 31 Os piratas sino-japoneses eram designados pelos chineses como *wokou*, pronunciado *wako* em japonês. Numa tradução literal a expressão significa “ladrões eunucos”. (Rockstein, 1973, pp. 15-16).
- 32 Rockstein, 1973, p. 18 e Chang Pin-tsun, 1983, p. 4.
- 33 Chang Pin-tsun, 1983, pp. 78-79.
- 34 Blusse, 1987, pp. 97-155 e Subrahmanyam, 1993, p. 24.
- 35 Este crescimento acelerado da emigração conduzirá às tentativas de limitação e expulsão dos *sangleys* de Manila, no ano de 1596, documentadas na carta a Filipe II de António de Morga, datada de 6 de Julho de 1596 (Blair & Robertson, 1973, IX, p. 266) e que culminariam na revolta da colónia chinesa de Manila e posterior repressão sangrenta de 1603.
- 36 A interpretação do termo parece referir-se à expressão chinesa *shanglai*, “os vindos para comerciar” ou então ao termo *sengli*, que significa “comércio” no dialecto *minnanhua*. Também se colocou a possibilidade da etimologia do termo derivar da expressão chinesa *changlai*, que quer dizer, “os que vêm com frequência” (Ch'en Ching-Ho, 1968, pp. 36-37 e Schurtz, 1939, pp. 93-94. O Governador das Filipinas, Francisco de Sande, dá, numa carta datada de 7 de Junho de 1576, uma interpretação plausível e actual: “...por todas estas ilhas chamam-nos *sangleys*, que é um nome que significa ‘gente que vai e vem’, pelo costume que têm de ir e vir todos os anos a estas ilhas para negociar.” AGI Filipinas 6 (Rodríguez, 1965, XIV, p. 407).
- 37 Boxer, 1985, III, pp. 118-132.
- 38 Membros da nobreza local japonesa que, durante o período do mandato no Japão de Hideyoshi (1582-1591), detinham uma parcela importante de poder político, económico e militar nas suas áreas de influência, mas que justamente naquele período se viam pressionados fiscalmente e limitados politicamente para contribuir para o processo de unificação de um poder centralizado que então se delineava (Cooper, 1994, p. 241).
- 39 Naohiro, 1991, pp. 40-53.
- 40 Pode-se consultar, sobre o assunto, documentação de Juan Bautista Gessio no Arquivo da Real Academia da História (Madrid), Colección Muñoz, legajo 9-4803, fólhos 8-31.
- 41 AGI Patronato 24, 22, (Pastells & Torres Lanzas, 1925-1936, I, CCVCV-CCVCVI e CCCI).
- 42 Ordem religiosa fundada por S. Caetano. Era frequente durante o século XVI que, por confusão, o termo fosse aplicado aos membros da Companhia de Jesus.
- 43 Hidalgo Nuchera, 1995, pp. 276-277.
- 44 Cabezas, 1994, pp. 178-180.
- 45 AGI Patronato 25. Veja-se também a carta do governador González Dasmariñas de 16 de Junho de 1582 em (Blair & Robertson, 1973, V, p. 27). Também é de grande interesse para esta questão a carta que teria escrito o feitor real Juan Bautista Román, ao Vice-rei da Nova Espanha, a 25 de Junho de 1582 (AGI Patronato 25, 29, 3, 62).
- 46 Alonso Sánchez embarcou para o Japão a 6 ou 10 de Julho de 1582 – diversas fontes divergem neste ponto – (Ricci, 1942, I, p. 214, n. 5) num grande junco do comerciante Bartolomeu Vaz Landeiro que tinha por capitão André Feio e no qual viajavam também os jesuítas da missão do Japão, Pedro Gómez, Álvaro Dias, Cristóvão Moreira e Francisco Pires. Após dez dias de navegação, um forte temporal provocou o naufrágio do barco em que viajavam, ficando encalhado e semi-destruído junto de uma praia de Taiwan. Francisco Pires escreveu um relato detalhado das circunstâncias do naufrágio, em frente à costa de Taiwan, nas suas memórias sobre a sua actividade missionária na Ásia Oriental que intitulou *Memoriae historicae* e com o subtítulo em português de *Pontos do que me lembrar* (Schutte, 1975, I, pp. 387-393).
- 47 Alessandro Valignano.
- 48 AGI Filipinas 79, 2, 15.
- 49 AGI Filipinas 84, 1, 33.
- 50 AGI Patronato 25, 21 (Bourdon, 1960, pp. 117-121).
- 51 Arquivo da Real Academia da História (Madrid) Colección Juan Baptista Muñoz. 9-4797, volumes 18, fólhos 249-258.
- 52 Encontram-se diversos testemunhos desta actividade mercantil japonesa nas Filipinas, nas últimas décadas do século, em diferentes relatos do presidente da Audiência das Filipinas, Antonio de Morga (Blair & Robertson, 1973, X, p. 84 e XVI, pp. 183-184).
- 53 Trata-se de um barco do português de Macau, Bartolomeu Vaz Landeiro, comandado pelo capitão Vicente Landeiro e tripulado, entre outros, por alguns frades menores castelhanos, que foi desviado pelos fortes ventos e que acabou por chegar ao porto de Hirado, na costa japonesa, a 4 de Agosto de 1584.
- 54 Encontramos informação relativa a este episódio na carta do

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

- franciscano Juan de Plasencia, de 18 de Junho de 1585 (AGI Filipinas, 84, 2, 67) e na carta do presidente da Audiência de Manila, Santiago de Vera, datada de 20 de Junho de 1585 (AGI Filipinas, 18, 2, 30).
- 55 Ausejo, 1972, p. 420.
- 56 Naohiro, 1991, pp. 40-53.
- 57 Boxer, 1993, p. 259.
- 58 AGI Filipinas 34.
- 59 Nas fontes espanholas é referido como o rei de “Firando” ou de “Ficando”.
- 60 Conhecidos como “Faranda”, nos documentos espanhóis do século XVI.
- 61 Gil, 1991, pp. 36-42.
- 62 No âmbito da acção missionária inseparável da acção colonial espanhola, os frades dominicanos recém-chegados a Manila, no ano de 1588, receberam do primeiro bispo de Manila, Domingo de Salazar, o encargo de se ocuparem da evangelização dos *sangleys* do *Parián*. Juan Cobo ocupou-se desta infrutuosa tarefa durante cerca de quatro anos, durante os quais se dedicou intensamente ao estudo do chinês. Ligada a este processo de aprendizagem do chinês e de intensa imersão no mundo da imigração procedente da província chinesa de Fujian, em Manila produziu-se a tradução da colecção de máximas, sentenças e aforismos que Juan Cobo intitulou *Beng Sim Po Cam, Espejo rico del buen corazón*. Trata-se da primeira tradução conhecida numa língua ocidental de um livro chinês. O título original chinês é *Mingxinbaojian* (Cobo, 1997).
- 63 Gil, 1991, pp. 43-48.
- 64 Existe uma tradução castelhana realizada em Manila, no século XVI, dos seus *Memoriais* apresentados ao governador das Filipinas, em AGI Filipinas 6, 7, 107 e AGI Patronato 25, 50 (Gil, 1991, pp. 49-50).
- 65 AGI Filipinas 85.
- 66 AGI Filipinas 6, 8, 114 (Gil, 1991, pp. 56-57 e Pastells & Torres Lanzas, 1925, III, CCCXXIX-XXV).
- 67 Ausejo, 1972, pp. 422-427 e Boxer, 1993, pp. 164-166.
- 68 Blair & Robertson, 1973, III, pp. 58-59.
- 69 Ausejo, 1972, pp. 398-399.
- 70 Colín-Pastells, 1904, II, p. 371.

## BIBLIOGRAFIA

- Alvarez Taladriz, José Luís – “Notas para la historia de la entrada en Japón de los franciscanos.” *España en Extremo Oriente: Filipinas, China, Japón, presencia franciscana, 1578-1978*. Ed. de Víctor Sanchez Gil. Madrid: Publicaciones Archivo ibero-americano. Editorial Cisneros, 1979. 3-32.
- Argensola, Bartolomé Leonardo de – *Conquista de las Islas Malucas*. Ed. de Alonso Martín. Madrid: Editorial Miraguano, 1992.
- Ausejo, Luz. U. – *The Philippines in the sixteenth century*. University of Chicago, 1972.
- Blair, Emma Helen; James Alexander Robertson – *The Philippine islands, 1493-1898*. Rizal: Cachos Hermanos, Mandaluyong, 1973.
- Blussé, Hohan Leonard – *Strange Company. Chinese Settlers, Mestizo Women and the Dutch in VOC Batavia*. Amsterdam, 1987.
- Bourdon, Leon – “Un projet d’invasion de la Chine par Canton à la fin du XVI siècle.” *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, 1960. 97-121. Vol. I.
- Boxer, Charles Ralph – *Portuguese conquest and commerce in Southern Asia, 1500-1750*. Hampshire: Variorum, Gower Publishing House, 1985.
- *The Christian Century in Japan (1549-1650)*. Manchester: Carcanet Press, 1993.
- Cabezas, Antonio Boxer, Charles Ralph – *El siglo Ibérico de Japón. La presencia Hispano-portuguesa en Japón (1543-1643)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994.
- Casparis-Mabbet – “Religion and Popular Beliefs of Southeast Asia Before c.1500.” *The Cambridge History of Southeast Asia*. Ed. Nicholas Tarling. Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 1, 1992, pp. 276-334..
- CDIU – *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones de Ultramar*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1886-1932.
- Ch’en Ching-Ho – *The Chinese Community in the sixteenth century Philippines*. Tokyo: The Centre for East Asian Cultural Studies, 1968.
- Chang Pin-tsun – *Chinese Maritime Trade: The case of Sixteenth-Century Fu-chien (Fukien)*. Princeton: UMI Dissertation Services, 1983.
- “The First Chinese Diaspora in Southeast Asia in the Fifteenth Century.” *The Global Opportunity*. Ed. de Felipe Fernández Arnedo. Aldershot: Variorum, 1995.
- Chang T’ien-tse – *Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644. A synthesis of Portuguese and Chinese sources*. Leiden, 1934.
- Cobo, Juan – *Rico espejo del buen corazón (Beng Sim Po Cam). El Mingxin Baojian de Fan Liben traducido por Juan Cobo hacia 1590, en edición de Manel Ollé*. Barcelona: Ediciones Península, 1997.
- Colín, Francisco – *Labor Evangélica de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas por el P. Francisco Colín de la misma Compañía*. Ed. de Pablo Pastells. Barcelona: Compañía General de Tabacos de Filipinas, 1904.
- Cooper, Michael – *Rodrigues the interpreter. An early jesuit in Japan and China*. New York: Wearherhill, 1994.
- Costa, Horacio de la – “Church and state in the Philippines during the administration of Bishop Salazar, 1581-1594.” *The Hispanic American Historical Review* XXX (1950): 314-335.
- Fernández de Navarrete – *Colección de Documentos y Manuscritos compilados por F. de Navarrete*. Madrid: Museo Naval, 1946.
- Fok Kai Cheong – “The Macau Formula at Work.” *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês*. Ed. de António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel Santos Alves. Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 219-234.
- Gil, Juan – *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- Guillen Tato, Julio F. – *Índice de la colección de documentos de Fernández de Navarrete que posee el Museo Naval*. Nendeln, Liechtenstein: Kraus-Thompson Organization Limited, 1971.
- Hall, Kenneth R. – *Maritime Trade and State Development in Early Southeast Asia*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1985.

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

- Hidalgo Nuchera, Patricio – *Los primeros de Filipinas*. Madrid: Miraguano Ediciones – Ediciones Polifemo, 1995.
- Jacobs, Hubert – *Documenta Malucensia*. Roma: Jesuit Historical Institut, 1980.
- Lombard, Denys – “L’Eurasie a la veille du ‘moment’ iberique.” *Illes i Imperis. Estudis d’història de les societats en el món colonial i post-colonial* n.º 1, pp. 11-20. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.
- Molina, Antonio M. – *Historia de las Filipinas*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1984.
- Naohiro, Asao – “The sixteenth-century unification.” *The Cambridge History of Japan*. Ed. John Whitney Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, Vol. 4, pp. 40-95.
- Pastells, Pablo, Torres y Lanzas y Navas Del Valle – *Historia General de Filipinas. Catalogo de los documentos relativos a las islas filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*. Barcelona, 1925-1936. 9 vols.
- Phelan, John Leddy – *The Hispanization of the Philippines. Spanish aims and Filipino Responses 1565-1700*. Madison, Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1967.
- Ptak, Roderich – “The Northern Trade Route to the Spice Islands: South China Sea – Sulu Zone – North Moluccas, (14<sup>th</sup> to early 16<sup>th</sup> century).” *Archipel* 43 (1992): 27-56.
- “Sino-Japanese maritime Trade, circa 1550: Merchants, Ports, and Networks.” *O Século Cristão do Japão*. Lisboa, 1994, pp. 281-311.
- Purcell, Victor – *The Chinese in Southeast Asia*. London: Oxford University Press, 1951.
- Reid, Anthony, ed. – *Southeast Asia in the Early Modern Era. Trade, Power and Relief*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- Retana, W. E. – *Archivo del Bibliófilo Filipino: recopilación de documentos históricos, científicos, literarios y políticos y estudios bibliográficos*. 5 vols. Madrid: Imprenta de la viuda de Minuesa de los Ríos, 1897.
- Ricci, Matteo – *Storia dell’Introduzione dell’ Cristianesimo in Cina*. Ed. de Pasquale d’Elia, Vol. 1. Roma: La Libreria dello Stato, 1942.
- Rockstein, Edward D. – “Maritime Trade and Japanese Pirates: Chinese and Korean Responses in Ming Times.” *Asian Pacific Quarterly of Cultural and Social Affairs*, 5.2 (1973).
- Rodríguez, Isacio – *Historia de la provincia agustiniana del Santísimo Nombre de Jesús de Filipinas*. Manila: Ediciones Estudio Agustiniiano, 1965-.
- San Agustín, Fr. Gaspar de – *Conquistas de las islas Philipinas: la temporal por las armas del Señor Don Phelipe Segundo El Prudente; y la espiritual, por los religiosos del Orden de San Agustín*. Ed. de Manuel Merino. Madrid: Imprensa de Manuel Ruiz de Murga, Madrid, CSIC, 1975.
- Schurtz, William Lythe – *El galeón de Manila*. Trad. de Pedro Ortiz Armengol. Ed. de Leoncio Cabrera. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1939.
- Schutte, Josep Franz – *Monumenta Historica Japoniae*. Vol. I. Roma, 1975.
- Subrahmanyam, Sanjay – *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700*. Londres: Longman, 1993.
- Teixeira, Manuel – *D. Melchior Carneiro. Fundador da Sta. Casa da Misericórdia de Macau*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1970.
- Wicki, Josef (ed.) – *Documenta Indica*. Roma: Institutum Historicum S. J., 1948-1988. 18 vols.

# Portugueses e Espanhóis em Macau e Manila com os Olhos na China<sup>1</sup>

RUI D' ÁVILA LOURIDO\*



Cidade de Manila, cerca de 1640.

## AS FILIPINAS

A íntima relação que desde tempos remotos ligou as Filipinas à China foi intensificada com o aparecimento dos Europeus (Portugueses e Espanhóis em primeiro lugar) no século XVI.

\* Licenciado em História pela Universidade de Lisboa e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa nos Séculos XV – XVIII pela Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Instituto Universitário Europeu em Florença (1995-2002), defenderá o seu doutoramento, subordinado ao tema “Os Europeus nos Mares da China: Comércio e Pragmatismo em Macau entre 1600-1683”, sob orientação do Prof. Doutor K. N. Chaudhuri, catedrático da Universidade de Londres, e do Prof. Diogo Ramada Curto. Publicou vários estudos sobre História das relações entre a Europa e a China e sobre o Brasil na Época Moderna, em revistas e obras colectivas da especialidade.

*History Graduate from the University of Lisbon, with an M.A. in the History of the Discoveries and of the Portuguese Expansion in the 15<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries, from the Universidade Nova de Lisboa. Researcher for the European University Institute in Florence (1995-2002), he will defend his Ph.D. thesis, entitled “The Europeans on the China Seas: Trade and Pragmatism in Macao between 1600 and 1683”, supervised by Prof. Dr. K. N. Chaudhuri, Professor at London University, and Prof. Diogo Ramada Curto. He published several studies on the history of the relations between Europe and China, and on Brazil in the Modern Era, in reviews and specialist collected volumes.*

São as próprias fontes chinesas que reconhecem aos Filipinos o pioneirismo no estabelecimento destas relações entre o arquipélago Filipino e a China,<sup>2</sup> que se iniciaram no século X (período de Kai Bao - 972), na dinastia Song (960-1279), como indica a *Monografia de Song Shi*,<sup>3</sup> segundo a qual Mindoro aparece registada como integrando a lista de países estrangeiros que comerciavam com a China e estavam subordinados a postos aduaneiros que superintendiam no comércio marítimo (Cantão ou Guangzhou, Hangzhou, Mingzhou e Quanzhou).

As Filipinas, em especial através de Mindoro e, a partir dos séculos XV-XVI, de Manila, ocupavam um papel importante nas rotas chinesas e de mercadores da Ásia de Sueste que ligavam Quanzhou e Cantão à ilha de Bornéu, à Península de Malaca e à Insulíndia.

A importância dos mercadores das Filipinas nestas redes mercantis foi conhecida pelos Portugueses, em Malaca, após a conquista desta cidade por Afonso de Albuquerque em 1511.<sup>4</sup> Eles nomearam um rico mercador de Lução como representante da comunidade

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

muçulmana, com o título de primeiro timungão (em malaio *Temenggong*). Este mercador e sua família enviavam navios ao Sião, Bornéu, Sunda, China e Pacém. Um outro mercador, igualmente de Lução, enviava de Malaca para a China um junco carregado de pimenta.<sup>5</sup> O termo Lução deve, no entanto, ser entendido com certa maleabilidade, visto que, por vezes, os Portugueses chamavam de “ilhas de Luções” a todo o arquipélago das Filipinas, abrangendo por vezes os povos do Norte de Bornéu.

Nas Filipinas e antes da chegada dos europeus, encontramos igualmente comunidades chinesas que se dedicam activamente ao comércio. São-nos referidas por fontes chinesas, nomeadamente os livros escritos por Feixin e Ma Huan (que participaram nas expedições de Zheng He, de 1405 a 1433), que referem o comércio chinês de sedas e porcelanas com Mayi, Lução e Sulu.<sup>6</sup> Igualmente encontramos fontes europeias que mencionam a existência de uma comunidade chinesa nas Filipinas: o missionário espanhol Juan Cobo diz-nos que, *En estas Islas, antes que vinieran los españoles había algunos chinos que venían a tratar a esta Isla.*<sup>7</sup>

Com o desenvolvimento do comércio externo na segunda metade do século XVI, Macau transformou-se no principal porto da província de Guangdong, simultaneamente num grande centro mercantil de comércio marítimo com os países do Ocidente. Nomeadamente da Europa, Índia e Ásia de Sueste (onde as Filipinas desempenhavam papel de relevo) e do Oriente (como o Japão).

Tal situação é confirmada pela *Crónica de Jinglin*, nela informando Chou Yuan Wei em 1586: “O porto de Macau (distrito de Xiang Shan) é o elemento chave para a carga e descarga de mercadorias: habitualmente cada carregamento constituía uma fortuna em ouro e outros produtos preciosos”.<sup>8</sup>

Macau desenvolveu-se graças à capacidade de se assumir como centro de três rotas marítimas essenciais do Extremo Oriente: de Macau para a Índia e Europa, via Goa e Lisboa; de Macau para o Japão, através de Nagasáqui; e, finalmente, de Macau para as Filipinas e América espanhola, via Manila e México. Nas três rotas distintas, nos finais do século XVI e inícios do século XVII, o produto essencial que Macau exportava era a seda chinesa. No sentido inverso, a mercadoria principal que Macau importava era a prata. As naus portuguesas transportavam, de Macau a Lisboa, via Goa, principalmente seda não trabalhada. Cerca do

ano de 1600 cada “grande nau do trato” transportava de Macau para a Índia 1000 picos<sup>9</sup> (cerca 61,2 toneladas) de seda branca não trabalhada (que custava 80 taéis o pico, se comprada em Cantão e entregue em Macau, sendo vendida na Índia por 200 cruzados o pico). Transportava ainda cerca de 10.000 a 12.000 peças de damascos de seda de muitas cores, sendo grande parte dela vendida na Índia e por preços diversos, de 4 a 7 taéis, consoante a sua qualidade. A mesma nau carregava ainda uma grande, mas não determinada, quantidade de “seda de cor lisa” avaliada de 18 a 19 mazes<sup>10</sup> e a dois taéis o cate.<sup>11</sup>

A conquista de Malaca representou um passo decisivo para o domínio das rotas mercantis do Extremo Oriente pelos Portugueses, tendo a sua ocupação pelos Holandeses representado um rude golpe na presença portuguesa nessa área do globo assim como na estabilidade e na segurança da rota Lisboa-Goa-Macau.

A rota que liga Macau às Filipinas e tem a cidade de Manila como principal entreposto é aquela que nos propomos aqui analisar. A ocupação das Filipinas pelos Espanhóis obedece à sua estratégia de tentar dominar uma parte do tráfico das especiarias e participar, na medida do possível, no comércio da seda chinesa, utilizando a prata como moeda de troca. Não esqueçamos que o mercado chinês era, como nos diz Vitorino Magalhães Godinho, “A bomba aspirante do metal branco de todo o mundo”, tendo a Espanha sido um dos grandes produtores de prata, através das suas colónias da América, retirando anualmente delas cerca de um milhão de pesos.<sup>12</sup>

## A CONCORRÊNCIA ESPANHOLA

O arquipélago das Filipinas aparece referenciado pela primeira vez, em fontes europeias, na *Suma Oriental* de Tomé Pires, onde é designado por “ilhas dos Luções”.<sup>13</sup> Posteriormente, este arquipélago é baptizado com o nome de S. Lázaro, quando Fernão de Magalhães nele aportou em 16 de Março de 1521, reclamando a sua descoberta para a Coroa de Castela. Outras expedições castelhanas visitaram as ilhas (a de Garcia de Loyasa em 1525-1528, que utilizou o estreito de Magalhães, e a de Álvaro de Saavedra, que saiu do México, em 1525-1526), usando-as como ponto de apoio para recuperação de embarcações e equipagem, no caminho para o seu objectivo principal, a participação no comércio das especiarias da Ásia do



IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Mapa chinês de meados do século XVI conservado no AGI de Sevilha.

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Sueste, em geral, e das Molucas em especial. O nome de Filipinas foi dado por Rui Lopez de Villalobos em 1543, em homenagem a Filipe II de Espanha. Designava originalmente o grupo de ilhas conhecidas por “Tandaya”; contudo o topónimo de Filipinas estendeu-se passando a nomear todo o arquipélago.<sup>14</sup>

Devido às dúvidas sobre se as Molucas ficariam ou não no hemisfério sob jurisdição portuguesa, a Coroa portuguesa decidiu fazer reconhecer o seu direito de posse histórica das Molucas, através da entrega de uma compensação monetária à Espanha no valor de 350 mil ducados de ouro, direito este que foi reconhecido no Tratado de Saragoça de 1529.<sup>15</sup> Apesar deste tratado confirmar a jurisdição de Espanha sobre as Filipinas, os Portugueses tentaram evitar a ocupação espanhola do arquipélago das Filipinas, por recearem a concorrência dos espanhóis no comércio das especiarias e a sua presença nas Molucas.

A conquista efectiva das Filipinas iniciada com a expedição espanhola de 1564-65 foi, assim, alvo da oposição portuguesa. Em 1568, o capitão de Ternate, Gonçalo Pereira Marramaque, ordenou uma expedição portuguesa contra o estabelecimento espanhol nas Filipinas que bloqueou o porto de Cebu durante dois meses.<sup>16</sup> No entanto, dá-se progressivamente a ocupação efectiva de algumas localidades em ilhas das Filipinas, como Leyte, Panay, Mindoro e Lução, levada a cabo pelo *adelantado* espanhol Miguel Lopez de Legazpi, tendo por sede da sua administração a estratégica povoação de Manila (a partir de 19 de Maio de 1571).

Manila transformou-se, assim, no centro do comércio externo espanhol nas Filipinas, sendo por excelência o lugar de troca de prata mexicana com a seda da China. Esta situação mercantil privilegiada iria perdurar até ao século XVIII.

Com a legitimação, pelas Cortes de Tomar (Abril de 1581), da unificação das Coroas portuguesa e espanhola na pessoa do rei de Espanha D. Filipe II, os domínios ultramarinos portugueses passam a ser considerados pelos inimigos de Espanha como área de influência espanhola. Veremos mais à frente que, independentemente de estas mesmas Cortes terem estipulado a autonomia da administração do Reino de Portugal e dos seus territórios ultramarinos relativamente à administração castelhana, bem como terem consagrado a continuidade e defesa das leis e costumes portugueses, aquela unificação das duas

Coroas vai servir de pretexto aos inimigos de Espanha (principalmente aos Holandeses e Ingleses) para atacarem e ocuparem domínios portugueses.

Neste processo de legitimação e reconhecimento da soberania do rei de Espanha, encontramos em arquivos históricos espanhóis duas interessantes cartas: “Carta [1582-6-24, Macao (Nombre de Dios)] de Don Joan de Almeida, Capitán mayor por los Portugueses en la China, a don Gonzalo Ronquillo, gobernador de Filipinas, prestando su obediencia al rey Felipe II que lo es ahora de Portugal”<sup>17</sup> e “Carta [1582-7-1, Macao] de Don Melchor Carneiro, patriarca de Etiopia en la China, a don fray Diego de Salazar, o bispo de Filipinas, celebrando la noticia de que Felipe II sea también rey de Portugal”.<sup>18</sup>

Todavia, os mercadores portugueses de Macau pretendiam monopolizar o comércio da seda chinesa em Manila, impedindo o comércio de espanhóis directamente com a China. Assim se explica claramente o ambiente de frequente rivalidade entre Espanhóis e Portugueses na região.

### PORTUGUESES CONTRA PRESENÇA ESPANHOLA NA CHINA

As tentativas de estabelecimento do comércio espanhol com o grande Império do Centro, ou seja com a China, foram múltiplas mas inconclusivas. Em alguns períodos, os Espanhóis encontrados pelas autoridades chinesas eram detidos para interrogatório, depois enviados para Cantão e reenviados a Manila, via Macau. Tal foi o caso dos dois dominicanos enviados à China pelo governador das Filipinas, D. Luís Perez Dasmariñas (filho), nos anos de 1575-76,<sup>19</sup> o qual nos é referido pelo primeiro bispo das Filipinas Fr. Domingo de Salazar.<sup>20</sup> Fracassou igualmente a missão do jesuíta espanhol P. Alonso Sanchez (1582--1584 e 1585), que tentou conseguir uma autorização para o comércio directo dos espanhóis das Filipinas com a China; e isto apesar de ser portador de uma mensagem redigida em chinês e rubricada pelo governador das Filipinas, D. Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, para o governador da província de Cantão.<sup>21</sup>

Interessante é referir, neste contexto, que o próprio surgimento do Senado de Macau,<sup>22</sup> em 1583, e a sua legitimação pelo vice-rei da Índia (em 10 de Abril de 1586), é um reflexo do esforço da comunidade portuguesa de Macau de melhor se organizar para, por

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

um lado, impedir a sua anexação pela autoridade espanhola das Filipinas (o que chegou a ser desejado por autoridades civis e religiosas espanholas) e, por outro, obter um certo reconhecimento das autoridades chinesas (em 1584, as autoridades chinesas conferiram ao procurador de Macau o 2º grau do mandarinato<sup>23</sup>), que protegessem Macau da penetração espanhola na China e da participação directa dos espanhóis no comércio com o Império do Meio, dispensando os portugueses de Macau como intermediários desse comércio.

Neste sentido, Tien-Tsê Chang escreveu: “A julgar pelo justificado receio de uma intervenção espanhola, podemos estar certos de que esta investidura por parte do imperador chinês foi não só aceite, como muito bem recebida pelos portugueses de Macau. A colónia via-se assim, mais do que nunca, escudada por trás da protecção chinesa: uma protecção contra as agressões estrangeiras de que a colónia continuou a gozar durante longos anos”.<sup>24</sup> Wu Zhiliang afirma-nos igualmente “Um dos motivos que levaram os portugueses de Macau a fundar o Senado teria sido tentar impedir com isto a intervenção espanhola no comércio com a China. O Senado, ao submeter-se à dinastia Ming (1368-1644), gozou durante muito tempo da protecção do Celeste Império, de que beneficiou muito”.<sup>25</sup>

Contudo, não nos esqueçamos que apesar e para além desta ligação institucional ao “Estado Português da Índia”, “a organização municipal de Macau foi antes o suporte dos desígnios autonomistas e centrípetos da oligarquia da cidade, que assim tendeu, pelo menos até aos finais do século XVIII, para a situação de república mercantil”<sup>26</sup> como escreveu António Hespanha.

Todavia, o poder de atracção do rico mercado chinês era tão forte na comunidade espanhola das Filipinas que, não obstante as proibições oficiais, em Março de 1583 o governador das Filipinas, D. Diego Ronquillo (sobrinho do anterior governador, D. Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, falecido pouco tempo antes), concordou em permitir aos portugueses uma carreira regular entre Macau e Manila. O grande lucro obtido por ambas as partes na viagem do ano de 1588, pelo junco do português Bartolomeu Vaz Landeiro, capitaneado por Sebastião Jorge, quando aportou a Manila e vendeu a sua preciosa carga (de seda e outros produtos chineses, assim como mercadorias de outras proveniências), motivou o acordo para o envio todos

os anos pelos portugueses, de uma “nau do trato” de Macau a Manila.<sup>27</sup>

As autoridades portuguesas e os jesuítas, enquadrados no Padroado Português do Oriente, opuseram-se firmemente à pretensão espanhola de se estabelecer na China, caso das reacções do capitão-mor D. João de Almeida (1582), do bispo de Macau, D. Leonardo de Sá, e do visitador jesuíta, P. Alexandre Valignano, que enviaram missivas, nomeadamente no período de 1582-84, ao governador das Filipinas. Os argumentos utilizados focavam a necessidade da segurança de Macau, bem como o perigo de se pôr em causa o sucesso da evangelização cristã da China e

*A conquista de Malaca  
representou um passo decisivo  
para o domínio das rotas  
mercantis do Extremo  
Oriente pelos Portugueses...*

referindo até que a proibição dos movimentos espanhóis no Celeste Império se reflectiria no reforço da estabilidade espanhola nas Filipinas.<sup>28</sup>

Nesta atitude de oposição activa aos contactos directos de espanhóis com chineses, os portugueses de Macau utilizaram uma outra arma, a que hoje se poderia chamar de “manipulação da informação”, com o objectivo de manter espanhóis e chineses de costas voltadas e assim assegurar o exclusivo do comércio com a China nas mãos de Macau. Neste sentido, os portugueses divulgaram entre os espanhóis a ideia de ser altamente perigosa a entrada na China e a sua inacessibilidade: *que en el reyno de la China ningún extranjero podía entrar sin peligro de muerte como no llevasen licencia de los que aquel Reyno gobiernan; y que si algún natural del lleva algún extraño sin licencia, a él lo matalban y al extraño ponían en prison donde nunca salía.*<sup>29</sup> por outro lado denunciavam, junto das autoridades chinesas, os espanhóis como usurpadores de outras nações: *“y si algun mal tratamiento an hecho a algunos Españoles que aquel Reyno an ido, a sido por el mal nombre y fama que los Portugueses de nosotros entre ellos an divulgado, diciéndoles que se guarden de castellanos, porque es una gente que anda a robar y a*

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

*tomar Reynos extraños; y como se an hecho señores de la Nueva España, del Perú y de las Philipinas, procuran tambien serlo de la China.*<sup>30</sup>

O tratamento selectivo da informação era praticado não só pelas autoridades civis, mas também pelas autoridades religiosas. Os jesuítas profundamente empenhados nas redes mercantis da China, Japão e Manila, utilizaram igualmente esta estratégia. Assim, exigia-se a selecção e segredo na transmissão da correspondência e respectivas informações. Tal necessidade é relembrada em carta de 1585, do Pe. Cristóvão de Castro, S. J., para o Geral da Companhia, Pe. Cl. Acquaviva, onde recomenda manter as cartas que foquem assuntos delicados em segredo: *de las cosas que en la China y Malaqua le desagradaron, y conviene mucho que las cartas desta soerte que de aquí se escriven estén en tanto secreto que no vualvam aquí.*<sup>31</sup>

Como exemplo da utilização abusiva de cartas capturadas, e por vezes forjadas, podemos referir nomeadamente a atitude dos holandeses, que foram hábeis em aproveitar as missivas capturadas em navios portugueses para minarem a influência portuguesa e jesuíta no Japão, tentando obter a sua expulsão.

A mais importante razão para estas dificuldades levantadas pelos portugueses às relações directas de espanhóis com a China era a defesa do monopólio português do comércio da China e do Japão com a Índia e a Europa (via Malaca e Goa). O monopólio nas mãos dos portugueses representava a base económica do florescimento de Macau e do catolicismo na China, Japão e Sueste Asiático. Outro motivo condicionante dessa preocupação era o fluxo clandestino de ouro e prata do México e Peru, que provocava a elevação dos preços das mercadorias chinesas, com prejuízo para os mercadores portugueses de Macau.

Duarte Gomes de Solis, economista português da primeira parte do século XVII, partilha destas preocupações na argumentação desenvolvida na sua célebre obra sobre o comércio, *Discursos sobre los comercios de las dos Indias donde se tratam materiales importantes de Estado y Guerra*, publicada em Madrid, em 1622. Nela defende, igualmente, o impedimento do comércio directo dos espanhóis com a China. Duarte de Solis referia ter em seu poder documentos provenientes das autoridades eclesiásticas da China e do Japão (bispos jesuítas) e do governo de Manila que indicavam com clareza a diminuição dos lucros obtidos

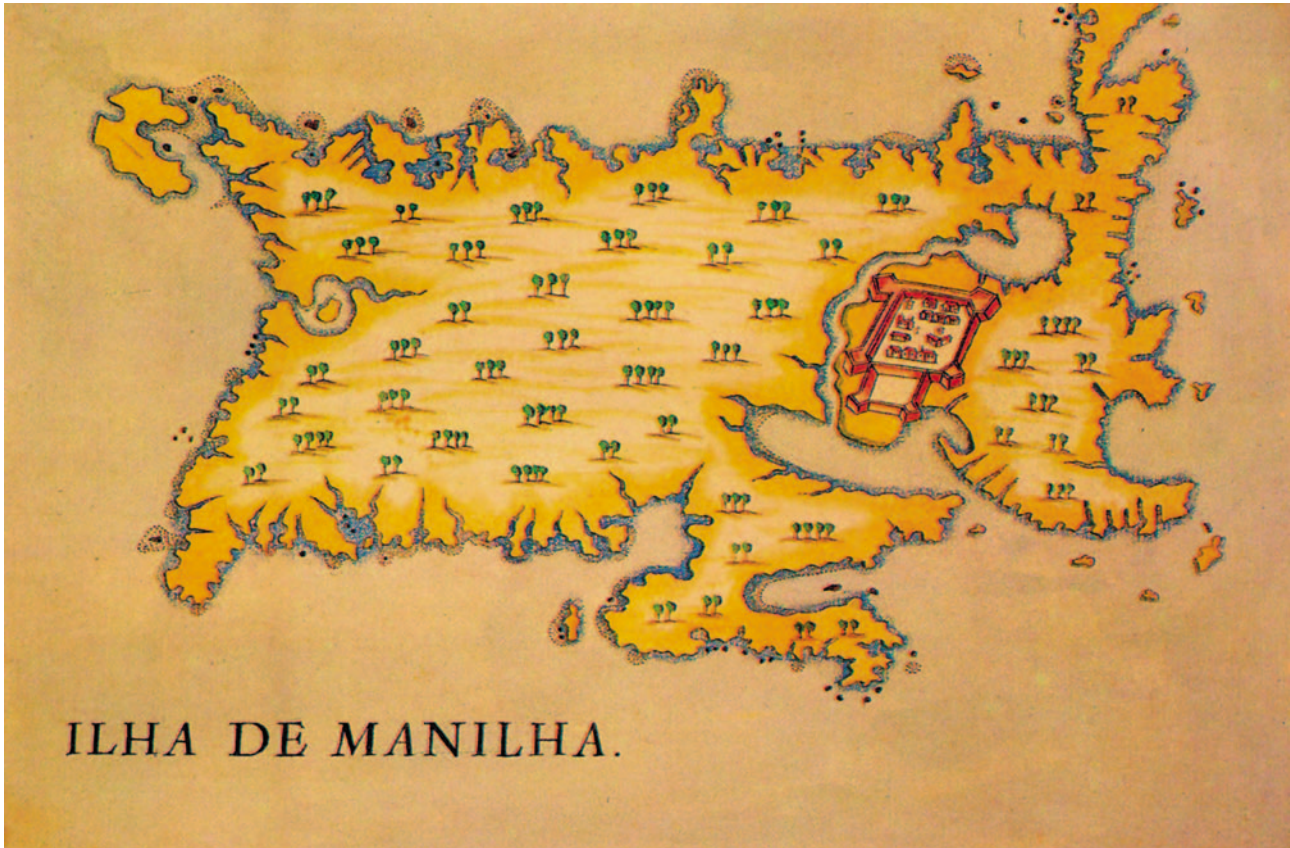
pelos espanhóis no Japão e que os macaenses viam decrescer abaixo dos 50% o seu lucro no comércio de seda no Japão, tudo devido à profusão de prata americana vinda pelas Filipinas. Como implicações políticas do incremento da rota Manila-Japão, ao provocar a redução na margem de lucro do comércio português entre a China e o Japão, Duarte de Solis tenta demonstrar ser tal política, no fundo, contrária aos interesses da coroa de Castela: “é uma armadilha que o demónio lançou nestes mares, revestindo a aparência de comércio, com origem na prata que é investida em sedas, compradas a preço tão alto que, por efeito deste negócio, são hoje mais caras nas Filipinas que na própria Espanha”. Esta distorção da rede mercantil anteriormente estabelecida, resultava, no entendimento de Solis, no fortalecimento dos inimigos dos estados católicos da Península Ibérica – os holandeses: “levava os castelhanos a lutar contra os Portugueses, firmara a paz entre chineses e os japoneses, até agora inimigos irreconciliáveis, e trouxera o triunfo, sobre todos, dos holandeses que queriam o domínio não só sobre estes mares como sobre os chineses e japoneses, que pagam para utilizar os seus navios; e com mais uns pequenos incentivos os espanhóis e portugueses farão o mesmo”.<sup>32</sup>

Tendo em conta estes factores, os portugueses exigiam o cumprimento do diploma de União das duas Coroas (assinado nas Cortes de Tomar entre os representantes do povo português e Filipe II de Espanha em 1581) que proibia o trato entre as colónias das respectivas Coroas e garantia a continuidade da separação administrativa. Este diploma de Filipe II pretendia garantir a estabilidade nas possessões asiáticas portuguesas e facilitar o seu reconhecimento nestes territórios, que passaram então a estar sob a sua soberania.

Nem todos, porém, pensavam assim; o bispo de Malaca, em 13 de Dezembro de 1588, defendia que quer o comércio português quer o comércio espanhol entre Macau e Manila deveriam ser autorizados oficialmente.<sup>33</sup> De igual modo o vice-rei português, em 30 de Junho de 1588, pedira autorização real para que os comerciantes macaenses pudessem navegar directamente para a Nova Espanha, com o objectivo de, com o lucro deste trato, se poder financiar as instituições eclesiásticas e de assistência social a seu cargo em Macau (Igrejas, Misericórdia e Hospital e uma leprosaria).<sup>34</sup>

Os grupos de pressão portugueses de Macau,

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Planta portuguesa de Manila, cerca de 1635.

defendendo os seus interesses locais, encontraram frequentemente uma forma de os fazerem prevalecer com a conivência da autoridade regional representada pelos vice-reis da Índia Portuguesa, sobrepondo-se à vontade e aos interesses da coroa espanhola nas Filipinas. Numa fase inicial, os mercadores de Macau pressionaram as autoridades centrais para proibir o comércio directo dos espanhóis entre as Filipinas e as regiões na esfera de influência portuguesa, argumentando que o volume de seda vinda da China não era suficiente para abastecer o mercado japonês e o indiano e, através deste, o europeu; não haveria, deste modo, excedentes para alimentar o mercado das Filipinas e, através deste, o da América espanhola. No entanto, se os mercadores europeus (portugueses, ou outros) não considerassem 50% como taxa mínima de lucro a obter, a produção chinesa de sedas daria para abastecer e satisfazer, naquela época, a procura dos mercados japonês, indiano e europeu (quer fosse através de Malaca e Goa ou de Manila e Nova Espanha).

Em tal contexto se insere o protesto do Senado de

Macau, em 3 de Abril de 1589, contra o envio por D. João da Gama de uma nau, a Acapulco, repleta de mercadorias que tinham sido carregadas com a intenção ou suposta intenção de se dirigir à Índia. A viagem de D. João da Gama (1589-1590) de Macau ao México foi a primeira viagem portuguesa a efectuar a travessia do Pacífico. No decurso dessa travessia foi assinalada uma terra chamada “Terra de Gama” e cuja identificação viria a levantar muita polémica entre os cartógrafos daquela época, mas que era provavelmente Hokkaido (*yesso*) ou uma das ilhas Curilhas (segundo Boxer). Ao chegar ao México é preso por ter violado a proibição de comunicação directa entre as colónias portuguesas e espanholas. O preso e as suas mercadorias são enviados para Espanha, onde aquele vem a morrer. No processo aberto a D. João da Gama pela Coroa espanhola viria a ser quantificada a sua participação no carregamento do navio, como mercador particular, em 140.000 pesos.<sup>35</sup>

Em 1590, os moradores de Macau rebelaram-se contra as violações dos espanhóis e os prejuízos da sua concorrência, pelo que quando chegou um navio

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

enviado pelo governador das Filipinas, Gomes Perez Dasmariñas, todo o dinheiro que nele vinha foi confiscado. Só em 1594, por ordem expressa do rei, essa quantia foi restituída.<sup>36</sup>

Em 9 de Março desse mesmo ano os portugueses viram satisfeitas as suas pretensões por um alvará régio que proibia aos responsáveis de todos os navios (capitães, mestres e pilotos), independentemente dos armadores terem ou não licença assinada pelo rei para essa navegação, o transporte para Macau, Malaca e Índia Portuguesa, de religiosos ou leigos castelhanos, a não ser que apresentassem expressa autorização régia.

Mas os interesses económicos decorrentes do domínio das rotas e malhas mercantis não se compadeciam com a solidariedade ditada por critérios de nacionalidade. A concorrência estabelece linhas de fractura entre os vários grupos de mercadores da mesma nacionalidade. É assim que se desenvolve uma resistência activa dos mercadores (particulares) de Macau contra o comércio directo de mercadores de Goa com Cantão, à revelia dos interesses régios das alfândegas de Malaca e Goa. A resistência assume tal importância que leva o vice-rei a elaborar, a pedido da Câmara Municipal de Goa, uma provisão a interditar, às autoridades de Macau e aos seus mercadores, a realização de acções impeditivas ou de criação de dificuldades no comércio directo entre os mercadores de Goa e os chineses nas feiras de Cantão. D. Paulo de Portugal, que fora nomeado capitão-mor da viagem China e Japão, parte da Índia em 1598 na posse de uma provisão daquele teor e de três viagens do Japão, por si compradas: “uma aos herdeiros do seu pai, outra ao Hospital de Goa, o qual o Rei tinha ordenado que fosse reparado, pelo que a sua viagem tinha precedência sobre as outras duas, e a terceira, à Igreja de S. João de Goa. Estas viagens deviam ser seguidas; e para as efectuar comprou uma bela Nau, bem aparelhada e provida, na qual se fez ao mar”.<sup>37</sup>

No entanto, os espanhóis de Manila continuaram a negociar directamente com a China. Diogo do Couto refere que, em Outubro de 1598, chegou a Macau um navio de Manila cujo capitão espanhol (D. Juan Zamudio), com carta do governador das Filipinas, se abasteceu de ferro, chumbo e munições. Este navio conseguira, inclusivamente, negociar com os chineses no porto chamado Pinhal.

Este porto de Pinhal é mais um dos topónimos

cujas localizações tem levantado diversas hipóteses entre sinólogos e orientistas. Albert Kammerer (seguindo P. Pelliot) não concorda com as localizações de Pinhal feitas por Ljungstedt e por Chang T'ien-tse na parte oriental do delta do rio de Cantão (Zhujiang), sugerindo que aquele antigo porto se encontraria à distância de oito léguas de Cantão na parte ocidental do delta, numa embocadura do rio, hoje a alguns quilómetros da costa, em terra firme devido ao assoreamento e deslocação constante da linha costeira.<sup>38</sup> Boxer propõe *the bay of Tonkawan between Canton and Macao*.<sup>39</sup> Recentemente, novos especialistas da História de Macau, como Wu Zhiliang e Jin Guoping, têm-se debruçado sobre as vicissitudes da origem e desenvolvimento de Macau. Wu Zhiliang identifica o Pinhal com a “ilha de Yashan, a Sudoeste do actual município de Zhongshan”<sup>40</sup> baseando-se para isso na *Crónica Geral de Guangdong*, da qual traduz o seguinte texto: “No 5.º dia da 8.ª lua do 26.º ano (24 de Julho de 1959) de Wanli, gentes de Lução vieram de repente para ancorarem em Haojingao (Macau), solicitando a apresentação de tributo. O Governador de Guangdong, considerando ilegal a sua entrada, decidiu expulsá-las. Os portugueses de Macau reforçaram também a sua defesa, impedindo o desembarque dos Luções. Na 9.ª lua (Agosto) transferiram-se para Hutiaomen, dizendo [que estavam] à espera de ser medidos [a medição do navio era a forma de avaliar o imposto mercantil a pagar]. Na 10.ª lua (Setembro-Outubro), mandaram dizer que tinham chegado a Jiazimen. Avariados os barcos, ficaram a residir em Hutiaomen, sem intenção de se retirar. Haidao Zhang Banghan enviou para lá tropas tendo queimado a sua povoação. Na 9.ª lua do ano seguinte (Julho-Agosto de 1599) é que regressaram para o mar de Leste. Há quem diga que vieram aliciados pelos comerciantes de Guangdong e Fujiang.”<sup>41</sup> Jin Guoping escreveu mesmo um estudo sobre a identificação do Pinhal, considerando que a designação portuguesa de Pinhal se referia à localidade de Yamen e a espanhola de el Pinal se referia a Hutiaomen, ficando ambas na desembocadura do rio do Oeste (Xijiang). Na foz do mesmo rio Xijiang, mas mais junto do mar, ficaria a localidade de Lampacau, onde os portugueses igualmente mantiveram um comércio intenso, no período anterior à fundação de Macau.<sup>42</sup>

Mas o mais interessante é que os Espanhóis, nesta tentativa de estabelecimento na China, usaram um processo semelhante ao utilizado pelos Portugueses

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

(aquando do *Acordo* de Leonel de Sousa, de 1554), na medida em que foram admitidos pelos chineses no sistema de comércio tributário considerados como siameses: “Despacho que o Aitão deu aos Castelhanos à pitição que lhe fizeram contra os Portugueses em que lhe pedião porto no Pinhal como Siameses”.<sup>43</sup> As autoridades chinesas foram tolerantes, permitindo aos mercadores espanhóis comerciar com os chineses em Pinhal. Os Portugueses de Macau, ao terem conhecimento desta situação, reagiram de imediato, enviando duas missões com o objectivo de fazer abortar esta penetração espanhola na China. Uma dirigiu-se às autoridades de Cantão, onde pediu a expulsão dos mercadores espanhóis, argumentando que *eram ladrones y levantados, y que eran gente que se alçavan con los reynos donde entravam*; a outra consistiu em pressionar os Espanhóis que estavam no porto de Pinhal a abandonarem aquele local. Não tendo obtido uma resposta positiva dos chineses, os portugueses organizaram uma intimidação ao barco espanhol no Pinhal, tentando atear-lhe fogo. O navio espanhol zarpu para Manila em 1599. Foram igualmente avisadas as autoridades portuguesas em Goa, a fim de que o governador das Filipinas fosse pressionado a abandonar a tentativa de estabelecer relações directas com a China.<sup>44</sup>

Por outro lado, as autoridades centrais espanholas, preocupadas com a volumosa drenagem da prata americana directamente para a China (via Filipinas em detrimento de Sevilha), não queriam concorrência ao seu comércio entre Espanha e as suas colónias americanas (México, Peru), nomeadamente não viam com bons olhos a rota que ligava directamente estas colónias às Filipinas. Encontramos, assim, grupos de pressão constituídos segundo os interesses económicos das respectivas rotas marítimas, independentemente da nacionalidade dos mercadores. Os portugueses de Lisboa juntam a sua voz aos espanhóis de Sevilha contra os portugueses de Macau e contra os espanhóis de Acapulco e Manila.

É neste contexto que se inserem as diversas cartas régias proibindo aquele comércio. Podemos referir, a título de exemplo, a carta de Janeiro de 1587 de Filipe I ao vice-rei D. Duarte de Meneses, proibindo o comércio das Filipinas com as Molucas e a China, bem como o comércio de Macau com as Filipinas.<sup>45</sup> Assim, o comércio da rota Macau-Manila que se continuou fazendo foi, durante esse período, frequentemente

clandestino.

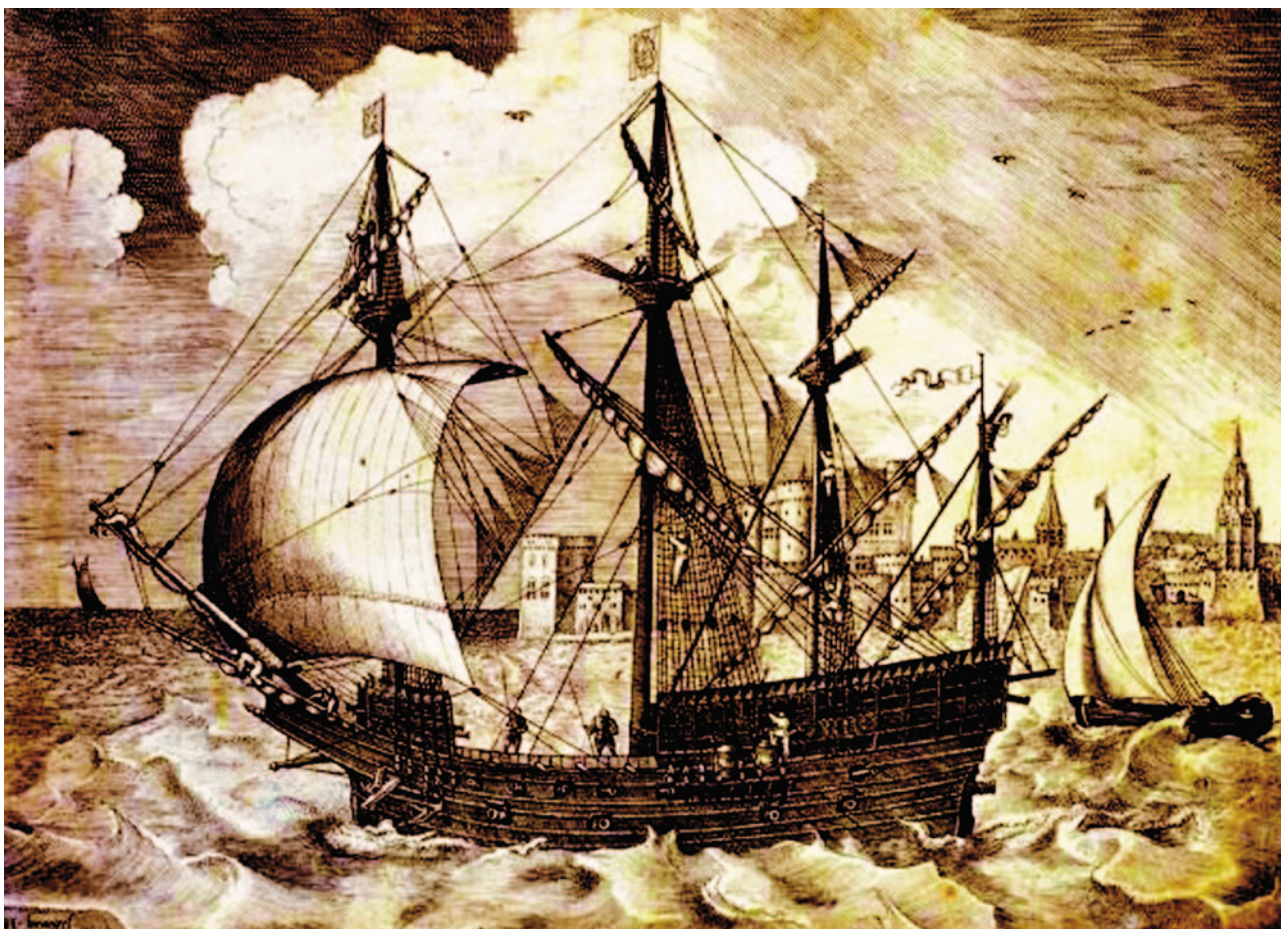
A ilustrar o que acabámos de referir encontramos, entre outros, um parecer castelhano sobre o comércio no Extremo Oriente, redigido em Madrid em Outubro de 1630, onde se advoga a interdição e anulação da venda de viagens *de la China para Manila*, porque, *puediendo los vezinos de macao navegar tres anos libremente para Manila*, este comércio prejudicava a fazenda real e, como justificação, explica: *leva la plata de nueva Hespana a Manila, y China que es mas de tres millones cada ano y estos vienem menos a este Reino, que se puede considerar por uno de los grandes danos desta Corona*.<sup>46</sup>

Numa segunda fase no decurso do primeiro quartel do século XVII, os mercadores de Macau passaram a defender oficialmente a legalização da rota Macau-Manila, tentando impor a utilização exclusiva de navios portugueses, que eram alvo de um tratamento aduaneiro preferencial por parte dos chineses, como veremos mais à frente. É assim que António Pinto da Fonseca, em 1622, escreveu de Malaca ao vice-rei, que por sua vez informaria o rei, colocando-o a par da utilidade “do trato entre os moradores da cidade de Macau e os de Manila”.<sup>47</sup>

Em 1623, os mercadores da viagem de Macau-Manila defendem a legalização de uma linha comercial nessa rota, visto a quantidade de seda ser suficiente para o trato quer com o Japão e Índia quer com as Filipinas, pelo que entendiam já não ser prejudicial à Fazenda Real ou aos mercadores de Macau. Este pedido correspondia ainda à necessidade de reforçar uma alternativa à enorme redução das encomendas dos mercadores indo-portugueses, devido às dificuldades criadas pelo bloqueio holandês. A mercadoria que concentrava a atenção dos mercadores desta rota era fundamentalmente a seda.

Os Portugueses de Macau pretendiam ainda um comércio unilateral, visto defenderem que “não há prejuízo na ida dos Portugueses a Manila senão na vinda dos Espanhóis à China, porque como trazem cópia de dinheiro (em prata e oiro), logo se altera o preço das fazendas (em Cantão e Macau)”; os mercadores macaenses finalizavam as suas alegações com um argumento decisivo para a legalização deste comércio: “se os Portugueses não levam estas fazendas a Manila os chinas levam com tanto risco que as mais das vezes vão cair na mão dos inimigos”, enriquecendo-se e fortalecendo-se ainda mais os Holandeses e Ingleses.<sup>48</sup>

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL



Galeão do século XVI (Brueghel).

No entanto, as autoridades regionais da Índia Portuguesa, em 17 de Abril de 1624, reprovam uma solicitação do Senado de Macau que pedia a legalização da rota Macau-Manila.

O vice-rei, secundado pelo seu conselho, decide ainda reafirmar a proibição em vigor. No entanto, a intensidade e importância deste fluxo de comércio era tão significativo para a comunidade portuguesa de Macau que aquelas autoridades regionais recebiam e hesitavam tomar uma atitude de intransigência ou de repressão contra os mercadores dessa rota, não fosse Macau resolver trocar a sua fidelidade à Coroa Portuguesa pela fidelidade à Coroa Espanhola.<sup>49</sup>

Ainda em vésperas da reconquista da independência de Portugal, Filipe IV enviou ao vice-rei em Goa uma ordem firme no sentido de, mais uma vez, proibir o comércio de Macau com Manila.<sup>50</sup>

Assim, a chancelaria real da Coroa Espanhola

até 1640 (a Independência de Portugal só foi conhecida em Macau em 1642) inclui grande número de ofícios, alvarás e decretos a proibir o comércio entre as cidades de Macau e Manila.<sup>51</sup> Contudo, esta rota continuou a ter um fluxo intenso e lucrativo para ambas as colônias. Em geral, as autoridades portuguesas de Goa não tomavam medidas concretas e eficazes para impedir o comércio na rota de Macau-Manila. Mas, mesmo que o vice-rei quisesse pôr em prática essa proibição, era-lhe impossível fazê-lo devido ao complexo contexto regional, além de que essa rota, ao contribuir para a sustentação de Macau, evitava a Goa o gasto de verbas para esse fim.

Os vereadores de Macau, em 1623, revelaram ter utilizado todo o lucro de duas viagens de Macau a Manila que, segundo eles, atingira quarenta mil patacas, em despesas militares para a segurança de Macau: “tem a cidade de Macau despendido o rendimento das viagens de Manilla” (de Diogo de Vaz



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Bávoro em 1621 e outra em 1623) em “seis ou sete peças” de artilharia e se “gastaram também em baluartes que fizeram e repairos que comprarão e mais petrechos de guerra”. O rendimento das viagens de Macau para as Filipinas cifrava-se, no ano de 1633, em cerca de 1.500.000 pesos filipinos. Deste rendimento, Macau pagava quer os serviços militares locais, quer os soldos dos homens e ainda a conservação das fortificações.<sup>52</sup>

Assim, o capitão-geral de Macau, Manuel da Câmara de Noronha (1631-1636), ao tentar aplicar a proibição emanada do poder central em Madrid, concluiu pela impraticabilidade dessa proibição, pois não havia alternativa para essa vigorosa fonte de receitas e a população macaense afirmava claramente que preferia morrer às mãos de seus inimigos que sujeitar-se a novos impostos.<sup>53</sup>

Por outro lado, reconhecia este capitão-geral de Macau que, caso não fossem os mercadores portugueses a efectuar este comércio com Manila, os chineses de Cantão, associados aos de Fujian, levariam directamente a Manila a seda que antes vendiam aos mercadores de Macau, o que instigaria o comércio clandestino destes últimos através de chineses.

O vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, trouxe consigo de Lisboa, em Abril de 1629, instruções secretas do rei D. Filipe IV sobre as viagens de Macau ao Japão e de Macau a Manila, que estabeleciam a sua realização “por conta da minha fazenda aplicando tudo o que montarem aos gastos da Ribeira de Goa, aprestos das armadas, e fabrica de navios, por quanto estou informado q. se pode fazer assy sempre que seja precisamente necessario”.<sup>54</sup>

O Conselho do Governo e Fazenda, reunido a 16 de Novembro de 1629, entendeu “que seria de muito mais proveito venderêsse”,<sup>55</sup> as referidas viagens em leilão a quem fizesse a maior oferta. O Conselho teve o cuidado de propor a Macau a compra daquelas viagens; no entanto, as condições apresentadas não foram do agrado dos procuradores da cidade de Macau em Goa: “antes de se fazer a Rematação, forão chamados aos Procuradores da Cidade de Machao, o Padre Sebastião Vieira, Lourenço de Mello de Eça e Manoel de Gouveia Botelho, a quem se offerecerão no mesmo preço e condições para a dita Cidade, os quais responderão que as não queriam açetar naquela forma”.<sup>56</sup> Assim, em 28 de Novembro de 1629, o Conselho do Governo e Fazenda vendeu três viagens de Macau a

Manila, juntamente com outras três de Macau ao Japão, a Lopo Sarmiento de Carvalho, “em preço e conthia de 306.000 xerafines [...] que vem a ser 102.000 xerafines em cada viagem de Jappão e Manilla”. As principais cláusulas do contrato, no que respeitava às viagens a Manila, estabeleciam:

- O provido Lopo S. de Carvalho comprometia-se a enviar a Manila 3 navios por ano ou, no mínimo, nove navios durante a vigência do contrato de três anos.
- era estabelecido o monopólio destas viagens na pessoa do provido, ou de seus herdeiros, “e nenhuma pessoa poderá mandar nem hir, e embarcação, nem mandar a Jappão, nem a Manilla durante o tempo deste contrato sem licença do dito Lopo Sarmiento de Carvalho ainda que seja mandada, por a cidade ou Capitão geral com titulo de avizo porque então pedirão ao dito Lopo Sarmiento que mande hua por conta das ditas Viagens com o dito avizo”.<sup>57</sup>

O Senado de Macau, não tendo comprado as viagens de Japão e Manila pelo preço exigido pelas autoridades de Goa, veio a inviabilizar a realização das mesmas viagens por Lopo S. de Carvalho durante os anos de 1630 e 1631. No entanto, o comércio com Manila continuou a ser efectuado pelos mercadores particulares de Macau; a alfândega de Manila cobrou direitos a seis navios vindos de Macau, em 1630 e a três outros navios em 1631. O Almojarifazgo de Manila assinala 7.110,50 pesos cobrados aos navios provenientes de Macau, entre 1621 e 1630 (mais precisamente a navios de 1621: dois navios, um deles era um patacho de Diogo Vaz Bávoro, os quais renderam 80.000 patacas de lucro; 1627 com dois galeões, três galeotas e uma sampana; 1628 com dois navios; mais os nove navios, acima referidos, correspondendo aos anos de 1630 e 1631), o que corresponde a 27,65% dos rendimentos da alfândega.<sup>58</sup>

Lopo Sarmiento de Carvalho só realizou as suas três viagens, de 1632 a 1634, após apelar à intervenção do vice-rei, o qual proveu como capitão-geral de Macau Manuel da Câmara de Noronha, seu parente.

O comércio Macau-Manila recebeu a cooperação dos capitães-gerais de Macau e o apoio tácito dos vice-reis desde 1623 e foi oficializado como monopólio régio em 1629. Contudo, em 14 de Março de 1632 e a 7 de Janeiro de 1633, o rei Filipe IV de Espanha

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

despacha para Goa cartas reafirmando, mais uma vez, a proibição do comércio entre Macau e Manila.<sup>59</sup>

Uma tentativa de solução conciliatória foi ordenada, em 1634, pelo vice-rei e conde de Linhares, através do envio de uma pequena embarcação (patacho) que fosse buscar armas e munições a Macau: “mandandosse cada anno tam somente hum pataxo que possa levar munições e os mais apetrechos de guerra que daquella cidade costumavão vir buscar e também carga de pessoas que não poderão nunca ser mais que as que são necessarias para o gasto da mesma terra, com que se não ficará prejudicando ao contrato de Çevilha que he o intento perque se entende que Sua Magestade as manda prohibir”. Simultaneamente, tentou o vice-rei impedir que o navio tivesse espaço para levar sedas em quantidade suficiente para de Manila serem reexportadas para a América Espanhola, passando o pagamento das despesas com a segurança de Macau a ser feito a partir da “fazenda de sua Magestade”.<sup>60</sup>

Na carta do conde de Linhares e vice-rei D. Miguel de Noronha, de 4 de Maio de 1635, a Manuel Ramos, administrador das viagens de Japão e Manila, refere-se, a propósito do patacho enviado a Manila, que seria sua missão proteger o monopólio régio sobre essa rota: “Os chós que na vossa carta me dizeis que vão da China para Manilla escondidos forão a causa por que mando fazer essa viagem em hum pataxo e se este lá achar outras embarcações que vão das Ilhas de Macau com fazendas tomarseão por perdidas por a viagem ser de S. Mag.<sup>e</sup> e assi convem que nesta conformidade vão as ordes que levar o Capitão mor e feitor que fôr a Manilla, e contra as peças q. lá mandare quaesquer embarcações ou fazendas dessas Ilhas da China fareis proceder com todo o rigor na forma das provizes que sobre isto se passarão a Lopo Sarmento q. estão todas registadas na Cidade, e os culpados os fareis embarcar para a India”.<sup>61</sup>

O vice-rei D. Miguel de Noronha esclarece ainda que a oficialização da viagem de Macau a Manila, na forma de um patacho pequeno, permitia ultrapassar a rota de Macau a Malaca e depois a Manila: “e quanto as fazendas q. dizeis q. vão a Malaca pera dahy passarem a Manilla com tornarmos a abrir este comércio no pataxo que está ordenado se atalha este inconveniente porque não he de crer q. os homens enviem suas fazendas daquella fortaleza com o risco do estreito pagando os fretes e dereitos que até ai deve, e depois

outros novos daly pera Manilla não pagando no pataxo em que dessa cidade se faz viagem mais que dez por cento.”<sup>62</sup>

A importância da rota mercantil Macau-Manila, para a subsistência de Macau, é-nos clara e expressamente referida, em 1642, pelo jesuíta António Francisco Cardim (grande conhecedor de Macau, onde viria a morrer em 1659). Após tomar conhecimento, em Goa, da Restauração da Monarquia Portuguesa na pessoa de D. João IV, o Pe. Francisco Cardim envia, em Dezembro de 1642, um memorial ao vice-rei da Índia a alertar para a necessidade de avisar com urgência a cidade de Macau. A urgência era motivada pela necessidade de impedir qualquer chantagem ou represália sobre os mercadores portugueses de Macau e suas mercadorias, que habitualmente enviavam a vender em Manila. Chantagem esta que seria de esperar por parte dos espanhóis de Manila a fim de pressionar os moradores de Macau a não reconhecerem o rei D. João IV. Por outro lado, era de esperar a realização de represálias sobre os mercadores de Macau e suas mercadorias em Manila, caso Macau viesse a jurar fidelidade ao rei português.

A situação agravava-se pelo facto de toda a cidade se sustentar unicamente dos rendimentos do comércio e o comércio com Manila ser fundamental após o encerramento do Japão aos navios portugueses. Diz-nos o Pe. Francisco Cardim, “para que o jurassem [fidelidade ao novo rei português] e obedecessem em Macao e como nas mais cidades da Índia, e não fossem a Manila levar fazendas aos Castelhanos, como costumam todos os anos, que importam dois milhões de ouro, porque se este aviso chegasse tarde, depois de os Portugueses com suas fazendas estarem em Manila, arriscava-se aquela cidade tomasse voz de el-rei de Castela, por estar empenhada com os castelhanos de Manila, onde tinham sua gente e fazenda de tanta importância,” ou mais adiante “por terem metido em Manila, nas mãos dos castelhanos, toda sua fazenda, que é todo o seu remédio e sustentação.”<sup>63</sup>

Realçando a importância das relações mercantis com Manila, avisa o Pe. Francisco Cardim que “fica em novo risco a cidade de Macau, a que por falta de contrato e comércio donde tem toda a sua sustentação, torne Macau a tomar voz de Castela, só a fim de ter o contrato e comércio de Manila, que era agora todo o

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

seu remédio e sustentação”. Assim, o vice-rei deveria apoiar ao máximo Macau, enviando dois patachos ou caravelas para que Macau procurasse outras zonas alternativas ao comércio com Manila (comércio em direitura para e de Macau). Este apoio a Macau não era, no entanto, uma acção que enfraquecesse economicamente a Coroa ou o Estado da Índia, antes pelo contrário, “caso, o que Deus não permita, que se perca a cidade de Macau, perde Vossa Magestade o melhor contrato da Índia rica, nem há Índia rica sem a China”.

A defesa de Macau significava igualmente a conquista para o Cristianismo de muitos orientais, caso contrário “perdem-se as cristandades da China Anam, que vulgarmente chamamos Tonquim, onde se baptizam todos os anos dez e doze mil almas, e é a melhor cousa que Vossa Magestade tem hoje em todo o Oriente.”<sup>64</sup>

## A ENTRADA DE OUTRAS POTÊNCIAS EUROPEIAS: CORSO E CONCORRÊNCIA

Se comercialmente Manila e Macau estavam aparente e “oficialmente” de costas voltadas uma para a outra e em concorrência, em termos políticos não só eram territórios geminados sob a mesma Coroa espanhola como conciliavam esforços com o objectivo comum de resistir militarmente à penetração de dois impérios mercantis em ascensão no Extremo Oriente: a Holanda<sup>65</sup> e a Inglaterra.<sup>66</sup>

O final do século XVI e o primeiro quartel do século XVII foi um período marcado pela ameaça militar e pela concorrência mercantil holandesa; basta lembrar que no prazo de quatro anos, 1598-1602, foram organizadas 13 expedições holandesas ao Extremo Oriente, que contactaram Java, Molucas, Achém, Sofala, Ceilão e portos da Malásia.<sup>67</sup>

A fundação da *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (V.O.C.), em 1602, foi um passo eficaz para o domínio dos mares e principais centros mercantis dessa região, pondo em perigo as rotas ibéricas do Extremo Oriente pelo apresamento de navios carregados de seda e outras mercadorias.<sup>68</sup> O corso instalou a instabilidade económica e o espírito de desânimo, como escreve Jorge Pinto de Azevedo: “As armadas para Malaca todos os annos em que morreo tanta gente, só afim de acompanhar, e livrar do olandez as embarcações da China que destroyão

este Estado que fruto tirarão, nem por isso deixou o inimigo de levar tudo, e não foi em huma só occasião”.

<sup>69</sup>

A presença militar e o respectivo corso, cada vez mais significativo, das nações europeias concorrentes da expansão dos estados ibéricos no Extremo Oriente, foi um instrumento para preparar a sua expansão mercantil, essencial à futura Revolução Industrial Europeia.

## COOPERAÇÃO MA CAU-MANILA CONTRA OS ADVERSÁRIOS COMUNS

Outra repercussão traduziu-se no incentivo e reforço da solidariedade entre as duas colónias europeias (portuguesa e espanhola) no mar da China. No corpo epistolar oficial desta época é frequente encontrar cartas régias a ordenar a colaboração mútua entre Macau e Manila, para melhor resistirem ao inimigo comum (holandeses e ingleses).<sup>70</sup>

No período de 1601 a 1610 realizaram-se várias acções conjuntas: a contratação de um patacho português em Malaca, em 1601, para conjugar forças com a frota espanhola contra os holandeses; em 1602 o financiamento espanhol concedido, em Manila a portugueses para apoio da esquadra de André Furtado de Mendonça; a resposta positiva de Macau ao pedido urgente do governador das Filipinas para o estabelecimento de um comércio de munições com Manila, motivado pelo ataque espanhol ao Parian em 1603. Nos anos seguintes são enviados por Macau vários navios a comerciar com Manila. O comércio de mercúrio (essencial para a refinação da prata, logo a sua posse era de importância estratégica para as minas espanholas de Nova Espanha) existente na China foi alvo de um contrato de venda entre os portugueses de Macau e os espanhóis. A venda do mercúrio às Filipinas, ao preço de cerca de 50 pesos por quintal, propiciava aos portugueses lucros médios de 7 pesos por quintal. Este contrato vigorou entre 1609 e 1615, deixando posteriormente o mercúrio de ser vendido pelos portugueses em quantidades significativas.<sup>71</sup>

As cartas régias de 23 de Janeiro de 1608, de 25 de Fevereiro e 19 de Março de 1609 pretendem o incremento da cooperação entre os portugueses na China e os espanhóis nas Filipinas. Se, por um lado, reafirmam a proibição de comércio entre Macau e

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Manila, por outro ordenam entreatada militar aos dois governos, cabendo ao capitão-geral de Macau assistir com munições e o mais que for necessário ao governador das Filipinas.<sup>72</sup>

Vemos, assim, Manila não só vender canhões, em 1623, como ceder homens de armas à cidade de Macau, como testemunham os mercadores de Macau: “do presídio que veo de manilla e mais gente que se achou na terra que recebem quartéis juntos aos 12 mil xerafins”. Estes argumentavam que o elevado montante destas despesas obrigava a cidade a utilizar o rendimento de mais de uma das futuras viagens de Macau a Manila para anular o seu endividamento: “que a cidade hoje está devendo que com huma viagem por mais que renda se não pode desempenhar”.<sup>73</sup>

O perigo holandês e inglês e a consequente necessidade de serem escoraçados das águas do Japão e Manila foi alvo de vários relatórios para as autoridades centrais ibéricas. Um destes relatórios,<sup>74</sup> oriundo de um grupo de religiosos espanhóis em missão secreta no Japão,<sup>75</sup> critica, por um lado, a falta de eficiência dos espanhóis, por não sabotarem a armada holandesa e inglesa no Japão<sup>76</sup> e, por outro lado, alerta e denuncia o pouco empenho demonstrado pelos portugueses em organizar uma frota comum com os espanhóis, com vista à expulsão dos holandeses e ingleses: *La India na opinion de los que por ca bien sienten, esta perdida en materia de gobierno y milicia, y apoderados los Holandeses de mucho de ella y de sus reynos circumvazinos por no tratar las cabeças della tanto de ser soldados y poner a los Portugueses en esto y hazerles obedecer e mirar por la honra de España, como de ganar dinero para si sin mirar por el bien comun, y en particular por no adunarse con los Castellanos, ni ajudar a los de Manila quando es menester y pudieran dar muestra que haran qualquiera cosa.*<sup>77</sup>

Contudo, nunca se viria a realizar a expedição militar comum contra a principal ameaça ao comércio ibérico nos mares da China e do Japão – a base holandesa na Formosa – que foi repetidamente anunciada pela Coroa, pelo vice-rei português e pelo governador espanhol das Filipinas. A cidade de Macau não deu seguimento efectivo aos sucessivos apelos do vice-rei para que a cidade armasse navios para comboiar as galeotas de comércio bem como para atacarem e expulsarem os holandeses da Formosa. Os mercadores independentes de Macau, ciosos da sua autonomia mercantil e dos seus contactos, não se

mostraram interessados em se envolver financeiramente em expedições militares conjuntas com os espanhóis.

## O TRÁGICO CORTE NAS ROTAS PORTUGUESAS DO JAPÃO E MANILA

No final do período que nos propusemos analisar, e antes da exclusão de todo e qualquer comércio português em Manila, um acontecimento dramático viria sacudir a vida relativamente tranquila e próspera de Macau naquela primavera de 1639: a expulsão dos portugueses do Japão e a proibição definitiva de todo o comércio dos portugueses (de Macau ou não), assim como de todos os estrangeiros, excepto dos holandeses, chineses e coreanos com o Japão.<sup>78</sup>

As repercussões negativas deste acontecimento sobre Macau foram amplificadas com a queda de Malaca em 1641. Ficou em perigo não só o elevado nível de vida da comunidade mercantil de Macau, mas, inclusive, colocou em causa a continuidade de muitos mercadores em Macau, devido à extinção radical da rota que lhes servia de esteio.

O mercador e morador de Macau, Jorge Pinto de Azevedo, retrata esta situação ao referir: “De Malaca e mais reinos do meridiano nos lançarão com tantas guerras as nações delles, e não os olandezes: e nelles não entravamos com dinheiro senão com fazendas, e tiravamos as drogas de mais consideração e proveito que de todas as mais partes como atraz fica dito – de Jappão nos lançaram porque tem muita prata, e o que por ella querem que são cedas lhes levão os chinas mais baratas, não se imagine outras couzas, nem outras filosofias, porque a do interece: he a que fecha todas as portas dos possiveis, e desfacha as dos impossiveis outras serão as que se derão para formar e a fear culpas ou para desculpar acções [ações].”<sup>79</sup>

Aquela expulsão revelou mais uma vez a fragilidade da Cidade do Nome de Deus e a sua dependência de uma estável rede de contactos com o mundo asiático (nomeadamente entre a Ásia do Sueste e a Índia). Para a cidade de Macau tornava-se premente a necessidade de, por um lado, legalizar e incrementar a rota mercantil de Macau a Manila nos navios portugueses de Macau e, paralelamente, intensificar o comércio por rotas alternativas e, por outro lado, de proibir o envio de todo e qualquer

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Combate naval entre espanhóis e holandeses numa gravura holandesa de princípios do século XVII.

missionário das Filipinas para o Japão; as autoridades religiosas e civis de Manila acederam a esta condição, declarando formalmente que a respeitavam, reconhecendo de certo modo que a penetração no Japão de missionários idos das Filipinas e a concorrência destes com o Padroado Português contribuíra para a expulsão dos portugueses do Japão.

Macau desenvolveu, então, uma intensa actividade de contactos multifacetados (foram enviadas missivas ao papa, ao rei e ao vice-rei) com o objectivo de encontrar alternativas e apoios à sua grave situação, sem excluir a tentativa de reabertura daquele trato. No entanto, como sabemos, a embaixada enviada ao Japão fracassou e foi punida com a morte de todos os enviados, com excepção de treze elementos, necessários para levarem a Macau a confirmação do édito de expulsão.<sup>80</sup>

A Cidade do Santo Nome de Deus de Macau só em 31 de Maio de 1642 teve conhecimento de que Portugal, dois anos e meio antes, se libertara do domínio espanhol; declarou então a sua lealdade a D.

João IV (1640-1655), novo rei de Portugal.

A reacção espanhola não se fez esperar, sendo estabelecida uma proibição para toda e qualquer ligação comercial entre as cidades de Macau e Manila.

O seguinte testemunho analisa de forma retrospectiva a presença portuguesa no Extremo Oriente e reflecte o desalento e a descrença no processo de fixação portuguesa, inerente à situação crítica em que ficou Macau após o corte da rota Macau-Manila: “No reino da China teve fim outra cidade de Portugueses que nelle ouve por traição dos Chinas que a todos os della matarão, em cochychina ouve ja povoação de Portugueses e cristãos, e já não ha, em Camboja taobem ouve, e em Jappão que era a principal de tudo em que avia mizericórdia de japoneses e mercadores: taobem se acabou, e o mesmo vira a ser a povoação que agora se vay fazendo no Macaçar porque como são couzas semelhantes, edificios sem alicerces, edificados em terra alhea, de forçado hãode aruinar depreça, e perder-se de todo.”<sup>81</sup>

Consideramos interessante acompanhar o

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

desenvolvimento desta situação crítica, de ausência de duas das mais rentáveis rotas mercantis de Macau, pois a compreensão do período anterior fica mais clara pelas medidas tomadas posteriormente.

Os moradores de Macau e a própria cidade em si dependiam da manutenção das principais rotas mercantis. Com a expulsão dos portugueses do Japão, e pouco depois com o corte de relações oficiais com as Filipinas, ficou Macau em sérias dificuldades.<sup>82</sup> Para ultrapassar estas dificuldades os moradores de Macau pressionam as autoridades portuguesas para a abertura de novas rotas, tentam controlar o comércio da China (Cantão, Chincheo, Nanquim, Consay, Ainão) com o exterior, de forma a serem os únicos intermediários no comércio da China com os europeus (em especial os holandeses e castelhanos). A consolidação de outras rotas, até então consideradas secundárias, e mesmo na abertura estratégica de Macau ao comércio com os concorrentes europeus (castelhanos, holandeses e ingleses): “E a resão por onde digo que he bom vender isto em Machao aos Castelhanos, e Olandeses, e Ingreses, he porque tanto se ha-de ganhar com elles. Em Machao se os portugueses lhes venderem, como em Jacatara, em resão de como lá colhem os portugueses compram pello que querem por não haver mais compradores que a companhia, e em Machao e uma vez que lá estiverem: não hão de hir sem fazendas: pois as não hão de achar em outra parte além de como os de machao hão de comprar em bom preço, por hir comprar na mão dos tecelões, e não hade aver Chinas regatões que vendem como agora.”<sup>83</sup>

Podendo assim controlar os preços, de forma a que os produtos vendidos pelos holandeses no Japão sejam mais caros do que se os japoneses os comprassem directamente aos portugueses: “para vender aos olandeses em Machao para que levando os a Jappão por nossa mão caros que pella dos Chinas que isto lhes levam a ilha Fremosa venhão os Jappões a conhecer: que melhor ganhavão com os de Machao, e a aborrecer, e desterrar o olandes por levar as fazendas delles como fizerão agora novamente aos Chinas que de Machao levarão algumas, e fazer tambem com os olandeses hum trato de respondencia a tantos por cento para Jappão depois das fazendas vendidos segurando a companhia o risco dos Jappões por que não aja alguma invenção falça”.<sup>84</sup>

Macau descobriria formas para auxiliar a ultrapassar aquela crise, continuando a comerciar através da contratação de barcos chineses ou de outras nacionalidades, diversificando os mercados (o exemplo

de Macassar é nítido, tendo passado de uma média anual de um a dois barcos, no período de 1621-1643, para o envio de um a cinco barcos no período de 1644-1660<sup>85</sup>) com que contacta de forma legal ou clandestina. Apesar da proibição de comércio com Manila após 1642, o comércio clandestino com aquela cidade permitia à alfândega de Manila cobrar 6.294 *pesos* das mercadorias oriundas de Macau entre 1641-1645, representando cerca de 28,5% do rendimento alfandegário local.<sup>86</sup>

### ALGUMAS NOTAS GLOBAIS SOBRE MACAU E MANILA

Alguns factores influenciaram positivamente a ascensão de Manila a grande centro mercantil do Extremo Oriente: por um lado, a rapidez da viagem de Macau a Manila que naquela época levava 15 a 20 dias, as boas condições portuárias de Manila/Cavite e a fértil planície de arroz de Luzon Central, permitiram o crescimento demográfico e económico da nova cidade espanhola de Manila; por outro lado, a posição estratégica das Filipinas entre a China e a América permitiu-lhe transformar-se em centro redistribuidor da prata americana e japonesa, em direcção à China (Macau e Chincheo) e em centro de importação espanhola das sedas, cerâmicas e outros produtos chineses.

O desenvolvimento de Macau e Manila apresentou vários aspectos comuns. As comunidades europeias de Manila e de Macau dependiam exclusivamente das suas rotas marítimas e floresceram ambas com base no seu papel redistribuidor da seda chinesa em troca da prata americana e japonesa. Ambas se ergueram inspiradas em modelos urbanos ibéricos. A rota Macau-Manila constituiu, neste período, uma das mais rendosas do Extremo Oriente. A exemplificar os lucros do comércio Macau-Manila podemos especificar o período de 1634 a 1637, que representou metade do lucro da totalidade do trato marítimo de Macau: 4 milhões de cruzados de ouro, o que significava um lucro de 100%<sup>87</sup> para os mercadores macaenses. Em Macau, na comunidade ligada às actividades náuticas (que, à volta de 1635, era constituída aproximadamente por 150 marinheiros, pilotos e mestres de navios) e ao comércio marítimo que, além do grupo dos mareantes, abrangia a maioria das famílias de portugueses, reinóis (portugueses nascidos no reino) e casados, localizavam-se algumas fortunas de mais de 50 mil xerafins.<sup>88</sup> Encontrámos até um feitor *de las Islas Philipinas en*

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Mapa espanhol da Formosa, 1630.

*Macau*: Juan Baptista Roman.<sup>89</sup>

Atraídos pelo frutuoso comércio que se desenvolvia em Manila, estabeleceram-se na cidade inúmeras comunidades estrangeiras. Para as identificar será interessante fazê-lo através do olhar penetrante do missionário espanhol Juan Cobo que, em 1590, nos refere a existência em Manila de elementos provenientes dos quatro continentes conhecidos: europeus, africanos, americanos e asiáticos: *De Castilla hay de todas partes en ella. Hay portugueses, y muchos hay italianos, hay flamencos, hay griegos de dentro de Grecia, hay isleños de Creta, isleños de Canarias, indios de México, negros de Guinea venidos por Castilla, y otros por la vía de los portugueses, hasta un moro africano con diré cuenta. Hay de la China diferentes gentes unos de otros, de más distancia, que Italia de España. Hay japones. Hay jaus de la Java. Hay bengalas de bengala. Hay de estas islas comarcanas gente sin cuento. De los mestizos que hay no se puede escribir, porque son sin cuento los mixtos que hay de gentes con gentes.*<sup>90</sup>

Semelhante situação passava-se com Macau, que atraía a si forasteiros de diversas regiões asiáticas e

europeias, apesar das proibições relativas a cidadãos das grandes potências europeias, sem autorização prévia das autoridades régias ou do vice-rei.

Em 1601, a população de Macau integrava 600 casados portugueses e outros mercadores, tendo-se elevado no período de 1622 a 1624 para um número de 600 a 840 casados, mestiços e cristãos chineses, e 10.000 chineses. Em 1640, o número de casados portugueses cifrava-se na ordem dos 600, com 600 filhos aptos para o serviço militar; mais 500 casados e soldados naturais de Macau; 5.000 escravos e 20.000 chineses. Em 1644, a população subira para 40.000 pessoas na totalidade. Em 1648, os jesuítas assinalam 5.000 pessoas a morrerem de fome.<sup>91</sup>

O crescimento populacional de Macau constituía em si um factor que mobilizava forças contraditórias: se, por um lado, criava uma dinâmica de expansão económica, por outro limitava a capacidade de resistência da cidade em períodos de crise. A inexistência de outras fontes de riqueza que não fossem as provenientes da exploração das suas rotas mercantis e inclusive a dependência da China em produtos alimentares, colocava a cidade numa posição delicada. O crescimento demográfico de Macau exigia, assim, um aumento proporcional dos lucros da actividade económica, a fim de ser possível garantir a subsistência e nível de vida da sua população. O testemunho de J. P. de Azevedo, morador de Macau, assinala este facto: “A Cidade do nome de Deus na China situada em Machao cresceu com a viagem que tinha para o Jappão, e quanto mais foi crescendo a cidade, mais foi o cabedal que na viagem se foi metendo, e como os olandezes, e os Chinas também levavam muito e a viagem de Manila empatou alguns annos, com o muito que se lhe meteo, e por ambas as razões ouve alguns annos não só pouco ganho mas também perdas, veio a conhecer que com ser tão bella [sic.] a viagem de Japão: não podia sustentar Machao, por ser já tão grande que só de confissão dizem se lhe acharão em seiscentos e quarenta e três: quarenta mil molheres e oje já avera mais as que não erão de confissão e as que nascerão.”<sup>92</sup> Quanto ao número das mulheres cristianizadas em 1643, como vimos, ele foi sem dúvida exagerado por este morador.

Em Macau, o processo de miscigenação entre os portugueses nascidos no reino (reinóis) com as asiáticas decorreu das naturais circunstâncias de inexistência de um número significativo de europeias (nomeadamente, na década de 1630, tem-se conhecimento da existência

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

de uma única mulher nascida em Portugal e residente em Macau<sup>93</sup>), dando origem a um dos grupos mais privilegiados e poderosos em Macau, os casados. Se no início do estabelecimento de Macau os portugueses escolhiam principalmente indianas, malaias, indonésias e japonesas, com o aumento da população chinesa a trabalhar em Macau rapidamente passaram as chinesas a predominar entre as mulheres dos portugueses, como casadas ou mais frequentemente como concubinas compradas e criadas contratadas (*mui-tsai*).<sup>94</sup>

O reinol Jorge Pinto de Azevedo, morador em Macau, mercador particular e antigo soldado, propõe que as autoridades incentivem uma política de casamentos mistos entre os portugueses e as chinesas, referindo inclusive que aqueles já o vêm fazendo com a maior felicidade e com numerosos filhos: “por ser a gente branca como em Portugal, e ficar por isso mais propinqua a geração pella felicidade com que se cazão os Portugueses com as Chinas. E nascem de ambas as castas filhos brancos que melhor se conservão do que na mais parte deste Oriente, havendo muita gente portuguesa se asegura melhor o estado.”<sup>95</sup>

A comunidade portuguesa de Macau, apesar de profundamente adaptada às condições específicas da vida na costa meridional da China e da convivência com essa civilização milenar, preservou, no fundamental, o tipo de organização política, social e económica caracteristicamente portuguesa. A própria estrutura arquitectónica da cidade não seguiu o normal padrão quadrangular chinês, como se pode ver se compararmos a representação de Macau com a normal representação das cidades chinesas. Veja-se, a título ilustrativo, o nosso estudo do mapa português de Macau e da região do rio das Pérolas, de cerca de 1630-1646 da Biblioteca da Ajuda.<sup>96</sup>

A comunidade portuguesa de Macau não é, contudo, um grupo social homogéneo. Os reinóis e casados, que entre os moradores de Macau eram os principais investidores no comércio de longo curso entre a Europa e Macau, formavam um grupo relativamente fechado em relação aos outros casados de menores recursos e aos outros mercadores do comércio interasiático. Um interessante documento de 1622<sup>97</sup> dá-nos a imagem do conflito de interesses entre os diferentes grupos de mercadores de Macau. É duramente criticado o poderoso grupo de mercadores que são habitualmente eleitos para irem à feira de Cantão negociar a mercadoria para toda a comunidade mercantil de Macau.

A concorrência entre estes grupos de influência e

os interesses centrais resultaram algumas vezes no confronto com o governador ou administradores régios, inviabilizando o controle régio. O confronto entre grupos de interesses diferentes (quando organizados, eram chamados em Macau de “bandos”) atingia, em momentos de crise, tal virulência que mergulhava Macau em períodos de instabilidade social. A origem destes confrontos estava, por vezes, na controvérsia na atribuição das autorizações para as viagens mercantis, ou nas diferentes perspectivas para resolução de problemas no relacionamento com as autoridades chinesas de Cantão, agravadas ainda pelo naufrágio ou apresamento de navios de Macau pelos holandeses ou ingleses. A originalidade dos casados de Macau consistia no domínio que o seu grupo mais influente exercia (como moradores e poderosos mercadores particulares de Macau) sobre o Senado da Câmara de Macau, controlando as relações económicas com a China e o comércio marítimo.

A comunidade mercantil de Macau defendia energeticamente os seus direitos, sendo fundamental o controle, se possível em exclusividade, das suas rotas mercantis e do seu mercado: abastecer a feira chinesa de Cantão. Os mercadores particulares de Macau não permitiam, de ânimo leve, a participação directa dos mercadores portugueses vindos de Goa no comércio com Cantão, acusando-os de criarem incidentes e dificuldades no comércio de Macau com a China.<sup>98</sup>

Muitos dos mercadores independentes de Macau eram antigos oficiais ou soldados portugueses que, após deixarem o serviço nos estabelecimentos ou armadas portuguesas no Oriente, se iam estabelecer em Macau, onde vinham a constituir nova família e se enraizavam na nova cidade e suas redes mercantis, sociais e políticas.

O percurso típico de um destes reinóis poderá ser acompanhado através do de Jorge Pinto de Azevedo, que nos parece exemplar: valoriza o seu saber de experiência feito “Vinte e coatro annos tenho da India [...] das Cidades, fortalezas ou Reinos della, sendo que em todas estive [...] e da experiencia que tirei de huma e outra couza [ser soldado e mercador]: tiro erudição e motivo para tratar de guerra, e de mercancia juntamente”.<sup>99</sup> Refere ter navegado pelos mares do Oriente, desde Moçambique à China e ao Japão. Diz-nos inclusive estar bem informado quanto “As ilhas Philipinas tenho corrido pella parte de Soeste cem légoas do Norte para Manilla onde estive por vezes, e pella comonicação que tenho dos Castelhanos, mais praticos e luzidos dellas...”.<sup>100</sup> É interessante verificar a



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

vastidão dos mares percorridos por este português bem como a sua polivalência de funções, aliás comum à generalidade destes soldados-mercadores de então: “fosse exercitando as armas em serviço de V.Mge por soldado, e capitão, segundo minhas certidões, ou administrando meus averes, e tratando de meus particulares, com o direito, e não estranhado modo que geralmente uzamos neste Oriente”.<sup>101</sup>

A rota marítima Macau-Manila, como temos referido, não foi uma via exclusivamente comercial. Esta relação entre comunidades diferentes, alicerçada num comércio mutuamente proveitoso, desenvolvia natural e paralelamente um encontro e mesmo uma interpenetração de usos e costumes, de culturas e de religiões. Podemos, assim, observar a nível religioso uma tentativa permanente de penetração na China e conversão dos seus habitantes ao Cristianismo, sendo as Filipinas encaradas pelos religiosos espanhóis como a principal base para essa acção evangelizadora.<sup>102</sup> No

entanto, por influência da Companhia de Jesus e dos mercadores de Macau, o acesso de religiosos e comerciantes das Filipinas à China não só foi desincentivado, como impedido. Todavia, se os espanhóis não conseguiram estabelecer-se na China, já em Manila, e nas principais ilhas das Filipinas, o estabelecimento e a aculturação das populações indígenas foi em geral rapidamente realizado pelos espanhóis.

A aculturação e a interpenetração civilizacional foi intensa e encontra-se referida detalhadamente em inúmeras obras espanholas, que descrevem em pormenor a influência chinesa em Manila e o intercâmbio cultural e científico com essa numerosa comunidade (proveniente maioritariamente das províncias de Fujian e Cantão), ilustrativa do imenso império chinês, que deixava os espanhóis estupefactos perante os seus costumes e os seus conhecimentos de medicina, astrologia, literatura (teatro, comédia e história) geografia, sem esquecer a sua hábil caligrafia.

<sup>103</sup> RC

## NOTAS

- O leitor mais interessado pode encontrar dados estatísticos sobre a periodicidade e taxas mercantis na rota Macau-Manila no nosso artigo publicado pela *Revista de Cultura*, Edição Internacional n.º 2, Macau, Abril de 2002, “The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao’s Connection with the Philippines in the Late Ming Dynasty”. O nosso estudo mais desenvolvido sobre este tema é: *A rota marítima da seda e da prata: Macau-Manila desde as origens a 1640*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996, tese de Mestrado em edição para publicação. Pode ainda encontrar uma pequena síntese desta tese, editada pela UNESCO e pela Berghahn Books, New York/Oxford, 2000, “The impact of the Silk trade: Macau-Manila, from the beginning to 1640”, in *The Silk Roads: Highways of Culture and Commerce*.
- Para acompanhar a análise de fontes chinesas, no que se refere às referências para com as Filipinas, consultar a tese de doutoramento de Wer Ching-Hong, “A study of references to the Philippines in Chinese sources from the earliest times to the Ming Dynasty”, *Philippine Social Sciences and Humanities Review*, vol. 24 (1959), pp. 1-181, igualmente no suplemento do *Journal of East Asiatic Studies*, vol. 6 (1958), pp. 307-394. Ver Wang Teh-Ming, “An early mention of the Philippines in Chinese records”, *Journal of East Asiatic Studies*, vol. 1 (1952), pp. 42-48, e “Sino-Filipino historico-cultural relations”, *Philippine Social Sciences and Humanities Review*, vol. 29 (1964), pp. 277-471. Ver igualmente William Henry Scott, *Filipinos in China Before 1500*, Manila, China Studies Program, De la Salle University, 1989.
- Na *Monografia de Song Shi*, cap. 139, Mindoro aparece sob a designação de *Ma-yi* ou *Mait*. Esta designação chinesa foi igualmente conhecida, ainda no século XVII, dos missionários franciscanos, de tal forma que Fr. Juan Francisco de San António a utiliza no título do 36.º capítulo – “De la Provincia y Isla de Mait o Mindoro” – da sua obra *Crónicas de la apostólica provincia de S. Gregorio de religiosos descalzos de N.S.P.S. Francisco en las Indias Philippinas, China Japón*, Sampaloc, Imprenta del uso de la misma Provincia, sita en el Convento de Ntra. Sra. de Loreto, 1738, 1741, 1744 (3 vols.). *Mait* continua ainda a ser o termo utilizado pelos pescadores da ilha de Panay.
- O primeiro assalto ocorreu a 25 de Julho, sendo a cidade conquistada a 24 de Agosto de 1511.
- Ambos os casos dos mercadores de Lução mencionados são-nos referidos por Luís Filipe F. R. Thomaz no estudo intitulado “Les Portugais dans les mers de l’Archipel au XVIème Siècle”, in *Archipel* 18, Paris, 1979, pp. 115-116. Tomé Pires diz-nos que no termo de Malaca a comunidade de Luções se concentrava no lugar de nome “mjmjam” com administração autónoma, isto antes da ocupação portuguesa, mas também depois dela. Tomé Pires assinalou os Luções como uma das nações que vêm negociar a Malaca e nela se estabelecem cada vez mais: “Em mójnam avera quinhentos luçoes Delles homes homrrados & boos mercadores,” in *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, edição de Armando Cortesão, Acta Universitatis Conimbricensis, 1978, pp. 376-7, 414, 438.
- Fei Xin, *Xing cha sheng lan* e Ma Huan, *Ying-yai Sheng-lan*, citadas por Chen Yan, “The Cultural Relations Between China, The Philippines and Spanish America through the Maritime Silk Route”, comunicação apresentada na “Regional Conference on the Silk Roads: Maritime Silk Trade with Manila as an entrepost in the Trans-pacific Commerce”, Actas do *Seminair International of Manila*, (5-6 Fevereiro), Manila, 1991. Fontes oficiais essenciais: *Yongle dadian* (The Yongle Enciclopedia), prefácio de 1407, a *Ming shi* e a *Ming shilu* (História Verdadeira da Dinastia Ming), reedição fac-símile, Taipé, 1968, capítulo “Yongle shilu” (História Verdadeira do Imperador Yung-lo). Três fontes privadas das viagens de Zheng He: 1. Ma Huan, *Ying-yai Sheng-lan* (prefácio de 1416), Xangai, 1954 ou na edição de Taipé de 1962:

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

- Ying-yai Sheng-lan jiaozhu*, edição de Feng Chengjun (1885-1946), Taipé, Taiwan shang wu yin shu guan, 1962. A tradução inglesa desta obra foi feita por J.V.G. Mills, *Ma Huan Ying-yai Sheng-lan, The Overall Survey of the Ocean's Shores* [1433], Cambridge, Cambridge University Press, 1970 (Hakluyt Society, Extra Series 42), e em 1971; 2. Fei Hsin, *Hsing-chia sheng-lan* (prefácio de 1436), edição de Feng Chengjun, *Xing cha shenglan jiaozhu*, Pequim, Zhonghua shuju, 1954, e em Taipé, 1970. A tradução inglesa desta obra, a partir da edição de Feng Chengjun, foi feita por J. V. G. Mills, revista e anotada por Roderich Ptak: *Hsing-Chia Sheng-Lan, The Overall Survey of the Star Raft by Fei Hsin*, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden, Col. South China and Maritime Asia, vol. 4, 1996; 3. Gong Chen, *Xiyang fanguozhi* (prefácio de 1434), ed. de Xiang Da, Pequim, 1961.
- 7 Cf. "La carta que el Dominico P. Fr. Juan Cobo, dirigió a sus hermanos de religión de la provincia de Guatemala y España", inserta no Livro XI da *História de la provincia de Sanvicente de Chyaga y Guatimala, de la orden de nuestro glorioso Padre Santo Domingo* por Fr. António de Remesal, Madrid, 1619, publicada por Carlos Sanz em *Primitivas relaciones de Espãna com Asia y Oceanía*, Libreria General, Madrid, 1958. p. 277.
  - 8 Chou Yuan Wei, *Crónicas de Jinglin*, p. 3, mencionada por Huang Qichen e Deng Kaisong em "The Development of Macau's foreign trade in Ming Dynasty", in *Review of Culture* n.º 6, Macau, 1988.
  - 9 Pico ou Picul. Era uma unidade de peso normalmente equivalente 100 cates ou a 1.600 taéis. O Pe. João Rodrigues S. J. informa que a seda e outras mercadorias eram normalmente carregadas nas naus que saíam de Macau em picos de 1500 taéis de peso. In *Arte da lingoa da Iapam composta pello Padre João Rodriguez Portugues da Companhia de Iesu*, Nagasáqui, 1604, fl. 219. No sistema decimal este pico corresponderia a cerca de 61,199 kg. Quanto ao tael (do malaio *tahil* ou *tail*), a equivalência ao sistema decimal faz-lhe corresponder 0,0375 kg. Quanto à equivalência monetária diz-nos o Pe. João Rodrigues que o tael era equivalente ao cruzado português (de 400 reis), quer em moeda de conta quer no que se refere à sua medida de peso. Para estas notas, baseamo-nos, entre outros, em António Nunes, "O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas, 1554", publicado por R. J. de Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1868; C. R. Boxer, no apêndice sobre moedas, pesos e medidas do seu trabalho *The Great Ship From Amacon*, Macau, Instituto Cultural de Macau e Centro de Estudos Marítimos, 1988, pp. 335-342, e em Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 323-329. Ao Prof. Thomaz agradecemos as indicações do Malaio.
  - 10 Um maz (do malaio *mas* ou *emas*) equivale a 10 cundurins (cundurim, nome de origem malaia – *kenderi*), 10 mazes equivalem a 1 tael, seja de moeda de conta ou de peso. Diz-nos Pedro Baeza "um maz é cerca de seis maravedis e contém dez cayxas; a cayxa sendo uma moeda redonda de latão do tamanho de meio quarto, furada com um buraco quadrado com alguns caracteres à volta da periferia. 100 destes fazem um maz, e esta é a única moeda que é de facto cunhada e todas as outras circulam pelo peso." no "Memorando das mercadorias que os grandes navios portugueses normalmente levam da China para o Japão", no AGI, 1-2 - 1/13, p. 31, in Boxer, *The Great Ship...*, p. 179. As indicações à origem malaia das palavras foram recolhida de Luís F. R. Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, pp. 323-329.
  - 11 O cate (do malaio *kati*) é uma medida de peso de uma grande diversidade de valores; no entanto, o mais frequente no Extremo Oriente é equivalente a 16 taéis ou 20 arráteis. O mesmo informador jesuíta, João Rodrigues, diz: "O cate dachem da nao por onde pesam a seda e as demais fazendas, he o cate a rezzam de quinze taes, e o pico mil e 500 taes de peso" (*Arte da lingoa da Iapam...*, fl. 219). Dois outros tipos de cate são referidos por Peter Mundy como sendo usados em Macau em 1637: um de 16 taéis, para mercadorias finas, excepto seda: "pelo qual eram pesadas todas as mercadorias finas, com excepção da seda", que equivale a 20 arráteis (1 arrátel=16 onças=459 gr) e era o mais usual em todo o Extremo Oriente, outro de 18 taéis para as restantes mercadorias, incluindo a seda. Segundo António Nunes (*op. cit.*, p. 41), o cate correspondia na China a 16 taéis, e "96 cates da china pesam 1 quintal justo" equivalendo no sistema a 0,61199kg (612gr). Os preços da seda são-nos referidos pelo "Memorando das mercadorias...", atribuído a Pedro Baesa por C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 181-182.
  - 12 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª ed. correcta e aumentada, Lisboa, Presença, 1985, Vol. IV, p. 217. Para a análise de "Os Fluxos de Prata no Circuito Oriental" ver vol. II, cap. 10, pp.115-142.
  - 13 Estranhamente, a primeira edição integral da *Suma Oriental* só viu a luz do dia em meados do nosso século, na edição em inglês da Hakluyt Society: Armando Cortesão, *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues*, 2 vols., Londres, 1944. A primeira edição da *Suma Oriental* é uma versão parcial, traduzida por Giovanni Battista Ramusio em *Navigazioni e Viaggi* (1550). Utilizámos a edição portuguesa.
  - 14 António M. Molina, *História de Filipinas*, 2 vols., Madrid, 1984.
  - 15 Pablo Pastells, "Historia General de Filipinas", in *Catálogo de los documentos*, ed. Torres y Lanzas, II, pp. CCLXXXVI- CCLXXXVII. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, IV, pp. 108-109, 243-245, 256-261, 272-279, 284-290, 297-303, 321-348, 510-511.
  - 16 Archivo General de Indias, *Testimonio de como el capitán Mayor de armada de Portugal, Gonzalo Pereira hizo la guerra a los Vassallos del Rey en la Isla de Cebu*, Cebu, 21-X-1568, Filipinas, Legajo 6, ramo 1, n.º 10.
  - 17 AGI, Patronato, 24, R. 59.
  - 18 AGI, Patronato, 24, R. 62.
  - 19 Fr. Juan Ferrando, *Historia de los PP. Dominicos en las Islas Filipinas y en sus misiones del Japón, China, Fung-King y Formosa, que comprende los sucesos principales de la historia general de este archipiélago, desde el descubrimiento y conquista de estas islas por las flotas españolas hasta el año de 1840*. "Obra original e inédita, corrigida, variada y refundida por el P. Fr. Joaquím Fonseca, y apêndice, impreso por orden del M. R. P. Pro. Fr. Pedro Pago. Madrid, Impr. de M. Rivadeneyra, em 6 vols, 1870- 72". Benjamim Videira Pires, *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*, 2.ª ed., Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987, p. 8.
  - 20 Fr. Domingo de Salazar, (O. P.) "Carta-Relación de las cosas de la China del Parian de Manila", enviada al Rey Felipe II. Escrita de Manila a 24 de Junho de 1590. Publicada pela primeira vez por W. E. Retana (*Archivo del Bibliófilo Filipino*, Madrid, 1897, f. 3.º). Consultámos a referida carta na obra de Carlos Sanz, *Primitivas relaciones...*, pp. 307-327, p. 311.
  - 21 H. de la Costa, *The Jesuits in the Philippines (1581-1768)*, Harvard University Press, Cambridge - Massachusetts, pp. 42-50. Benjamim Videira Pires S. J., *O IV Centenário dos Jesuítas em Macau*, Macau, 1964, p. 6.
  - 22 Sobre a o processo de formação do Senado consultar Manuel Teixeira, *O Leal Senado*, s.d.; ver igualmente António Vasconcelos de Saldanha, *A "Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau" do Visconde de Santarém (1845)*, Macau, IPOR, 1995.
  - 23 Tien-Tsê Chang, *Sino-Portuguese trade from 1514 to 1644. A synthesis of Portuguese and Chinese sources*, Leiden, 1934, p. 101.
  - 24 *Idem*, p. 101.
  - 25 No seu interessante estudo sobre as origens e desenvolvimento de Macau, *Segredos da Sobrevivência. História Política de Macau*, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999, p. 86.
  - 26 António Manuel Hespanha, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1995, p. 17.
  - 27 H. de la Costa, *The Jesuits in the Philippines (1581-1768)*, pp. 49-

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

- 50 e 640.
- 28 Relativamente ao fogo posto pelos mercadores portugueses a um navio castelhano, que tentava comerciar directamente com os chineses, ver ANTT, “Convento da Graça”, Lisboa, caixa 16 D, tomo VI, fls.133-134. Nos papéis do vice-rei da Índia D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, inúmeras cartas da obra *Documenta Indica*, nomeadamente: vol. XIV, cartas do Fr. Valignano S. J. a Fr. Acquaviva, General S. J., pp. 1-13, e a Fr. A. Sedeño (Superior da Companhia de Jesus nas Filipinas), pp. 14-23. Igualmente referido em: Antonio Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, anotada por José Rizal, Paris, edição de Librería de Garnier Hermanos, 1890; e edição de W. E. Retana, Madrid, 1909, pp. 115-133. Diogo do Couto, *Da Ásia*, XII, liv. II cap. XI, e Benjamim Videira Pires, S. J., *A Viagem de Comércio Macau-Manila...*, p.12.
- 29 Fr. Domingo de Salazar, (O.P.), “Carta-Relación de las cosas de la China del Parian de Manila”, enviada al Rey Felipe II. Escrita de Manila a 24 de Junho de 1590. Na obra de Carlos Sanz, *Primitivas relaciones...*, pp. 309-310.
- 30 Carlos Sanz, *Primitivas relaciones...*, p. 312.
- 31 Vaipikotta, 26 de Novembro de 1589, in *Documenta Indica*, Vol. XV, pp. 419-427. A citação acima está na p. 426.
- 32 Duarte Gomes de Solis, *Discursos sobre los comercios de las dos Indias donde se tratan materiales importantes de Estado y Guerra*, Madrid, 1622. Reedição de Moses Amzalak, Lisboa, 1943. Este “cristão novo”, foi um dos primeiros economistas portugueses e a sua obra é de um valor assinalável para a época. Os interessados na problemática mercantil do Oriente Ibérico podem consultar do mesmo autor, *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental, y comercios Ultramarinos que de nuevo se instituyo en el Reino de Portugal*, 1628. Reed. por Moses Amzalak, Lisboa, 1955; *Mémoires inédits de Duarte Gomes de Solis* (décembre 1621), ed. por Léon Bourdon, Lisboa, 1955. Esta edição inclui a importante memória designada por *Arbitrio sobre la plata*. Ver igualmente o “Discurso en razon de la Compañia Oriental que tiene los rebeldes de Olanda y Ingleses” de cerca de 1618 que está publicado por J. Gentil da Silva, *Alguns Elementos para a História do Comércio da Índia de Portugal existentes na Biblioteca Nacional de Madrid*, Lisboa, 1951.
- 33 *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 15, 1945, p. 550.
- 34 *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, n.º 15, 1945, p. 581.
- 35 O estudioso pode consultar informação referente a esta viagem em AGI, México, legajo 71 (18/2/1592 e 4/3/1592; leg. 121, 9/1601; Filipinas, leg. 18-b, 31/5/1592; secção Indiferente General, leg. 614, 22/1/1609; Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Archivo Portuguez-Oriental*, New Delhi, Asian Educational Services, 1992, 10 vol., edição fac-similada da 1.ª edição de Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877, que publica: “Carta régia de 6 de Fevereiro de 1589, dirigida ao vice-rei D. Duarte de Meneses”, Vol. III, pp. 168-170, “Carta régia para o vice-rei Matias de Albuquerque”, Lisboa, 12 de janeiro de 1591, pp. 276-277; Colín-Pastells, *Labor Evangélica de los obreros de la Compañia de Jesús en las Islas Filipinas, por el P. Francisco Colín de la misma Compañia*. Editado por Pablo Pastells S. J., 3 vols., Barcelona, 1900-1904. O título da 1.ª edição [Madrid, Joseph Fernandez de Buendia - MDCLXVI (1666)] é: *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la compañía de Jesús, fundación y progresos de su provincia en las Islas Filipinas... Parte primeira sacada de los manuscritos del Padre Pedro Chirino, el primero de la compañía que passo de los reynos de España à estas Islas*, II, pp. 202-204; C. R. Boxer, *Fidalgos in the Far East*, Haia, 1948, reeditado pela Fundação Oriente e Centro de Estudos Marítimos de Macau, Macau, 1990, pp. 43-44 e do mesmo autor *The Great Ship...*, pp. 52-53. George Bryan de Souza, *A Sobrevida do Império. Os Portugueses na China (1640-1754)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 89.
- 36 *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, n.º 2, p. 326, em relação com a proibição do comércio, *idem*, n.º 15, p. 618 e *ibidem*, n.º 2, p. 207, relativamente ao dinheiro confiscado.
- 37 Diogo do Couto, *Décadas da Ásia*, XII, Lisboa, edição completa em 14 vols, 1778-1788, Liv. II, cap. XI.
- 38 Albert Kammerer, *La Découverte de la Chine par les portugais*, pp. 147-148. Ljungstedt (*An Historical Sketch of the Portuguese Settlement in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China*, Hong Kong, Viking Publications, 1992, p. 22), identifica Pinhal com o nome de uma localidade da baía de Pinghai, ao Norte de Hong Kong. Chang T’ien Tse (*Sino Portuguese trade...*, pp. 109-110) não concorda e propõe Ping Nan no distrito de Xianshang, ambas as localidades na parte Oriental do delta e a doze léguas da cidade de Cantão. A sugestão de Kammerer segue a interpretação de P. Pelliot (“Les premiers temps de Macao”, *T’oung Pao*, XXXI, 1934, p. 83), que comenta que o texto oficial de 1599, reproduzido por Colín-Pastells (I, 197) e traduzido por E. H. Blair e A. Robertson (X, 231 e Index), e indica a distância de 8 léguas.
- 39 Boxer (*The Great Ship...*, p. 61.) seguindo a sugestão de J. M. Braga propõe “the bay of Tonkawan between Canton and Macao on the east coast of the island of Chungshan”.
- 40 *Segredos da Sobrevida...*, p. 85, baseando-se na *Crónica do Distrito de Xiangshan*, de Tian Mingyao e Chen Feng, edição xilografada de 1873, vol. 8, “Defesa Marítima”, p. 10 e 24 e no *Grande Dicionário da Toponímia Antiga e Moderna da China*, da autoria de Zang Lihe, p. 432. Sobre esta temática das motivações da aceitação dos Portugueses na China, pode ver-se ainda Wu Zhiliang e Jin Guo Ping, “Aomen yu Longxianxiang” (Âmbar-cinzeno e Macau) in *Jinghai Piao* (História(s) de Macau - Ficção e Realidade), Macau, Associação da Educação de Adultos de Macau, 2001, pp. 38-50. Edição inglesa: “A reformulated approach to the origins of Macau”, in *Revista Macau*, Macau, n.º 1, 2000, pp. 85-97. Em português: “Reformular as origens de Macau: Imperadores, âmbar-cinzeno e Macau”, in *Revista de Cultura*, n.ºs 38/39 (II Série), Macau, Janeiro/ Junho de 1999, pp. 5-22.
- 41 Da autoria de Jin Guangzhu, edição xilografada, vol. 28, p.43, 1697, citação de Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevida...*, p. 85. Wu Zhiliang, a ilustrar estes acontecimentos indica, ainda as “Cartas dos Fundadores de Macau”, in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 1964, vol. 62, n.ºs 722-726, pp. 740-759. Para situar as localidades de Hutiaomen e Jiazimen indica a *Crónica do Distrito de Xiangshan*, vol. 4, “Ilhas e Rios”, p. 4, e o *Grande Dicionário da Toponímia Antiga e Moderna da China*, p. 243.
- 42 *O Pinhal Yu, el Pinal Kao* (Um estudo sobre o Pinhal e el Pinal), in *Zhongpu Guanxi Shidi Kaozheng* (Estudos Históricos e Geográficos sobre as relações Sino-Portuguesas), Fundação Macau, 2000, pp. 324-343.
- 43 Ficando assim igualmente obrigados ao pagamento de uma taxa de 20% à alfândega chinesa. ANTT, “Colecção do Convento da Graça”, caixa 16d, tomo VI, fls.133-134. Junto a este documento, encontram-se outras cópias de ordens do governo de Cantão favoráveis aos mercadores espanhóis, igualmente escritas sobre papel de arroz, e que Boxer data de 1599 (*The Great Ship...*, p. 61, nota 118).
- 44 Quanto a este episódio pode-se consultar a versão portuguesa em Diogo do Couto, *Décadas da Ásia*, XII, Lisboa, 1778, Liv. II, cap. XI, e a espanhola em Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, pp. 89-91.
- 45 “Carta régia de Filipe I dirigida ao vice-rei D. Duarte de Meneses”, escrita em Lisboa a 21 de Janeiro de 1587, *Livro das Monções*, n.º 3, fl. 162. Consultei a cópia publicada no *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3.º, parte 1.ª, doc. 24, pp. 79-86. Documentos posteriores, confirmando a proibição daquele comércio, revelam a continuidade do mesmo trato: “Alvará de D. Jerónimo de Azevedo”, Goa, 3 de Abril de 1613, *Archivo Portuguez-Oriental*, fasc. n.º VI, pp. 942-943, “Alvará de D. Fernão de Albuquerque”, Goa, 2 de Maio de

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

- 1620, fasc. n.º VI, pp. 1206.
- 46 Fundo Geral de Manuscritos da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Manuscrito CV/12-7, fl. 62, Madrid. Este manuscrito reforça um outro parecer semelhante, e igualmente em castelhano, “Sobre os inconvenientes em transportar prata de Manila para a China”, que fora exarado em Madrid a 28 de Setembro de 1630. Encontra-se na mesma biblioteca e códice CV/12-7, fl. 63 a 64 v.
- 47 Citado por Benjamim Videira Pires S. J., *A Viagem de Comércio Macau-Manila...*, p.21.
- 48 ANTT, “Coleção São Vicente”, vol. XIX, fls. 157-159.
- 49 *Arquivos de Macau*, 2.ª Série, 1941, Vol I, pp. 60-63; ANTT, “Coleção São Vicente”, caixa 15, Tomo III, p. 405.
- 50 *Arquivos de Macau*, 1.ª Série, vol. I, pp. 309-310 e 315.
- 51 Consultar Frei José de Jesus Maria: *Ázia Sinica e Japonica*, edit. e anotada pelo prof. C. R. Boxer, Macau, I (1941), p. 209; *Arquivos de Macau* I, 2.º vol. 271-277; *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, lib. VIII, tit. LXV; e José Justiniano de Andrade e Silva, *Coleção Chronologica de Legislação Portuguesa, compilada e anotada por...*, 16 vols., 1854. Esta obra abarca o período de 1603-1856.
- 52 “Treslado dos apontamentos de Lopo Sarmento de Carvalho” e “Resposta dos Procuradores da cidade de Macau” de 1-3 Maio de 1623, in *Assentos do Conselho de Estado*, I, do Arquivo Histórico de Goa, Goa, pp. 98-101. Consulte este texto na publicação integral que dele fez C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 241-245.
- 53 Segundo a carta de 20 de Dezembro de 1633 de Manuel da Câmara de Noronha para o Conde de Linhares: “... dizendo a bandeiras despregadas, que antes querião morrer às mãos de seus inimigos que por tributos e pençoins a Terra”, no AHG, “Livros das Monções”, XIX D, fls. 1034; - *Arquivos de Macau*, 3.ª Série, p. 133. Citado por C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 135.
- 54 ANTT, “Livros das Monções ou Documentos Remetidos da Índia”, Liv. 38, fl. 351; *Diário do 3.º Conde de Linhares*, I, pp. 51-52; C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 250.
- 55 ANTT, “Livros das Monções ou Documentos Remetidos da Índia”, Liv. 38, fl. 349.
- 56 *Diário do 3.º Conde de Linhares*, I, p. 118; C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 246.
- 57 ANTT, “Livros das Monções ou Documentos Remetidos da Índia”, Liv. 38, fl. 351.
- 58 Ver o quadro “Valor médio anual, em pesos, cobrado na alfândega de Manila e percentagem do montante total do rendimento obtido” que inseri no meu estudo “The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao’s connection with the Philippines in the late Ming Dynasty” in *Revista de Cultura*, Edição Internacional n.º 2, p. 30.
- 59 *Arquivos de Macau*, 1.ª série, I, pp. 309-310 e 315.
- 60 *Diário do 3.º Conde de Linhares*, I, p. 56; C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 141 e nota 300.
- 61 ANTT, “Livros das Monções”, Liv. 34, fls. 63-66 e 71-73v.; C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 273.
- 62 ANTT, “Livros das Monções”, Liv. 34, fls. 63-66 e 71-73v.; C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 273.
- 63 “Memorial do Padre António Francisco Cardim”, Lisboa, 6 de Dezembro de 1642, publicado a primeira vez por Frazão de Vasconcelos in “A Aclamação del Rei D. João IV em Macau”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Novembro de 1929, pp. 85-90, de onde foi reproduzido e anotado por C. R. Boxer, *Macau na Época da Restauração. Macau Three Hundred Years Ago*, Macau, Imprensa Nacional, 1942, pp. 149-152.
- 64 “Memorial do padre António Francisco Cardim”, Lisboa, 6 de Dezembro de 1642, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, pp. 85-90.
- 65 Para a história da expansão marítima holandesa consultar: J. C. van Leur, *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History*, Haia, 1955, que destaca a importância do comércio indígena (“pedlar trade”); Niels Steensgaard, *The Asian Trade Revolution of Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1974, por sua vez, destaca a superioridade estrutural das companhias de comércio europeu sobre os concorrentes asiáticos; consultar igualmente as análises sobre a interpenetração do comércio europeu com o comércio asiático de Kristof Glamann, *Dutch Asian Trade 1620-1740*, Copenhaga, Haia, 1958; M. A. P. Meilink-Roelofs, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1620*, Haia, 1962.
- 66 Para a história da expansão marítima inglesa: G. L. Beer, *The Origins of the British Colonial System 1573-1660*, New York, 1908; *Cambridge History of the British Empire*, dir. de Holland Rose, A. P. Newton, E. A. Benians, 8 vols., 1929-1959; W. E. Minchinton (dir.), *The Growth of English Overseas Trade in the 17th and 18th Centuries*. Col. “Debates in Economic History”, 1969. Para analisar a interpenetração do comércio inglês com o comércio asiático, consultar K. N. Chaudhuri, *The Trading World of Asia and the English East India Company 1600-1760*, Londres, 1978.
- 67 Para as navegações holandesas no Atlântico e no Índico, consultar C. R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*, Londres, 1965, Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, III – *As Ordens e as Congregações Religiosas em Macau*, Macau, Tipografia Soi Sang, 1956-1961, cap. XXXIII – “Os Holandeses contra os Portugueses”, pp. 240-257.
- 68 É nomeadamente o caso do aprisionamento de um patacho da rota Macau-Japão: “estando já abarrotado (com 1.400 picos de seda em bruto) e pronto a partir”, capitaneado por Gonçalo Rodrigues de Sousa. P. Fernão Guerreiro, S. J., *Relação Anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões... e cristandade daquelas partes: Tirada das Cartas que os Missionários de lá escreveram*. Publicados em Coimbra os dois primeiros vols., 1930 e 1931, o 3.º em Lisboa, Imprensa Nacional, 1942; 2.ª edição de Antunes Vieira Artur Viegas, Imprensa da Universidade, II (1931), pp. 7 e 91.
- 69 Jorge Pinto de Azevedo, in “Advertencias de muita importancia ha magestosa coroa del Rey nosso Senhor Dom João o 4.º do nome offerecidas, e apresentadas ao dito Senhor no seu conselho do Estado da Índia, em mão do Senhor Vice Rey Dom Phelipe Mascarenhas, por Jorge Pinto de Azevedo morador na China em Março de 1646”, BA, Cod. manuscrito 54-XI-21, n.º 9, f. 10v. Consulte o original, mas o manuscrito está já publicado por Artur Teodoro de Matos, “‘Advertências’ e ‘Queixumes’ de Jorge Pinto de Azevedo a D. João IV, em 1646, sobre a decadência do Estado da Índia e o ‘proveito’ de Macau na sua ‘Restauração’”, in *Povos e Culturas*, n.º 5, pp. 431-545, Lisboa, ed. da Univ. Católica Portuguesa, 1996.
- 70 Cf. Boxer, “Portuguese and Spanish Rivalry in the Far East during the Seventeenth Century”, *Journal Royal Asiatic Society*, 1946, pp. 150-64 e vol. de 1947, pp. 91-105; George Bryan de Souza, *A Sobrevivência do Império...*, pp. 92-95.
- 71 Biblioteca Nacional de Madrid, 9419, fls 70v.-71; AGI, Indiferente General, leg. 583, 2/iii/1607; AGI, Filipinas, leg. 329, 4/ii/1608. AGI, Filipinas, leg. 20, 16/vii/1610.
- 72 Provisão régia de 23-1-1608, BPAD de Évora, Fundo Geral de Manuscritos, códice CXVI // 2-5, fol. 73.
- 73 “Treslado da resposta dos Procuradores da cidade de Macau” em 3 de Maio de 1623, in *Assentos do Conselho do Estado*, I, pp. 100-101, Arquivo Histórico da Índia, Goa. Publicado integralmente por C. R. Boxer in *The Great Ship...*, pp. 243-245.
- 74 “Memorial que presentan algunos religiosos de Japon a los Consejos de la India Y portugal de el Rey nuestro señor que residen en corte en España”, 2.ª via, British Museum, Codex c.62. i-18 (91), segundo Boxer (*The Great Ship...*, p. 104), o original é em letra manuscrita de Diego Collado, O. P., com a sua assinatura e dos seus colegas franciscanos, datado de 3 de Março de 1622.
- 75 “movidos del zelo de la hora de Dios y de vassalos leales de su

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

- magestad, por poder dar relacion de vista, disfarçados algunos (y el portador que es el padre fray Diego Collado entre ellos) en habito de Españoles seglares nos emos ido a meter entre los dijos Holandeses Y Ingleses en el puerto de Firando aqui en Japon y vistoles sus galeones de guerra contandoles las pieças de artilleria, y procurandoles sacar sus intentos en particular a algunos Catholicos que por desgraças andan entre ellos...”, British Museum, Codex c. 62. i-18 (91), in C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p.104.
- 76 “que sera facil como dira el portador, si ai quien se ponga a ello por su lei y rey, que no seran los Espanóles que por aqui andan segun an mostrado en cosas que pedian menos brio”, segundo Boxer (*The Great Ship...*, p.104), que cita o *Diary of Richard Cocks*, II, pp. 200--201, esta é uma referência a tentativa falhada de fazer explodir o armazém inglês de pólvora na localidade de Hirado.
- 77 British Museum, Codex c. 62. i-18 (91), in C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p.104.
- 78 Esta rota era um dos mais importantes alicerces da prosperidade de Macau. O comércio português com o Japão atingira verbas tão elevadas que mal seriam igualladas pela VOC, particularmente o valor das exportações nas viagens de 1636-1637. Domingos da Câmara Pereira escreveu ao vice-rei em 1638, referindo-se à viagem de 1637, dizendo que aquela terá rendido à Coroa mais de 160.000 taéis, já subtraídos os custos com com a exploração e a guarnição. A cidade de Macau escreveu à Coroa em 1640, anunciando que a percentagem de 10% sobre os fretes da viagem ao Japão do ano de 1638 teria rendido à Fazenda Real 204.000 cruzados. Ver Boxer, *The Great Ship...*, p.153.
- 79 “Advertencias de muita importancia ha...”, f.12.
- 80 A documentação referente a estes acontecimentos e à embaixada ao Japão está publicada em C. R. Boxer, *Azia sinica e Japonica*, obra postúma e inédita do frade arrábido José de Jesus Maria, I vol., 1941, p. 216-222 e em *Arquivo de Macau* I, Macau, 1929, p. 243; António Francisco Cardim, S. J., *Relação da gloriosa morte de quatro Embaixadores Portugueses, da cidade de Macau, com sincoenta, e sete Cristãos de sua companhia, degolados todos pella fee de Christo em Nangasaqui, cidade de Iappão, a tres de Agosto de 1640*, Lisboa, 1643, reeditada com introdução e notas por C. R. Boxer, sob o título *Embaixada de Macau ao Japão em 1640*, Lisboa, 1953.
- 81 J. P. de Azevedo, “Advertencias de muita importancia ha...”, f. 11v.
- 82 “passados annos acharão tambem sem dinheiro, em resão de serem os gastos dos riscos, e os ganhos nenhuns: por falta de comércios de que se aja de fazer fundamento” em Jorge Pinto de Azevedo, “Advertencias de muita importancia ha...”, f. 20.
- 83 “Advertencias de muita importancia ha...”, f. 21v.
- 84 “Advertencias de muita importancia ha...”, f. 21
- 85 Para o comércio em Macassar ver Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia, 1967. Maria do Carmo Mira Borges, “Os Portugueses e o Sultanato de Macassar no século XVII” [texto policopiado, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Univ. Nova de Lisboa], Lisboa, 1996. Consultar igualmente D. K. Bassett, “English Trade in Celebes, 1613-1667”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 31, 1958, pp. 1-39, para mais informações sobre o comércio de tecidos e cravo da Índia, em Macassar.
- 86 Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles)*, *Introduction Méthodologique et Indices d'activité*, Paris, 1960, pp. 204-205.
- 87 O cruzado, moeda portuguesa de ouro, equivalia a 400 reis na primeira metade do século XVI; no Extremo Oriente era essencialmente utilizado como moeda de conto. Pe. António Francisco Cardim, S. J., Memorial de Dezembro de 1642, citado por Boxer, em *Macau na Época da Restauração...*, pp. 149-152; Frei José de Jesus Maria: *Azia Sinica e Japonica*, editada e anotada por C. R. Boxer, Macau, vol. I, 1941 pp. 228-230.
- 88 Descrição de Bocarro e Marco d’Avalo ambas publicadas na íntegra por C. R. Boxer, *Macau na Época da Restauração*, respectivamente nas pp. 28 e 86-87.
- 89 Este feitor escreve uma carta “Relación de Juan Baptista Roman factor de las Islas Philipinas en Macan”, publicada por Carlos Sanz, em *Primitivas relaciones...*, pp. 370-384.
- 90 In Carta de 1590 de Juan Cobo, inserta no cap. IX da obra de Frei António Remesal, *História de la provincia de San Vicente de Chyaga y Guatimala, de la orden de nuestro glorioso padre Santo Domingo*, Madrid, 1619. Publicada por Carlos Sanz, *Primitivas relaciones...*, p. 276.
- 91 Dados estes baseados em: G. B. de Souza, *A Sobrevivência do Império...*, p. 50; Boxer, *Fidalgos...*, pp. 99-100, 143-144; Boxer (ed.), *Azia Sinica...*, vol. I, p. 224; Cardim, *Batalhas da Companhia de Jesus na sua Gloriosa Provincia do Japão*. Ed. Luciano Cordeiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 21, 29-30; Boxer, *Macau na Época...*, p. 28; Citado por estes autores o livro 8 da coleção *Monções do Reino, do AHG*, f.88; AHU, Macau, I, 24 (XII/1643).
- 92 “Advertencias de muita importancia ha...”, fs. 19-20.
- 93 C. R. Boxer, *Fidalgos in the Far East...*, pp. 227-245.
- 94 Na “Relação do principio que teve a cidade de Macao, e como se sustentou ate o presente” de 1629, (da BA., cod. 51-VII-27, fl. 232/234v.) refere-se a compra de mulheres chinesas, pelos portugueses, com as quais se casavam. Ver sobre este tema a obra de C. R. Boxer, *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas, 1415-1815*, Londres, 1975, pp. 84 e ss.
- 95 Esta citação surge integrando a 1.ª razão, nas razões por si apresentadas para que o rei dê toda a prioridade aos assuntos de Macau (porque, na sua opinião, este estabelecimento podia vir a ser a salvação do Estado Português da Índia), in “Advertencias de muita importancia ha...”, f.22-22v.
- 96 “Mapa Topográfico da região de Macau e Cantão, Jorge Pinto de Azevedo, 1646”, BA., anexo ao Ms.: 54-XI-21º, minuciosamente estudado por Rui D’Ávila de Fontes Alferes Lourido, “A Portuguese Seventeenth Century Map of the South China Coast” *Santa Barbara Portuguese Studies*, editado por Center for Portuguese Studies, University of California at Santa Barbara, Santa Barbara, vol. 1, 1994, pp. 240-271. Este é o primeiro estudo publicado sobre este mapa. Um manuscrito da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra revela ter sido de 980 reis a quantia paga pela sua venda à Biblioteca Real (Ajuda). A importância deste mapa resulta de ele ser uma das primeiras fontes cartográficas portuguesas conhecidas, com um tão rico manancial de informação detalhada, sobre parte significativa do interior da província de Cantão e do seu litoral desde a ilha de Ainao até ao rio do Sal.
- 97 “Arezoado, em que se apontão algus rezois por onde não convêm ao bem desta cidade erem os Portugueses a Cantão à feira” (1622), publicado por Luís Gonzaga Gomes, “Documentos Setecentistas Portugueses no Arquivo Colonial da Holanda”, in *Boletim do Instituto Luís de Camões* (1975), pp. 40-60.
- 98 No cap. 4.5.1.1. “Feiras e mercadores”, pp. 153-162, transcrevemos algumas citações elucidativas sobre o conflito inter-mercantil português.
- 99 “Advertencias de muita importancia ha...”, f. 2.
- 100 “Advertencias de muita importancia ha...”, f. 2v.
- 101 “Advertencias de muita importancia ha...”, f. 2v.
- 102 Tal nos refere expressamente o 1.º Bispo de Manila, Fr. Domingo de Salazar, O. P., em sua carta de 24 de Junho de 1590 a el-rei D. Filipe II: “tem gran deseo de la combersión de aquel Reyno, y con él bine a estas yslas, porque una de las razones que me mobieron a acetar este obispado fue saver que estaban estas yslas muy cerca de la China”, in Carlos Sanz, *Primitivas relaciones...*, p. 310.
- 103 “Carta do padre Juan Cabo”, em Fr. António de Remesal, *Historia de la provincia de San Vicente de Chyaga y Guatimala*, Madrid, 1619, cap. X, p. 284, in Carlos Sanz, *Primitivas relaciones...*, p. 284.



NAN SII.  
DI REG.  
Terra Alta

SINENSIS  
OCEANUS

PHILIPPINAE  
INSULAE

SIAM  
Cambogia  
Sinoia  
Costa de Prace

Luzon  
Mindanao  
Borneo  
Calamianes  
MINDANA  
Mindanao

Sumatra  
Bintan  
Linga  
Banca  
Bibilitam  
Chinabato

Java  
I. de S. Ioa  
I. de Sagim  
I. de Tala  
I. de Rao  
I. de Dai

IAVA, quae et  
IAOA dicitur

CELEBES  
Timor  
Guaon  
Batavia  
Terra alta  
Guliam

ARE LANT  
CHIDOL

# Power, Society and Trade

## The Historic Relationship between Macao and the Philippines from the 16<sup>th</sup> to 18<sup>th</sup> Centuries

LEONOR DIAZ DE SEABRA\*



\* Lecturer in the Portuguese Department, Social and Human Sciences Faculty of the University of Macao. History graduate, with an MA in "Portuguese-Asian Studies" (History).

Assistente do Departamento de Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau. Licenciada em História e Mestre em "Estudos Luso-Asiáticos" (variante História).

Previous page: The Philippines in a map by Petrus Plancius, 1594.

In 1519, the Portuguese navigator Ferdinand Magellan, whilst in the service of the Emperor Charles V (Charles I of Spain), led the first circumnavigation of the globe, and, in 1521, reached the northern part of the Molucca archipelago, claiming it for Spain. Six years later, in 1527, the few remaining Spanish soldiers, merchants and adventurers in the area were expelled from the Moluccas by the Portuguese, together with the local population, and the Treaty of Saragossa (1529) was signed. It settled the various claims in favour of Portugal, which was obliged to pay the enormous sum of 350,000 gold ducats in compensation to Spain.<sup>1</sup>

Nevertheless, Spain did not abandon its interest in the famous Spice Islands. In an era in which the Portuguese were already firmly installed in the Moluccas, the Spanish Imperial crown planned the expedition of Miguel Lopes de Legazpi who, in 1565, began his assault on the archipelago, which was already named the *Islas Filipinas* (Philippine Islands), in honour of Philip II. This maritime and military expedition first occupied Cebu and, in 1568, obliged a Portuguese squadron under the command of Gonçalo Pereira to attempt, in vain, to expel the new Spanish invaders. After occupying and securing Manila in 1571, the Spanish monarchy found itself better placed to explore the strategic and economic possibilities of the region, and pursued a dual strategy of new trade links with the great Chinese empire and specialisation in a new form of trade agreement for the distribution of Spanish silver, which was increasingly being used as a type of international trading currency.<sup>2</sup> Thus bypassing the naval and military opposition of the Portuguese in the Moluccas region, Spanish political and military interests abandoned the idea of controlling traffic in the Spice Islands, and instead went on to exploit the lucrative Chinese silk routes easily made accessible through the Chinese junks which frequented the Philippines.

It is also known that the Spanish imperial crown attempted to acquire a trading base on the Chinese mainland which, both due to commercial strength and the utopian nature of the projects designed to conquer the Great Middle Empire,<sup>3</sup> were quashed by the opposing forces of the Portuguese installed in Macao. This situation, however, did not prevent the Portuguese traders from trying to take advantage of trade in the Philippines, where a new market had been organised that had both local and imperial links to the Spanish Empire in the Americas. The initial opposition of the

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Macao traders was transformed into voluntary and mutually sought-after commercial cooperation, strengthening local links between the Iberian traders and displeasing only the central powers in Lisbon, Goa and Madrid. It should be remembered that, by the end of the sixteenth century, Manila had already become a major trading centre for the silver currency that flowed generously out of the Spanish colonies of Peru and Mexico and had begun to fuel the ever-increasing purchase of Chinese spun silk and luxury goods, products for which Macao was the prime supplier. Manila thus became an increasingly important market for the Portuguese merchants of Macao who, in defiance of all sanctions, sold silks from Canton, receiving American silver *reales* in exchange, and controlled the majority of trade in the Philippines, a form of commercial specialisation that contributed significantly towards saving Macao from any kind of crisis when the Japanese market closed in 1639.<sup>4</sup>

### THE DUAL MONARCHY (1580-1640)

After the tragic death of the young Portuguese king D. Sebastião in 1578 on the Moroccan battlefield of al-Qasr-al-Kabir, King Philip II of Spain ascended to the Portuguese throne in 1580 and established a dual monarchy, the news of which only reached Manila in 1581.<sup>5</sup> One year later, the Governor of Manila sent a mission to Macao, led by Padre Alonso Sanchez, S. J., with the news of the union of the two Iberian crowns.<sup>6</sup> In 1583, Alonso Sanchez returned to Manila via Japan, after a shipwreck in Taiwan, on the ship captained by Bartolomeu Vaz de Landeiro which, after various negotiations, returned to Macao in order to establish a system of annual voyages to the Philippines, to which end he dispatched two of his ships the following year. It is possible that the return of the Spanish Jesuit via Japan may have been related to Chinese mistrust of Spanish political and commercial motives, probably encouraged by Macao, since this Chinese port used by the Portuguese traders soon attracted the Acapulco galleons, to the extent that traffic was even re-routed there from Manila.<sup>7</sup>

In spite of the dual monarchy, official collaboration between the two respective Asiatic colonies was practically non-existent in formal terms, and, in fact, a conflict began to develop between the Portuguese installed in Macao and the Spanish in the Philippines

in relation to their involvement in trade with China. This opposition increased after attacks by the Dutch and English on various parts of the Portuguese maritime empire, from Angola to Brazil, including several positions in South and Southeast Asia.<sup>8</sup> Contrary to the ever-intensifying commercial cooperation, this estrangement grew with the arrival of Spanish missionaries, particularly the Franciscans, Dominicans and Augustinians, who also fuelled the opposition of the Macao traders supported by the Jesuits, who were trying to prevent any competition between religious orders, as well as amongst the Portuguese-Spanish population, which previously had been experienced in Japan, from extending to China. Firm intervention by the Vice-Regent of India in 1588 decreed that these religious orders should be replaced by Portuguese missionaries, and later, in 1589, obliged Philip II himself to ban Philippine religious orders in China and order the return of those who were already there.<sup>9</sup> This royal order, which was signed by the monarch in 1594, was even supported by Pope Clement VII who, in 1600, forbade any missionary to sail for India unless they left from Lisbon, and banned the Spanish religious orders, on pain of excommunication, from entering Asiatic territory from the Philippines or from America. At that period, the main issue was resolving the problem of competition between the Portuguese and the Spanish *Padroado* (Patronage), a complex system of missionary monopoly in which competition between religious orders had already been established, as well as for the distribution of dioceses and other ecclesiastical benefits which were absolutely essential to the development of Catholic and European colonial societies in Asiatic territories.<sup>10</sup> However, in 1608, in response to the pressure of religious mendicants, the papacy authorised the Franciscans and Dominicans of the Philippines to work on missions in Japan, whilst forbidding all other orders to be involved in trade in Japanese territories, a decision which would directly affect the Jesuits and the strong position they held in relation to silk trade agreements between Macao and Nagasaki.<sup>11</sup>

The Portuguese traders in Macao aimed to maintain, by any means, their monopoly on trade with Canton and Nagasaki,<sup>12</sup> and attempted to exploit the unfavourable situation of Spanish trade in Japan, affected from the outset in around 1586 by mutual mistrust, which had even led Hideyoshi to threaten to annex the Philippines in 1591.<sup>13</sup> In 1609, Tokugawa Ieyasu altered



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Manila's port, 18<sup>th</sup> century.

the trade policy of his predecessor by giving a friendly reception to some of the Spanish survivors of a shipwrecked Manila galleon that had been en route for Acapulco. During this period, a degree of commerce was established between Nagasaki and Manila, the news of which displeased the Portuguese traders, since it threatened the trade routes between Macao and Nagasaki, particularly in the lucrative area of re-exportation of Chinese silks via Manila.<sup>14</sup> After various vicissitudes, which are difficult to reconstruct with any degree of accuracy, the Japanese powers decided to break off relations with the Spanish in Manila in 1624.<sup>15</sup>

It is important to emphasise that, in researching the religious and political relations between Macao and the Philippines, it soon becomes clear that the dual monarchy did not contribute towards formalising any

type of common institution or means of communication. This interchange needs to be studied in terms of other types of competition and collaboration, which point towards the much less official world of mercantile and commercial interests and which provide a long history of exchanges extending throughout Southeast Asia and India.

#### TRADE BETWEEN MACAO AND THE PHILIPPINES IN THE 17<sup>TH</sup> CENTURY

Indirect trade between Macao and Manila via Nagasaki, Malacca and Portuguese India flourished in the first decade of the seventeenth century, benefiting from the practice in the Philippines of exempting Portuguese ships from taxes and duties. A reconstruction

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

of these connections shows that products from Spanish America, principally gold and silver, often in the form of coins, arrived in Manila on the annual galleon from Acapulco. In Manila, these precious metals, as well as local products—sugar, chocolate, rice, wax, etc.—were put onto boats for Macao and exchanged for silk, taffeta, brocade, porcelain, bronze or jade from China and textiles from Gujarat, Cambaia and Kashmir in India. These rich Asian products were then dispatched to Acapulco where, after a 10% tax was collected on the

*Manila thus became  
an increasingly important  
market for the Portuguese  
merchants of Macao who,  
in defiance of all sanctions,  
sold silks from Canton,  
receiving American silver  
reales in exchange,  
and controlled the majority  
of trade in the Philippines...*

goods, they were sent on to the great Seville market.<sup>16</sup>

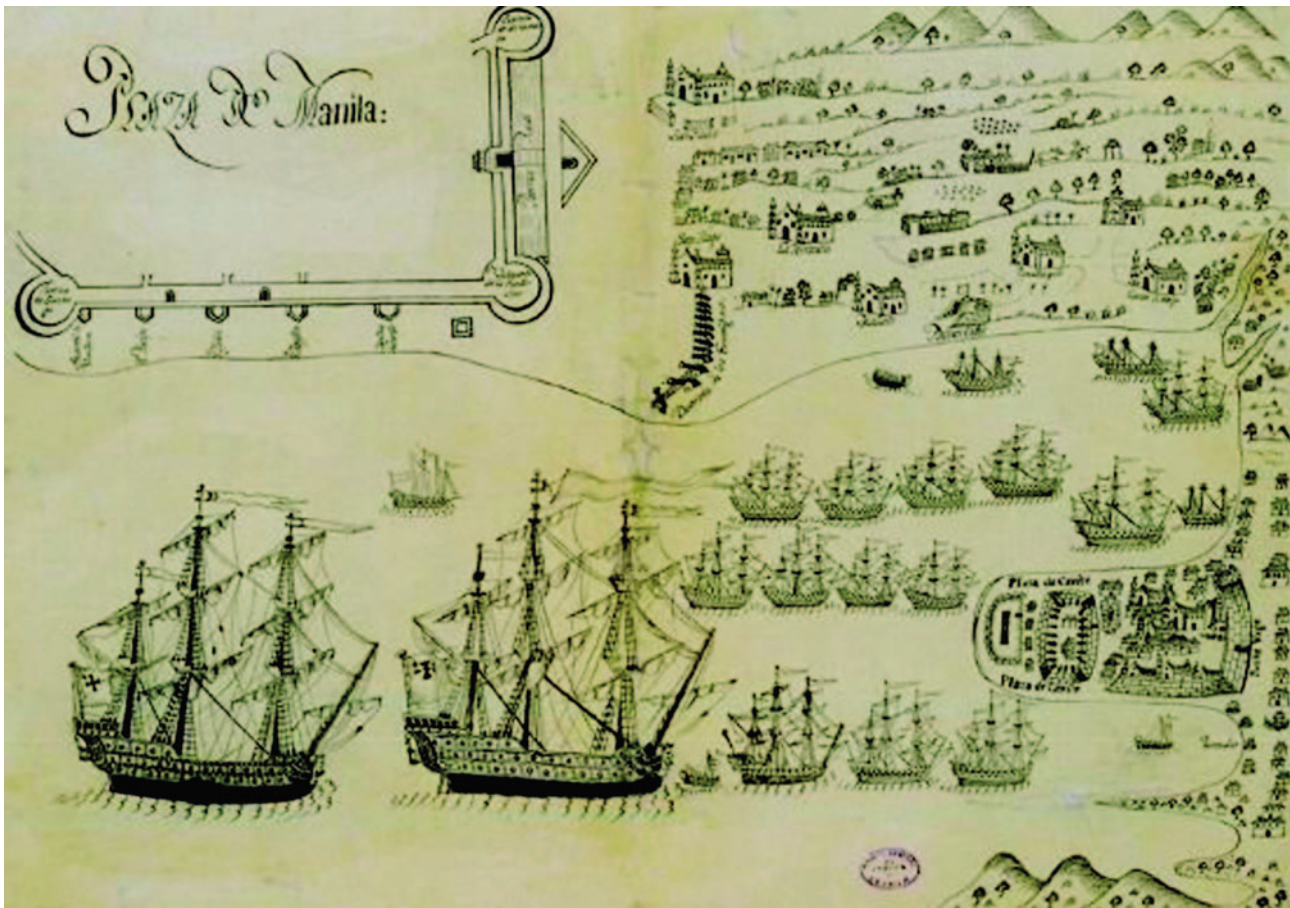
From the first decade of the seventeenth century, a huge number of traders and other foreigners were to be found in Manila: the Chinese, Japanese, Malaysians and Javanese rubbed shoulders with the French, Italians or even Greeks, added to which were the many Spanish, including some women, and several Portuguese. The importance of a Portuguese trading presence can also be verified by the founding of a *Misericórdia* (charitable confraternity), in 1606, according to the principles of the Lisbon mother institution that was particularly concerned to attract the social groups who were involved in overseas commerce in the big cities.<sup>17</sup> Commercial links between Macao and Manila seem to have been authorised by a royal decree which, in 1608, allowed the merchants established in Manila to send one ship per year to Macao to buy arms and munitions but still forbade trade links between the two cities,<sup>18</sup> a situation

that was, to a large extent, bypassed by various informal commercial contacts, reinforced by the appearance in Southeast Asia of competition in the shape of the mighty V.O.C., the Dutch East India Company, created in 1602 and incorporating large amounts of private capital. Cooperation between Manila and Macao in order to thwart the commercial interests of the Dutch also led, naturally, to a build-up in the acquisition and exchange of weaponry, an exchange which could not be separated from the trade in other products, such as silver, silk and textiles,<sup>19</sup> which were exempt from duty since commercial shipping in Macao was officially banned,<sup>20</sup> but which multiplied generously through other maritime connections. It is particularly revealing of this proposition that even in 1609, Portuguese interests were complaining to the Crown in Madrid of the threats to their survival in Macao due to Spanish commercial competition in China and Japan, but omitting to mention the flourishing trade in contraband maintained with Manila.<sup>21</sup>

The official ban by the Spanish monarchy on commercial links between Manila and Macao must also be considered within a much wider economic context in which prices, inflation and fortunes were revolutionised through the American silver-based economy that was invading the European markets as much as the Asian ones. In controlling a vast European and colonial Empire that required ever-increasing investments, since the Portuguese throne had now been added to his political domains, Philip II attempted to halt the drain of American silver into China and Southeast Asia as a result of the Acapulco, Manila and Macao connections and tried to safeguard the income of Seville, Lisbon, Goa and Malacca. There were, therefore, immediate annual bans on trade between Manila and Macao in an attempt to restrict the new trading routes. It should also be added that the trade between Macao and Manila could not have been well accepted either in official Spanish circles or in the great European financial houses, since it re-routed Peruvian silver to *Nueva España* (New Spain) and thence to the Asiatic markets at a time when they were heavily dependent on it. This diversion also prevented Seville from recovering the duty on its import and the profits from its sale, since the silver directed to the Asiatic markets and trade left its profits in the American Vice-Regency and in the colonial government of the Philippine islands.

Private illegal trading between Manila and Macao also seriously threatened Portuguese commercial and

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



A map of Manila Bay, unknown date.

fiscal interests in Malacca, Goa and Lisbon, since it competed with the routes, ports and taxes of the Cape Route, as well as influencing price competitiveness due to the difference in value between Peruvian and Mexican silver and the other purchasing currencies, whether the local majority ones or the Portuguese and European ones, which were usually the minority currencies.<sup>22</sup> To make matters worse, on the traditional circuit for the purchase of precious metals, necessary for their own supplies, it was in Seville itself that Lisbon stocked up on the official Mexican and Peruvian silver which was subsequently dispatched to the East in the coffers of ships of the Portuguese crown, reaching Cochin and Goa via the Cape, from whence the *reales* travelled to China. Here they were used to pay for the silk that was carried to Japan, where it was exchanged for more favourable quantities of silver bars. On the return journey, the *Chinese galleon*—as this maritime and commercial route was called—brought silk, silk cloth, porcelain, furniture

and luxury goods. Throughout these Asiatic voyages the different goods were subject to duty in Goa, and again in Malacca, thus feeding administrations and bureaucracies as much as the greed of the traders and adventurers, but also making these cities, to a certain extent, indispensable to the organisation of the official and private Portuguese trading presence in the Eastern markets. Once the most lucrative of the Asiatic products were taxed in the Indian ports controlled by the Portuguese, they were subsequently dispatched via the Cape Route to Lisbon where, again, duty was paid to the *Casa da Índia* (India House) which, in ensuring their general distribution throughout Europe, sent a significant quantity of silk to Spain, much of which went on to America, where the official silver circuit closed when the silk was used in payment for Mexican or Peruvian silver, which Lisbon acquired in Seville.<sup>23</sup> It was this complicated system of exchange of Asiatic products and large amounts of currency that was

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL



The market of Manila (*Parian*), by Juan Francisco de Ravenet y Bunel, 18<sup>th</sup> century.

threatened when other commercial routes were introduced, attracting many private European and Eastern merchant groups and forcing American silver onto the South and Southeast Asian markets, thus radically transforming the economic and financial structures that, for decades, had been dedicated to the official colonial routes.

### ARBITRISMO AND ASIATIC TRADE

The economic and financial problems of Iberian trade with the Americas and Asia gave rise to an important set of recommendations and studies that anticipated modern economic science and were known at the time as *arbitrios* (opinions). *Arbitrismo*, which was usually presented in the form of written advice to the crown of the dual monarchy, was a pioneering attempt to focus attention on the problems of trade, currency and population, and to propose important programmes of economic and commercial reform. Some of the most significant *arbitrista* principles during the Philippine period were to be found in the ideas

and work of the former Portuguese merchant Duarte Gomes de Solis.<sup>24</sup> In 1612, he sent an important *arbitrio* to the king entitled *Adverténcia sobre el Comércio* [A Warning on Trade], in which he expounded the dangers of exhausting the American silver mines by over-exploitation, which ultimately would only benefit China and would threaten Spanish economic interests. As a solution, he advised the monarch to favour Seville, Lisbon and the Cape Route, reserving for them only the supply of silver for the *East Indies*, and totally forbidding all other trade routes, even if drastic measures had to be taken. Six years later, in a new *arbitrista* text, he demonstrated how the flow of silver *reales* via the Pacific only benefited Chinese goods and endangered the previously existing trade. He emphasised the advantages of the Acapulco-Manila trade route to the detriment of the Atlantic routes: losses incurred by sending American silver to Spain created a profit only on the goods sent in the opposite direction, whereas on the Acapulco-Manila route, the profit from trade with China was beneficial in both directions. Thus commerce always favoured links with

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

the East, even if this meant that Lisbon would profit from the export of *reales*. As an alternative, it recommended that the value of silver in Seville should be increased in order to attract colonial trade and products, which would, therefore, become more favourably priced.

The determinedly *arbitrista* opinions of Duarte Gomes de Solis did nothing more than express in writing the thoughts of many other critics who were well established in Iberian Eastern affairs. The various political and religious colonial authorities frequently protested in the same way, as was the case, for example in 1611, when the bishop of Japan, in a letter dated 20 September, demonstrated the threat to royal revenue caused by the Manila traffic, which also threatened its subjects, thus endangering the security of the state and hindering the spread of Christianity in the Far East. The *Conselho de Portugal* (Council of Portugal) itself insisted on many occasions, such as in 1606 or 1609, on the need to stem this influx into Asia of American silver, and this was supported by the protests of the Seville merchants. In addition to draining away silver and the commercial and economic interests linked to it, the European monopoly on the sale of silk held by Goa and Lisbon was also threatened by trade that reached Seville via Acapulco.<sup>25</sup>

In spite of protests, opposition and *arbitrista* texts, the Philippines continued to devote itself to close trade links with Macao, creating an exchange circuit for products and currency that linked Mexico, Manila and Macao and was fuelled by the export of silk from China and its importation of large quantities of silver through the trade route. Thus, between 1587 and 1640, the silver which flowed from Manila to Macao represented 69% of the total amount of silver transported from the Philippines to China, as it endeavoured to provide consistency and a financial structure for the two main regional routes for silver, as much through links between Japan, Macao and China as through direct communication between Macao and Manila.<sup>26</sup>

TRADE BETWEEN MACAO AND MANILA:  
AMOUNT AND PROBLEMS

With the exception of the years 1634 and 1643, Portuguese direct trade from Macao to Manila during the period from 1619 to 1644—when Iberian relations were broken off due to the separation of the two

crowns—was maintained on a regular basis, with the annual arrival of at least one Portuguese ship from China.<sup>27</sup> Between 1620 and 1640, it can be seen that the largest number of arrivals of Portuguese ships from the *Estado da Índia* (State of India) occurred during the period 1620 to 1632, with a reduction in trade occurring between 1633 and 1639, and a total cessation, at least in the citations of the official registers, in around 1640.<sup>28</sup> Mainstream commercial contact, supported between 1619 and 1630 by the Governor and other functionaries of the Crown in the Philippines,<sup>29</sup> was distributed as follows:

TABLE 1. PORTUGUESE ARRIVALS IN MANILA, 1620-1644  
(No data exist for the years that are omitted)

Year	Macao	India
1620	5	9
1621	2	
1627	6	2
1628	2	4
1629	2	5
1630	6	8
1631	3	6
1632	4	4
1633	3	1
1634	0	1
1635	4	1
1636	1	1
1637	3	1
1638	3	0
1639	3	1
1640	3	0
1641	2	0
1642	1	0
1643	0	0
1644	1	0
Total	54	44

India = Coastal ports of Malacca, Goa, Coromandel and Malabar.  
Sources: Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVIe, XVIIe et XVIIIe Siècles)*, AGI, Philippines, leg. 20 and B&R, XI and XVIII.

Established within the period 1630 to 1631 and evident in subsequent years as a continuous trend, it should be recalled during the period of this decrease

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

in official commercial contact, the *Verenigde Oostindische Compagnie* (V.O.C.) [Dutch East India Company] had begun to intensify its naval activities, in particular around the Strait of Malacca. It subsequently increased its maritime investments on the Fukien (Fujian) coast, which eventually led to the establishment, at the beginning of the 1630s, of Dutch traders in Taiwan, thus explaining the decline in Chinese activity in Manila, which, in turn, enabled the Portuguese to improve their unofficial trade in the Philippines.<sup>30</sup> In fact, from 1623 onwards, when the first Commander-in-Chief of Macao was appointed, as a result of pressure from other Commanders-in-

*The determinedly arbitrista opinions of Duarte Gomes de Solis did nothing more than express in writing the thoughts of many other critics who were well established in Iberian Eastern affairs.*

Chief, the Crown decided to legalise trade between Macao and Manila and make it official since, without a royal monopoly, it would be deemed subject to taxation. Shortly afterwards, in 1629, the *Conselho da Fazenda* (Ministry of Finance) decided to introduce a system of specific trading concessions accompanied by a ban on all private trade so that in 1637 the regional monopoly was re-established, with the profits from trading ventures between Macao and Manila returning to the Royal Treasury.<sup>31</sup> In spite of these official efforts, which were hardly firm, no effective ban was implemented. Spanish interests in America and Manila, which were becoming increasingly interconnected, added to the powerful commercial interests of the Portuguese established in Macao, always opposed the efforts of the official central powers, given that they were far away from the metropolis and royal designs, and were able to counteract sovereign orders with the alternative order of commerce and trade. The income of the *almojarifazgo* (royal customs house) in Manila,

therefore, reveals only the official record of the taxes paid by Portuguese shipping in Macao and other cities in the State of India, as well as the Chinese and Japanese junks, but does not clarify the true volume of actual commerce which took place. Besides, the Spanish functionaries themselves who were responsible for the records did not include in the income the excessive amount of contraband and substantial tax evasion which was also occurring at the time.<sup>32</sup>

Despite these deficiencies in documentation and official tax registers, we can make use of these sources in order to compare Chinese and Portuguese commercial activity in Manila by taking the measure of the volume of trade subjected to tax (which was 3% until 1610, when it rose to 6%). It is also possible to suggest more general comparisons relating to commerce, given that the following table provides a column entitled “Others” expressing commercial movement in terms of taxes on traders, whether in the China Sea region or as Portuguese arrivals from the State of India.

TABLE 2. TOTAL ANNUAL AMOUNTS AND PERCENTAGES OF IMPORTS SUBJECT TO TAX IN MANILA, 1619-1631 (THOUSANDS OF PORTUGUESE PESOS)

Year	Chinese		(Macao)		Others		Total
	Amount	%	Amount	%	Amount	%	Amount
1619	186	61	19	6	99	33	304
1620	463	54	148	17	246	29	857
1621	111	25	161	36	172	39	444
1622	134	32	123	30	161	38	418
1623	29	13	71	31	128	56	228
1624	50	30	90	54	27	16	167
1625	182	41	115	26	143	33	440
1626	376	52	171	24	178	24	725
1627	340	66	135	26	39	8	514
1628	49	21	151	63	39	16	239
1629	66	28	11	5	158	67	235
1630	105	19	194	35	258	46	557
1631	344	51	125	18	214	31	683
Total	2,435		1,514		1,862		5,811

Source: AGI, Philippines, leg. 27, 3/ix/1632.

Moreover, it is also possible to use the official documentation to compare the different numbers of

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

TABLE 3. FOREIGN SHIPS IN MANILA BY NATIONALITY AND, IN THE CASE OF THE CHINESE AND PORTUGUESE, BY GEOGRAPHICAL ORIGIN

Year	Portuguese		Chinese		Japanese		Not identified		
	Macao	State of India	Mainland	Taiwan	Japan	Cochin China	Cambodia	Macassar	Moluccas
1620	5	9	23	0	3	1	0	0	0
1621	2	na	Na	na	na	Na	na	Na	Na
1622-6	Na	na	Na	na	na	Na	na	Na	Na
1627	6	2	21	1	0	0	1	1	1
1628	2	4	9	1	0	0	0	1	0
1629	2	5	2	2	2	1	1	0	0
1630	6	8	16	5	2	0	3	0	0
1631	3	6	33	3	0	1	0	0	0
1632	4	4	16	2	5	1	0	0	0
1633	3	1	30	1	0	0	1	0	0
1634	0	1	26	3	1	2	3	1	0
1635	4	1	40	3	0	1	0	0	0
1636	1	1	30	1	0	0	2	1	0
1637	3	1	50	1	0	0	1	0	1
1638	3	0	16	1	0	0	0	0	0
1639	3	1	30	4	0	0	0	1	0
1640	3	0	7	1	0	0	0	0	0
1641	2	0	8	1	0	0	2	3	0
1642	1	0	34	1	0	1	4	0	0
1643	0	0	30	0	0	0	1	1	0
1644	1	0	8	1	0	0	0	2	U

Source: Pierre Chaunu, *Les Philippines...*, pp. 156, 157 and 160.

boats arriving in Manila during the period 1620 to 1644. A very general quantitative observation of this data reveals that, except for the at times almost overwhelming majority of Chinese ships embarking for Manila, foreign trade was dominated by Portuguese ships, with no reference made to any other European contacts (Table 3).<sup>33</sup>

In 1640, the Restoration put an end to the dual monarchy, and D. João IV, Duke of the powerful House of Bragança was proclaimed the new King of Portugal. When, in the years that followed, the news of this proclamation spread across the Portuguese oriental empire, voyages to Manila were undertaken on behalf of the Royal Treasury, and the city of Macao installed three officials in Manila to deal with matters

relating to trade.<sup>34</sup> However, the Wars of the Restoration meant that relations between Macao and Manila were officially cut,<sup>35</sup> a situation that was soon bypassed by strong private commercial interests that, in a demonstration of much wider mercantile solidarity, began to use the merchants of Macassar as intermediaries. In this way, goods travelled from Macao to Macassar, where they were subsequently exported to Manila under the name of other traders.<sup>36</sup> The most influential person in this powerful trading community operating outside official controls was the Portuguese merchant Francisco Vieira de Figueiredo, a resident of Macassar and a close friend of the local Sultan. Macassar was a supply port for pepper, which was important in Portuguese trade, and a large number of Lusitanian

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

merchants had been based there since the end of the sixteenth century. This Portuguese community increased with the arrival of refugees following the conquest of Malacca by the Dutch in 1641. Later, in 1647, the Vice-Regent of India was obliged to nominate Francisco Vieira de Figueiredo as his representative, thus hoping to integrate the dynamic Portuguese private trade in Southeast Asia within the more general order of the economic activity of the State of India.<sup>37</sup> In addition to this indirect commercial itinerary via Macassar, Macao continued to fuel trade exchanges with Manila by making use of the intensified traffic between continental China and Manila during the War of the Restoration, which involved approximately 25 Chinese ships per year.

### INTERNATIONAL COLONIAL COMPETITION

In the second half of the seventeenth century, international commercial competition increased in South and Southeast Asia. The Dutch in the powerful V.O.C. managed to expel the Portuguese from Macassar in 1660, but Francisco Vieira de Figueiredo succeeded in remaining there until 1665. In that year the Portuguese trader organised a new trade route between Banten and Manila, taking advantage of favourable relations between the two Sultanates, and between 1667 and 1672 even developed the pepper trade between Banten and Macao, Manila and Tonkin. In 1682, however, the V.O.C. acquired from the Sultan of Banten a ban on any other European trade, thus restricting commercial routes and markets for both the Portuguese and the English,<sup>38</sup> and began developing an increasing monopoly over the sources of pepper and other spices from the Indonesian archipelago, which would later form the basis of its commercial, and subsequently territorial, colonisation.

With its trade routes in Southeast Asia limited to contact with some of the Lesser Sunda Islands, such as the lucrative trade in sandalwood from Timor, the Portuguese traders in Macao turned once again to direct and regular trading with Manila, in conjunction with interests in Borneo and the Malabar coast, as well as diversifying its range of goods from China (Canton). It was, therefore, the search for a means of distancing themselves from Goa and the related



Galleon *Philip V*, 18<sup>th</sup> century.

perusal of commercial specialisation vital to its economic survival and as a social justification for the Portuguese trading colony in China, that characterised trade in Macao in the second half of the seventeenth century, during which time international competition was developing in the Asian markets.<sup>39</sup> It is within this context that the peace between Spain and Portugal, declared in 1668, paved the way for the official renewal of direct voyages between Macao and Manila, proposed by the Portuguese monarch himself in a letter dated 28 March of that same year to the Vice-Regent of Portuguese India.<sup>40</sup> The reply from Goa to the proposal from Lisbon, on 26 January 1670, explained the need to enter into negotiations with the authorities in Manila, for which purpose a Junta was nominated in 1672 to attend to all matters relating to voyages from Macao to Manila. The Vice-Regent ordered them to undertake this through the Royal Treasury and appointed António Mesquita de Pimentel as “captain of voyages to Manila”.<sup>41</sup> Five years later, on 23 January 1677, the Vice-Regent



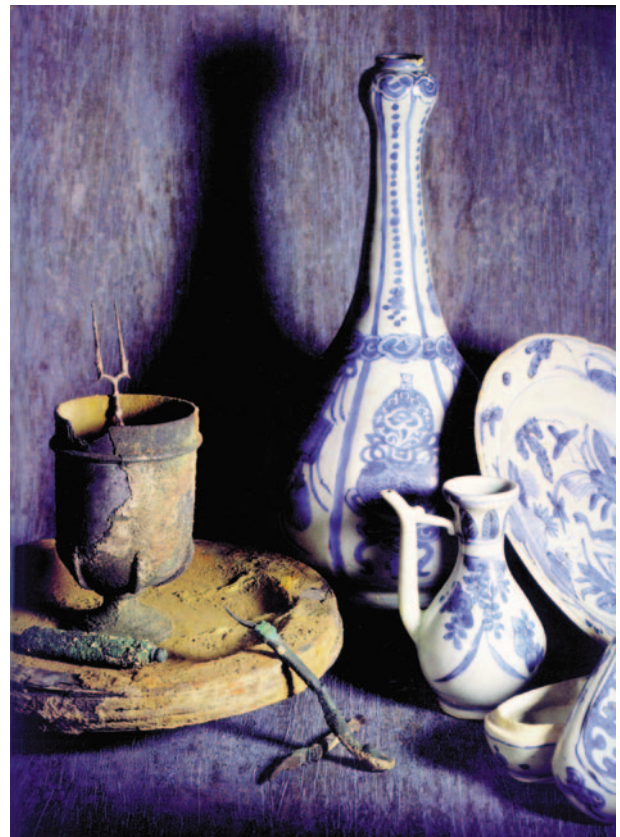
## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

informed the Prince Regent D. Pedro that the Commander-in-Chief of Macao had warned him that the Governor of Manila, after allowing the first voyage, had ordained that a passage to Macao was forbidden, citing orders from Madrid.<sup>42</sup> In spite of the instability within official spheres, the voyages continued to unite the two cities, with official irregularities merely a symptom of private dynamism.

Increasing international competition throughout the eighteenth century would, as we know, eventually attract the interest of the main European powers to the richness of Asiatic trade and commerce, a situation that not only threatened the Macao traders but also revealed their economic fragility. This was recognised by the *Mesa* (Council) of the city, which on 5 February 1710 stated that “every year over twenty *sommas* (Chinese ships) sail to Manila and because of this Macanese ships cannot do any business at all.”<sup>43</sup> In fact, between 1707 and 1710, no ship from Macao was registered as arriving in Manila, and it was not until 1711 that a Macanese *patacho* (two-masted pinnace) arrived in the Philippines. In order to prove that this commercial link was also economically vital for fuelling the monetary basis of the commercial economy of the Portuguese in Macao, in spite of the prohibition by the Vice-Regent, the powerful Senate decided, on 10 March 1713, with the agreement of the superiors of the Religious Orders and the subsequent approval of the Governor, that “the St. Ana and the St. Maria” should sail to Manila “in search of silver.”<sup>44</sup>

In the early decades of the eighteenth century, trade relations between Macao and Southeast Asia experienced a new lease on life, due to the fact that the Qing dynasty had forbidden Chinese maritime trade in the region. As a consequence of this, Macao became the prime intermediary for the circulation of trade between China and Southeast Asia, which included, most importantly of all, the Philippines, the Malayan Peninsula and Siam.<sup>45</sup> It was, however, a time of change, since in 1730 China opened up Canton to international trade, and the Manila ships sailed there directly, thus contributing to the decline of the port of Macao<sup>46</sup> and to new commercial specialisations founded on merchandise from Batavia, Manila, Timor, Malacca, Madras (the metropolis of the English East India Company on the Coromandel

coast), Calcutta, Goa and Surat.<sup>47</sup> With the Christian population at the time representing 5,212 out of around 8,000 residents, Macao only registered the arrival of twelve ships, bringing an annual income of between 15,000 and 18,000 *taels*. This frail economic situation meant that protectionist measures were mobilised, with D. João V ordaining on 9 March 1746 that no foreigner could take up residence in Macao, with the exception of missionaries heading for the Chinese Missions, and only then if supplied with royal authorisation to do so. These dispensations also allowed ships from Manila to be admitted into the port of Macao to trade freely. Due to this royal decree, Spanish traders from the Philippines were able to enjoy more privileges in the city and port than the citizens and residents of Macao themselves, since, nominally, they paid 1.5 % duty, as opposed to the 2% levied on the Portuguese. On entering the port, the Spanish ships paid the same as the residents of Macao and on leaving paid nothing. In contrast, when they went to Manila, the Portuguese merchants of



Objects found in the wreck of the *San Diego*, sunk in Manila Bay, in 1600.

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Macao paid double the duty that the Spanish paid, namely 2%, which was justified “as they were known foreigners.”<sup>48</sup> At this point, lengthy negotiations were opened with the aim of securing equal rights and payments for both sides. An initial reciprocal ruling established in Macao in 1773 meant that Spanish traders from Manila threatened to sail directly to Canton if they were not treated as they had been prior to 1773.<sup>49</sup> In 1778 the Bishop and Governor of Macao, D. Alexandre de Pedrosa Guimaraães, seeking to establish fully reciprocal relations for Portuguese-Spanish trade in Manila and Macao, made representations to the King, the officials in Manila,

the Macao Senate and the merchants of the city.<sup>50</sup>

Nevertheless, trade links between Macao and Manila continued to structure a significant part of Macanese trade and maritime investment, to the extent that a law decreed on 6 May 1785 continued to ban all trade with foreigners except ships from Manila.<sup>51</sup> This was also the year in which the *Real Companhia Filipina* (Royal Philippine Company) was founded but which, in the four decades that followed, despite its mercantile organisation, was unable to preserve the trade routes that had united the Philippines, via the Pacific, with an America increasingly benefiting from another mightier and more dazzling route towards revolution and the independence of all people and nations. **RC**

### NOTES

- 1 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991, p. 84.
- 2 Souza, *op. cit.*, p. 85; Manuel Ollé, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona: El Acanalado, 2002, pp. 39-88.
- 3 Manuel Ollé, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*.
- 4 Souza, *A Sobrevivência do Império...*, pp. 87-89.
- 5 Souza, *A Sobrevivência do Império...*, p. 87.
- 6 Charles Boxer, *O Grande Navio de Amacau*. Macao: Fundação Oriente - Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989, p. 38.
- 7 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 39.
- 8 Tien-Tsê Chang, *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1997, p. 147.
- 9 Manuel Teixeira, *Macao e a sua Diocese*, vol. II. Macao: Imprensa Nacional, 1940, p. 87.
- 10 Teixeira, *Macao e a sua Diocese*, vol. II, p. 39.
- 11 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, pp. 62-63.
- 12 *Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, (special issue dedicated to Charles Boxer). Macao: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989, p. 38.
- 13 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 63.
- 14 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, pp. 64-65.
- 15 *Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, (special issue dedicated to Charles Boxer), p. 43.
- 16 Benjamim Videira Pires, *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*. Macao: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987, p. 15.
- 17 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 16. In his key work on the Portuguese colonial empire, Charles Boxer clarifies the proposal for overseas *miserericórdias*, stating that “there was a flourishing branch in Manila, founded in 1606, along the lines of the mother-institution in Lisbon; another in Nagasaki, which was famous throughout Japan for its charitable works before it was closed down during the persecutions which began in 1614” (Charles Boxer, *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 286).
- 18 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, pp. 65-66.
- 19 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 41.
- 20 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, pp. 66-67.
- 21 Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 66.
- 22 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 4 vols.. Lisboa: Ed. Presença, 1981-1983.
- 23 Rui M. Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das Origens a 1640*. M.A. dissertation presented to the Faculty of Human and Social Sciences at the Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 30-36.
- 24 Armando de Castro, *Doutrinas Económicas em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, pp. 53-60.
- 25 Pires, *A Viagem de Comércio...*, pp. 41-42.
- 26 Yunhua Cao, “Relations between Macau and South-East Asia,” in *Macao 2000*, edited by J. A. Berlie. Hong Kong: Oxford University Press, 1999, p. 183.
- 27 Souza, *A Sobrevivência do Império...*, p. 96.
- 28 Souza, *Sobrevivência do Império...*, 97.
- 29 Souza, *Sobrevivência do Império...*, p. 103.
- 30 Souza, *Sobrevivência do Império...*, p. 95.
- 31 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 25.
- 32 Souza, *Sobrevivência do Império...*, p. 104.
- 33 Souza, *Sobrevivência do Império...*, pp. 106-107.
- 34 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 31.
- 35 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 33.
- 36 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 33.
- 37 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 33.
- 38 Souza, *Sobrevivência do Império...*, pp. 150-151.
- 39 Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel, 1995, p. 292.
- 40 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 35.
- 41 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 36.
- 42 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 36.
- 43 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 43.
- 44 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 44.
- 45 Yunhua Cao, “Relations between Macau and South-East Asia,” in *Macao 2000*, p. 184.
- 46 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 55.
- 47 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 60.
- 48 Pires, *A Viagem de Comércio...*, pp. 60-61.
- 49 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 71.
- 50 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 70.
- 51 Pires, *A Viagem de Comércio...*, p. 80.

# Philip II King of Spain and Portugal and the Relations between the Philippines and Timor

IVO CARNEIRO DE SOUSA\*



Portrait of Philip II by Sofonisba Anguisciola, Italian artist (1532-1625).  
Original at the Museo del Prado, Madrid.

One of the last times that I visited East Timor, some months before the formal declaration (or restoration) of independence in May 2002, I went to the Manatuto district in the north-eastern region. I was quite surprised with the deep, warm relations between the local people and a company of Filipino soldiers working for the UN peacekeeping forces. When I asked people from different social and cultural backgrounds about the reasons for these close relations, almost all my informants explained that the “people of the Philippines are very similar to the East Timorese.” When we turn our attention from present peacekeeping officials to some of the most important East Timorese institutions, we are immediately obliged to research the dominant Catholic Church, harbouring nowadays perhaps 95 percent of Timor’s almost 800,000 inhabitants. In the East Timorese church, we met dozens of Filipinos working, teaching and preaching in several different Catholic institutions. In fact, one of the rare non-East Timorese parish curates is the Filipino priest of the Bobonora district. Some other Filipino priests have very relevant ecclesiastical tasks: the General Vicar of the Dili diocese is a very active Filipino; this is also the case of the secretary for social communication; and it is possible to

\* Ph.D. in Portuguese Culture and Aggregate Lecturer in History. Lecturer in the History Department, Oporto University Arts Faculty coordinating the Integrated Post-Graduate Studies Course in Asian Studies. Currently, he combines a position as coordinator of the Portuguese Centre of Studies on Southeast Asia (CEPESA), with research on the religious history and anthropology of the Portuguese presence in Southeast Asia. Author of several books and articles in this field.

*Doutor em Cultura Portuguesa e Agregado em História. Professor do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, coordenando o Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Estudos Asiáticos. Actualmente, é investigador-coordenador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPESA), desenvolvendo investigação sobre a história e antropologia religiosas da presença portuguesa no Sudeste Asiático, tendo publicado vários livros e artigos nestes domínios de especialização científica.*

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

find many other Filipino priests and nuns, from Salesians to Franciscans, leading church hospitals, brotherhoods, charity works or even directing some interesting pharmacies offering the alternative medicines that are generally preferred by the ordinary East Timorese people, who distrust the strange and expensive western medicines.

As a professional historian, I was even more surprised when I found collections of dozens of silver reales from the sixteenth and seventeenth centuries among the few remains of the former Dili Museum, which are now kept in provisional storage, as well as in some private collections and even in local antiques markets.<sup>1</sup> These collections remind us of the large invasion of American silver coins that were carried by the Spanish traders and colonisers of the Philippines who sailed the arduous Pacific route to Acapulco. I was even more astonished when I realised that most of the traditional East Timorese jewellery had been made with precisely these smelted older Spanish silver reales. We can even observe several traditional local kings' helmets (*kaibauk*) that still show decorations with those famous reales that crossed the world, used proudly by the warriors in the major social and religious local festivals. This cultural tradition is so strong that nowadays the rare old traditional jewellers that are still working, mainly for the foreigners of several UN and NGO offices, continue to prefer those large nineteenth and early twentieth century silver Mexican pesos that we can buy at the popular textile market in central Dili. The questions that came to my mind, from the "warped" perspective of a professional historian with over twenty years' experience, were the following: where in time and space did these old American silver reales and pesos come from, which still constitute today some of the most important traditional treasures of local kingdoms and sacred houses (*uma lulik*)? How can we explain these fraternal relations with Filipino soldiers and officials who, from local priests to the common people, are considered "brothers"? Last but not least, how can we explain the large Filipino influence and presence in the East Timorese Catholic Church?

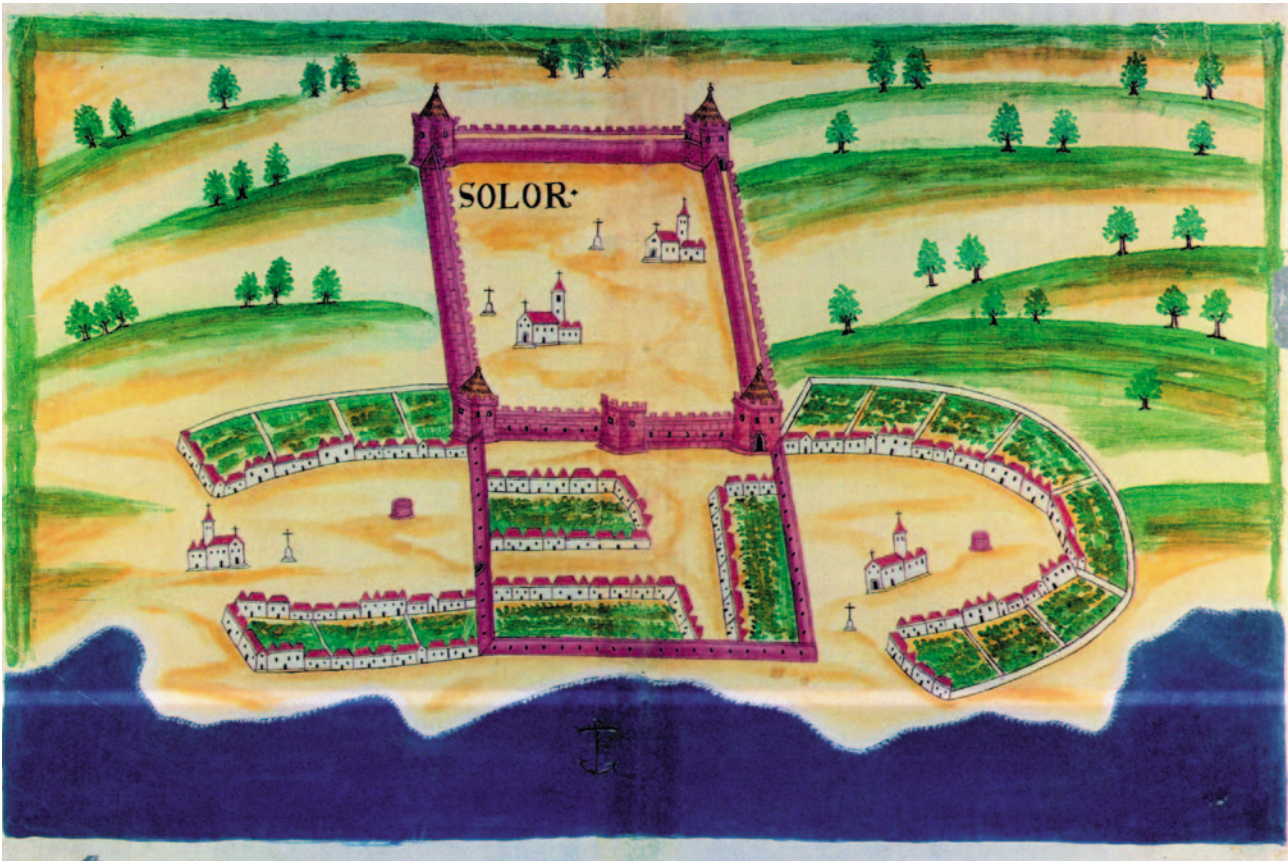
A general answer that can immediately be suggested must take into consideration that, despite centuries of an often violent Portuguese colonisation, East Timor is and will always be a Southeast Asian country. Nevertheless, friendly relations of the different East Timorese populations with foreigners (*malai*) are very rare, and the general attitude is of distance from

and a clear lack of confidence in those new invaders who bring with them strange clothes, behaviours and economies. Several Southeast Asian national missions working in East Timor are not viewed with reverence and respect, but only as a necessary presence in the context of the peacekeeping process directed by UN resolutions and commitments. We cannot perceive close and friendly relations with the Malays, Thais and even less, of course, with the Indonesians, from journalists to solidarity groups. On the contrary, we experience an ambivalent suspicion: I heard several Thai and Malay officials and UN administrators talking about the inability of the East Timorese to build a coherent nation, and I have also observed several local political leaders talking about the lack of support that their liberation struggle received from ASEAN countries in the recent past. Probably, as always, the truth is more complex and balanced, but I have never heard anybody, on either side, complaining about the Filipino mission or, vice versa, Filipinos criticising or joking about the first steps of that new baby, born independent a few months ago, which for a historian accustomed to dealing with the Braudelian *longue durée* (long-term) is almost nothing. In this perspective, the special East Timorese-Filipino relation must demand new answers, perhaps the answers of a historian.

### THE CAPTAINCY OF SOLOR-TIMOR

It is very difficult to find any kind of answer when researching the first Portuguese contacts in the Timorese area, a faraway periphery even for the Portuguese traders and soldiers in the Moluccas and the Malacca enclave. In fact, Eastern Indonesia, from Java to the Timor islands, was first recognised by the cartographic expertise of a young Portuguese pilot, Francisco Rodrigues, a prominent member of the first Portuguese voyage to the Moluccas, in 1511-1512.<sup>2</sup> Rodrigues and his companions did not pass close to Timor and its adjacent islands, but in his famous seafaring book he drew the first representation of Timor, Flores and Solor, in this case confusing the very small island of this name with Eastern Flores and Adunara. The island of Timor was carefully sketched and received an explicit legend reading, "This is the island of Timor from which sandalwood comes."<sup>3</sup> We now know that these maps of Southeast Asia by Francisco Rodrigues were made possible because he

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Solor's fortress, from António Bocarro's *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas e Povoações do Estado da Índia Oriental*, 1634.

worked with oriental maritime maps, probably Chinese seafaring charts used by local traders. After the Portuguese conquest of Malacca, led by Afonso de Albuquerque, the Portuguese found in 1511 in the hands of a “Javanese pilot” one of these large informative oriental maps, and Francisco Rodrigues worked very closely on the transcription of these maps, with Portuguese cartographic skill, to be presented to King Manuel in Lisbon.<sup>4</sup>

An effective Portuguese trade presence was organised only between 1512 and 1556-61. In general terms, this period was marked mostly by private enterprise on the part of merchants and adventurers, and no forms of territorial fixation or colonial institutionalisation were registered. Contacts with Timor took place within the more general context of a regional periphery that official Portuguese documentation designated as the “Islands of Solor”, covering the islands from Flores to Alor, among which Timor deserved special attention for its commercial interest and its generous supply of white sandalwood. Sought after as incense,

perfume and for medicinal uses, sandalwood was exported to China and India, a central element of trade relations that dated back to the fifth and sixth centuries, despite the irregularities provoked by their peripheral position. The sandalwood trade had attracted Chinese merchants and adventurers since the end of the twelfth century, and it intensified during the fifteenth century when connections were established with markets supplied through Malacca. Between 1514 and 1519, the Portuguese of the conquered enclave of Malacca sought to officially dominate the annual sandalwood trade, either directly or in parallel with the spice trade of the Moluccas and Java, following the rhythm of the monsoons, and based on the customs and fiscal control of the Malacca captaincy. However, they could not curb many private enterprises or the activities of these most varied merchants.

In 1522, Antonio Pigafetta, sailing on the *Victoria* with the Castilian remains of Magellan's expedition, reached Timor and described the commercial and symbolic structures of the sandalwood

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

trade in the region of Ambenu, noting the presence of Javanese and Malay merchants attracted especially by the sandalwood, but also by the booming wax and slave trade.<sup>5</sup> At the time, some Portuguese merchants and navigators also sailed the northern coasts of Timor, but preferred to harbour at the small island of Solor, which offered better anchorage conditions and permitted greater control of the Flores Strait. Until 1550, there were no signs of permanent settlement or residence in this area, as the Portuguese merchants preferred to stay on the island only as long as it took to complete their lucrative dealings and load their ships with a few hundred trunks of sandalwood, competing with the local merchants. Later, during the 1560s, a few small permanent centres appeared when these islands were discovered by Catholic missionaries. In 1558, the new Malacca diocese received a Dominican bishop, Friar Jorge de Santa Luzia, who charged the priests and monks of his order with the official evangelisation of this periphery of Southeast Asia.<sup>6</sup>

The exaggerated representations made by Portuguese Dominican sources—extremely fertile terrain for the study of Eastern Indonesia and Southeast Asia in the sixteenth and seventeenth centuries—describe the favourable welcome they received from the local populations, building churches, establishing parish divisions, and converting more than 100,000 inhabitants to Christianity according to Dominican apologia sources, or no more than 12,000 if we believe the more reliable Dutch sources from the beginning of the seventeenth century.<sup>7</sup> At the time, these Dominican missionaries had already acquired enormous evangelisation experience in the missions of East Africa, mainly in the central region of present-day Mozambique along the Zambezi River, with its historical relations with the powerful Monomotapa kingdom and the rich Muslim trade from Zanzibar to the Red Sea. In fact, several Dominicans called to the Solor missions used their prior East African experience in comparing the local populations to the *cafres* that they had tried to Christianise in the regions of the Zambezi, Sena and Cuama rivers.

Between 1566 and 1571, the Dominicans had built a fort on Solor, winning the right to appoint the captain with the approval of the Malacca captaincy. The documentation signed in September 1571 by the governor of India is known, granting the Dominicans the privilege of appointing the captain of Solor, and

recognising the institution as precarious, which required minimal military support for evangelisation. This official recognition of the religious activities of the Dominican mission changed with Iberian unification. As with many other areas and movements in Southeast and Eastern Asia, the accession of Philip II to the Portuguese throne introduced changes in the traditional structures, dynamics and especially in the dialectics of the political and commercial centres and peripheries. The strategic centres of regional trade were definitively transferred to the South China Seas, between Macao and Manila.

### THE IBERIAN UNION AND THE ORIENTAL PORTUGUESE EMPIRE

After the death of D. Sebastião in northern Africa, in the tragic battle of the three kings of al-Qasr-al-Kabir, in July 1578, his old and ill great-uncle succeeded to the throne, the Cardinal D. Henrique, former Chief Inquisitor. His death in 1580 brought a crisis of succession in which several claimants confronted each other, among whom the most important were King Philip II of Spain, son of D. Isabel of Portugal, and a nobleman, D. António, Prior of Crato (1531-1595), the illegitimate son of Prince Luis and a woman of Jewish origin. The latter was the most popular claimant in the kingdom's main cities, but perhaps because of his mother's status as a new Christian, he did not obtain much support among the Portuguese aristocracy. Even before the death of the Cardinal D. Henrique, in an attempt to prevent D.

António from being proclaimed king and taking Lisbon, Philip II carried out a large diplomatic offensive, and at the same time assembled a powerful army in the region of the Spanish Estremadura. When news of D. António's acclamation in Santarém was known, Philip II ordered an attack. A contingent of 30,000 men marched into Portugal, forcing D. António to abandon the capital, from where he went to Porto. There, he disappeared for some time before spending many years in exile in Europe.

After his formidable show of force, diplomatic and juridical persuasion and social insinuation, Philip II did not face any opposition in proclaiming himself king

Opposite page: The islands of St. Lazarus, or Philippines, in a 16<sup>th</sup> century manuscript of the list by Antonio Pigafetta.

Bohol .Rata .Cibāhanui

Jey mourut  
le capitaine  
general

Mattan

Szubu : ->

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

at the Cortes of Tomar, in April 1581, among the diminished numbers of the Portuguese aristocracy who had not fallen or been taken captive during the Moroccan adventure of D. Sebastião. But the most important aspect was his solemn promise to instate a political regime that was to maintain exclusive Portuguese jurisdiction in all of the kingdom with no annexation to Castile in any sphere.<sup>8</sup> In fact, the Cortes of Tomar agreed that the political government be handed to the recently created Council of Portugal,

*Contacts with Timor took place within the more general context of a regional periphery that official Portuguese documentation designated as “islands of Solor”, covering the islands from Flores to Alor, among which Timor deserved special attention for its commercial interest and its generous supply of white sandalwood.*

obliged to function closely with the king, no matter where he was. If the king left the kingdom, government could only be carried on in the presence of a viceroy of royal blood or by a board of governors. In practical terms, the Cortes agreed that the organisation of the Crown's institutions be subject to rules which consecrated the identity of the Portuguese kingdom: no foreigners—that is, no one who was not a native of Portugal—could occupy justice and treasury positions. This exclusion also applied to the ecclesiastical clergy (prelature, abbeys, benefices and chaplains), as well as to the appointment of new members of the military orders incorporated under the domain of the Crown. All this judicial-legal prudence, using enactments in the courts as a basis for the king's contractual legitimacy

with the organic entities of Portuguese society amounted, however, to an emblematic and elucidative ceremonial shift in terms of the sources and characteristics of the new imperial power: Philip II requested that the proxies of the three states (clergy, nobility and people) swear allegiance to him and to his heir, D. Diogo, a formal homage that the previous monarchs, D. Manuel, D. João III or D. Sebastião had never required.<sup>9</sup>

In relation to the different territories of Portuguese expansion, the Cortes of Tomar also established de jure, in April 1581, the absolute separation of the administration of the respective colonial empires. To reinforce this decision, the recently proclaimed Philip I of Portugal sent clear orders via Goa and Manila, forbidding his subjects in Eastern Asia from entering areas reserved to the country of which they were not native. In any case, when news of Philip II's accession to the throne of Portugal reached Manila, the Castilians in the Philippines—governor, clergymen, merchants, adventurers—rejoiced and manifested renewed interest in penetrating China and in multiplying initiatives to control the spice trade of the Moluccas, until then prohibited, in many cases militarily and brutally, by the dominant Portuguese presence. Manila's enthusiasm did not find an echo throughout the Asian areas of Portuguese expansion.

In Goa, for example, the swearing of allegiance to the new Habsburg monarch took place only on 3<sup>rd</sup> September 1581, after two days of difficult negotiations, motivated by the doubts of the governor, Fernão Telles de Meneses, who had been raised at Court with D. António, Prior of Crato, from whom it is suspected he received letters.<sup>10</sup> In Malacca, opposition to the swearing of allegiance to Philip II was led by the captain of the Portuguese enclave himself, D. João da Gama. He contradicted the requests received from the ship of Leonel de Lima and delayed the ceremony until 23<sup>rd</sup> November 1581.<sup>11</sup> In the Moluccas, the situation was even stranger, as the captain of Tidor, Diogo de Azambuja, without communication from Goa and Malacca, was only informed of Philip II's rise to the Portuguese throne by the governor and captain-general of the Philippines, Gonzalo Roquillo de Peñalosa, on 10<sup>th</sup> March 1582, when he received a ship commanded by Francisco Dueñas.<sup>12</sup> The latter formally communicated the dynastic union and took the opportunity to gather important strategic information on Ternate. Even more complicated was the recognition



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

of Philip II in Macao.<sup>13</sup> His accession to the throne provoked unease and suspicion among the Portuguese of the enclave, who feared both the hegemonic ambitions of the Castilians of Manila and their introduction in the Chinese trade that passed through Macao. The news was delivered by the Jesuit Alonso Sanches, after having spent two months on Chinese territory. In Macao, he met a visitor from the Company of Jesus of the province of India, Alessandro Valignano, who made careful, skilful diplomatic contacts to transmit the coronation of Philip II as king of Portugal. The news of dynastic union was in fact disseminated gradually and in a very piecemeal manner, omitting the more controversial aspects: the entry into Portugal of the Duke of Alba's troops that forced the acceptance of Philip II; the sack of Lisbon and Cascais; the almost mysterious disappearance of D. António, Prior of Crato. There was also an attempt to conceal the dynastic union from the Chinese authorities, as it was feared they would become suspicious given the fame the Castilians had acquired as spies and aggressors from the Portuguese of Macao, rumours that had begun to be proved true with the military occupation of the island of Luzon. Only on 18<sup>th</sup> December 1582 did the Portuguese of Macao agree to swear allegiance to Philip II, after much hesitation. The documentation of the time shows that the Castilian intrusion could be prejudicial to Macao's interests and could put at risk the very security of the Philippine islands.<sup>14</sup>

The precarious and strategic nature of the Iberian presence in Eastern Asia based on small key centres along the trade routes to control the hinterland made it practically impossible to comply with the policy of restricted administrative separation and non-interference decreed by Philip II, who sought to accommodate the well-known rivalries and competition. The areas of Castilian and Portuguese influence were so distant in time and space—many months and years of voyage—from the respective centres of peninsular decision and from the Viceroyships of India and New Spain, that it was difficult to impose controls on the sovereignty of local powers and the multiplicity of private enterprises.<sup>15</sup> The lack of effective territorial occupation left vast intermediary zones open to breaches of royal directives and prey to the activities of private merchants, deserters and adventurers, that could be found from Macassar to Timor. In fact, Portugal controlled only a few

fortifications in the Moluccas, and attempted to dominate a few small peripheral enclaves on the islands of the Lesser Sunda, especially to the east of Flores and in Solor. The small communities settled in Nagasaki and Macao were marginal to the reduced official presence in the key port of Malacca, which was increasingly less the centre of these itineraries and peripheries, caught up in the Iberian reorganisation that shifted attention to trade in the South China Seas and Macao. On the other side of Philip's Iberian crown, only a few hundred Castilians were to be found in the Philippine archipelago, concentrated in the port of Manila and in a few small enclaves located on the western coastline of Luzon.<sup>16</sup>

The dynastic union was, as Fernand Braudel so rightly asserted, an extraordinary event, which marked the great Iberian shift to the Atlantic, to Brazil, and soon to the gold and silver of Mexico and Peru. Less studied is the impact of Philip II's Portuguese coronation on Eastern Asia. Very little is known of those shadow empires of private merchants and adventurers who multiplied dealings and enterprises in Southeast Asia. It is highly probable that new opportunities appeared as a result of the dynastic union, which opened possibilities for mercantile alliances and solidarities. More importantly, in practically official terms, the new imperial context favoured a clear militarist turn in the different Asian areas under Portuguese and Castilian influence. Thus, based in the Philippines, a renewed strategy of entry into China and the Moluccas was designed, while the so-called *Portuguese State of India* organised its own bellicose projects, such as the attempt to conquer the Islamic sultan of Aceh, encouraged by the highest religious echelons of Malacca, and recover the positions lost during the 1570s in the Moluccas.<sup>17</sup> This military effort had several Iberian dimensions and different initiatives, frequently without any military, territorial and commercial success. Among the different initiatives generated by the imperial optimism of Philip II's rise to the Portuguese throne, we remember only one: In 1583, the Portuguese captain of the Moluccas requested military aid from Manila, which sent such help by invoking the dynastic union. Commanding ten ships, João Ronquilho helped the Portuguese resistance in a military action against Javanese merchants, ending in great violence and without any commercial consequence except for the burning of a few Javanese ships carrying cloves.<sup>18</sup>

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Despite Philip II's promises to respect the political and commercial exclusivity of areas in Asia controlled by the Portuguese, in truth, the monarch carried out significant changes in the Portuguese oriental empire in the first years of his reign, both in terms of persons in charge and in structures, favouring

*The areas of Castilian and Portuguese influence were so far away in time and space – many months and years of voyage – from the respective centres of Peninsular decision and from the Viceroyships of India and New Spain, that it was difficult to impose sovereignty controls on the local powers and the multiplicity of private enterprises.*

an old nobility desperately seeking new sources of revenue, to the detriment of the overseas nobility which, both military and higher officers, had multiplied far from the control of the Lisbon court, combining military feats with commercial profit. An important part of Philip II's reformulation also took place in Solor and Timor.

### PHILIP II AND THE COLONIAL ADMINISTRATION OF TIMOR-SOLOR

Philip II did in fact nationalise the colonial administration of the small areas of Portuguese expansion in the Lesser Sunda Islands, redefining its peripheral strategy. Thus, the king withdrew the right to appoint from the Dominican missionaries on Solor, and also introduced officers who, among the married and mixed, created a long history of race mixing in

the occupation of colonial posts, culminating in the seventeenth century with the predominance of the *topasses*,<sup>19</sup> a designation for the local mixed races. With political and legal regularity, Philip II appointed the new captains of Solor and Timor, directly dependent on the new crown. In March 1583, redefining the political strategy for this periphery, Philip II named António de Andria captain of Solor and Timor, a *casado* (married man) from Malacca with vast military experience in the region, not of Portuguese origin, thus overcoming the formal political commitment of nominating only native Portuguese for the overseas colonial offices.<sup>20</sup> However, without a salary, and involved in some local ventures, it seems that Andria came nowhere near to fulfilling the narrow confines of his captaincy. In consequence, the succession of political appointments was accompanied by the withdrawal of privileges from the Dominicans. In fact, in 1589, Philip II ordered the Viceroy of India, D.

Duarte de Meneses, to reduce the ordinaries of the Dominicans on Solor and Timor.<sup>21</sup> This peripheral area gained political and colonial expression and provided, due to its specificity, an important area for founding intervention on the part of the new monarch. In an attempt to redefine the interest of this practically last frontier of the Portuguese oriental empire, Philip II made an effort to link the captaincy of Solor and Timor to the government of the Philippines in order to broaden trade routes and collaboration, a strategy followed by his successors.<sup>22</sup> Dated from the end of the 1590s, a number of investments and visits took place, which, from merchants to missionaries, linked Timor to the Philippines, bringing to these parts the first reales. These coins would rapidly become objects of decoration rather than circulating currency, which was practically unknown until well into the nineteenth century. But the larger project of Philip II would not succeed, as it failed to survive both the Restoration and, more especially, the redefinition of regional economic spaces that the Dutch VOC would come to control, which sought to install Batavia as the new commercial and financial centre of Southeast Asia.

There is, however, another stranger indication that still today links Timor to Philip II—an indication of opposition. It is worth remembering that, despite the support received in Court and the homage paid by the majority of the Portuguese nobility and clergy, a continued opposition to the dual monarchy always

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

persisted in a number of popular and religious circles. This opposition encouraged a messianic and political belief centred on the return of D. Sebastião to Portugal, in which it was believed that the young king had not perished on the fields of Morocco. This Sebastianism manifested itself in different prophecies and popular movements: An artisan from Angra do Heroísmo who, in March 1580, declared he was the longed-for king; later, in 1584, it was a peasant from a village of Penamacor who declared he was D. Sebastião; a little later it was the turn of a hermit.<sup>23</sup> A body of belief appeared, essentially encouraged by an exiled clergyman, D. João de Castro, who, mixing Joaquimism and circles linked to the defeated D. António, discovered prophetic verses attributed to a shoemaker called Bandarra that announced, from 1530, the advent of new times under the action of a mystical king. Many clergymen encouraged these movements of Sebastianism. It reappeared in Venice in 1598 when a young adventurer presented himself to the Doge as D. Sebastião, returned after much travel throughout Africa. Arrested in Venice but released in 1600, he was welcomed by D. João de Castro and the exiled groups, and with them, attempted

to gain support in France and Tuscany. Handed over to the Spanish in Naples, he was sentenced to the galleys in 1602, but the following year, found off the coast of Cadiz, he cultivated echoes of a Sebastianist insurrection. The false D. Sebastião and all those implicated were sentenced to death. They disappeared . . . or did they?

There is at least one group of East Timorese who patiently explain that one should not trust the Filipinos too much because they are a type of “Castilian” who will only harm the greater interests of Portugal in Timor. These Timorese belong to a very “original” political party, the Popular Party of Timor, which, in the elections for the constituent Assembly, elected two representatives.<sup>24</sup> Their leader, Jacob Xavier, affirmed several times in public at election meetings and rallies that he was the true king of Timor and Portugal; that he was, in fact, the only legitimate descendant to be king of Portugal. Why? He patiently explained the history of Portugal to prove that he was the direct descendant of D. António, exiled at the end of the sixteenth century to the Portuguese colonial territories of Asia, the legitimate king of Portugal from whom Philip II had usurped the crown and kingdom. **RC**

## NOTES

- 1 A former inventory of this museum can be found in *Katalog Pameran Koleksi Warisan Budaya Timor – Timor*, Departemen Pendidikan dan Kebudayaan/Direktorat Jenderal Kebudayaan, Museum Negeri Propinsi Timor Timur, Tahun, 1995-1996.
- 2 José Manuel Garcia & Ivo Carneiro de Sousa, *The First Portuguese Maps and Sketches of Southeast Asia and the Philippines (1512-1571)*, Lisboa, CEPESA, 2002.
- 3 Francisco Rodrigues, *Livre Manuscript de Francisco Rodrigues*, fl. 36 (Bibliothèque de l'Assemblée Nationale de France).
- 4 José Manuel Garcia & Ivo Carneiro de Sousa, *op. cit.*, p. 14.
- 5 Antonio Pigafetta, *El primer viaje alrededor del mundo. Relato de la expedición de Magallanes y Elcano*, (ed. Isabel de Riquer), Barcelona, Ediciones B, 1999.
- 6 The main Portuguese Dominican chroniclers for events of this period are the works by Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, (ed. M. Lopes Almeida), Porto, Lello & Irmãos, 1977, 2 vols. and Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental*, (ed. Luís Albuquerque & Maria da Graça Pericão), Lisboa, Alfa, 1989, 2 vols.
- 7 Charles R. Boxer, *Fidalgos in the Far East (1550-1770)*, The Hague, Martinus Nijdhof, 1948, pp.175-176.
- 8 Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 21-22.
- 9 Jean-Frédéric Schaub, *op. cit.*, p. 22.
- 10 Diogo do Couto, *Década Décima da Ásia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1974, pp. 42-53.
- 11 Diogo do Couto, *op. cit.*, pp. 149-157.
- 12 Diogo do Couto, *op. cit.*, pp. 307-312.
- 13 Pe. Manuel Teixeira, “Macau prestou fidelidade a Filipe II de Castela na dominação castelhana,” in *Macau e a sua Diocese, I*, Macau, Tipografia do Orfanato Salesiano, 1940, pp.115-141.
- 14 Manuel Ollé, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, El Acatilado, 2002, pp. 107-108.
- 15 Manuel Ollé, *op. cit.*, p. 93.
- 16 Lourdes Díaz-Trechuelo, *Filipinas. La gran desconocida (1565-1898)*, Pamplona, Ed. Universidad de Navarra, 2001, pp. 34-73.
- 17 Manuel Ollé, *op. cit.*, p. 94.
- 18 Diogo do Couto, *op. cit.*, pp. 313-320.
- 19 The probable etymology of this term is the Dravidian *Tuppassi*, meaning interpreter.
- 20 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT), *Chancelaria de Dom Filipe I*, Livro 15 de Doações, fls. 28-28v.; Livro 28 de Doações, fls. 81-81v. – n.º 383.
- 21 Arquivo Histórico do Estado da Índia (AHEI), *Livro das Monções*, n.º 3-A.
- 22 IANTT, *Chancelaria de Dom Filipe II*, Livro 2, fls. 117-117v; Livro 6 de Doações, fls. 132v.-133; Livro 7 de Doações, fls. 189-189v; Livro 10 de Doações, fl. 321; Livro 20, fl. 276v.; Livro 23 de Doações, fl. 316v.; Livro 29 de Doações, fls. 193-193v.; Livro 31 de Doações, fl. 101, *Chancelaria de Dom Filipe III*, Livro 23, fls. 349v.-350; Livro 29, fl. 373v.; Livro 40, fls. 255-255v.
- 23 Jean-Frédéric Schaub, *op. cit.*, pp. 57-58; Yves-Marie Bercé, *Le roi caché. Sauveurs et imposteurs. Mythes politiques populaires dans l'Europe Moderne*, Paris, Fayard, 1990, pp. 16-81.
- 24 Lurdes Silva-Carneiro de Sousa, *Some Facts and Comments on East Timor Constituent Assembly Election*, Lisboa, CEPESA, col. Cadernos, 2001, p. 14.



# Missions from the Philippines to Portuguese Territories in Southeast Asia during the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries

VICTOR GOMES TEIXEIRA\*

Although the Philippines became known to Europe after the expeditions of Ferdinand Magellan and Sebastião de Elcano in 1519-1522, the archipelago only became part of the Spanish sphere of influence and began to receive regular Catholic missions after 1565, with the arrival of Miguel Lopes de Legazpi's fleet. In 1569, Legazpi was appointed governor and Commander-in-Chief of Cebu, and he began an attempt to unify the archipelago known as Nueva Castilla. After six difficult years, the Castilians under Legazpi's command suggested that the king should also direct military expeditions to the Moluccas, since, although they considered Cebu a good place, they actually preferred a base closer to China. The best solution was, therefore, a location further to the north on the island of Luzon, known as Manila, occupied in 1571 and elevated to the status of a city on 19<sup>th</sup> November 1595, the year in which it also became an Archdiocese. Manila also became a capital in 1571, following an agreement with the local Sultan and a member of the Legazpi family, which proved to be more

of a token concession and did not last very long. The Spanish assumed direct administration of the district, thus putting an end to the Sultanate. In 1573, Legazpi died, but his grandson Juan de Salceda continued his policy of expansion.

Underlying Legazpi's aim of establishing a colonial capital in a more northerly region, Luzon, the most densely populated and closest to China of the Philippine islands, can be seen the intentions of the Spanish to appropriate trade in the seas of the Middle Kingdom (China) and subsequently be involved in the major missionary drives taking place in the region, where they, naturally, wanted to stake their claim. It should be remembered that Portugal, through the *Padroado Português do Oriente* (Portuguese Patronage of the East), exercised a great deal of influence in the area of missionary work, which it supported in Malacca and, chiefly, in Macao, a pivotal location for the conversion of China, Formosa (Taiwan), Korea, Tonkin and Japan. These two cities also possessed well-defined ecclesiastical structures, with dioceses and active religious orders and previous missionary training and experience in East Asia. The Spanish Philippines, therefore, suffered from a certain lack of experience, both missionary and ecclesiastical, although Spain was determined to establish itself in Southeast Asia through the Catholic religion. In order to lend strength to this objective, the diocese of Manila was created, whose first bishop was a learned Dominican missionary, Friar Domingo de Salazar, OP.<sup>1</sup> During this year, the 1<sup>st</sup> Synod of Manila was also founded, which lasted until 1586. One of the main aims of this Synod was to deal with pastoral issues and draw up strategies for them, in addition to providing ecclesiastical support for the legitimacy of Spanish dominion in the Philippines. Other problems were also aired, in particular those that directly affected the government of the archipelago.

**Previous page:** Anonymous Portuguese chart in the *Atlas* by Fernão Vaz Dourado (1571).

\* History graduate from the Arts Faculty of Oporto University (1991). In 1996 he finished his M.A. on the Franciscan Order in Portugal during the early Middle Ages. In the same year he started working towards a Ph.D., now near conclusion, on the reforms of Religious Orders in Portugal during the Renaissance. He lectures at the Art School of the Catholic Portuguese University, in Oporto, and is subject coordinator for Art of the Portuguese Expansion in the World and Iconography. He is a researcher for the Portuguese Centre for Southeast Asian Studies, and works with several academic institutions in Portugal and abroad. His research is linked to Portuguese/Spanish-Oriental Art, Religion and Culture.

*Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1991, concluiu, em 1996, mestrado sobre a Ordem Franciscana em Portugal na Baixa Idade Média. Nesse ano iniciou projecto de Doutoramento, actualmente em fase conclusão, subordinado ao tema das reformas nas Ordens Religiosas no Renascimento em Portugal. Lecciona na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, no Porto, regendo cadeiras como Arte da Expansão Portuguesa no Mundo ou Iconografia. É investigador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático e colabora em diversas instituições científicas em Portugal e no estrangeiro. As linhas de investigação prendem-se com a Arte, Religião e Cultura Luso/Hispano-Orientais.*

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Great changes were made, one of the most significant of which was the adoption of the native language (Tagalog) to help spread the evangelical message. Philip II of Spain was granted permission by Pope Clement VII to create the archbishopric of Manila in 1595.

Why were the Portuguese and Spanish missionaries so interested in South and Southeast Asia – followed later by the French and Italians of the *Propaganda Fide*? It should be recalled that, since the fifteenth century, the Southeast Asian populations had been becoming increasingly opposed to and unhappy with traditional religions and cults, which were mass, highly ceremonial practices, and had contributed strongly towards creating very hierarchical societies. Economic changes, the greater mobility of the populations and a relative degree of urbanisation had created the necessary conditions for a challenge to these ancestral religious systems, since they had helped spread the notion of new religions, like Islam, which carried messages of equality and fraternity. From the brotherhoods to the mullahs, these all contested the authority of the traditional faiths. These various factors made it easier for new cults to be adopted, preferably those based on individual and group faith and invoking new ethical and moral precepts in fresh social contexts. Islam, therefore, witnessed a steady and massive expansion in Southeast Asia, although not in every single corner. Certain fringes of islands, such as the Philippines and Timor—and even as far as New Guinea—were not converted to the Islamic faith, or were only on the point of attempting this when, first the Portuguese, then a little later the Spanish, began to fill the voids which Islam had not yet reached. It can therefore be stated that Christianity managed to impose itself in these regions, and in others as well, largely due to the fact that it did not have to confront a strong well-established Islamic faith, although in certain spiritual border areas, and even in territories that had been converted to the Islamic faith, they achieved some socially significant results.

It is also pertinent to note that Hispanic-Philippine missionary expansion essentially took place over a time span that also covered most of the period of the Iberian Union (1580-1640) and, to a lesser extent, the Restoration of the Portuguese monarchy in 1640. During this period, the *Padroado* also suffered with the nation's loss of political independence in administrative and geo-strategic matters. Moreover, at

a time when missionary work depended on the support or pioneering activities of armies and fleets, the weakening of the Portuguese position in Southeast Asia opened up breaches which Spanish-Filipino evangelism tried to smooth over, but without great success. In other parts of Eastern Asia, the rivalry between the Portuguese *Padroado* and the Spanish *Patronato* (Patronage) dealt several fatal blows to missionary work, not to mention the war being waged between Macao and Manila over influence in Japan.

### RELIGIOUS ORDERS ESTABLISHED IN THE PHILIPPINES WITH OVERSEAS MISSIONS (UNTIL THE MID-17<sup>TH</sup> CENTURY)

Let us begin by listing the religious institutions devoted to the missionary vocation that were established in the Philippines in the second half of the sixteenth century, and which later spread out across the nearby seas and islands, as well as onto the Asiatic continent.

The Augustinians were the pioneers of evangelical work in the Philippines. They arrived in the archipelago in 1565, with the Miguel Lopez Legazpi expedition. There were five clerics: Friar Andrés de Urdaneta (who might be called the technical adviser of the expedition), Friar Andrés de Aguirre, Friar Martín de Rada, Friar Diego de Herrera and Friar Pedro Gamboa. All of them were highly educated men, and it is worth remembering that, at that time, the Augustinian theologians were the authors of the so-called Counter-Reformation. Their 'first' conversion was the baptism of the niece of Tupa, the king of Cebu, who was himself later baptised in 1568. Until 1578, the Augustinians were the only missionaries in the archipelago. Up till then, when the first Franciscans arrived, the Augustinians, according to their records, which are part apologia and part chronicle, performed many baptisms. They decided, in 1593, to set up the first Philippine printing press, provided by Father Francisco Blancos, which enabled them to print the catechisms that were so important to their missionary work.<sup>2</sup> The Augustinians became established in Pampanga, Cagayan, Laguna, Batangas, Cebu, Panay and Manila. By 1572, they already had five convents (Cebu, Tondo, Otón, Manila and Mindoro) and various missions. By 1579, the Augustinian province of *Santo Nome de Jesús de las Filipinas* (Holy Name of

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Jesus of the Philippines) was established, with Friar André de Aguirre the first provincial leader. In 1581, the community was reinforced by the arrival of thirty new friars from Spain.

On 2<sup>nd</sup> June 1578, fifteen Franciscans arrived in Manila, led by Father Pedro de Alfaro, with the intention of founding the *Custódia de S. Gregório de las Filipinas* (Custodial of St. Gregory of the Philippines), which was changed into a province in 1591. Alfaro was the first Custodian. Until that date, there had been no need for more missionaries, particularly in the Philippine orders, other than the Augustinians. However, in 1573 Guido Lavazares, the Governor of the Philippines, wrote a letter to the General Ministry of the Franciscans requesting them to send friars to help with missionary work. The first community was *Nuestra Señora de los Angeles* (Our Lady of the Angels) in Manila. They worked on many islands and in many regions, such as Manila, where they founded Santa Ana, and in Paco, Pandacan and Loreto, where the training and retirement convent now known as the Convent of *San Francisco del Monte* (St. Francis of the Mountain) is situated. Since the days of the Jesuit St. Francis Xavier, the Franciscans had dreamed of extending their missionary work to China. During their first years in the Philippines, they were tireless in their efforts to realise this dream. Friar Domingo de Salazar, OP, the first bishop of the Philippines, considered this Franciscan ambition inconceivable, an opinion that should be viewed in the context of the competition between Manila and Macao.

Following the voyages of St. Francis Xavier, the Jesuits, naturally, became established in the Philippines as well, in 1581 to be precise, with the arrival in Manila of Father Antonio Sedeño and Father Alonso Sánchez. The latter had succeeded in entering China when he was in Macao to announce the crowning of Philip II as king of Portugal. With the arrival of the new missionaries, the Manila establishment was converted into a seminary in 1590; five years later there was already a vice-province there, which developed significantly during the first half of the seventeenth century.

On 21<sup>st</sup> July 1586, fifteen Dominicans landed in Cavite. After two years they already had their own establishment in Manila, and they were later entrusted with missionary work in the province of Cagayan in 1595.

In May 1606, ten Augustinian Recollect priests and four friars left for Cebu. In June of the same year they reached Manila. At that time the archipelago was divided over the issue of missionary work, but due to huge territorial expansion, there were still many places left that had not yet been converted. One year after their arrival, three Recollect friars went to the Zambales province. The most difficult mission for the Recollect brothers was the mission to Mindanao, which already had a strong Muslim presence, due to its maritime border with Indonesia and, in particular, the island of Borneo. Friar Pedro de San Agustín therefore, organised his own army and afterwards became known as Father Captain. In 1622, D. Pedro de Arce, the bishop of Cebu, pressured the Recollects to occupy the island of Palawan. The people of this island, however, served the Philippine pirates, which made missionary work in the area impossible.

## RELIGIOUS ORDERS ESTABLISHED IN THE PHILIPPINES

Order	Date established
Augustinians	1565
Franciscans	1578
Jesuits	1581-1768; 1859-1898
Dominicans	1587
Augustinian Recollects	1606

REGIONS OF THE *PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE* CONVERTED BY SPANISH-FILIPINO MISSIONARIES

## I. SOUTH CHINA, FORMOSA AND MACAO

As we already know, the Jesuits had been carrying out missionary work in China since the sixteenth century. However, their model of missionary work was strongly contested, particularly in relation to the cults and rituals, which had been adapted in response to local contingencies and practices in an attempt to merge customs and traditions. The first challengers were the Mendicants, mainly those who were active in the Philippines and in the Portuguese Eastern *Padroado* (the Franciscans and the Dominicans). China was basically one of the missionary areas most coveted by the European

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

missionaries and was almost exclusively under the control of the Jesuits of the *Padroado*.

Originating from Manila, they installed themselves in the Fukien region in south China (the region where the Chinese established in the Philippines came from), after having obtained permission from the Papacy—in the document *Ex debito pastoralis officii*—in 1633, as long as they did not lead the *Padroado* into missionary work in the great Middle Kingdom (China). This was, of course, right in the middle of the period of dynastic unification in the Iberian Peninsula.

However, such missionary fervour provided disappointing results. In fact, instead of strengthening evangelical ideas and work, it actually proved to be a dividing and, eventually, weakening force. The Mendicants from the Manila *Patronato* were accustomed to operating almost exclusively in the areas they had conquered, and preferred to work with large numbers. They completely ignored the experiences of the *Padroado* Jesuits and accused them of taking part in and encouraging heathen cults. The dispute became international in 1645, due to the less than conciliatory intervention of the Holy See, and dragged on until 1742. It was fundamentally a debate on the nature of missionary work—with the accusation that the Jesuits were involved in unchristian acts—or the missionary programme in terms, for example, of the objectives of the missionaries: the Jesuits worked over a long period of time whereas the Mendicants aimed to convert quickly. The restoration of Portuguese independence in 1640 and the arrival of the *Propaganda Fide* (with strong links to the French crown) in China sharpened the missionary arguments, delaying pastoral work and making it more difficult.

The Chinese emperors had always shown themselves to be more attracted to the methodology of the Company of Jesus, which was based on the cultivation and observance of local customs and rituals, exemplified by Ricci (in China) or Nobili (in India, who himself became a Brahmin). One method followed by Ricci was to make Catholic dogma acceptable by preserving any Chinese customs and rituals that did not contradict the Gospels (see *A Verdadeira Ideia de Deus*). Confucius could thus easily be included, as well as Aristotle, who was a pagan: Ricci even agreed that Chinese Christians could practise their cult of ancestors (such as Confucius), a cult that principally fostered respect and thanksgiving. Longobardi, Ricci's successor, did not agree and returned to the old European



Coat of arms of the city of Manila, adopted on 30<sup>th</sup> May 1596.

methods. The 'clean slate' method was used by the Mendicants (Franciscans and Dominicans), who worked from the premise that everything that existed in relation to the previous religion or cult had to be wiped out and the reception of the new elements of faith had to be total, with none of the former customs or traditions preserved. In 1645, the Dominicans, who were pure Thomists, managed to get the theologians to condemn the Jesuit methods, but it was only in 1704 that Rome condemned the practice of the cult of ancestors by Chinese Christians.

China fell within the working area of the *Padroado Português do Oriente* (Portuguese Patronage of the East), and for a long time the Manila *Patronato* (the Spanish ecclesiastical structure, similar to the Portuguese one based in Goa) had been intending to enter the Middle Kingdom. In 1575, therefore, the Augustinian friars Martín de Rada and Jerónimo



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Martin, together with a group of Franciscans, attempted to establish missions in China. But the Augustinians were unsuccessful; even though they had erected a small convent in Macao in 1586, three clerics were eventually expelled by the new king of Portugal Philip I (Philip II of Spain) in 1589 and were replaced by Portuguese friars. The Philippine Augustinians only returned to China in 1680 via Macao and Canton (Guangzhou), on a mission that ended in 1709.

In 1579, it was the turn of the first Franciscans to try to establish themselves in China. Their interest in converting China was almost obsessive. Disobeying orders from the Governor of Manila, Friar Pedro de Alfaro and Friar Agustín de Tordesillas secretly left the Philippines that year, to be joined later by two more members of the order. The group reached Canton (Guangzhou) in June of the same year, approximately one month after setting sail. This city on the estuary of the Pearl River was considered at the time to be a major port of entry for the great missionary adventure in China, exclusive at the time to the *Padroado* Jesuits. As we already know, the Franciscan missionary tradition in China goes back to the thirteenth century, under the Yuan dynasty (1280-1368). The minority group led by Alfaro began building the convent of Nossa Senhora dos Anjos 1580. Friar Francisco Gonzaga, in his *De Origine Seraphicae Religionis Franciscana...*, published in Rome in 1587, mentions that this holy community of Hispanic-Philippine origin in Macao was founded in 1579, not 1580, although he does not provide any arguments in support of this claim. Gonzaga also puts a figure on the number of clerics in Nossa Senhora dos Anjos in Macao *circa* 1585-87: twelve friars. The convent was occupied by Spanish clerics of the *Custódia* (Custodial) of St. Gregory the Great of the Philippines until the building of the Macao *Custódia*. Alfaro was expelled from Macao by the Portuguese and sent to Goa, but died in a shipwreck off the coast of Cochin China. In the Philippines, moreover, Alfaro's clandestine assault was vehemently rebuked by the first bishop of Manila, Friar Domingo de Salazar, OP, who told the Franciscans in his diocese to concern themselves only with the huge task of converting the Philippines and to forget their dreams of China. Even after Salazar's warning, however, in 1581 a group of seven Franciscans led by Friar Pablo de Jesus was already secretly on its way to China again. They were prevented from getting there when they were

preparing to cross the South China Sea en route for Macao when orders came saying that only two of them could proceed and that the rest had to return to Manila. They tried again that year, reaching Fukien (Fujian), where they were soon discovered by Chinese soldiers and held prisoner in Canton, their freedom later bought by a Portuguese merchant, Aires Gonçalves de

*In other parts of Eastern Asia, the rivalry between the Portuguese Padroado and the Spanish Patronato (Patronage) dealt several fatal blows to missionary work, not to mention the war being waged between Macao and Manila over influence in Japan.*

Miranda. Some went to Macao whilst the others returned to the Philippines.

At the end of the sixteenth century and throughout the greater part of the following one, there was great rivalry between the Franciscans and the Jesuits in Macao and the surrounding areas. In relation to the friars coming from the Philippines, we include here in this Franciscan chapter the Clarissas, who were established in Macao in 1635, erecting the monastery of St. Clara, which remained standing until 1824 when it was destroyed by fire.

In 1590, the Philippine Dominicans also began to yearn for missionary work in China, which they attempted to achieve with great persistence. The expeditionary group which left in that year was led by the Sinologist and experienced missionary Friar Miguel de Benavides. They had probably already been to Macao by at least 1587. In the last decade of the sixteenth century they had founded the St. Dominic's convent, but were gradually replaced by Portuguese clerics. Their rivalry with the Jesuits was also proverbial in the region, and shortly afterwards they

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

returned to Manila. They tried again in 1612 and 1619 and later in 1630, in Foochow (Fuzhou), but with little success. In 1633, they also installed themselves in Fukien, led by Friar António Cocchi, who already knew the region. Fukien was the centre of the missionary activity of the Preaching Friars in China, who were also established in Shantung (Shandong), Chekiang (Zhejiang) and Kiangsi (Jiangxi). The Franciscans were already in Shantung, where they had an important establishment, which led to the founding of other communities in other areas. Between 1636 and 1742, quarrels between the Dominicans and the Company of Jesus flared up.

Curiously enough, the first Apostolic Vicar in China was actually a cleric from the *Patronato*, appointed in 1649 by Innocent X, named Friar António de Santa Maria, OFM, who had led missions from his order into the Middle Kingdom. After Friar António, who died in Canton in 1669, the influence of the Spanish-Filipino Church was never again evident in China.

Formosa was also a target for the missionary fervour of the Spanish established in the Philippines. The first to go there were the Dominicans in 1626, when Friar Bartolomé Martínez and five other clerics set sail for those latitudes, considered dangerous because they were occupied by 'head hunter' tribes, as a document of the time records. They managed to found a church in Sialui (Keelung), and later moved to Tamsui in 1628. In this same year, the Dutch expelled all clerics. The Franciscans and Augustinian Recollects also tried Formosa, but in a more sporadic manner and without any missions ever having been established.

### II. JAPAN

If China was always the pinnacle, the missionary crowning glory desired by a number of religious institutions established in the Far East, especially the Franciscans and Jesuits, another missionary land was revealed as a target of evangelical zeal in Asia: Japan. Japan was the first Asian region to be systematically targeted by missionaries from the Philippines, despite being included in the Portuguese Patronage of the East and although Portuguese Jesuits from Macao had been evangelising there for a long time. The Portuguese Jesuits even invented a Latin alphabet for the Japanese language, which they studied assiduously. There even existed the so-called

privilege of exclusion, which admitted the Company of Jesus as the only mission in Japan, backed up by a brief from Gregory XIII, dated 28<sup>th</sup> January 1585, entitled *Ex Pastoralis Officio*, which forbade other religious orders to work in Japan, on pain of excommunication. The chorus of protest from the Mendicant orders was naturally loud. In May 1593, a meeting of theologians in Manila held that the papal brief did not affect the Franciscans. In 1592, furthermore, two embassies were already on their way from Manila to Japan to visit Shogun Hideyoshi, the first under the leadership of Friar Juan de Cobo, OP (who died in Formosa on the return voyage). Friar Pedro Bautista, OFM, headed for Japan with three other friars after the 1593 meeting. One of these friars, Friar Gonzalo Garcia, spoke Japanese. In September 1594, three other friars from the same order joined them. In accordance with the missionary policy of the order, they straightaway established hospitals and hospices, as was already being done in America and the Philippines. They bravely wore their habits and prayed in public, in defiance of the Jesuits and Christian *daimyos* (Japanese nobles), who were displeased by such boldness. Their prayer routine, used in America and the Philippines, was much more dangerous here, as it failed to observe and respect local customs, contrary to the practice of the Company of Jesus, as we have seen. In this respect, the Jesuits showed more prudence, following as far as possible the gentile customs and the feelings and culture of the Japanese. The Franciscans did have one advantage: they sought out the poor and destitute, the marginalized, where they always achieved significant results from their evangelical activities.

In 1596, however, things changed for the Franciscans, and they began to suffer real and tragic problems. The famous episode of the Manila galleon, the *San Felipe*, was at the bottom of this turn of events. This large vessel had set sail for Acapulco with a valuable cargo and was taking the best and fastest north Pacific route, as usual, when it was struck by a typhoon. In October, about three months after leaving Manila, it therefore had to seek refuge in Japan, in Urado, on the island of Shikoku. The vessel's cargo was then seized by samurais and *daimyos* in the name of Hideyoshi. Portuguese sources relative to Japan refer to a secret conspiracy on board the galleon, which was to be the last preliminary advance mission

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



The Philippines in a map by Jodocus Hondius, 1606.

of Spanish soldiers, with a view to conquest. The Jesuits' influence with the Japanese aristocracy was considerable, and so Hideyoshi's seizure of the galleon could reveal possible Portuguese pressure, especially by the Jesuits. Given this situation, a certain amount of annoyance with the Christian missionaries was generated among the Japanese in the light of Hideyoshi's 1587 anti-Christian laws, which were, however, not specifically anti-Jesuit. The Protomartyrs of Japan suffered torture in 1597 in Nagasaki, one year after the galleon issue: many of them were Franciscans and Spanish-Filipinos. In 1598, however, two Friars Minor were once again in Japan, and this was the source of the Franciscans' diffusion in the country, which began in the mid-seventeenth century along the Manila-Nagasaki axis, despite the difficulties experienced in the Ieyasu persecution between 1612 and 1614.

Between 1602 and 1637, the Dominican Rising Sun missionaries, coming from Manila with a number of recruits, also worked in Japan, it is said with some success. Some, such as Friar Alfonso de Navarrete (1617) even achieved the accolade of martyr. Though the hardships were many, they were never enough to demobilize the evangelisers, not even the persecution unleashed by Ieyasu, when some missionaries stayed in secret in the country. To get around these problems, since there were so few permanent preachers in Japan, they began to send Japanese candidates to study and become novitiates in Manila, in the mother Church of the Filipino Dominicans. In 1622, the Japanese also banned trade between their country and Manila, another harsh blow to the missionary activities emanating from the Philippines. The last Dominicans left Japan in 1637.

The Augustinians and Recollect Augustinians also worked there. The former had been there since

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

1602 (Friar Diego de Guevara and Friar Estacio Ortiz), working in small groups, but with enough spirit to erect a church in Nagasaki. In 1622, one friar (Friar Pedro Zúñiga) was also martyred following a denunciation by the English who were trying to penetrate Japan by fomenting anti-Iberian feelings, accusing the Spanish and Portuguese of being spies and papist agents. The Recollects were the last Spanish-Filipino missionaries to enter Japan, in 1623, in a very difficult period, as we have seen (after the dreadful year

*At the end of the sixteenth century and throughout the greater part of the following one, there was great rivalry between the Franciscans and the Jesuits in Macao and the surrounding areas.*

of 1622). The most important of these Recollects was, interestingly, Portuguese, Friar Vicente de Carvalho. These friars found Japan already geographically 'divided' by other orders, and so they had to seek other, more obscure, places, such as the north of Honshu, and even Hokkaido. The year 1632 was the *annus horribilis* for the order in Japan, with some of their priests being captured and martyred.

In 1639, however, the final blow was struck against the Christianisation of Japan when the *Sakoku*, or 'closed country' was declared, banning the last legal trade route, the renowned 'Great Ship of Macao'. More than 300,000 Japanese Christians were left without spiritual guidance (a significant number, given the extreme hardships, if we consider that at this time there were 650,000 in the Philippines and 3,000,000 in Mexico and Peru). The last two mission attempts left Manila for Japan after the *Sakoku* to comfort the country's Christians. Many Portuguese Jesuits remained in the country, among which was the Company's Provincial in Japan, Father Cristovão Ferreira. The two Manila groups were known as the *Rubinos*, because their leader was Father Antonio Rubino. The first *Rubino* arrived in Satsuma in 1642 accompanied by five fathers, of whom

only two came ashore, subsequently becoming victims of persecution and torture. The second group of five fathers—one of whom was Japanese—and a group of lay catechists (Chinese and Japanese) arrived in 1643, and suffered the same fate as the first.

### III. TONKIN AND COCHIN CHINA

Nothing is known of any missionary activities in the Tonkin region, in the north of present-day Vietnam, undertaken by evangelists from the Philippines, although the occasional 'sporadic' missionary may have gone there, perhaps en route to other parts of Indochina. Cochin China, a region that historically included the South Vietnamese territory of Da Nang, is known to have been visited by eight Franciscans who left Manila in 1583, and came to that city (Da Nang) by way of Macao, intent on preaching the Gospel. Two friars who were already well known in the East and who had wide experience and knowledge of missionary work headed the group. They were Friar Diego de Oropesa and Friar Bartolomé Ruiz. However, having fallen out with the soldiers in Da Nang, they were sent back to Macao after a shipwreck. By no means disheartened, Oropesa, in his refuge in Macao, then asked his superior in Manila to send five more friars back to Cochin China with him, but he was immediately stripped of his authority. In Macao, Ruiz also prepared a mission, but without success. Some missionaries arrived in 1584, to return to Da Nang, but they abandoned the project after six months, exhausted and unsuccessful, and returned to Manila. Only in 1700 were missionaries from the Order of Friars Minor sent to Cochin China and Tonkin, establishing stable and promising missions there (1719 in Hué and 1722 in Saigon).

### IV. CAMBODIA

With respect to missionary work, this kingdom also relied on the Patronage, in this case on the diocese of Malacca. It was mostly Franciscans and Dominicans who preached there, but they worked without having any defined plan. Rather, they were at the level of western advisers to the Cambodian royal family or ministers to Portuguese communities in the kingdom. Requests were made to Malacca to establish missions but this was never agreed due to political

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

problems and the lack of friars in the diocese who were ready and willing to go to Cambodia. A few individual friars did go there, however. For example, at the end of the sixteenth century, king Satha I had a Dominican, Friar Silvestre de Azevedo, as his adviser. Furthermore, Manila was at that time an important centre of power in Eastern Asia, especially in this phase of the Iberian Union. Subsequently there were also wars with Siam, with Satha seeking help from the Spanish-Filipinos to expel the Siamese from his country. Some Dominicans, including a number of Portuguese, had gone back, accompanying Satha's ambassador, Diogo Veloso, a Portuguese adventurer. The Dominicans from Manila stayed there, to be joined by others from the Philippines in 1603. The dependence on Malacca, in ecclesiastical terms, continued, even though the missionaries came from Manila. But when the Portuguese position in Malacca weakened, thanks to the arrival of the Dutch in Southeast Asia, the difficulties for both the Dominican missionaries in Cambodia and the Portuguese Franciscan missions mounted. At the same time, the pro-Siam tendency was gaining in importance in the kingdom, and a great deal of resentment was naturally felt for the Spanish-Filipinos. The Dominicans from Manila were expelled towards the end of the first quarter of the seventeenth century, and only one Portuguese community, with its own priests, remained there. The Franciscan province of St. Gregory the Great, from the Philippines, later founded a mission in Kankao, and this thrived, with the establishment of a number of churches and oratories, lasting until 1813.

## V. SIAM

At the end of the sixteenth century, the first Spanish-Filipinos arrived here, albeit in a rudimentary form and with no organizational power. After the weaknesses of the Franciscans in Cochin China, one of the friars working there, who then came to Siam (Thailand) was that same Friar Diego de Oropesa. They were kindly received and were then channelled to the support and spiritual guidance of the important Portuguese community in the country's capital, Ayutthaya. There was little conversion among the Siamese, however. With the wars against the Burman kingdom of Pegu in the

first half of the seventeenth century, they had to return to Macao and only went back in the second half of the eighteenth century.

RELIGIOUS ORDERS ESTABLISHED IN EAST ASIA  
BY SPANISH AND FILIPINO MISSIONARIES

Region	Order
China	Augustinians (1575) Franciscans (1579) Dominicans (1590)
Formosa (Taiwan) (Spanish in 1595)	Dominicans (1626-42) Franciscans (mid-17 <sup>th</sup> century)
Japan	Jesuits (2 <sup>nd</sup> half of the 16 <sup>th</sup> century) Franciscans (1592) Dominicans (1602-37) Augustinians (1602) Augustinian Recollects (1662) <sup>3</sup>
Cochin China	Franciscans (end of the 16 <sup>th</sup> century) <sup>4</sup>
Siam	Franciscans (17 <sup>th</sup> century) <sup>5</sup>
Cambodia	OFM (end of the 16 <sup>th</sup> century) OP ( <i>idem</i> )
Molucca Islands	OFM
Vietnam	Jesuits (mostly French after the 17 <sup>th</sup> century); Dominicans (1676)
Celebes (Sulawesi)	OFM

## VI. INSULINDIA

After the conquest of Malacca in 1511, the Portuguese launched themselves both in the quest for rich new lands in Southeast Asia and the Far East, and in the spiritual conquest of all these vast regions, and tens of thousands of islands. From 1512-1515, they made their mark in the Moluccas and Timor, for example, opening up a trading post in the Moluccas in 1521. As a matter of interest, this was the year in which a Portuguese in the service of Spain, one Ferdinand Magellan, reached the Philippines. With the Iberian Union and the Dutch threat, Spain was having to defend the 'Portuguese' position in the Moluccas from the Philippines, even from the missionising point of view, since Malacca seemed to be about to sink under the pressure from the United Provinces. In 1593, in fact, Wibrand and his army of Dutchmen were already in the Moluccas. In 1606, we hear that

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL



The Cagayan river in the north of the island of Luzon, by Juan Luis de Acosta, c. 1720.

a fleet left Manila under the Spanish governor of the Philippines, Pedro Bravo de Acuña, against the Dutch. Four Franciscan friars were in this expedition, and they established themselves in Ternate, where they founded a church and a small convent (plus an oratory), as well as a hospital, all in timber. The convent was later moved to a more convenient and safer spot, to enable it to expand. This it did from 1626, and thus became the centre for Franciscan missions in the Moluccas and in Celebes.<sup>6</sup>

There were several Spanish-Filipino Franciscan missions in Celebes (Sulawesi) as Félix Huerta, OFM reports:<sup>7</sup>

- Cauripa – founded by Father Sebastian de S. José, first missionary in the Celebes (mid-seventeenth century). Aroused a certain interest among local rulers, according to Huerta.
- Bool – founded in 1612 by Juan de Caño and Cristóbal Cruz. The mission failed, with much illness and death.
- Macassar – 1619-1662, unsuccessful; hard to

keep up its activity.

- Manado – The most important mission. Established in 1619, by friars Pascual Torrelas and Benito Diaz. Other smaller missions were set up from here. It closed, however in 1644, following an anti-Spanish revolt, the profile of which remains obscure. It nevertheless enjoyed success, sending friars out to strengthen the mission and also to establish small Christian units in the south of Sulawesi.

In other parts of Insulindia, evangelists from the Philippines continued to work, though with some difficulty. In Jilolo, for instance, in the Moluccas, a Franciscan mission was founded in 1613, but lasted only a short time. Another example is that of the island of Sanguir, with the missions of Tabuca and Calonga, which functioned between 1639 and 1656, but with reasonable results, according to Huerta. Four friars were on Sanguir, which probably helped towards the relative success of these missions, where there were many baptisms and

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

conversions. In Cale, a mission founded in 1619, missionaries remained until 1642. Also in 1619, a mission was founded in Bantan, in the Moluccas; it was suspended in 1624 but reopened in 1640, before finally closing in 1644, after an anti-Spanish uprising. This and many other missions came to an abrupt end, not because of disagreements or tragic events of a religious nature, but as a result of popular uprisings or the hostility of the local people towards the garrisons, first Portuguese and then Spanish. These were not welcome, and they used to perpetrate countless illegal acts.

Huerta made the following overall calculation regarding these Spanish-Filipino Franciscan missions established in the Moluccas and Celebes: Weakness—weakness from the point of view of religion, because anthropologically and geographically we are faced with highly interesting cases of European cultural penetration in Insulinidia. With regard to the idea of the ‘weakness’ of these Spanish-Filipino missions in Insulinidia, its main causes may be seen among the following:

- Islam was firmly embedded among the people, especially in the princes and nobility: Islam was strongly established in the higher social groups, nourishing government systems and court societies;
- Firm and unwavering opposition, therefore, to the implantation and development of Christianity, which is still the case today;
- Lack of constant and active continuity of friars *in situ*, due to the intrinsically itinerant nature of religious preachers;
- Lack of a continued clear and distinct methodology—indeed, a lack of stability. Pilgrimage for Christ was renowned, but met with little success in terms of converts: the friars were not aware that in these much-divided kingdoms, where there was no security for Christians, it was dangerous to abandon a newly-established mission and go at once to another one (a problem also common to the Catholic missions in Indonesia

and Southeast Asia until the nineteenth century);

- Lack of permanent missionaries: There were not enough in the Philippines, let alone here, in Insulinidia. Besides, Japan was then the pinnacle of greater missionary zeal at that time among the evangelists of the Viceroyalty of Manila. Other, wealthier parts of the region, too, were targeted by missionaries, with Insulinidia always taking second place;
- The constant presence of Muslim pirates and the Calvinist Dutch;
- Difficult political-economic circumstances.

Alongside the Franciscans, priests from the Company of Jesus wandered the islands of what is today known as Indonesia and Papua New Guinea from their base on the Philippine island of Mindanao. The Jesuits were the undoubted rivals of the Friars Minor in the Mission sphere, often supplanting them in terms of continuity and results. Their presence is also better documented and has been studied more deeply.

## CONCLUSION

Based on sound cartography, there is an urgent need to fix and classify all the works, printed or manuscript, that document the history of the presence of European religious orders in Southeast Asia. These were the operational beginnings and cultural, spiritual and civilizing mainstays of Iberia’s presence in the Far East. It can safely be said that the crucial role of the Spanish Philippines in the establishment of missions of Southeast Asia should never be detached, in harmony, in conflict or independently, from the Portuguese missions. On the basis of concrete knowledge of the historical-geographical existence of religious missions from Iberia in the Far East, we are left in no doubt that we are looking at a deeper knowledge of the civilizing presence—or otherwise—of the Iberian Peninsula’s people in the region; a presence making possible a multifaceted approach, and involving other scientific aspects of this same meeting of peoples and cultures. **RC**

## NOTES

- 1 Domingo de Salazar was a character with a substantial educational background; a Master in Holy Theology and a graduate in Canon Law.
- 2 The catechisms were printed in Spanish-Tagalog and Spanish-Chinese editions.
- 3 Among whom was Padre Vicente de Carvalho, a Portuguese.
- 4 From the Franciscan Province of St. Gregory the Great, in the Philippines.

- 5 Coming from the Philippines, they served and supported the Portuguese community in Siam’s capital, Ayutthaya.
- 6 Cf. in “Missões Franciscanas em Celebes (Sulawesi),” Félix Huerta, OFM, *Estudo geográfico, topográfico, estadístico, histórico, religioso de la santa apostólica provincia de San Gregorio Magno*, Binondo, 1865.
- 7 *Ibid.*

# The Role of the Dominicans in the Portuguese Enterprise in the East during the 16<sup>th</sup> Century

FATHER LUCIO GUTIERREZ\*

## INTRODUCTION

Portugal and Spain had similar backgrounds and similar means of expansion and conquest—similar ways of expanding the Christian faith.

The two Iberian powers—pioneers of discovery and exploration—were Catholic nations and took very seriously the task of Christian expansion and evangelisation. Wherever the state went, there the Church followed. Better perhaps to say: the two of them went hand in hand, not confusing the two powers, conscious that the two of them were distinct, but the two of them had at stake the total welfare of man—temporal and spiritual.

---

\* The author studied Philosophy in Madrid, Spain, and Theology in Oxford, England, graduating in 1967 and completing at Doctoral Degree in Church History in 1974 at the Pontifical Gregorian University in Rome. He has worked at the University of St. Thomas, Manila, since 1968 and contributes regularly to *Philippiniana Sacra*. He also has contributed articles to the pre-martial law Philippine Free Press, *Unitas* (UST, Manila), *Dulang* (Don Bosco, Parañaque), *Life Today* (Manila), *Memoire Dominicaine* (Paris) and *Communio* (Spain). His published works include *Domingo de Salazar, O.P. (1512-1594)*, *Primer Obispo de Filipinas* (Manila, 1979) and *Historia de la Iglesia de Filipinas* (Madrid, 1992).

*O autor terminou os seus estudos de Filosofia em Madrid, Espanha, e os de Teologia em Oxford, Inglaterra. Licenciado (1967) e doutorado (1974) em História da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Na Universidade de São Tomás, Manila, desde 1968, tem contribuído regularmente para a escrita da História na Philippiniana Sacra. Contribuiu com artigos para a pré-lei marcial Philippine Free Press, Unitas (UST, Manila), Dulang (Don Bosco, Parañaque), Life Today (Manila), Memoire Dominicaine (Paris) e Communio (Espanha). Entre os trabalhos publicados encontram-se Domingo de Salazar, O.P. (1512-1594), Primer Obispo de Filipinas, Manila, 1979 e Historia de la Iglesia de Filipinas, Madrid, 1992.*

In the Age of Discovery, but more so, in the age of exploration and conquest, the missionaries of the religious orders were constant companions, and many times, main agents with the discoverers, explorers and conquerors. It can be said that every missionary was a conqueror and every conqueror a missionary.

It is not far-fetched to mention here the great Fernão de Magalhães, his original Portuguese name, better known to us in English as Magellan, and better still in the Filipino-Spanish context as Magallanes. He is the most typical man of sixteenth century Portugal and Spain. On his way to the Moluccas, the *Islas de las Especies*, the Spice Islands, having found a new archipelago, he lost sight of his final destination and became himself a preacher in Limasawa (Leyte) and Cebu.

We have just to read Antonio de Pigafetta's *História* to really see, discover, and admire the religious-spiritual depth of his protagonist, Magellan, so noble a captain, so religious and so zealous. The priest of the expedition, Fr. Pedro de Valderrama, is relegated to the task of baptizing and celebrating the Mass. Magellan is the preacher. He has become an apostle.

## THE PORTUGUESE DOMINICANS IN THE EAST

After the return of Cabral from India in 1501, new fleets sailed from Portugal to the East. In the fleet of 1503, five Dominicans sailed under the leadership of Domingo de Sousa. He had been sent, like his companions, to work in India at the invitation of Don Manuel, the king of Portugal.

It was truly the beginning of missionary expansion. The Franciscans were also very active, but initially they paid extra care to winning the so-called "St. Thomas Christians" to the Latin rite.

The Portuguese built a wooden church in Cochin, the first in India, and it was given to the Dominicans for their pastoral care. As the expansion of the Portuguese continued and new provinces were incorporated into the Portuguese empire, new groups of missionaries arrived to follow in parallel lines the spiritual conquest and the establishment of the Church. All of them had to break new ground. In the mind of the king and his advisers, as the expansion continued, there was a need to find answers to the problems being faced in the overseas dominions.





Fernão de Magalhães (Magellan).

In 1510 Afonso de Albuquerque conquered Goa. The very next year, 1511, he conquered the even more important city of Malacca, an emporium of trade and commerce and a centre of Islamic influence and power. King Don Manuel was elated at the news coming from the east and wrote to Rome in 1514 with the hope of regularising the religious administration of the east.

By the bull of 1500 Alexander VI had granted the Portuguese crown the power to name an apostolic Commissary for India. He should possess a bishop's power. He had to be responsible to the church hierarchy, "though it was not required that he should belong to the Order of Christ or be accountable to its administrator, the Vicar of Tomar."<sup>1</sup>

This very year of 1514, King Manuel decided to create, with the agreement and concurrence of Rome, an independent see for all the Portuguese overseas dominions. The seat was established at Funchal, in the Madeiras, and the first bishop was the Dominican Duarte Nunes. His field of jurisdiction was vast. It extended to Brazil, India, the Indies and China. His metropolitan was the Archbishop of Lisbon.<sup>2</sup>

Some years later, Duarte Nunes travelled to India with the fleet of 1520, and from there he reported about

the situation in India. He visited as Apostolic Commissary the Christian establishments of Goa, Cannanore and Cochin. He returned to Europe in 1525.

The conquests of Albuquerque opened enormous prospects for Portugal. They had destroyed the Moslem centre of Malacca. In the elaboration of the juridical religious view of the Portuguese *Padroado*, the struggle against Islam even had to be accelerated. In fact, against Islam it had to be a relentless war. In contrast, toward the pagans and heathens, toleration and friendship was the demand.

One of the first acts of the conqueror in Goa was to build a chapel in honour of St. Catherine, for it was on her feast day when he had occupied the city. The chapel was given to the Dominicans and later on to the seculars.

In 1514, as we have seen, there were some innovations in religious administration. Among them was the creation of the office of vicar-general for the East. Again a Dominican was chosen for the job, Domingo de Sousa. He has been mentioned before as the leader of the first Dominicans to come to India.

He and Albuquerque started the policy in Cochin and Goa of encouraging and subsidizing marriages between native women and Portuguese settlers. These marriages took place between ordinary Portuguese and low-caste women.

This was the cause of criticism both from the Portuguese and the native people. The Portuguese *hidalgos* thought it lowered the dignity of the Christian people to marry low-caste women. It was contended that the marriages lowered all Christians in the eyes of the higher castes. Both groups were very critical of the arrangement.

Bishop Nunes complained for other reasons. He said that many of the women did not understand the nature of the marriage. He also criticized the general conduct of the Portuguese. Those Portuguese showed the natives the worst traits and brought disrepute to Christianity.<sup>3</sup>

In spite of the criticisms, these marriages helped create a new civilization—the blending of East and West, the establishment of a new community in Goa, the liberation of women and culture, and the acceptance of the low-caste people. For all the defects and even sins of the people, there was a blending of races and cultures. The Dominicans, in general, catered to the better-

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

established Christian communities. The Franciscans, more numerous than the Dominicans, devoted their efforts to winning over the natives to the Christian faith.

The Dominicans were never as numerous as the Franciscans. By the middle of the sixteenth century, the Dominicans came in larger numbers.

After Goa, Cochin was the most important Portuguese trading and mission centre in India. From there, Christian missionaries, especially Franciscans, spread to other places like Malabar, Travancore, Comorin and Madura. Soon after the Franciscans arrived, the Jesuits took over, as had happened in Goa and nearby places. In 1557 Cochin was elevated to a bishopric. The bishop was the Dominican Jorge de Themudo. The bishop worked hand-in-hand with the Jesuit rector of the college of Cochin, so that in the next years the college reached a great state of development and influence.

Another important city was Malacca. Conquered by Albuquerque in 1511, soon it became a centre of missionary activity and expansion. In 1548 twelve Dominicans arrived in Goa, and from there, some members of the order started to move east. Gaspar de la Cruz arrived in Malacca in 1554 and founded a convent of the order there. He did not stay for long. He set out for Cambodia and China, where he spent a few months. The Jesuits had founded a college in

Malacca for the training of Portuguese youths for the priesthood.

In 1558 Malacca became a bishopric, and the first bishop was the Dominican Jorge de S. Luzia (in office 1558-1579). The Jesuits (1549), the Dominicans (1554), the Franciscans (1581) and the Augustinians (after 1591) all had convents in the city.

I want to mention in passing the importance of Gaspar de la Cruz's visit to China. His report influenced tremendously the Europeans and enkindled even more their desire to enter into that mysterious kingdom, but the study of this topic falls outside the scope of our work.

What I have mentioned here is taken from published sources. I have added nothing new. However, what I will write after this is original, for it is based on documents never published, which are found in the *Archivo General de Indias*, Seville, Spain.

### THE SPANISH DOMINICAN CONNECTION AND THE PORTUGUESE IN THE EAST

Thus far I have written about the role of the Portuguese Dominicans in the Portuguese overseas expansion in the East. We call that the Portuguese Dominican connection. Now I want to touch on the relations of the Spanish Dominicans of the Philippines



Map route of Magellan's ship *Vitória*.

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

with the Portuguese, especially the first bishop of the Philippines, the Dominican Domingo de Salazar. His contact with the Portuguese of the Moluccas and with the Portuguese of Macao, as we will see soon, is connected with the accession of King Philip to the Portuguese throne.

The topic demands a little background to set the discussion in the proper chronological and ideological perspective and in the proper historical perspective.

Philip II acceded to the throne of Portugal in 1580, and in 1582 was sworn in as king in the *cortes de Tomar*. Philip had claimed the throne as real heir and had sent his army into Portugal under the Duke of Alba to make his rights felt. He won on the battlefield, and the Portuguese *cortes* declared him the rightful heir. We have now two crowns on one head, the crown of Spain and the crown of Portugal on the one head of Philip II. The king was sworn in, but he also swore to respect the rights of the Portuguese people. He promised not to fuse the Portuguese overseas empire with the Spanish one. He would govern it independently from the Spanish throne. There would really be two distinct crowns and kingdoms.

What about the Spanish and Portuguese possessions in the East? Once the news of Philip's accession to the Portuguese throne came to be known, there was a need to announce to the civil and religious authorities the new historical fact. Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, governor of the Philippines<sup>4</sup> and Domingo de Salazar,<sup>5</sup> the first bishop of the country, sent official envoys to the Moluccas and Macao.

We know what transpired in the Moluccas from an original letter of Diego de Azambuja, sent from the Fort of the Tres Reyes Magos in Tidore, dated March 20, 1582.<sup>6</sup> The Spanish authorities sent to the Moluccas Francisco de Dueñas to announce to the Portuguese there the news of the union of the crowns. Dueñas, it seems, accomplished successfully the mission.<sup>7</sup>

Diego de Azambuja tells the bishop that, although he had not received any letter from him or from the authorities in the Philippines, yet as an obedient servant, he is now at the disposal of the bishop and the authorities. He rejoices at the accession of Philip to the Portuguese throne. Azambuja places himself at the feet of Bishop Salazar since he is the bishop also of those very extensive 'kingdoms' of the Moluccas. In the correspondence of Salazar, we have

never found any reference to 'his' jurisdiction over the Moluccas, as Azambuja mentions in the letter. Azambuja considers himself a most faithful servant of the Church of Rome and is now at the service of the bishop of the Philippines.

The *Portuguese* military commander dares, as he himself says, to send a branch of clove to the bishop, so that the latter may hang it in his oratory. He also sends a *nore* and a *gara* of Maluco, green, sour, tending to sweet. He takes the freedom to do so, he says, because these things are not known in the Philippines.

This mission of Francisco Dueñas, and the acceptance of Philip as king, put a heavy burden on the Spanish colony in the Philippines and on the resources of the country to defend the Moluccas. The burden fell on the shoulders of the Filipino people. Spain took over from Portugal the need to defend the Moluccas against Moslem local rulers and very soon after, against the Dutch. It meant a real bleeding for the Philippines. The tears and sorrows of the Filipinos were multiplied.

The Jesuit missionaries, whose sphere of influence was the islands of Samar, Leyte, Bohol and the big island of Mindanao, complained that the desire to defend the Moluccas and keep them at all costs against the Dutch had a negative effect on the conquest of Mindanao against the Moslems and its final assimilation to the Spanish possessions of the Philippines. Thus we read:

The effort carried out in the conquest and control of the Moluccas has been done to the detriment of conquering and pacifying the island of Mindanao, in spite of its nearness to the Visayas islands and in spite of the fact that its inhabitants came out yearly to enslave the natives of the Visayas. This is a very serious obstacle to conversion and the progress of our missions because these persistent rumours, the destruction they cause, the wars and the piratical raids make it impossible to bring them to live in towns or to defend those towns that have already been established. Our towns, scattered all over the islands, are very numerous. The naval forces are few. Thus the enemy with ease sets out on his piratical raids and takes prisoners everywhere at will, while our patrols arrive too late, or are unable to catch up with the enemy, who escapes filled with booty. Due to this, the natives who

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

are our friends are totally afflicted, and are abused both by the enemies and by the Spaniards. Thus our missionaries must be extremely patient. Their work is most effective, consoling and encouraging to those poor people trying to keep their fidelity to Spain with the promise of greater protection and enabling them to progress in their Christian life.<sup>8</sup>

The Jesuits and Franciscans from the Philippines established missions in the Moluccas Islands. Under Spanish protection, they tried again and again to expand the Christian faith in a very inimical setting. The opposition came from the kinglets of the different islands, which had embraced Islam in the years before and were fanatically opposed to the missionaries. The resistance was never from the people, but the missions never advanced very much. When the Moluccas were abandoned in 1662 to defend the Philippines against the danger of invasion from Kue-Sing [Zheng Chenggong], better known in Filipino-Spanish circles as Coxinga, the missions were abandoned. With the imposition of Dutch rule we hear little about the Christians left behind, but the history of this period is beyond our field of research.<sup>9</sup>

### THE MACAO CONNECTION

If the Moluccas were an important place for Portugal, and for the new King Philip of Portugal, Macao was even more important. Macao was the port on the very mainland of China. It was the window through which people looked at China. It was the door through which finally the missionaries might be able to enter into the mysterious empire of the Grand Cathay.

The Spanish authorities of Manila, that is, the Spanish governor, Don Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, and the first bishop, Domingo de Salazar, sent the Jesuit Alonso Sánchez to announce to the Portuguese of Macao the accession of Philip II to the Portuguese throne. Sánchez was one of the most influential men in the Philippines, and he exercised a great pull on the authorities, especially on Bishop Domingo de Salazar.

Sánchez left for Macao in 1582 and arrived there soon after. He was very successful in bringing the Portuguese to swear obedience to the new king. The information about this event is extensive and

interesting. I will just mention here what pertains to the so-called Spanish Dominican connection with Macao.

I have in my possession two letters addressed to the bishop of the Philippines, Domingo de Salazar. The first one comes from Don Melchior Carneiro, Patriarch of Ethiopia.<sup>10</sup> It notifies Bishop Salazar of Sánchez's arrival and the joy of the city of Macao at receiving the good news of Philip's accession to the Portuguese throne. They felt happy to be now "under the shelter and protection of such a powerful, catholic, legitimate and natural king to the Portuguese nation."

The patriarch says that Philip's accession was clearly God's will to protect not only the temporal and spiritual good of the Church in general, but more concretely the welfare in these regions here and more importantly the defence of the port of Macao, so important for the task waiting for his majesty in these regions. There were many people here, he says, totally bent on destroying the Portuguese presence in Macao. Only through the means of Philip's accession would Macao be able to persevere.

The second letter is from the bishop of Macao, Don Leonardo de Saa, addressed also to Bishop Domingo de Salazar.<sup>11</sup> In the letter, Don Leonardo de Saa expresses his joy at the good news brought by Fr. Alonso Sánchez, the ambassador from Manila to Macao. According to the bishop, Sánchez's arrival caused a stir among the Chinese of Macao, and on account of this, they were very suspicious of everything. Thus he could not send a long letter or report for fear that it might fall into the hands of the Chinese. Also, to avoid suspicions, Sánchez would not sail straight back to Manila from Macao. We know that he sailed via Japan, but was shipwrecked on the island of Formosa, the name the Portuguese called today's Taiwan. Many people were killed by the native head hunters there, and after a difficult and circuitous route, he arrived back in Manila bringing the good news of the acceptance of Philip II as king of Portugal by the authorities in Macao.

In the letter, Don Leonardo de Saa says that now, hopefully, commerce and trade will be more secure. The Chinese, he adds, are very suspicious of all the foreigners, and the Portuguese are very much abused by them. Thus, with the new king, he hopes that they will be helped in their great needs and be able to live in Macao with greater freedom and security.

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



The bay of Acapulco (Mexico).

More related to missionary expansion, as Salazar had mentioned in his letter (nowhere to be found, today) Don Leonardo de Saa says that the Chinese are very hard and very opposed to Christianity. This is due to the great fear they have of their own mandarins and leaders. Thus, he says, that the only Christians are those found in the city, a big city where many people are found.

In relation to the jurisdiction and extension of his diocese of Macao, in answer to Salazar's inquiry, Don Leonardo de Saa writes:

I say that this diocese is bigger than the whole of Europe. There are in it thirteen provinces in China or even more. Each one is as big as the Kingdom of Portugal. And also it has all the islands subject to China, together with the whole kingdom of Japan. Here there are many Christians, with all the nearby islands, as Fr. Alonso Sánchez has seen in the bull establishing this bishopric. If our Lord were to bring the light [of faith] to all of them, not even one hundred bishops would suffice to govern so many people.

12

Finally, the bishop of Macao entertains the hope that now that His Majesty, King Philip, has succeeded to the Kingdom of Portugal, there will be a great growth of faith and Christianity in those regions. For the moment he is very fearful that the letters might fall into the hands of the Chinese.

#### THE HOLY ROSARY PROVINCE AND THE PORTUGUESE CONNECTION

Another point of interest that shows the Spanish Dominican connection with Portugal in the East is the relation of the Dominican Province of the Holy Rosary with Macao. The Holy Rosary Province was established in 1587. Ever since, it has played a prominent role in the missions in China, Japan, Vietnam and, of course, the Philippines.

A backgrounder is necessary here. The missionaries who went to the Philippines were inspired with the hope of entering China. In the sixteenth century, and we can even say, all the way down to the modern age, China has exercised a great spell on the

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

European people. For many of them, since the time of Marco Polo, and the reports of the evangelising efforts of Franciscans and Dominicans during the Mongol period (1240-1360), the hope of entering the Grand Cathay moved many missionaries to leave Europe for the East. The founders of the Holy Rosary Province, the missionary province of the Dominican Order par excellence, left Spain with the idea of entering China. Forty of them left Spain in 1586 for Mexico on their way to the Philippines. In Mexico City they crossed paths with the Jesuit Alonso Sánchez, who told them the door of China was closed. Half of them, at least, returned to Spain or stayed in Mexico. Still, a large group left for Acapulco, the port of embarkation to the East. They were there around Lent of 1587. Two ships were in the port, ready to sail for the long haul across the Pacific.

Diego de Aduarte,<sup>13</sup> the early Dominican historian, on whom we rely for our story, tell us that one galleon, the *San Martín*, sailed during Easter Week for Macao, port and city of the Portuguese in mainland China. That was a great chance to send religious there to establish a house and from there enter China. Says Aduarte:

The principal intent of this new Province was to go to the great kingdom of China to preach the holy gospel. Since the people [of that kingdom] were so learned, studious and civilized... they selected the best fathers available.<sup>14</sup>

They were Fr. Antonio Arcediano, Fr. Alonso Delgado and Fr. Bartolomé López—only three, but people who excelled in religious knowledge and prudence.

Very near the shores of China they suffered a terrible shipwreck, loosing everything. Some time later they arrived in Macao, where they established a house under the invocation of the Most Holy Rosary, the patroness of their own religious Dominican province. The local Portuguese helped them generously and listened to their sermons, but not so the authorities, who were suspicious of their intentions. Thus, very soon, by order of the Portuguese Viceroy of India, the three Spanish Dominican priests were expelled and taken to India. The convent in Macao was given to Portuguese Dominicans. The Spanish Dominicans were not even allowed to join their own confreres in Manila, where the main group of fifteen who had departed from

Acapulco at almost the same time as the three left for Macao, arrived in Cavite on July 22, feast of St. Mary Magdalene, and entered Manila on July 25, 1587, feast day of Santiago, patron of Spain.

The Portuguese authorities were always fearful of the Spanish presence in their colonies, especially in Macao, even if now they had the same king. The Spanish Dominicans in the Philippines tried again and again to recover the house in Macao taken from them and given to the Portuguese Dominicans, but to no avail. Even when the highest Dominican authorities in Rome, and the General Chapter, the highest legislative body of the order, commanded them to return the house, the Portuguese Dominicans did not obey. The Spanish Dominicans envisioned that house, and Macao, as the gate to China. That was precisely their intention in going there. The Portuguese Dominicans just kept a friar or two in the house and never made an effort enter China to preach the Gospel of Christ.

The three Spanish Dominicans were taken to Goa. There the leader of the group started to work immediately. The two others, says Aduarte “were sent to Spain and Rome to request that the house of Macao from which they were unjustly expelled be returned to them, for it was of the greatest importance for the Dominican Order to bring the gospel to China.”<sup>15</sup> According to Aduarte, Fr. Arcediano

... like great light that the Lord did not want to be hidden, but shine on top of a hill, stayed in Goa. Neither the viceroy, nor the archbishop, nor the Inquisition, nor the city did anything serious without seeking his opinion. He stayed there six years, during which he taught theology. Taking advantage of the great fame he had and their favour, he established in that city a college under the title of Santo Tomas, where the religious could teach theology. He also endowed the college. This was a great work and still is [1640] because the convent of that city, although big, was unhealthy, and in a few years many and important religious had died. In order to free the professors and students, Father Antonio built the said college.<sup>16</sup>

This Spanish Dominican priest also finally left Goa and returned to Spain. He taught theology in San Esteban of Salamanca and Avila and finally died a few years later.

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Thus ended the Spanish Dominican connection with the Portuguese in their overseas dominions in Asia, in the Moluccas and Macao at the end of the sixteenth century. The same happened to other Spanish friars who came from Manila to Macao,

especially Franciscans and Augustinians. They were expelled and their houses given to Portuguese friars. But the history of these topics belongs to another chapter and goes beyond the scope of the present article. **RC**

## NOTES

- 1 Cf. Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, Vol. 1. *The Century of Discovery*, Book One. Chicago: University of Chicago Press, 1971, p. 233.
- 2 Cf. B. M. Biermann, O. P., "Der erste Bishop in Ost Indien," in *Neue Zeitschrifts für Missionswissenschaft*, IX, 1953, pp. 81-83. cf. D. F. Lach, *op. cit.*
- 3 Cf. Biermann, *ibid.*, pp. 85-86.
- 4 Ronquillo reports to the Spanish king: "Although I had no letter or advice of the state of affairs with Portugal, it seemed to me in the year 80, that we should live with great care and circumspection on account of what might happen, as the Portuguese are so quarrelsome, and especially if Don António, the Prior of Crato, should come here. In order to try to ascertain the state of affairs at Maluco [the Moluccas] and Macao, the post held by the Portuguese in China, I have sent for this purpose the sub-lieutenant Francisco de Dueñas, with four companions. He is well instructed as to what course to pursue. Likewise I sent to Macao, Father Alonso Sanchez of the Society of the Name of Jesus, a person in whom are combined many admirable traits. They are going to try to prepare and calm the people for the time when certain news will be had of occurrences in Portugal. They will bring back a report of everything which has been learned there of affairs, even to the defeat of the Infante Don António. I realize that it is necessary to be diligent in order to effect the desired ends, or that at least I shall be informed of the condition there, and the forces with which the Portuguese are supplied." *Letter of Ronquillo de Peñalosa to King Philip II*, Manila, June 16, 1582, in E. H. Blair & J. A. Robertson, *The Philippine Islands 1493-1898*, 55 vols., Cleveland, 1905-1908, vol. 5, pp. 27-28.
- 5 In a long *Report of Domingo de Salazar to the King*, the bishop writes: "The governor sent a soldier to Maluco to know what resolution the Portuguese of those islands had taken. He returned from there almost at the same time as the ship from Nueva España, and brought the news that the governor will write to your Majesty. All this gave great satisfaction to all the people here because your Majesty's interest will be promoted, since our Lord has placed in the hands of your Majesty the spice-trade of Maluco, something so greatly desired by your ancestors. I am sending the letter the Captain of Maluco wrote me, in order that it may please your Majesty, not forgetting the man who went there and brought the good news," Lucio Gutierrez, O. P., "Domingo de Salazar's Memorial of 1582 on the Status of the Philippines Islands: A Manifesto for Freedom and Humanization," *Philippiniana Sacra*, Vol. XXI, n. 63, pp. 462-463. Cf. Salazar's report entitled *Affairs in the Philippines Islands*, in E. H. Blair & J. A. Robertson, *op. cit.*, vol. 5, pp. 248-249.
- 6 *Letter of Diego de Azambuja to Domingo de Salazar*, O. P., Tidore, March 20, 1582 in Archivo de Indias, Filipinas 84. Here is the short letter of Captain Diego de Azambuja as it was translated from Portuguese into Spanish and sent like this by Bishop Domingo de Salazar to the Spanish king. We transcribe it here to help our readers and future researchers.
 

*Aunque Vuestra Señoría no me ha escrito ni enviase nuevas de si, todavía conforme a mi cargo y obligación la tengo de procurar saberla y dar primero obediencia a Vuestra Señoría como a perlado que ha de ser de estos reinos de Maluco, siendo todo del Cristianesimo rey Felipe. Pero como la supe muy particulares de Francisco de Dueñas de Vuestra Señoría, me mande como uno de ellos, porque en todo lo sabré servir con mucho gusto, como hijo de la Santa Iglesia de Roma.*

*En este año no tuve ningunas nuevas ni de la India ni de Portugal, más que las que el señor gobernador de las Filipinas me envió, por donde estoy suspenso. Francisco Dueñas dará las más nuevas a Vuestra Señoría de estas Islas del Maluco y de las demás que ellas quisiere saber, que de todo va bien informado.*

*Por él envío a Vuestra Señoría un tramo de clavo que puede tener calgado en su oratorio y un nore y una gara de clavo verde salado para dulce.*

*Perdone Vuestra Señoría el atrevimiento, que lo hago a cuenta de su criado y porque todo es cosa nueva en esas Islas Filipinas.*

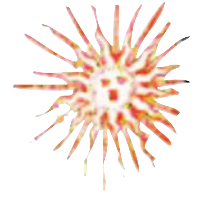
*Nuestro Señor, la muy ilustre persona de Vuestra Señoría de la vida y salud que desea y en todo prospere por largos años para aumento de la cristiandad. Amen.*

*De esta fortaleza de los Reyes Magos, de la isla de Tidore en Maluco, a 20 de Marzo de 1582. A Vuestra Señoría. Diego de Azambuja.*
- 7 We read: "The sub-lieutenant Francisco de Dueñas, who, as I have explained in another letter, was sent as an envoy to Maluco, came to this city on the twenty-second current. He brought very good returns, which have given us all, as your Majesty will see by the letters of the chief captain and other private persons." "Letter of Ronquillo to Philip II," Manila, June 15, 1582, in Blair & Robertson, *op. cit.*, vol. 4, p. 312.
- 8 Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Phil II, 32, "Letter of Gregorio López," as quoted in John Schumacher, S. J., *Readings in Philippine Church History*, Quezon City, Ateneo de Manila University, 1979, p. 95.
- 9 Cf. Lucio Gutierrez, O. P., *The Archdiocese of Manila. A Pilgrimage in Time (1565-1999)*, vol. I, Manila, 2000, pp. 251-257; Pablo Fernandez, O. P., *History of the Church in the Philippines (1521-1898)*, Manila, 1979, pp. 296-298.
- 10 *Letter of Don Melchior Carneiro, Patriarch of Ethiopia, to Domingo de Salazar*, O. P., *First Bishop of the Philippines*, Macao, July 2, 1582, in Archivo General de Indias, Patronato 24, ramo 62.
- 11 "Letter of the Bishop of Macao, Don Leonardo de Saa, to Domingo de Salazar, O. P., about the news of Philip II's accession to the Portuguese throne," Macao, July 2, 1582, in Francisco Colin, S. J., and Pablo Pastells, S. J., *Labor evangélica de los obreros de la Compañía de Jesus*, vol. I, Barcelona, 1902.
- 12 Colin and Pastells, *op. cit.*, vol. I, p. 292.
- 13 Diego de Aduarte, O. P., *História de la Provincia del Santo Rosario de la Orden de Predicadores en Filipinas, Japón y China*, 2 vols., edited by Manuel Ferrero, O. P., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962.
- 14 Aduarte, *História*, vol. I, p. 51
- 15 Aduarte, *História*, vol. I, p. 53.
- 16 *Ibid.*, p. 53.

# Portugal's Relations with the Philippines

According  
to 16<sup>th</sup> Century  
Portuguese  
Chroniclers

JOSÉ MANUEL GARCIA\*



Portuguese historiography of the 16<sup>th</sup> century contributed towards European knowledge of the Philippines, by pointing out the most significant questions of the beginning of the relations established by Portugal with the people and the land of the Philippines in that century, and making them well

known. This material in the History of Portuguese Expansion throughout the World has not yet been studied as a whole, which is why we feel it is necessary to draw attention to the more relevant elements and episodes, bearing in mind the sources which focused on them.

The bibliography on the History of the Philippines in the 16<sup>th</sup> century generally only refers to Spanish sources, which is why the importance of events in which the Portuguese were protagonists is unknown. Such events really should be duly evaluated, through the narratives and descriptions given by the main Portuguese chroniclers that wrote about oriental topics in the 16<sup>th</sup> century:

Fernão Lopes de Castanheda (c. 1500-1559) – *History of the discovery and conquest of India by the Portuguese*, which began to be written around 1531 and was printed between 1551 and 1561.

João de Barros (c. 1496-1570) – *Asia by João de Barros*, which began to be written around 1531 and was printed between 1552 and 1563, with a

---

\* History graduate from Lisbon University Arts Faculty, was a member of the Executive Committee of the National Commission for the Comemorations of the Portuguese Discoveries. He is currently a consultant for the Calouste Gulbenkian Foundation, voting member of the Portuguese Centre for Southeast Asian Studies, and holds a scholarship from the Foundation for Science and Technology. Among his works are: *História de Portugal* (1981), *As Viagens dos Descobrimentos* (1983), *Ao Encontro dos Descobrimentos* (1994), *Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal* (1999), *A Viagem de Vasco da Gama à Índia* (1999), *Pedro Álvares de Cabral e a Primeira Viagem aos Quatro Cantos do Mundo* (2001).

*Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, foi vogal da Comissão Executiva da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Actualmente é consultor da Fundação Calouste Gulbenkian, vogal do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático e bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Obras mais importantes: História de Portugal (1981), As Viagens dos Descobrimentos (1983), Ao Encontro dos Descobrimentos (1994), Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal (1999), A Viagem de Vasco da Gama à Índia (1999), Pedro Álvares de Cabral e a Primeira Viagem aos Quatro Cantos do Mundo (2001).*



posthumous edition in 1615 of a fourth decade, prepared by João Baptista Lavanha.

Gaspar Correia (c. 1492-c. 1563?) – *Legends of India*, written between 1550 and 1563 but only printed for the first time in the 19<sup>th</sup> century.

António Galvão (?-1557) – *Treatise of the Discoveries*, published for the first time in 1563 (which was a posthumous edition, since its author died in 1557) and a treatise on the Moluccas from around 1544, which remained in manuscript format until being printed in 1971.

Diogo do Couto (1542-1616) – *From the Asia of Diogo do Couto. About the feats of the Portuguese during the conquest and discovery of lands and seas in the Orient*, written between 1595 and 1616, which was printed in stages between 1612 and the 18<sup>th</sup> century.

There are also other authors who made sporadic contributions, whom we will also point out.

#### 1. FERDINAND MAGELLAN IN THE PHILIPPINES (1521)

The Portuguese arrived in the Moluccas in 1512, and it was between this year and 1515 that Tomé Pires was the first Portuguese author to write about the *'luções'* (Luzons), the people who occupied the island of Luzon (*Lução*).

The first Portuguese to arrive at these islands was Ferdinand Magellan in 1521, but he did so at the service of Spain, and this was the first fact to be pointed out by Portuguese chroniclers when referring to the history of that territory.

António Galvão was the only Portuguese chronicler of the 16<sup>th</sup> century to record the name of the islands of *São Lázaro*, the name Ferdinand Magellan gave to the Philippines.

#### 2. THE TRAVELS OF SIMÃO DE ABREU AND D. JORGE DE MENESES

Simão de Abreu (1523)

It is uncertain on which date the Portuguese saw the lands of the Philippines for the first time, but it could possibly have been as early as 1523, if we accept the possibility that this was when they came close to the island of Mindanao, during the journey Simão de Abreu made in that year to explore the route between the Moluccas and Malacca via Borneo.



Map of Mindanao, 16<sup>th</sup> century. The southern island was probably the first sight Portuguese navigators had of the Philippine archipelago, around 1523.

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

António Galvão:

“In the same year of (1)523, in the month of May, António de Brito, who was the captain of the Moluccas, sent Simão de Abreu, his cousin, to discover the route from Borneo to Malacca. They sighted the islands of Manada (Menado, in the far North of the island of Sulawesi), and Panguensara (islands of Likoepang and Bangka). They went through the strait of *Dantreminao* and *Taguina* (that is, ‘between Minao and Taguina’, which is to say they went through the strait between the islands of Mindanao and Basilan) to the islands of São Miguel (Cagayan Sulu), which are located seven degrees to the North, and from there went on to the island of Borneo, and along its entire coast”.

According to this excerpt, which seems to be well founded, we can accept the idea that Simão de Abreu’s ship sailed between the islands of Mindanao and Basilan, thus having been the first Portuguese to sail Filipino waters.

Fernão Lopes de Castanheda – Had only vague news about this trip having been made.

João de Barros – Had a general idea that this was the first journey via Borneo.

Diogo do Couto – Mentioned the journey made by Simão de Abreu based on what was written by Fernão Lopes de Castanheda.

D. Jorge de Meneses (1526)

In 1526 D. Jorge de Meneses followed the Borneo route, passing the island of Mindanao.

Fernão Lopes de Castanheda – Was not well-informed about the journey.

João de Barros – Described the journey in greater detail.

Diogo do Couto – Followed what was written by Castanheda.

### 3. SIMÃO DE VERA’S DEATH IN MINDANAO (1528)

The interest of the Portuguese in the South Philippines in the 1520’s is mentioned in a few brief and vague references.

One is in regard to the intention of Gomes de Sequeira to go to this island in 1527, a trip that never came about.

The other is about a journey made to this area in 1528 by Simão de Vera, who died on a trip ashore in order to fetch supplies before continuing his journey to Malacca.

Fernão Lopes de Castanheda – Undetailed reference.

João de Barros – Idem

Diogo do Couto – Idem

### 4. JOÃO DA CANHA PINTO’S GREED AND TREASON IN MINDANAO AND *SIRIAGO* (1535)

The first trip made by Portuguese to the island of Mindanao about which details are known was the one made under the leadership of João da Canha Pinto, whose deplorable actions were severely criticised by the chroniclers who wrote about them.

The trip made by this Portuguese sailor to the Philippines was made in the context of the successive initiatives carried out by the Portuguese, in their attempt to obtain revenue during their journeys to lands located so far away from their homeland.

His mission arose in the context of a conspiracy thought out by the inhabitants of the Moluccas to divide the Portuguese who were in the area, in order to carry out a plan devised to kill them. This plan consisted of convincing them that if they sent an expedition to Mindanao they would find a lot of gold there.

When João da Canha Pinto realised that he was on a mission of geographical exploration that would bring him no profit, since he didn’t find the gold (or spices) he expected to find in Mindanao, he decided to take natives prisoner with the intent to sell them as slaves and thereby make his journey lucrative. By thus doing he went back on his promise to establish friendly relations with the local people.

Fernão Lopes de Castanheda – Supplies details about this episode.

João de Barros – Also mentions the same events.

Gaspar Correia – Follows what Castanheda wrote, with imperfections.

Diogo do Couto – Follows what Castanheda wrote, providing a more detailed and critical account.

### 5. FRANCISCO DE CASTRO’S MISSION TO MINDANAO (1538)

The nobleman Francisco de Castro took pains to learn more about the geography of the Mindanao region and to increase relations between the Portuguese and Filipinos. His activities had positive

IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



Fernão Lopes de Castanheda's *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

results because he followed the orders of António Galvão's demanding and discerning leadership, who also provided important information about this matter.

António Galvão – “In the very same year of (1) 538, António Galvão, who was captain in the Moluccas, sent a ship to the North with Francisco de Castro as its captain, with firm orders to convert as many as possible to Christians, since Christians were needed in that region, António Galvão himself had converted many (Christians) such as ‘*celebres*’ (sic, for Celebes; i.e., Sulawesi), macaçares, Ambonese, Moors, *Morotax* (sic), and in many other places.

Upon Francisco de Castro's arrival at the islands of *Mi(n)danao*, and others he discovered beyond them, six kings were baptised with water, along with their wives, children and subjects. António Galvão had most of them named *Ioannes*, in memory of the mediator reigning Portugal, so great was (his) (memory) of this man”.

Fernão Lopes de Castanheda – Developed the above information with details possibly supplied by António Galvão:

“Upon realising that it would be possible to convert souls and gain land at the same time, António Galvão sent an honest gentleman, by the name of Francisco de Castro, to these lands, along with two priests, who he charged to make friends with the kings of those lands and encourage them to take on our Belief, giving them gifts and other items.

After he left Ternate, Francisco de Castro came upon such terrible weather that he was forced to sail wherever the winds took him; and after some days he came upon some islands over one hundred leagues to the North of the Moluccas, which had remained undiscovered until that time. He discovered that the island he chose to disembark upon was called *Satigano* (Possibly the island of Sarangani (5° 30' North and 125° 28' East), the people and king of which were gentiles. Francisco de Castro immediately made

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

friends with these people; to seal this friendship he and the king both drew blood from their arms, according to the custom of these people, and drank each others blood. The king converted to Christianity a few days later and his queen and one of his children were baptised with him, along with three of the king's brothers and many noblemen and peasants. Having spent twenty-two days on these activities, Francisco de Castro then set sail once more, leaving behind him much goodwill. Sailing along the island of Mindanao, he arrived at a river, along the banks of which was located a city called *Soligano* (Possibly the island of Surigau or Siargau (9° 55' North and 126° 10' East), the king of which converted to Christianity along with his queen and two of his daughters and many other people. On this same island he also converted to Christianity the king of *Butuano* (a small island in the bay of Butuan, 9° 9' North and 125° 31' East), who they named King John the Great, and the king of *Pimilارانو* (Possibly located in the bay of Dumankilas 7° 43' North and 123° 7' East), who also took on the same name of King John; and the king of *Camisino*, who was named King Francis, and thus were also converted to Christianity the wives and children of these kings, and many of their subjects”.

João de Barros – Points out details identical to those provided by Castanheda, possibly also based on testimony by António Galvão.

Diogo do Couto – Follows the writings of Castanheda.

### 6. THE VOYAGES OF ANTÓNIO DE ALMEIDA AND BELCHIOR FERNANDES CORREIA TO MINDANAO (1543)

The mission carried out by Francisco de Castro was that which left the deepest Portuguese mark on the Philippines of the 16<sup>th</sup> century, a mark still very much in evidence when the men on the Ruy Lopez de Villalobos' expedition visited the islands in 1543.

It was when he mentioned this expedition that António Galvão became the first Portuguese author to record the name Philippines.

The most important references to the contacts established in 1543 in the Philippines between the Spanish and the Portuguese were made by:

Gabriel Rebelo – who described the missions of the two Portuguese sent successively by the captain of



Portrait of Diogo do Couto, from the first edition of his *Década Quinta*.

Ternate, Dom Jorge de Castro, to meet with the Spaniards in order to remove them from the area and maintain the Portuguese presence in the area.

Diogo do Couto – who closely follows that written by Gabriel Rebelo.

Gaspar Correia – Informs of the contacts between the Portuguese and the Spanish in Mindanao, but makes no mention of Belchior Fernandes Correia.

### 7. PÊRO FIDALGO'S JOURNEY TO THE ISLAND OF LUZON (1545)

The first trip made by the Portuguese to the island of Luzon was recorded by António Galvão as having taken place in 1545. He was the only author to describe this journey:

“In the year (1)545, in the month of June, a junk set off for the city of *Borneo*, on which was travelling a Portuguese man by the name of Pêro Fidalgo: They put into port for shelter due to bad weather, and found an island located nine or ten degrees North and about twenty-two in altitude,

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

which they named *Lucões*, since that was the name of the inhabitants of this island: There may be others, along with their ports, that we are still unaware of. It runs from Northeast to Southwest; it lies between *Mindanao* and China. It is said that they travelled two hundred and twenty leagues along this island and that the land was cool and well shaded, and they say that there they give two weights of gold for one of silver, even though it is very close to the land of China”.

If we look up the latitude of the Western elevation of Luzon we see it is located between 13° 45' and 18° 39' North, amounting to some 570 km. Such data is far different to that supplied by António Galvão. To properly interpret what information must have been given to him, we believe that the journey in question would have taken place under the notion that the set of islands of Palwan and Luzon were only one island, for the far South of the island of Palwan is at 8° 19' (close to the 9° reported) and the South of the island of Taiwan is at 21° 19'. It should be pointed out that the latter of these islands was named *Léquio Pequeno* by the Portuguese, and that the distance between the two points mentioned above is 1556 km.

Allowing for errors in measuring the latitude and size, we may accept that the description given by António Galvão corresponds to the graphic portrayal of an island on a cartographic standard that can be found on Portuguese maps from around 1560, with the following caption:

“coast of *luçõis* and *laos*, along which Pêro Fidalgo travelled on his return from *Borneo* on a Chinese junk; he sailed along this coast in a storm and came upon *Lamao*”.

The cartography we refer to with information about the region of the Philippines, based on the voyage by Pêro Fidalgo, would have become known to the Spanish in the Philippines in 1567, as can be inferred from the observations about this fact made by Diogo do Couto in regard to Gonçalo Pereira Marramaque's expeditions against the Spanish in 1566-1568. Although we will come back to this episode further on, it is worthwhile mentioning it here since it contains an interesting reference to a topic of cartography, which Diogo do Couto must have heard about in India from Gabriel Rebelo, who was in the Moluccas at the time when a messenger from

Gonçalo Pereira Mararamaque, to whom he referred as António Rombo (who must be António Lobo, mentioned by António Pinto Pereira), carried out a disastrous operation against the Spanish. According to the aforementioned chronicler:

“After the chief captain had provided him with some things he was ordered to advance against the Castilians, which he was quick to comply with using the services of one António Rombo, who took two coracoras to go to Cebu to visit Miguel Lopez de Lagaspa; but instead of ascertaining how much power he had and whether more help was coming to him from New Spain (Mexico), and if he had discovered the route back to there; because this man was (according to Gabriel Rebelo who hired him), as stupid by nature as by name (*rombo*), he was neither able to look into things the best way nor able to ask questions as unobtrusively as others before him, instead of doing service, he made matters worse, because he inconsiderately showed the Castilian pilots a navigation map which they prized greatly, because it showed them the route to China and Japan and to that entire archipelago, something they had not known about before and would have paid dearly for to obtain, and all handed over for so little by Rombo because of his ignorance”.

#### 8. GONÇALO PEREIRA MARRAMAQUE'S INITIATIVES AGAINST THE SPANISH IN CEBU (1566-1568)

A particularly serious phase in Portuguese-Spanish rivalry for leadership of this region took place on the island of Cebu between 1566 and 1568. The matter centred on the beginning of actual Spanish dominance of the Philippines under the guidance of Miguel López Lagazpi and the efforts made by the Portuguese in order to avoid this, led by Gonçalo Pereira Marramaque. This nobleman had been sent to the Moluccas in 1566 with an important armada. Upon learning of the Spanish presence on the island of Cebu he took the initiative of trying to dislodge them from the position they held there. He had no orders from Goa to this end, but it is possible that he decided to proceed according to prior actions by the Portuguese authorities, when they had sent contingents in an effort to dislodge the Spanish from positions they were trying to take over in the area. During his first initiative carried out at the end of

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

1566 he was unable to approach Cebu, nor was his second attempt in 1567 any more successful. Only in 1568 did he arrive at Cebu. At first he was persuaded to believe that the Spaniards were going to leave, but after strengthening their positions the Spanish refused to leave the area and held out against the siege and the attacks the Portuguese carried out against them.

Four Portuguese authors wrote about these events:

António Pinto Pereira wrote in greatest detail about them.

Another author who reported some of these events chose to remain anonymous and was quite critical of Gonçalo Pereira's anti-Spanish activities.

What the anonymous author wrote was in part adopted by Diogo do Couto, who went further and completed the narrative in some aspects.

Estêvão de Lemos, possibly only a short time after the events had actually occurred, summarised them briefly.

### 9. PORTUGAL AND THE PHILIPPINES DURING THE REIGN OF PHILIP II OF SPAIN

When Philip II of Spain rose to the Portuguese throne in 1580 as Philip I, cooperation began between the Spanish and the Portuguese, which consisted of sending forces from the Philippines to take part in the attacks the Portuguese carried out against Ternate in 1584 and 1585. Such attacks were fought off, as described by Diogo do Couto.

This author also revealed how Portuguese-Spanish rivalry continued to exist in the Orient by indicating two instances of laws passed by Philip II of Spain, involving the delicate matter of prohibiting any trip to be made by the Castilians of Manila and the Philippines to Macau and China, due to the disadvantages that this would have on Portuguese finances and business in the State of India. However, through contraband and other means, such relations did exist.

### CONCLUSIONS

The Philippines began to be referred to in Portuguese Historiography within the context of Ferdinand Magellan's journey, with references to


these territories then appearing within the narratives recounting the efforts of the Portuguese to consolidate their domination of leadership positions in the East Indian Peninsula, which enabled them to gain from the trade with the Moluccas, where they tried to prevent competition from the Spaniards.

The centre of attention of the Portuguese in this part of the world was focused on these islands because of their wealth in clove spice, although the means they had stationed there were limited, which enables us to understand the reasons behind the fact that they didn't disperse their forces throughout the archipelago located to the North, where there were no comparable goods to seduce them.

In contrast with this situation, it is remarkable that the contacts of the Portuguese with the Philippines came only a few years before the establishment of relations with Japan, which began at the beginning of the 1540's and flourished for almost a century. This can be explained by the importance of the trade that was established there, by reason of the attraction that silver and dealings with China held.

The Portuguese of the first half of the 16<sup>th</sup> century saw the Philippines as a food source, since they were located North of the route between the Moluccas and Malacca via Borneo, which was where they expected Spanish competition to come from.

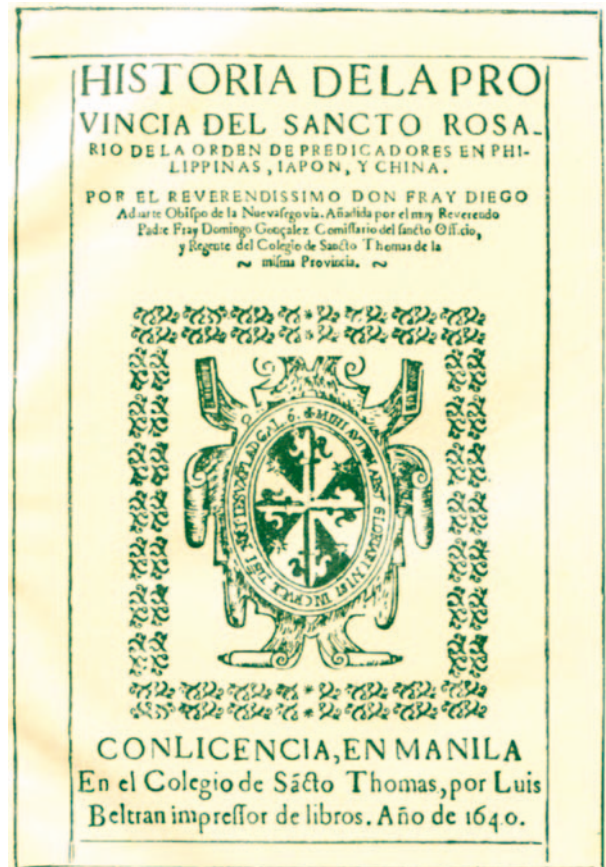
For these reasons, the Portuguese carried out activities to strengthen their presence in the region and some contacts were made, the most important of which were established in 1538 by Francisco de Castro. He created areas of political and Christian influence in Mindanao and on the neighbouring islands, after João da Canha Pinto had been there in 1535 and verified the lack of gold and spices, which would have attracted Portuguese investment to these islands.

Relations between Portugal and the Philippines began to change as of 1565, when such relations started to be dominated by the Spanish, something the Portuguese were unable to avoid, despite the fact that they had thus far been able to vaguely claim the right to the possession of the territories by calling into play the stipulations of the Treaty of Tordesillas (1494) and moreover the Treaty of Saragossa (1529). 

# Contactos Ibéricos com as Filipinas nos Séculos XVI e XVII

Breves  
Apontamentos  
Bibliográficos

RUI MANUEL LOUREIRO\*



## INTRODUÇÃO

Quando os portugueses conquistaram Malaca, em 1511, aquela praça malaia era então um dos grandes empórios da Ásia marítima, devido à sua estratégica posição geográfica, no exacto ponto de articulação entre, por um lado, as rotas marítimas que cruzavam o Índico e, por outro lado, as rotas marítimas do Mar do Sul da China e áreas adjacentes. Tal como em muitas outras cidades portuárias orientais, também ali coabitavam de forma harmoniosa numerosas comunidades estrangeiras, reunidas por importantes interesses mercantis. O boticário Tomé Pires escreveria

pouco depois na sua *Suma Oriental*, talvez com algum exagero, que em Malaca se falavam mais de oitenta línguas asiáticas, traduzindo nesta expressiva fórmula o extraordinário cosmopolitismo da metrópole malaia, que agora estava sob soberania portuguesa. Entre todas essas comunidades, de acordo com as informações fornecidas pelo tratadista português, existia em Malaca um grupo de mercadores “luções”, originários de uma ilha situada para “além de Bornéu obra de dez dias de navegação”. É o próprio Tomé Pires que, na sua resenha de geografia asiática concluída por volta de 1515, fornece a primeira descrição europeia das “ilhas dos Luções”, a que mais tarde se daria o nome de Filipinas. E é também um cartógrafo português, Francisco Rodrigues, o primeiro europeu que representa estas ilhas, utilizando o topónimo *Lequeoller* num dos vários esboços cartográficos do Sudeste Asiático que preparou por volta de 1512.

As “ilhas dos Luções”, contudo, não suscitaram a atenção dos navegadores portugueses nos anos

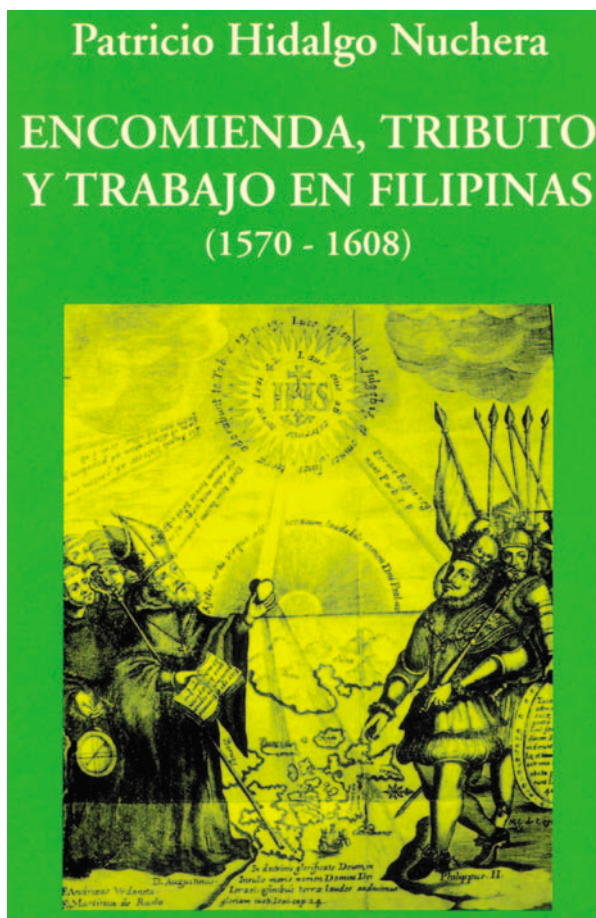
\* Doutorado em História pela Universidade de Lisboa, é professor convidado da Universidade de Macau e investigador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (Lisboa). Actualmente, é bolseiro da Fundação Oriente.

*Ph.D. in History, University of Lisbon. Visiting Professor at the University of Macao and researcher at the Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (Lisbon). Currently holds a scholarship from the Fundação Oriente.*

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

seguintes. As informações colhidas em Malaca referiam que naquele arquipélago apenas se poderiam obter produtos pouco valiosos, como arroz, mel ou cera; entretanto, tão-pouco davam conta da existência de qualquer grande cidade portuária para aquelas bandas ou da disponibilidade de mercadorias exóticas. E os portugueses, nestes primeiros anos do século XVI, procuravam sobretudo entrar em contacto com centros produtores ou distribuidores de produtos mais valiosos, como drogas e especiarias, sedas e porcelanas, madeiras exóticas e perfumes, metais e pedras preciosas. Que vão encontrar em portos do Sião, do Champá, da China, das ilhas de Maluco, e em tantas outras regiões. A expansão portuguesa era essencialmente uma empresa mercantil, que buscava as melhores oportunidades negociais ao longo dos litorais asiáticos. Nenhuma razão especial, pois, atrairia os portugueses às “ilhas dos Luções”, que, para além do mais, ficavam algo desviadas das principais rotas mercantis seguidas pelos navios portugueses. E as “ilhas dos Luções”, deste modo, permanecem à margem dos grandes entrepostos fortificados e das regulares carreiras mercantis que os portugueses estabelecem um pouco por toda a Ásia marítima ao longo da centúria de Quinhentos.

O primeiro contacto documentado de europeus com as ilhas dos Luções dá-se em 1521, quando uma expedição espanhola, comandada pelo português Fernão de Magalhães, costeia as ilhas mais meridionais do arquipélago e, nomeadamente Cebu e Mindanao, após a primeira e aventureira travessia do oceano Pacífico. Os expedicionários atribuem ao arquipélago o nome de *São Lázaro*, seguindo a prática corrente na época, entre os navegadores da Europa meridional, de atribuírem a terras novamente descobertas o nome do santo celebrado no dia do primeiro avistamento. Este encontro inicial ficaria marcado pela tragédia, pois o próprio Magalhães veio a sucumbir num recontro com os indígenas de Cebu. Alguns dos sobreviventes da primeira viagem de circum-navegação, de regresso à Europa, produziram ou ditaram as primeiras descrições vivenciais das “ilhas dos Luções”, fornecendo ainda informações para a elaboração dos primeiros mapas daquela região oriental. O relato mais desenvolvido da empresa foi redigido pelo italiano Antonio Pigafetta e publicado pela primeira vez em data incerta, entre 1526 e 1534, em Paris, com muitas edições e traduções posteriores. Como seria previsível, *Le voyage et navigation* de Pigafetta continha elaboradas descrições



do ambiente natural de algumas das ilhas do arquipélago de *São Lázaro*, bem como dos usos e costumes dos seus habitantes. Um outro relato da viagem de Magalhães, preparado por um piloto genovês, refere que numa das ilhas de *São Lázaro* os indígenas afirmaram ter sido anteriormente visitados por homens brancos, o que sugere que talvez por ali tivessem passado embarcações portuguesas antes de 1521.

A expedição de Magalhães, tanto do ponto de vista náutico como em termos mercantis, fora um sucesso, de forma que a partir de então a Espanha não mais desistirá de estabelecer uma ligação regular com as longínquas Ilhas das Especiarias, para lá despachando sucessivas expedições (Garcia de Loaisa, 1525-1527; Alvaro de Saavedra, 1527-1528; Ruy López de Villalobos, 1542-1545). Todas estas expedições têm desfechos mais ou menos trágicos, por impossibilidade prática de regressar ao Novo Mundo, com episódios mais ou menos rocambolescos,



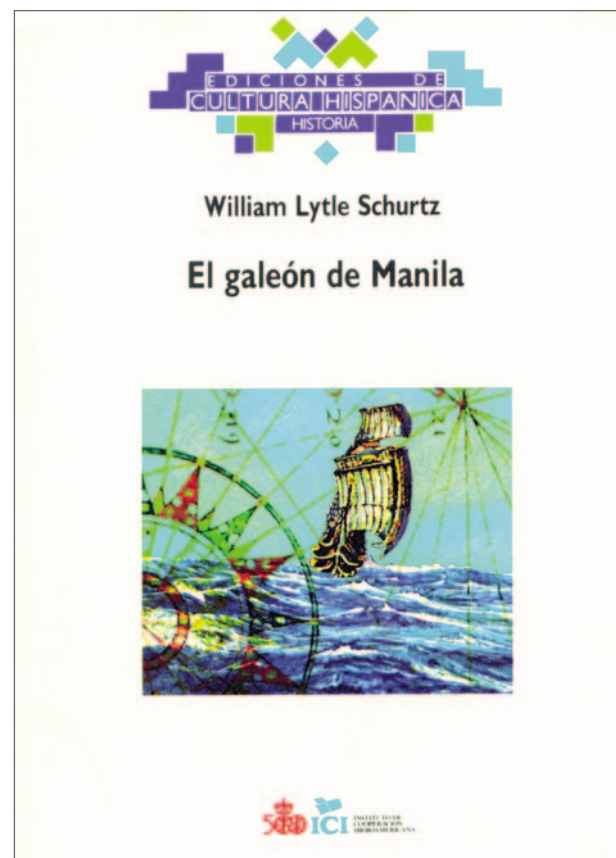
## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

prolixamente descritos pelos cronistas ibéricos da época. Os portugueses, quer por iniciativa da coroa de Portugal, quer graças aos esforços de aventureiros particulares, ocupavam posições em pontos estratégicos nas regiões que se estendiam para leste de Malaca, estabeleciam alianças com potências locais e envolviam-se em lucrativas carreiras mercantis. A partir de 1521 possuíam uma base firme nas ilhas de Maluco, onde foram recebidas e desactivadas as várias armadas espanholas enviadas a partir da costa ocidental da América. Depois de 1530, navios portugueses começam a frequentar regularmente o litoral da China, acabando eventualmente por atingir as ilhas mais meridionais do arquipélago do Japão em 1542 ou 1543. Enfim, o lucrativo comércio desenvolvido a partir de Malaca, com os portos chineses e japoneses, acabaria por conduzir em 1557 ao estabelecimento permanente dos portugueses na península de Macau, graças a uma conjuntura favorável ao comércio estrangeiro que se vivia então na província chinesa de Guangdong.

As “ilhas dos Luções”, entretanto, não despertam especial atenção aos portugueses. O cronista António Galvão, no seu *Tratado dos Descobrimientos*, publicado postumamente em Lisboa em 1563, refere que em 1545 “um português que se chamava Pêro Fidalgo”, partindo do porto de Brunei com rumo ao litoral da China, arribou com ventos contrários a uma ilha “a que chamam dos Luções”, terra “fresca e bem assombrada”. Trata-se da primeira visita documentada de um português à ilha de Luzon, evento que ficou também documentado na cartografia portuguesa da época. Com efeito, uma carta incluída no chamado *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, concluído por volta de 1563, e talvez baseada na obra de Galvão, regista de forma simbólica uma fieira de ilhas na parte mais setentrional do Mar do Sul da China, acompanhada de uma legenda que afirmava tratar-se da “costa de Luções”, por onde passara “Pêro Fidalgo vindo de Brunei num junco de chineses”. A cartografia portuguesa, a partir de então, registará regularmente as ilhas dos Luções de idêntica forma, como se pode verificar em cartas de Lázaro Luís (1563), Sebastião Lopes (c. 1565) ou Fernão Vaz Dourado (1571), reflectindo uma falta de conhecimento concreto daquelas ilhas do Mar do Sul da China.

Em Espanha, entretanto, as notícias da instalação dos portugueses em Macau vão desencadear

uma autêntica corrida à Ásia Oriental, pois a Coroa espanhola não desistia de possuir naquelas partes uma base estratégica, a partir da qual pudesse intervir nos riquíssimos negócios da China e do Japão, que então faziam a fortuna de muitos portugueses. E, em 1564, é despachada do Novo Mundo uma expedição comandada por Martín Lopez de Legazpi, com essa incumbência. E é na sequência desta viagem que o piloto Andrés de Urdañeta consegue descobrir a rota de regresso à América, estabelecendo finalmente uma ligação viável entre o México e as ilhas de São Lázaro, entretanto baptizadas pelos espanhóis como Filipinas, em homenagem ao futuro Filipe II. Poucos anos depois, a Coroa espanhola enviava a Lisboa o seu cosmógrafo Giovanni Batista Gesio, que depois de uma larga estada em Portugal regressa a Madrid com uma preciosa colecção de materiais portugueses sobre a Ásia Oriental, que incluía mapas, roteiros, relações de viagem e tratados descritivos. E os espanhóis dão início a uma carreira regular para as Filipinas, onde se estabelecem rapidamente e em força.



## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

Entre 1570 e 1572 transformam a cidade de Manila, na ilha de Luzon, no centro estratégico das suas actividades orientais, avançando com uma colonização em moldes americanos de todo o arquipélago. Os espanhóis dão, entretanto, início às viagens do “galeão de Manila”, carreira que ligará de forma regular, durante séculos, os portos de Acapulco e de Manila, nas duas extremidades do Pacífico. Repare-se, de passagem, no contraste entre os dois modelos imperiais ibéricos: Portugal opta por uma territorialidade mínima, com um funcionalismo incipiente e polivalente, dando prioridade absoluta ao comércio e ao estabelecimento de redes mercantis; enquanto a Espanha atribui primordial importância às possessões territoriais, desenvolvendo uma elaborada administração ultramarina, complementada pelo sistema de *encomiendas*. Mas, independentemente dos modelos de aproximação à realidade asiática, tanto portugueses como espanhóis, assim como outros europeus que com eles colaboram esporádica ou regularmente, alimentam uma verdadeira revolução informativa, inundando a Europa de relatos, de crónicas, de tratados, de desenhos e de atlas sobre as regiões que circundam o Mar do Sul da China, e em especial sobre o mundo das Filipinas, bem como sobre as actividades que os europeus desenvolvem naquelas partes, sobretudo no âmbito missionário. Pois se os religiosos compõem a facção tendencialmente mais culta dos europeus que partem para a Ásia, serão eles também os principais relatores da apropriação intelectual das realidades ultramarinas.

Nos anos imediatamente anteriores a 1580, a Ásia Oriental tinha adquirido uma extraordinária importância para ambas as coroas ibéricas. Portugal possuía bases firmes em Malaca e em Macau, a partir das quais desenvolvia um intenso e lucrativo tráfico mercantil. Lembremos as sedas e porcelanas da China, a prata japonesa, a cânfora do Bornéu, a pimenta javanesa, o cravinho de Maluco, o sândalo de Timor, o calambuco do Camboja e de Champá, e tantos outros produtos. Paralelamente ao movimento comercial, os portugueses sustentam igualmente um prodigioso movimento missionário, que tem a sua pedra fundamental na Companhia de Jesus, presente no Japão desde 1549 e em Macau a partir de 1563. A Espanha, por seu lado, possuía uma base firme em Manila, a partir da qual a conquista territorial e espiritual das Filipinas avançara a bom ritmo, sem encontrar



resistência de maior nas comunidades indígenas, com excepção de núcleos islamizados nas ilhas mais meridionais. Ao mesmo tempo sucedem-se a partir das Filipinas tentativas de intervenção nos mais importantes circuitos comerciais do Mar do Sul da China. A prata americana alimenta um frutuoso intercâmbio com a província chinesa de Fujian, através de contactos providenciados pela importante comunidade *sangle* de Manila. E as autoridades espanholas, através de sucessivas missões diplomáticas, tentam mesmo estabelecer um entreposto firme em território da China, mas sem grande sucesso.

A união entre as coroas de Portugal e de Espanha sob o ceptro de Filipe II, formalizada em 1581, pressupunha uma total autonomia dos espaços ultramarinos. Contudo, onde tal foi possível, houve fusão de interesses e de iniciativas, nem sempre restringidas ao domínio privado. Complementarmente, multiplicaram-se os choques e os confrontos, protagonizados as mais das vezes por autoridades coloniais. No Mar do Sul da China, muito concretamente, assiste-

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA



-se à formação de um informal triângulo mercantil e militar entre Malaca, Macau e Manila. Portugueses e espanhóis procuram a conciliação de interesses, de forma a maximizarem os benefícios da respectiva presença naquelas partes da Ásia. Os parceiros ibéricos, contudo, encaram de forma desigual as perspectivas e as oportunidades de colaboração. Os portugueses, presentes na Ásia Oriental desde os primórdios do século XVI, continuam a manter ligações estáveis com a China e o Japão, tentando impedir eventuais ingerências espanholas. Mas, ao mesmo tempo, não desdenham a abertura dos portos de Manila aos seus navios. Os espanhóis, por seu lado, ensaiam tentativas de aproximação à China, sempre fracassadas, e ao Japão, parcialmente bem sucedidas.

É no tempo da União Ibérica, que se estende até 1640, que as relações entre Macau e Manila vão conhecer o seu período áureo. Apesar dos interditos régios, multiplicam-se os contactos e as viagens, facilitados pela proximidade geográfica, que se resumia a uma viagem de escassos oito ou dez dias, e pelos

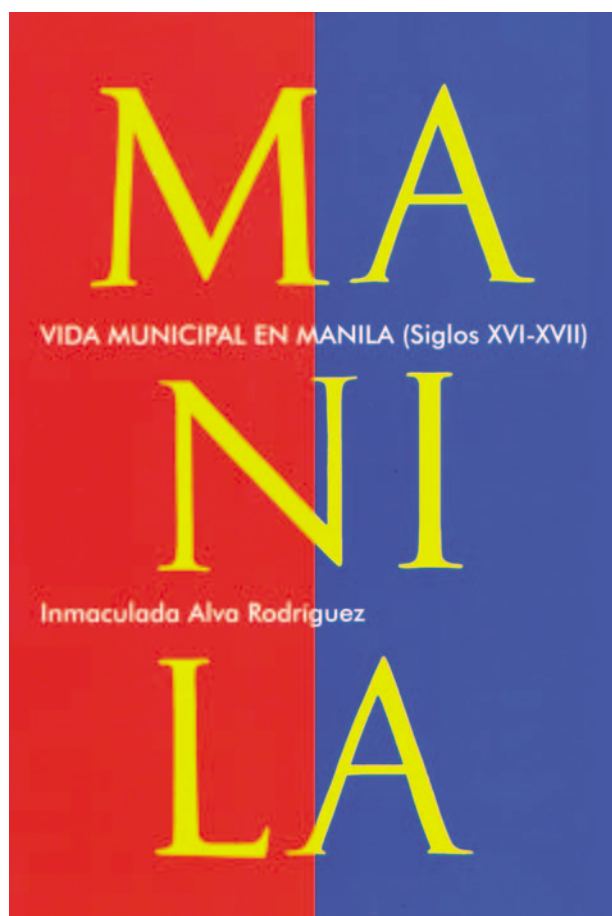
interesses materiais comuns. Não era invulgar navios espanhóis aportarem a Macau, enquanto embarcações macaenses estão regularmente presentes em Manila, onde chega mesmo a existir um representante oficial dos interesses portugueses. Aparentemente, as divergências apenas acontecem quando estão em jogo interesses de ordem missionária, já que os jesuítas do padroado português não abrem mão do seu monopólio da missão na China e no Japão, que começa a ser ferozmente disputados por mendicantes oriundos das Filipinas, nem sempre com bons resultados para ambas as partes. Macau e Manila estão intimamente ligadas por laços marítimos, servindo de pólos de intensa circulação, em direcção à longínqua Europa e em sentido inverso, de homens, navios e produtos, bem como de ideias, técnicas e crenças.

Em finais do século XVI, um factor importante veio contribuir para uma maior coesão luso-espanhola na Ásia Oriental: a chegada dos holandeses àquelas remotas partes. Marginalmente, sublinhe-se que a União Ibérica, sobretudo em regiões ultramarinas, trouxe a Portugal um acréscimo de complicações políticas, militares e diplomáticas, já que a Espanha mantinha uma posição extremamente conflituosa com as potências ascendentes do norte da Europa. Alguns momentos importantes podem ser balizados, como a primeira expedição holandesa à Insulíndia, comandada por Cornelis de Houtman (1595); o início de assédios periódicos a Malaca, Macau, Molucas e Manila (1600);

*Nenhuma razão especial,  
pois, atrairia os portugueses  
às ilhas dos Luções, que,  
para além do mais, ficavam  
algo desviadas das principais  
rotas mercantis seguidas  
pelos navios portugueses.*

o estabelecimento dos holandeses em Java, primeiro em Jacarta, logo em Batávia (1610). Repare-se, de passagem, que os holandeses parecem ter seguido à risca as instruções de Jan Huyghen van Linschoten, que vivera alguns anos em Goa, e que no seu *Itinerario*,

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL



publicado em Amsterdão em 1596, apontava a Insulíndia como a região mais propícia a uma aproximação neerlandesa, quer pela fragmentação política dos estados da região, quer pela riqueza em produtos naturais, quer ainda pela fraca implantação militar e naval portuguesa. A partir de 1600, portanto, três grandes forças europeias estão em presença na Ásia Oriental: portugueses, espanhóis e holandeses. Estão em jogo interesses mercantis (e territoriais, no caso espanhol, sobretudo) da maior grandeza, que dão origem a uma complexa história, ainda não totalmente esclarecida, que envolve de forma duradoura e aprofundada tanto Macau e o sul da China, como as ilhas Filipinas.

### APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

As relações entre Macau e as Filipinas, curiosamente, constituem um dos “buracos negros” da historiografia ibérica, como se portugueses e espanhóis

respeitassem um implícito Tratado de Tordesilhas historiográfico, que os impede de analisarem as relações mútuas. Apenas recentemente começaram a surgir estudos a respeito desse relacionamento, sobre o qual, entretanto, existe um conjunto de fontes narrativas, documentais e cartográficas praticamente inesgotável, sobretudo em Arquivos de Espanha. O movimento mercantil que ligou ambas as cidades portuárias, sobretudo na época da União Ibérica, necessita urgentemente de renovadas abordagens. Os condicionalismos políticos que rodearam o relacionamento luso-ibérico nas partes mais longínquas da Ásia também merecem toda a nossa atenção, bem como os conflitos inter-europeus que a partir dos primeiros anos do século XVII tiveram por palco o Mar do Sul da China, envolvendo nomeadamente a Formosa e o Japão. Despertam ainda interesse as relações culturais que se desenvolveram entre as Filipinas, Macau e a China, que estiveram na origem de uma intensa produção textual, materializada em crónicas de conquista e missão, em tratados geográficos e etnográficos, em relatos de viagens e de naufrágios. Como forma de contribuir para uma renovação dos estudos históricos em torno do eixo Macau-Manila, aqui se apresentam de seguida alguns apontamentos bibliográficos desprezíveis, que procuram divulgar, por um lado, as principais fontes quinhentistas e seiscentistas disponíveis, muitas delas a aguardar ainda uma exegese cuidada; por outro lado, alguns indispensáveis instrumentos de trabalho, que poderão auxiliar a pesquisa; enfim, por outro lado ainda, alguma da bibliografia que tem sido dedicada, ou que faz referências alargadas, às temáticas em apreço. Como todas as escolhas, também esta pecará por subjectividade.

### BIBLIOGRAFIA

#### 1. FONTES

Aduarte, Diego. *Historia de la provincia del Santo Rosario de la Orden de Predicadores en Filipinas, Japon y China*. Edição de Manuel Ferrero. 2 vols. Madrid: C.S.I.C., 1962-1963. Crónica missionária do primeiro meio século de presença espanhola na Ásia Oriental, preparada por um religioso dominicano e impressa pela primeira vez em Manila, em 1640. Muitas notícias sobre as relações de Manila com a China.

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Argensola, Bartolomé Leonardo de. *Conquista de las Islas Malucas*. Edição de Alonso Martín. Madrid: Ediciones Miraguano & Ediciones Polifemo, 1992. A 1.<sup>a</sup> edição foi impressa em Madrid em 1609. O autor descreve as relações entre as Molucas e a Europa no período anterior a 1606, dedicando particular atenção à geografia e à etnografia dos povos desse arquipélago. Utilizou abundantemente materiais de origem portuguesa existentes nos arquivos reais em Sevilha, parafraseando igualmente textos de João de Barros, António Galvão, Gabriel Rebelo e Diogo do Couto. Recorreu ainda ao *Itinerário* de Linschoten. Trata-se da primeira obra impressa na Europa sobre as Molucas. Algumas referências às Filipinas.

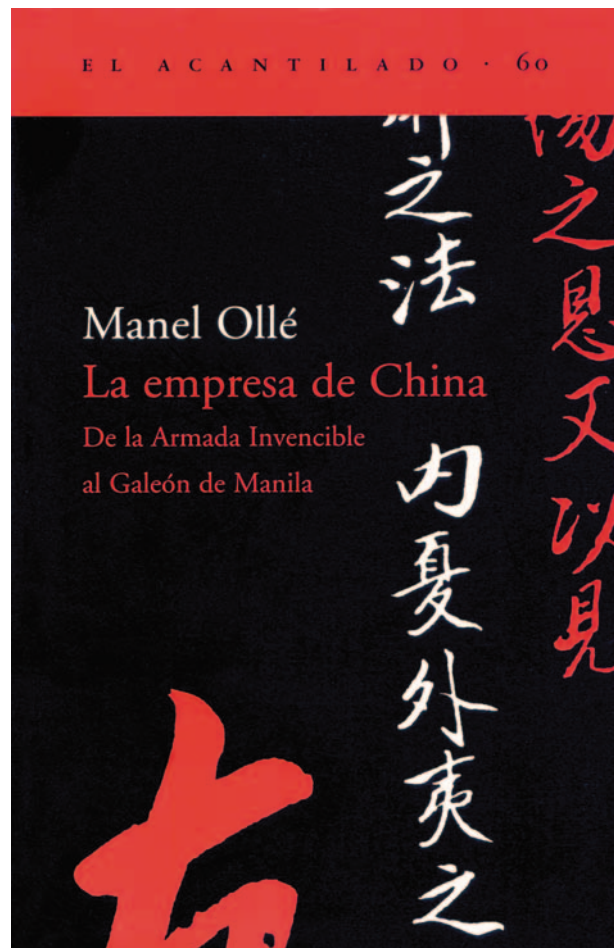
Blair, Emma Helen & Robertson, James Alexander. *The Philippine Islands, 1493-1898*. 55 vols. Cleveland, Ohio: Arthur H. Clark, 1903-1909. Monumental compilação de fontes relativas à história das Filipinas, de origem sobretudo espanhola e portuguesa, geralmente em tradução inglesa. Bons índices. Existe uma reedição recente (Mandaluyong: Rizal Cachos Hermanos, 1973). Obra imprescindível, mas de difícil acesso. Em 2000 foi realizada uma edição reservada em CD-ROM, sem indicação de local ou editor.

Bocarro, António. *Década 13 da História da Índia*. Edição de Rodrigo José de Lima Felner. 2 vols. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1876. Crónica das actividades portuguesas no Oriente, entre 1612 e 1617, que inclui numerosas referências a Macau e às Filipinas.

Boxer, Charles R. (editor). *South China in the Sixteenth Century*. Londres: Hakluyt Society, 1953. A introdução ocupa-se longamente das relações entre Macau e as Filipinas no último quartel do século XVI. A obra inclui uma edição em inglês da *Relação* de Martín Rada, missionário espanhol que em 1575 visitou a China (pp. 241-310).

Carletti, Francesco. *Voyage autour du monde (1594-1606)*. Edição de Paolo Carile. Paris: Chandeigne, 1999. Tradução francesa anotada do aventuroso relato de viagens de um mercador florentino que deu a volta ao mundo, passando por Manila e Macau.

Chirino, Pedro. *História de la provincia de Filipinas de la Compañía de Jesus, 1581-1606*. Edição de Jaume Górriz (Barcelona: Pòrtic, 2000). O autor, que viveu entre 1557 e 1635, foi missionário jesuíta



em Luzon entre 1590 e 1602. De regresso à Europa, concluiu por volta de 1610 esta copiosa história da missão jesuíta nas Filipinas, que é simultaneamente o primeiro tratado etnográfico dedicado ao arquipélago, onde se abordam sucessivamente as práticas sociais e religiosas, a língua, a flora, as produções e as mercadorias. Muitas notícias sobre a China e sobre o relacionamento com Macau. Uma edição resumida foi publicada em Roma, em 1604, com o título *Relación de las Islas Filipinas*.

Colín, Francisco. *Labor Evangélica de los Obreros de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas*. Edição de Pablo Pastells. 3 vols. Barcelona: Imprenta y Litografía de Henrich y Compañía, 1900-1902. Monumental história das actividades da Companhia de Jesus nas Filipinas, originalmente publicada em Madrid em 1663 e aqui reeditada com numerosas anotações, que incluem centenas

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

de referências às relações entre Macau e Manila, com transcrição de numerosos documentos inéditos.

Cortesão, Armando & Mota, Avelino Teixeira da (editores) – *Portugaliae Monumenta Cartographica*. 6 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Reedição fac-similada da monumental compilação de cartografia portuguesa originalmente publicada em 1960. Numerosas cartas dos séculos XVI e XVII incluem as Filipinas. O volume VI inclui uma “Adenda” da autoria de Alfredo Pinheiro Marques.

Coutre, Jacques de. *Andanzas asiáticas*. Edição de Eddy Stols, Benjamin Teensma & Johan Werberckmoes. Madrid: Historia 16, 1991. O lapidário flamengo Jacques de Coutre viajou extensamente por toda a Ásia marítima, incluindo extensas porções da Insulíndia e das Filipinas, durante cerca de três décadas, na viragem do século XVI para o século XVII. A sua aventureira autobiografia, *Vida de Jacques de Coutre*, originalmente redigida em português, foi preparada para edição pelo filho, D. Esteban de Coutre, por volta de 1640; contudo, o texto permaneceu inédito até há muito pouco tempo.

González de Mendoza, Juan. *Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran Reino de la China*. Edição de Ramón Alba (Madrid: Ediciones Polifemo, 1990). Um dos maiores sucessos editoriais do século XVI, originalmente publicado em Roma em 1585, que conheceu cerca de quarenta edições em várias línguas europeias antes de 1600. González de Mendoza nunca visitou a China, mas conseguiu reunir um volumoso espólio literário, que lhe permitiu dar forma acabada ao mais sugestivo tratado quinhentista sobre o Celeste Império. Utilizou de forma declarada fontes portuguesas e, nomeadamente, os trabalhos de João de Barros e de Gaspar da Cruz, mas também o relato da viagem de circum-navegação realizada pelo missionário espanhol Martín Ignacio de Loyola, que passou evidentemente por Macau e por Manila. Este relato, entretanto, foi pela primeira vez editado autonomamente em Lisboa em 1586, numa raríssima e pouco citada edição: *Itinerario y compendio de las cosas notables* de Juan González de Mendoza. Edição moderna: Martín Ignacio

de Loyola, *Viaje alrededor del mundo*. Edição de Jose Ignacio Tellechea Idígoras. Madrid: Historia 16, 1989.

Hidalgo Nuchera, Patricio (editor). *Los primeros de Filipinas - Crónicas de la Conquista*. Madrid: Ediciones Miraguano & Ediciones Polifemo, 1995. Obra que reúne alguns dos primeiros documentos espanhóis sobre as Filipinas.

Manrique, Sebastião. *Itinerário*. Edição de Luís Siveira. 2 vols. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946. Interessante relato de viagens de um missionário agostinho português que, entre 1628 e 1640, peregrinou longamente pela Ásia, passando por Manila e Macau. A obra foi originalmente publicada em Roma, em 1649, em língua castelhana, que nesta edição se conserva.

Morga, Antonio de. *Sucesos de las Islas Filipinas*. Edição de Patricio Hidalgo Nuchera. Madrid: Polifemo, 1997. A obra de Morga, que serviu como adjunto do governador das Filipinas (1595-1603), foi originalmente publicada na cidade do México em 1609. Trata-se da única obra de um autor laico publicada sobre o arquipélago antes do século XIX. Obra muito bem documentada, pois o autor, para além de ter experiência vivencial daquelas regiões, conhecia bem a literatura geográfica da época.

Ordóñez de Ceballos, Pedro. *Viaje del mundo*. Edição de Félix Muradás. Madrid: Ediciones Polifemo, 1993. Obra originalmente publicada em Madrid em 1614, cujo autor peregrinou por parte incerta durante trinta anos (1567-1597). Alega ter visitado o Japão, a China e a Indochina, no seu caminho das Filipinas para Espanha. Actualmente, contudo, colocam-se grandes dúvidas à historicidade das suas experiências asiáticas, que se teriam na verdade inspirado na obra já citada de Martín Ignacio de Loyola.

Pigafetta, António. *Primer viaje alrededor del mundo*. Edição de Leoncio Cabrero. Madrid: Historia 16, 1985. Uma das mais recentes edições do mais circunstanciado relato da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, que apresenta as primeiras impressões vivenciais de algumas das ilhas do arquipélago das Filipinas. A obra foi originalmente impressa em francês, entre 1526 e 1534, conhecendo depois muitas outras edições.



**ESTA TAVOÁ TEM BEM**

esta he a heino de lanasarim, mullao, e a ilha de  
Santafa e a ilha toda ha Sinda e as ilhas de timor  
banda maluco com todas suas ilhas e a ilha de tim  
a ilha de borneo a terra domde ehe emvernado he ma ga  
uamis as ilhas homde he ma taraom acosta dos lags eicos  
he reino de cantão he reino de siao he reino da china  
com todas suas breanias as joas dos ladromis todo he  
lavaom

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

- Pires, Tomé. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Edição de Armando Cortesão. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1978. O primeiro grande tratado português de geografia oriental, preparado por Tomé Pires entre 1512-1515, consagra alguma atenção às ilhas dos Luções.
- Ribadeneira, Marcelo de. *Historia de las Islas del Archipiélago Filipino y Reinos de la Gran China*. Edição de Juan Legisima. Madrid: Editorial Católica, 1947. Religioso franciscano que missionou no Japão, tendo posteriormente passado alguns meses em Macau. A sua obra foi originalmente publicada em Barcelona em 1601. O autor destaca-se pelo facto de descrever áreas normalmente reservadas à missão jesuíta (Japão, Macau e Manila), com base em informações recolhidas junto de religiosos franciscanos e dominicanos.
- San Agustín, Gaspar de. *Conquista de las Islas Filipinas (1565-1615)*. Edição de Manuel Merino. Madrid: CSIC, 1975. Obra publicada pela primeira vez em Madrid em 1698, ocupa-se não só de assuntos missionários, mas apresenta também descrições detalhadas do mundo humano e natural das Filipinas, bem como do processo de ocupação daquelas ilhas pelos espanhóis.
- Solis, Duarte Gomes de. *Discursos sobre los Comercios de las dos Indias*. Edição de Moses Bensabat Amzalak. Lisboa: sem editor, 1943. Obra impressa pelo autor, em edição privada, em 1628, para ser apresentada à Coroa ibérica, como proposta de remodelação da gestão do império asiático. Muitas referências à China e às Filipinas.
2. INSTRUMENTOS DE TRABALHO
- Díaz-Trechuelo, M. Lourdes. *Primary Sources on the History of the Phillipines in Archives and Libraries of Spain*. Manila: Manila Historical Society, 1969. Catálogo de materiais respeitantes às Filipinas existentes em arquivos e bibliotecas de Espanha.
- Hidalgo Nuchera, Patricio. *Guía de Fuentes Manuscritas para la Historia de Filipinas Conservadas en España*. Madrid: Fundación Histórica Tavera & Fundación Santiago, 1998. Recente e importante instrumento de trabalho que, para além de referenciar fundos arquivísticos, indica também instrumentos bibliográficos e guias de investigação na mesma área temática.
- Hidalgo Nuchera, Patricio & Murádas García, Félix. *La Encomienda en América y Filipinas - Su impacto sobre la realidad socio-económica del mundo indígena - Bibliografía*. Madrid: edição de autor, 1999. Recente bibliografia temática, que reúne sobretudo títulos em língua espanhola.
- Leão, Francisco G. Cunha. *Macau e o Oriente na Biblioteca da Ajuda*. Macau: Instituto Cultural de Macau & Biblioteca da Ajuda, 1998. Contém algumas referências às ligações entre Macau e Manila.
- . (coordenação). *Jesuítas na Ásia - Catálogo e Guia*. 2 vols. Macau: Instituto Cultural de Macau & Biblioteca da Ajuda, 1998. Valioso guia da célebre colecção de documentação jesuíta conservada na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa. A documentação catalogada é constituída sobretudo por cópias setecentistas de materiais originariamente conservados nos arquivos jesuítas de Macau.
- Loureiro, Rui Manuel. *Guia de História de Macau, 1500-1900*. Macau: CTMCDP, 1999. Recente guia de investigação, que contém numerosas referências às ligações entre Macau e as Filipinas.
- Santos, Isau. *Macau e o Oriente nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1995. Numerosas referências a Manila, no contexto do relacionamento com Macau.
- . *Macau e o Oriente no Arquivo Histórico Ultramarino*. 2 vols. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997. Guia de um dos mais importantes arquivos documentais de Lisboa. Numerosas referências às relações entre Macau e Manila no século XVII.
- . *Fontes para a História de Macau Existentes em Portugal e no Estrangeiro*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999. Catálogo de documentação conservada em Portugal, Brasil, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Itália e Tailândia.
- Schutte, Josef Franz. *El 'Archivo del Japon' - Vicisitudes del Archivo Jesuítico del Extremo Oriente*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1964. Relata a história de um dos mais curiosos casos de comunicação cultural entre Macau e as Filipinas, com a transferência dos arquivos jesuítas macaenses para Manila e logo depois para a



## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

Europa. Inclui catálogo dos documentos hoje existentes em Madrid.

Solano, Francisco de; Rodao, Florentino; & Togores, Luis E. (editores). *El Extremo Oriente Ibérico - Investigaciones Históricas: Metodología y Estado de la Cuestión*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 1989. Actas de um colóquio, que incluem referências importantes às Filipinas e a Macau, apontando de forma muito exhaustiva arquivos, coleções documentais e pistas de investigação. Especial atenção merecem os artigos: “Bibliografía Española sobre Filipinas en el Siglo XX”, de M. Lourdes Diaz-Trechuelo & outros (pp. 343-382); e “El Galeón de Manila”, de Pedro Pérez Herrero (pp. 445-457).

## 3. ESTUDOS

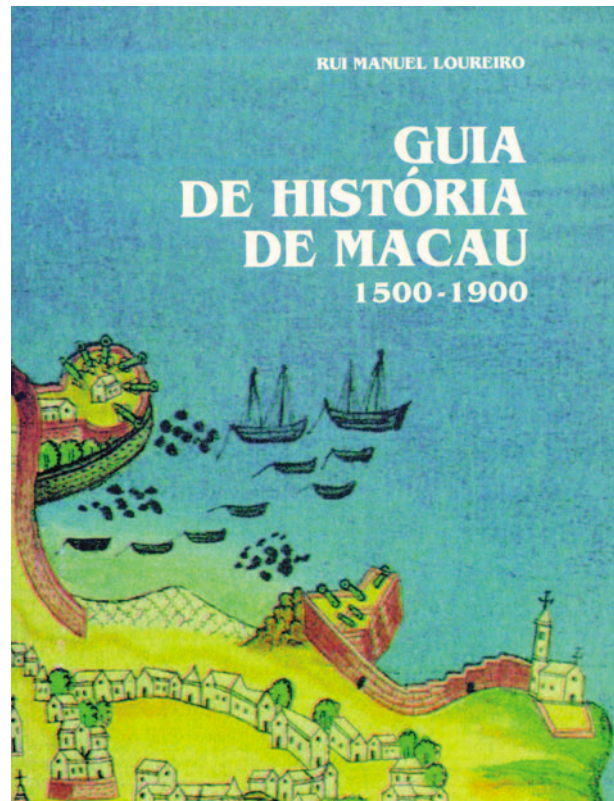
Alva Rodríguez, Immaculada. *Vida Municipal en Manila (Siglos XVI-XVII)*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1997. Importante investigação de história económica e social sobre os primeiros tempos de Manila, com informações importantes sobre a comunidade chinesa.

Boyajian, James C.. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993. Estudo fundamental sobre a vida económica de um dos períodos menos conhecidos da história luso-espanhola na Ásia.

Boxer, Charles Ralph. *O Grande Navio de Amacau*. Macau: Fundação Oriente & Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989. Estudo magistral do grande historiador britânico sobre as ligações mercantis entre Malaca e o Japão, que consagra alguma atenção às Filipinas.

———. *The Christian Century in Japan 1549-1650*. Manchester: Carcanet Press, 1993. Estudo fundamental sobre as vicissitudes do cristianismo no Japão, com muitas referências às ligações das Filipinas com o Império do Sol Nascente.

Carré, Dominique; Desroches, Jean-Paul; & Godio, Franck (coordenação). *Le San Diego - Un trésor sous la mer*. Paris: Association Française d'Action Artistique & Réunion des Musées Nationaux, 1994. Magnífico catálogo da exposição dedicada ao naufrágio do navio *San Diego*, afundado na baía de Manila em 1600 e recentemente



recuperado. Variados textos contextualizam o evento.

Chaunu, Pierre. *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVI, XVII et XVIII siècles)*. 2 vols. Paris: SEVPEN, 1960-1966. Obra já antiga, mas que continua a merecer atenção, dedicada fundamentalmente aos aspectos económicos.

Costa, Horacio de la. *The Jesuits in the Philippines, 1581-1768*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967. A mais rigorosa história da presença jesuíta nas Filipinas. Muitas referências à China.

Díaz-Trechuelo, M. Lourdes. *Filipinas – La Gran Desconocida (1565-1898)*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2001. A mais recente e mais acessível história das Filipinas sob domínio espanhol.

Felix, Afonso (coordenador). *The Chinese in the Philippines, 1570-1770*. Manila: Historical Conservation Society, 1966. Colectânea que reúne interessantes estudos sobre a comunidade chinesa de Manila e as relações que manteve com a China.

Gil, Juan. *Mitos y utopías del Descubrimiento*. 3 vols. Madrid: Alianza, 1989. Obra magistral do grande historiador espanhol, baseada numa vastíssima

## RELAÇÕES IBÉRICAS NA ÁSIA ORIENTAL

pesquisa arquivística, efectuada sobretudo no Archivo General de Indias, em Sevilha. O segundo volume é dedicado ao Pacífico. Muitas referências ao relacionamento entre Macau e as Filipinas. Numerosas pistas de investigação, acompanhadas de referências a muita documentação ainda inédita.

———. *Hidalgos y samurais - España y Japón en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Alianza, 1991. Edição crítica dos principais textos que os espanhóis dedicaram ao Japão, acompanhada de amplas anotações e de introdução contextualizante. Numerosas referências às Filipinas e aos conflitos entre missionários portugueses e espanhóis.

Girard, Pascale. *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna*. Macau: CTMCDP, Fundação Macau & Instituto Politécnico de Macau, 1999. Recente investigação sobre a missão europeia na China nos séculos XVI a XVIII, que toma em devida conta os materiais e as actividades das ordens mendicantes. Coloca, assim, em questão a predominância jesuíta que é tradicionalmente aceite pela historiografia moderna.

Hidalgo Nuchera, Patricio. *Encomienda, Tributo y Trabajo en Filipinas (1570-1608)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid & Ediciones Polifemo, 1995. Recente trabalho de história económica, que investiga as primeiras décadas da presença espanhola nas Filipinas.

Iwasaki Cauti, Fernando. *Extremo Oriente y Perú en el siglo XVI*. Madrid: Mapfre, 1992. Explora as relações, sobretudo económicas, entre a América e as Filipinas, com inevitáveis ligações à China.

Knauth, Lothar. *Confrontación transpacífica - El Japón y el nuevo mundo hispánico, 1542-1639*. México: UNAM, 1972. Importante investigação, que explora as ligações entre o Novo Mundo, as Filipinas e o Japão.

Lourido, Rui D'Ávila. *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das Origens a 1640*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995. Dissertação de mestrado que se ocupa das relações económicas entre Macau e Manila no período da União Ibérica, ainda inédita, mas que deu origem a um recente resumo preparado pelo autor: "The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao's Connection with the Philippines in the Late Ming

Dynasty". *Revista de Cultura*, Edição Internacional (Macau), n.º 2, 2002, pp. 25-46.

Meilink-Roelofs, M.A.P. *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. Haia: Martinus Nijhoff, 1969. Obra clássica, e fundamental, da historiografia ultramarina moderna, que analisa as transformações provocadas pelos europeus na vida marítima e mercantil do Sudeste Asiático.

Ollé, Manel. *La invención de China - Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2000. Recente e importante estudo das imagens da China transmitidas pela literatura espanhola, sobretudo com mediação das Filipinas.

———. *La empresa de China - De la Armada Invencible al Galeón de Manila*. Barcelona: Alcantilado, 2002. Recentíssima investigação, que se ocupa dos projectos espanhóis de relacionamento com a China a partir das Filipinas.

Phelan, John Leddy. *The Hispanization of the Philippines - Spanish Aims and Filipino Responses, 1565-1700*. Madison, Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1967. Rigoroso e documentado estudo do processo espanhol de colonização das Filipinas.


Pires, Benjamim Videira. *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI-XIX*. Macau: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987. Reedição de um artigo originalmente publicado no *Boletim do Instituto Luís de Camões* de Macau, em 1971, que é um dos poucos estudos portugueses sobre o tema.

Prieto, Ana Maria. *El Contacto Hispano-Indígena en Filipinas según la Historiografía de los Siglos XVI y XVII*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1993. Exaustiva e original pesquisa sobre as imagens e notícias do mundo filipino que se encontram na literatura historiográfica espanhola dos séculos XVI e XVII.

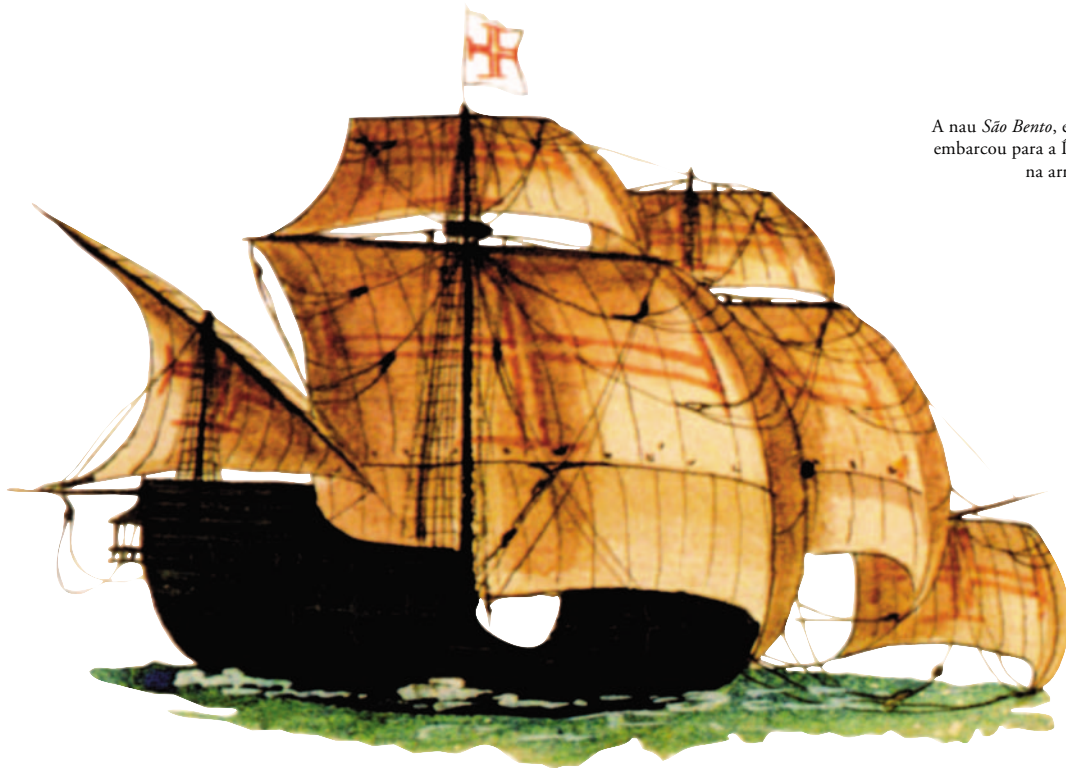
Sanz, Carlos. *Primitivas relaciones de España con Asia y Oceanía*. Madrid: Librería General Victoriano Suarez, 1958. Ocupa-se das relações, sobretudo literárias, entre as Filipinas e a China, reproduzindo em fac-símile alguns dos primeiros impressos sobre a China produzidos em Manila, nos séculos XVI e XVII.

Schurtz, William L.. *El galeón de Manila*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1922.

## IBERIAN RELATIONS IN EAST ASIA

- Tradução espanhola do célebre clássico americano *The Manilla Galleon* de 1939, enriquecida com prólogo e anotações de Leoncio Cabrero. Trata-se, ainda hoje, de uma monografia fundamental.
- Souza, George Bryan. *The Survival of Empire - Portuguese Trade and Society in China and the South China sea, 1630-1754*. Londres: Cambridge University Press, 1986. Rigoroso e documentado estudo sobre a presença portuguesa no Mar do Sul da China, focando sobretudo aspectos de carácter social e económico. Muitas referências às ligações Macau-Manila. Existe uma tradução portuguesa algo deficiente: *A Sobrevivência do Império - Os Portugueses na China, 1630-1754* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991).
- Spate, O.H.K.. *The Spanish Lake*. Canberra: Australian National University Press, 1979. A mais rigorosa e bem documentada síntese sobre as actividades espanholas no Pacífico ao longo do século XVI.
- Suárez, Thomas. *Early Mapping of Southeast Asia*. Hong Kong: Periplus, 1999. Inclui capítulos sobre as primeiras representações cartográficas europeias das Filipinas, produzidas por portugueses, espanhóis e holandeses.
- Torre Villar, Ernesto de la (coordenador). *La expansión hispanoamericana en Asia - Siglos XVI y XVII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980. Importante conjunto de artigos que se debruçam sobre variados aspectos das relações ibéricas com a Ásia, quer por via portuguesa, quer por via espanhola. Especial referência para o artigo de M. Lourdes Diaz-Trechuelo, “Relaciones en Oriente en la Edad Moderna” (pp. 134-148), que trata das relações entre as Filipinas e a China.
- Valladares, Rafael. *Castilla Y Portugal en Asia (1580-1680) - declive imperial y adaptación*. Lovaina: Leuven University Press, 2001. Recentíssima investigação sobre o relacionamento entre Portugal e Espanha na Ásia, com numerosas referências ao relacionamento Macau-Manila.
- Valdés Lakowsky, Vera. *De las minas a la mar - Historia de la plata mexicana en Asia, 1565-1834*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. Estuda o comércio da prata mexicana em direcção às Filipinas e à China.
- Veen, Ernst van. *Decay or Defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*. Leiden: Universiteit Leiden, 2000. Recentíssima e inovadora investigação sobre a presença portuguesa na Ásia, e o relacionamento entre portugueses e holandeses, no tempo da União Ibérica.
- Villiers, John. “Portuguese Malacca and Spanish Manila: Two Concepts of Empire”. In *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic History (Sixteenth and Seventeenth Centuries)*. Edição de Roderich Ptak. Stuttgart: Steiner Verlag Wiesbaden, 1987, pp. 37-57. Trabalho extremamente interessante, de natureza comparativa, que mereceria ser aprofundado.
- Yuste López, Carmen. *El comercio de la Nueva España con Filipinas, 1590-1785*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1984. As Filipinas como entreposto de negócios entre o México e a China. 





A nau *São Bento*, em que Camões embarcou para a Índia, em 1553, na armada de Fernão Álvares Cabral.

## Camões em Macau Um Mito Historiográfico

RUI MANUEL LOUREIRO\*

Os controversos episódios do naufrágio de Luís de Camões no Mar do Sul da China e da sua hipotética residência em Macau têm feito correr rios de tinta desde há mais de um século. Nem sempre com grande proveito ou exemplo. Mas continuam, decerto, a merecer alguma atenção, mesmo sem qualquer intenção de inovar em tão debatido campo, pois não surgiram recentemente quaisquer documentos inéditos que permitam reformular toda a problemática. Uma nova tentativa de balanço da questão, que aqui se ensaia, justifica-se pela persistência de determinados mitos historiográficos e, também, pela eventual ligação pessoal e literária do grande poeta português ao Celeste Império.<sup>1</sup>

A obra máxima da literatura portuguesa – *Os Lusíadas* (Lisboa, 1572) – não é, nem pretende ser, um tratado de geografia, uma crónica histórica ou um relato de actualidade, apesar da riqueza das informações

geográficas que contém<sup>2</sup> e da complexa relação que estabelece com determinados episódios da história de Portugal ou com acontecimentos ocorridos nas décadas imediatamente anteriores à sua feitura.<sup>3</sup> Luís de Camões, na resenha de geografia asiática incluída no canto X da sua celebrada epopeia, menciona a China, como não poderia deixar de ser. À data em que a obra foi pela primeira vez impressa nos prelos lisboetas, aquele longínquo território asiático era bem conhecido em Portugal, graças a notícias acumuladas nos meios ultramarinos portugueses, ao longo de mais de meio século de assíduos contactos mantidos por comerciantes, missionários e aventureiros.

A principal referência de Camões à China encontra-se numa estância do canto X de *Os Lusíadas*: “Aqui o soberbo imperio, que se afama Com terras, & riqueza não cuidada, Da China corre, & ocupa o senhorio Desdo Tropico ardente ao Cinto frio.”<sup>4</sup>

O Poeta celebra a grandeza das coisas da China, ilustrada pela enorme extensão do litoral sínico, que

Página anterior: “Camões na Gruta de Macau”, litografia a partir da pintura original de Francisco Metrass, 1866.

## HISTORIOGRAFIA

abrange várias zonas climáticas. Sublinha ainda a fama de incalculável riqueza deste império oriental, bem como a sua ostensiva, e então bem conhecida, política de isolamento. O Celeste Império é ainda mencionado três outras vezes na epopeia camoniana,<sup>5</sup> mas sempre de uma forma rápida e pontual. Ao encontrar estas referências, o leitor mais atento de *Os Lusíadas* ficaria apenas na posse de noções perfeitamente banais sobre a maior potência da Ásia Oriental. Estas ideias gerais sobre o Império do Meio poderiam muito facilmente ter sido adquiridas por Camões durante a sua demorada estadia na Índia, sem recurso a quaisquer meios de informação especiais, apenas através de notícias orais recolhidas junto de portugueses com conhecimento do terreno. De modo algum as notícias que nos transmite sobre a China implicam uma obrigatória visita ao litoral chinês.

A biografia oriental de Camões, assim como a de quase todos os seus contemporâneos menos ilustres, é pouco conhecida, pois deixou escassos traços documentais. Apesar da sua posterior fama, o Poeta não era uma personagem que suscitasse as atenções dos escritores do seu tempo, mais interessados, regra geral, em seguir e registar a carreira dos grandes e poderosos. Contudo, sabemos com razoável segurança que terá vivido em alguns dos estabelecimentos portugueses da Ásia, e nomeadamente em Goa, entre 1553 e 1569, dedicando-se a uma vida militar mais ou menos nómada, tão característica dos portugueses do seu tempo e condição. À quase completa ociosidade e relativa miséria do tempo das chuvas, que na Índia se prolongava de Junho a Setembro, seguia-se uma agitado período de campanhas militares intensas e de incessantes viagens marítimas, que se podiam desenvolver em qualquer ponto dos mares orientais onde existisse um estabelecimento português ou onde os portugueses detivessem interesses económicos ou estratégicos.<sup>6</sup>

A fortuna literária tardia do Poeta obrigou os historiadores a improvisarem as suas fontes, recorrendo à exegese da vasta produção textual camoniana – que, para além de duas cartas, é composta exclusivamente por obras de carácter imaginativo –, no sentido de tentarem suprir os muitos vazios biográficos. Como resultado deste processo, continuam a proliferar ainda hoje as mais variadas fantasias sobre a vida de Luís de Camões. Muitas delas, aliás, baseadas em interpretações abusivas de passagens menos transparentes da épica ou

da lírica camonianas.<sup>7</sup> Mas, como já foi afirmado, “o seu trajecto humano e sentimental permanece cheio de sombras, não bastando a sua poesia para o esclarecer na íntegra.”<sup>8</sup>

A biografia de Camões apresenta três pontos de ligação à China, todos eles hipotéticos, uma vez que não são suportados por qualquer base documental minimamente segura. Primeiro, a nomeação de Camões, em data incerta, para um cargo administrativo menor, numa das viagens à China anualmente atribuídas pela Coroa portuguesa a súbditos seus, em recompensa de serviços prestados. Depois, o naufrágio do Poeta no Mar do Sul da China, durante a referida viagem, fosse à ida, fosse à volta. Finalmente, a mais ou menos demorada estadia do autor de *Os Lusíadas* num dos portos do litoral chinês frequentados pelos portugueses em meados do século XVI, talvez Macau. Estes três tópicos admitem ainda variantes menores. O cargo administrativo poderia ser o de provedor dos defuntos ou o de provedor-mor dos defuntos. Por ocasião do naufrágio, ocorrido quer no litoral do Camboja, junto à foz do Mekong, quer ao largo da Cochinchina, nos chamados “baixos do Parcel”, Camões teria milagrosamente salvo o manuscrito da sua epopeia, no qual então trabalhava afincadamente. Teria ainda perdido nesse naufrágio uma moça chinesa que com ele viajava, fosse simples serviçal, fosse donzela amada. E, durante a sua estadia no litoral chinês, residira no recém-fundado estabelecimento de Macau, onde compusera parte do seu Poema. Verificamos, pois, que o episódio biográfico de Luís de Camões que envolve uma hipotética ligação à China possui elementos dramáticos suficientes para contentar a mais exigente imaginação romanesca. Mas que tipo de vestígios documentais sustentam todas estas eventualidades?

A hipótese de Camões ter naufragado nos mares da China baseia-se fundamentalmente numa passagem do canto X de *Os Lusíadas* que afirma a propósito do rio Mekong:

“Este receberá placido & brando,  
No seu regaço os cantos, que molhados  
Vem do naufragio triste, & miserando,  
Dos procelosos baxos escapados:  
Das fomes, dos perigos grandes [...]”<sup>9</sup>

Se os ‘cantos molhados’ remetem inequivocamente para o manuscrito de *Os Lusíadas*, a

## HISTORIOGRAPHY



Retrato de Camões - "Fernão Gomes fez em Lx", 1570.

interpretação dos restantes versos já é mais problemática, e tem sido vivamente discutida. Adiantando um pouco ao argumento final, parece-me claro que, a haver nestes versos qualquer referência a um “naufrágio triste, & miserando”, essa catástrofe teria ocorrido nos “procelosos baxos”, localizados em parte indefinida do Mar do Sul da China. Subsequentemente, o grande rio indochinês “placido & brando” teria recebido no “seu regaço” o naufrago, ou antes, os naufragos, “escapados: / Das fomes, dos perigos grandes”. Ou seja: Camões, naufragando algures nos mares compreendidos entre o litoral da China e o Golfo do Sião, teria posteriormente arribado a algum porto seguro do delta do Mekong, trazendo consigo os cantos molhados, isto é, o manuscrito – ou parte dele – de *Os Lusíadas*.

O naufrágio camoniano, apenas sugerido na edição de *Os Lusíadas* de 1572, rapidamente ganhou consistência e foros de realidade na literatura impressa dos séculos XVI e XVII. Na edição do Poema datada de 1584 – escassos anos após a morte do seu autor,

ocorrida em 1580 –, um comentário marginal à estância 80 do canto VII afirmava: “O Camões andando na India, começando a fortuna favorecello, e tendo algum fato ja de seu, perdeose na viagem que fez pera a China”. E a mesma nota anónima acrescentava que o Poeta, por ocasião dessa perdição, composera “aquelle Cancioneiro, que diz: Sobre os rios que vão per Babylonia, &cet.”<sup>10</sup> O naufrágio de Camões, que agora se concretiza, teria ocorrido, segundo a mais antiga referência impressa ao assunto que se conhece, numa viagem de ida para a China, algures em parte incerta dos extensos mares extremo-orientais, mas não necessariamente junto à foz do rio Mekong, nem no litoral do Camboja.

Repare-se, de passagem, que um naufrágio ocorrido durante a ida para a China teria impedido o Poeta de concretizar a viagem, pelo menos nesse ano. O calendário das ligações marítimas entre Malaca e o litoral chinês era extremamente rigoroso, em virtude do sistema de monções que regulava estas expedições. A partida de Malaca ocorria sobretudo durante os meses de Abril e Maio, para uma jornada que duraria cerca de um mês. Uma largada tardia faria aumentar os riscos de insucesso e mesmo de naufrágio. Pode-se até especular se a eventual perdição de Luís de Camões na eventual viagem de ida para a China poderia ter ocorrido em virtude de uma partida de Malaca fora de época. Adiante se retomará esta questão.

Anos mais tarde, desta vez na edição de *Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens* de 1613, um comentário da autoria de Manuel Correia<sup>11</sup> à estância 128 do canto X colocava os trágicos acontecimentos na viagem de regresso, declarando nomeadamente: “Mostra o Poeta como veyo ter a este reyno de Cambaya<sup>12</sup> vindo da China, onde esteve alguns dias tomãdo algum alento dos grãdes trabalhos, que naquella viagem da China passàra, e dos naufragios e baxos de que escapara, de que naquelles mares ha muytos, pela qual razão se não pode chegar a algumas partes daquella região. Chegando a India foy preso por mādado do Governador Francisco Barreto, pela fazenda dos defunctos, que elle trazia a seu cargo, porque foy a China por Provedor mor dos defunctos”.<sup>13</sup> As coisas complicam-se, pois neste comentário de inícios de Seiscentos apenas se afirma que o Poeta “escapara” de naufrágios e de baixos – o que não equivale necessariamente a um naufrágio –, indo

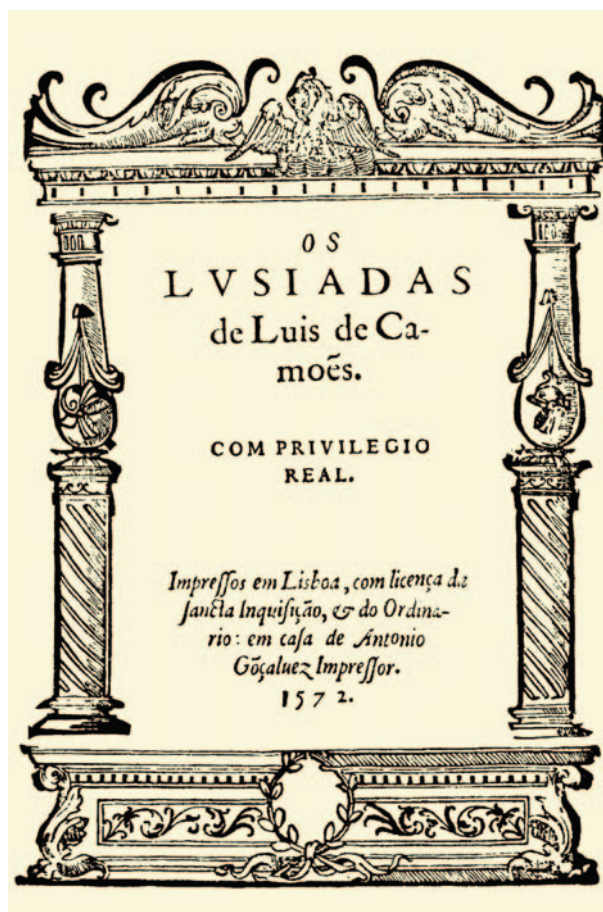
## HISTORIOGRAFIA

recuperar dos muitos trabalhos da viagem alguns no litoral do Camboja. Agora, a escala no Mekong teria tido lugar durante uma viagem de regresso da China a Malaca. Por outro lado, uma nova questão se levantava. Segundo o comentário do licenciado Manuel Correia, o poeta Luís de Camões, empossado no cargo de provedor-mor dos defuntos na “viagem da China”, teria cometido irregularidades com a fazenda que lhe fora confiada, sendo aprisionado logo após o seu regresso à Índia por ordem de Francisco Barreto, que governou o Estado da Índia entre 1555 e 1558.<sup>14</sup>

Entretanto, na “Vida de Camões”, breve biografia que antecedia a citada edição de *Os Lusíadas* de 1613, Pedro de Mariz adiantava também, com a sua autoridade de primeiro biógrafo do Poeta, que este fora “por Provedor mór dos defunctos aas partes da China”, cargo em que fora provido pelo “Visorey” (note-se a discrepância) da Índia. E acrescentava: “Mas nem a enchente dos bens que laa grangeou, o pode livrar, que em terra não gastasse o seu liberalmente. E no mar perdesse o das partes em hum naufragio que padeceo terrivel, de que elle faz menção na octava 128, do Cãto 10”.<sup>15</sup> O naufrágio torna-se agora explícito, embora não haja ainda qualquer localização segura do episódio, nem no tempo, nem no espaço. Por outro lado, é confirmado o pretensio cargo exercido por Camões: “Provedor mór dos defunctos”.

A dúvida de Mariz em relação às anotações de Manuel Correia é evidente. Mas, ao referir-se deste modo a um período particularmente mal conhecido da vida do autor de *Os Lusíadas*, este comentarista contribuía de um modo significativo para o empolamento da ‘questão chinesa’ da biografia camoniana, definindo as suas duas componentes principais: o naufrágio algures nos mares da China e, dado novo e polémico, a nomeação para o cargo de provedor-mor dos defuntos nas partes da China. Pedro de Mariz era na época escrivão do arquivo régio, cargo que desempenhou desde 1605 até à sua morte, em 1615.<sup>16</sup> Teria tido conhecimento, no desempenho das suas funções, de documentos que comprovavam as suas afirmações? Se foi esse o caso, tais documentos não vieram, até hoje, à luz do dia.

Camões passou pelo Oriente quase despercebido. Talvez o seu estatuto social de pequena ou média fidalguia<sup>17</sup> e a natureza banal das funções



que terá desempenhado bastem para explicar o silêncio da documentação coetânea, sem ser necessário invocar uma conspiração de silêncio. Da sua relativamente longa estadia na Índia, quase nenhuns vestígios restaram nas fontes desses anos, sendo talvez de salientar a impressão da ode que dedicou ao Conde de Redondo nas primeiras páginas da edição goesa dos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, datada de 1563, da autoria do seu amigo e contemporâneo doutor Garcia de Orta.<sup>18</sup> Mas, se é mais ou menos pacífico afirmar que Camões, durante os anos vividos na Ásia, teria realizado uma viagem a parte indeterminada do Extremo Oriente – e lembremos que esta particular noção geográfica abrangia uma extensa área que se estendia para leste de Malaca, desde a China e o Japão até às Ilhas Molucas –, é impossível afirmar concretamente que regiões específicas terá ou não visitado, e se de facto esteve ou não na China, ou mais concretamente em Macau.



Porém, a tradição da viagem à China e respectivo naufrágio rapidamente se difundiria e vulgarizaria, sem entretanto ser confirmada por qualquer fonte documental. Em 1624, na sua *Vida de Luís de Camões*, Manuel Severim de Faria afirmava que o governador Francisco Barreto, “o mandou prender, e desterro para a China no ano seguinte de 1556”.<sup>19</sup> Pela primeira vez se definia o ano da partida de Camões para as partes do Extremo Oriente, embora os dados fossem confundidos, pois agora a prisão ocorria à partida e não à chegada a Goa. Contudo, embora a referência a Francisco Barreto, que, como vimos, governou o Estado da Índia entre 1555 e 1558, seja verosímil, deve notar-se que a China, muito embora estivesse situada nas margens mais extremas das áreas de influência portuguesa no Oriente, não era uma típica região de *desterro*, inóspita e de onde não haveria fuga possível. Antes pelo contrário.

Em tempos de Camões, a China era uma longínqua região de fronteira, para onde se dirigiam precisamente muitos dos portugueses que tinham problemas com as autoridades do Estado da Índia e a elas pretendiam escapar.<sup>20</sup> E para lá rumavam todos os aventureiros que tentavam fazer fortuna rápida, atraídos pelas notícias de riqueza e prosperidade de lá oriundas. O desterro de Camões, quanto muito, podia ser uma forma poética de Severim de Faria referir o seu embarque como homem de armas num dos muitos navios que, cada ano, partiam dos portos do litoral ocidental do Indostão em direcção aos mares extremo-orientais. Neste contexto, Camões poderia, por exemplo, ter participado na “viagem de Maluco”, como sugere Manuel Severim de Faria,<sup>21</sup> ou na “viagem da China”, as duas principais carreiras regulares que depois de meados do século XVI ligavam Goa às regiões da Ásia Oriental.<sup>22</sup> Por outro lado, Severim de Faria ecoava na sua biografia camoniana algumas das anteriores afirmações de Pedro de Mariz. Com efeito, ao descrever a viagem do Poeta, adiantava que este, ao costear o Camboja, se perdera nas paragens da foz do Mekong. “Aqui deu a sua nau em uns baixos, onde se fez em pedaços, padecendo todos um miserável naufrágio: Luís de Camões se salvou em u[m]a tábuca”.<sup>23</sup> Pela primeira vez o naufrágio de Camões era localizado no litoral do Camboja, na foz do grande rio asiático. E vemos, também pela primeira vez, desenhar-se a imagem paradigmática, e de cunho clássico, do Poeta

escapando a nado de uma terrível catástrofe marítima, com o manuscrito da sua epopeia a salvo numa das mãos.<sup>24</sup>

Escassos anos mais tarde, um outro comentador da obra camoniana, o erudito Manuel de Faria e Sousa,<sup>25</sup> retomaria esta versão na sua edição comentada de *Os Lusíadas*, impressa em 1639: “nuestro poeta viniendo de la China, adonde avía ido

*A biografia de Camões  
apresenta três pontos  
de ligação à China, todos eles  
hipotéticos, uma vez que não  
são suportados por qualquer  
base documental  
minimamente segura.*

por proveedor mayor de los difuntos, se perdió en la mar, i salio en esta tierra, salvando del naufragio este Poema que traia como Cesar em semejante travajo sus comentarios”.<sup>26</sup> Assim, como se pode constatar, a formação da imagem do naufrágio camoniano é tardia, seiscentista, resultando de uma sobreposição de comentários que vão repetindo o modelo original enunciado por Manuel Correia e Pedro de Mariz, com sucessivas variantes e inevitáveis acrescentos. Quem conta um conto... Uma exegeta moderna confirma: “É a partir deste momento, creio, que o ‘canto molhado’ de Camões se transforma no canto salvo das águas dos seus exegetas”.<sup>27</sup>

Mas, mais do que traçar a genealogia dos mitos associados a Luís de Camões ou fazer a história das sucessivas leituras de *Os Lusíadas* – objectivos completamente alheios a este trabalho –, interessa-nos aqui determinar, se possível, o grau de historicidade da ligação do poeta Luís de Camões à China.<sup>28</sup>

## O NAUFRÁGIO

Como já foi referido, o ponto de partida para todas as especulações sobre o naufrágio camoniano são as estâncias 127 e 128 do canto X de *Os Lusíadas*. Tudo o

## HISTORIOGRAFIA

resto são hipóteses e conjecturas mais ou menos arrojadas, avançadas sem qualquer fundamento documental, depois da morte de Camões, por comentadores ou investigadores do universo camoniano. É possível que nas mencionadas estâncias de *Os Lusíadas* haja uma ambígua referência a um naufrágio do Poeta ocorrido algures nos “procelosos baixos” dos mares da China. Mas apenas a posterior celebridade do seu autor justifica o investimento retrospectivo dos biógrafos camonianos neste polémico episódio.

A verosimilhança histórica do eventual naufrágio de Camões é perfeitamente admissível, se tivermos em conta as condições de navegação no Mar do Sul da China em meados do século XVI. Conhecem-se numerosos casos de navios portugueses que naufragaram na viagem entre Malaca e a China, quer na jornada de ida, quer na de volta. Uma partida tardia daquela cidade malaia, já fora da monção apropriada, era suficiente para deitar a perder toda a viagem. Cite-se apenas o caso do padre Francisco Xavier, que nas



O Governador Francisco Barreto, in *Ásia Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa.

vésperas da sua partida para o Japão, em Janeiro de 1549, escrevia de Cochim, a propósito do caminho que teria de percorrer entre Malaca e o litoral chinês, que era uma jornada “de muchos y grandes peligros de muerte, de grandes tempestades, de vientos, de baxos y de muchos ladrones: quando de quatro navíos los dos se salvan es grande acierto.”<sup>29</sup>

Porém, se o naufrágio camoniano não oferece problemas do ponto de vista da sua verosimilhança, o mesmo não se pode dizer da eventual localização do mesmo, que não foi até hoje apurada com segurança. Foi já sugerido que Luís de Camões viajaria a bordo do navio de Leonel de Sousa que, em finais de 1558 ou princípios do ano seguinte, de acordo com este último, naufragou no “guollfão da china numa baxa”,<sup>30</sup> quando regressava do Japão a Malaca, depois de usufruir de uma das famosas e rentáveis “viagem do Japão”. O local do naufrágio deste capitão, comprovado documentalmente com a maior segurança, pode ser determinado com rigor: Leonel de Sousa perdeu-se nos chamados Ilhéus ou Baixos dos Parcéis, designação que nos séculos XVI e XVII era utilizada pela literatura náutica portuguesa – e por pilotos e marinheiros também – para designar uma enorme cadeia de recifes e baixios que se estendem ao largo do litoral meridional da China, numa direcção aproximada norte-sul.<sup>31</sup>

Em princípios deste século, um prolífico estudioso de temas ultramarinos, sem conhecer – ou pelo menos sem citar – a passagem do *Livro de Marinharia* de Gaspar Moreira que identifica o exacto local do naufrágio de Leonel de Sousa,<sup>32</sup> colocou-o acertadamente nos Ilhéus dos Parcéis, com base numa hábil dedução das evidências documentais então ao seu dispor: “sou levado a crer que o naufrágio se terá dado na parte fronteira ao golfo de Tonquim, a sueste, num dos paralelos que cortam o norte do reino de Annam, ou mais precisamente, num dos baixos do archipelago a que as antigas cartas geographicas davam o nome de *Ilhas do pracel, baixos de parcell*”.<sup>33</sup> Até aqui, tudo bem. Contudo, logo de seguida, o mesmo historiador sugeria, de um modo algo arbitrário, que o trecho do verso camoniano “procelosos baixos”<sup>34</sup> continha um erro, e que se deveria de facto ler “pracelosos baixos”, expressão que remeteria inequivocamente para “pracel” ou “parcell”.<sup>35</sup> Deste modo, o naufrágio “triste, & miserando” do Poeta poderia com segurança identificar-se com o de Leonel de Sousa. A coincidência

cronológica e geográfica seria prova mais do que suficiente. Mas não há qualquer fundamento documental para supor que o autor de *Os Lusíadas* viajaria a bordo da nau do célebre capitão algarvio. Trata-se de pura especulação, que aliás foi já devidamente criticada.<sup>36</sup>

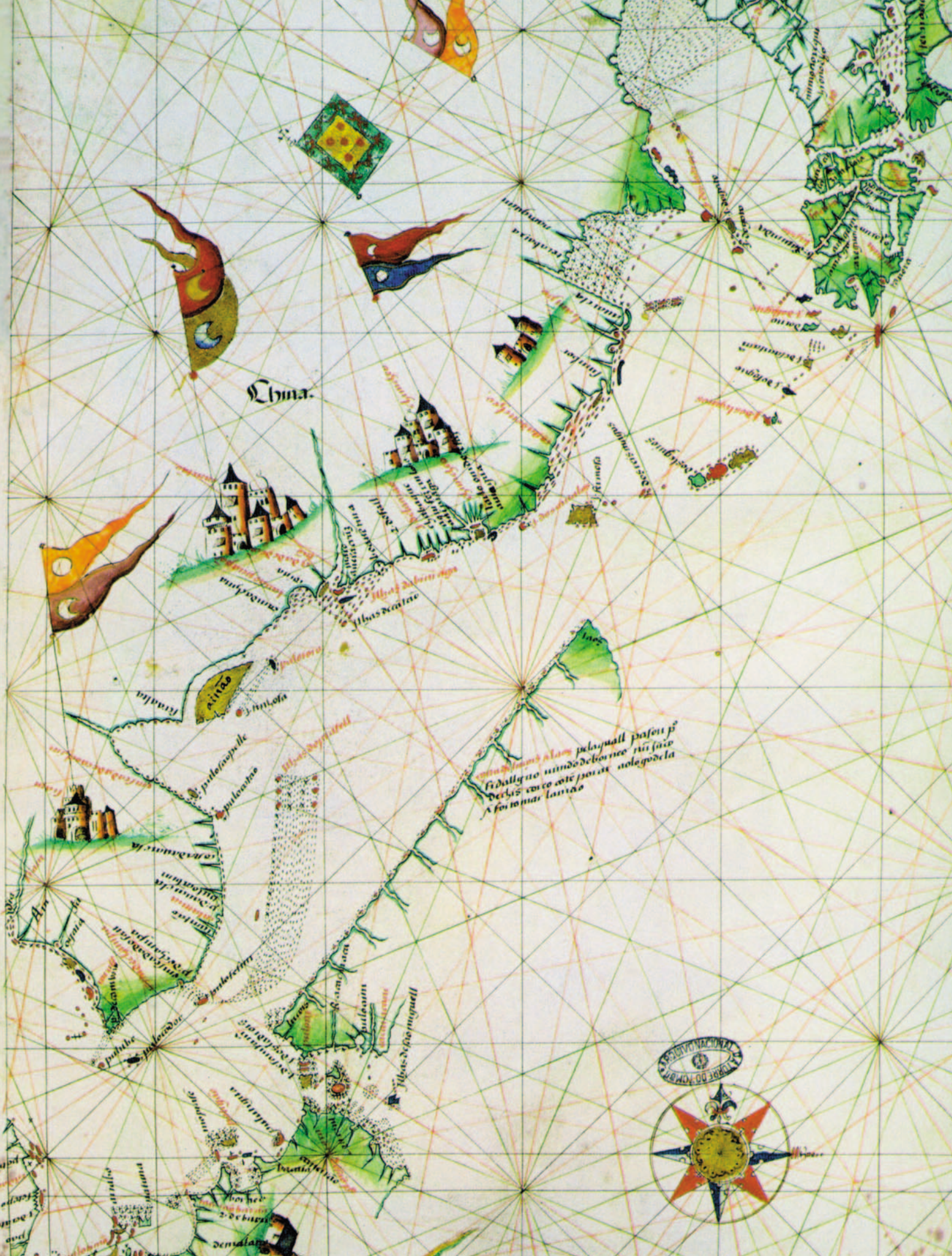
Várias colectâneas poéticas do tempo de Camões, que até aos nossos dias apenas circularam em manuscrito, foram recentemente publicadas, contribuindo com novos elementos para o esclarecimento da questão do naufrágio.<sup>37</sup> Assim, no *Cancioneiro de Cristovão Borges*, datado de 1578, uma parte das redondilhas camonianas “Sobre os rios que vão” aparece encimada pelo título “De L. de C. a sua perdição na China”. A data desta colectânea – concluída ainda em vida de Camões – realça sobremaneira a sua importância documental, colocando-a como a mais antiga referência à questão que aqui nos prende. Repare-se, contudo, que “perdição” não equivale necessariamente a naufrágio, como já foi observado.<sup>38</sup> Por sua vez, no *Cancioneiro da Real Academia de la Historia* de Madrid, que poderá ser um pouco mais tardio, pois contém já alusões à batalha de Alcácer Quibir, as mesmas redondilhas camonianas aparecem com a nota “O Psalmo super flumina, do mesmo Poeta o qual compos, indo para a China no qual caminho fez hum grande naufragio”.<sup>39</sup> Saliente-se que o testemunho destes cancioneiros manuscritos, coligidos ainda durante a vida de Camões, contribui para dar alguma credibilidade à tese do naufrágio camoniano.

Não interessa aqui determinar o exacto local onde as referidas redondilhas foram primeiro compostas, embora seja de realçar que alguma crítica camoniana mais recente afirma que os verso “Sobre os rios” foram redigidos em Lisboa, na fase final da vida do Poeta.<sup>40</sup> Mas se, de facto, por estes anos Camões esteve envolvido num desastre marítimo algures nos mares da China, é mais provável que tivesse naufragado numa viagem de Malaca para a China, antes de atingir esta última região, aportando subsequentemente ao litoral do Camboja – como pretende o *Cancioneiro da Real Academia de la Historia*. É pelo menos essa a conclusão que se pode tirar das escassas notícias contidas em *Os Lusíadas* sobre a Cochinchina, a China e o Japão, que parecem patentear um grande desconhecimento dessas regiões por parte de Camões, como foi em tempos observado por um estudioso destas questões.<sup>41</sup>

O delta do Mekong não era uma zona especialmente temida pelos mareantes, embora um dos roteiros do *Livro de Marinharia* de Gaspar Moreira advirta que nas suas proximidades “as emchentes e vazantes são muito rijas”.<sup>42</sup> Mas a rota normalmente seguida pelos navios portugueses entre Malaca e a China não se aproximava do Mekong. As embarcações com destino ao litoral chinês partiam do estabelecimento português de Malaca em Abril ou Maio, fazendo regularmente uma escala em Patane, na costa oriental da Península Malaia, porto onde, pelo menos desde 1533, se comprava a carga de pimenta que seria vendida nos portos da China. Daí, atravessando o Golfo do Sião para nordeste, rumavam directamente à ilha de Pulo Condor, situada no litoral sudeste da Península Indochinesa, ao largo da fronteira entre o Camboja e o Champá. A partir de Pulo Condor a rota dos navios portugueses seguia em direcção a norte, ao longo da costa, contornando o litoral da Cochinchina até Pulo Catão, ilha situada na entrada meridional do Golfo de Tonquim. Rumavam então directamente às ilhas do litoral da província chinesa de Guangdong, onde chegavam em Maio ou Junho, depois de cerca de um mês de viagem, passando ao sul da grande ilha de Ainão.<sup>43</sup>

Mesmo quando a viagem era realizada dentro dos limites impostos pelo rigoroso calendário das monções, determinadas etapas não deixavam de ser perigosas, pela existência de baixios e pela frequente ocorrência de tempestades. Em 1548, ao descrever a navegação de Malaca para o Japão, o padre Francisco Xavier sublinhava que era “viage de muchos peligros así de tormentos grandes y de ladrones chinos que andão por aquel mar a furtar donde se pierden muchos navios”.<sup>44</sup> O naufrágio de Camões é pois inteiramente verosímil no contexto da navegação portuguesa nos mares extremo-orientais, se dermos como provado que, de facto, participou numa viagem à China. Mas se Camões, de facto, naufragou durante essa viagem, é pouco provável que esse episódio tivesse ocorrido no delta do Mekong. O litoral da Cochinchina seria o local mais provável. E nesse caso, teriam então os naufragos demandado o delta do Mekong para, a partir dos portos aí situados, tentarem regressar a Malaca na primeira oportunidade.

Um outro testemunho veio complicar ainda mais o problema do naufrágio, desta vez devido a um escritor tão bem documentado como Diogo do Couto, o



China.

omnibus aliis pelagiall passu p  
fidalliguo unido de bono no in suo  
dehis cois cois pona nolegoda  
A fou tonat lantaa



célebre cronista das *Décadas da Ásia*, continuador de João de Barros.<sup>45</sup> Com efeito, na versão extensa da sua *Década VIII*, concluída por volta de 1614 ou 1615 (e que apresenta variantes significativas relativamente ao resumo da mesma obra impresso em Lisboa em 1673), Diogo do Couto relata o seu encontro com Luís de Camões em Moçambique, durante uma viagem que em 1569-1570 fez ao Reino, única interrupção de uma longa estadia no Oriente, onde viveu desde cerca de 1559 até à sua morte em Goa em 1616.

O Poeta, grande amigo e companheiro de Couto, vivia então da caridade alheia naquela fortaleza portuguesa da África Oriental, onde esperava passagem para Portugal. E o autor das *Décadas da Ásia* explica as razões desta situação confrangedora: “por estar muito pobre porque da viagem que fez à China por provedor dos defuntos que lhe o governador Francisco Barreto deu, vindo de lá se foi perder na costa de Sião, onde se salvarão todos despidos e o Camões por dita escapou com as suas Lusíadas como elle diz nellas e aly se lhe afogou huma moça china que trazia muito fermosa com que vinha embarcado e muito obrigado; e em terra fez sonetos à sua morte, em que entrou aquelle que diz:

Alma minha gentil que te partiste  
tam cedo desta vida descontente  
repousa tu no Ceo eternamente  
e viva eu qua na terra sempre triste

A esta chama elle e[m] suas obras Dinamene.  
Aly fez, tambem aquella grave e docta canção que começa:

Sobre os rios que vão  
por Babilonia me achei,  
aly assentado chorey  
alembando-me Sião  
e quanto nelle passei”.<sup>46</sup>

Como se pode verificar, o texto de Diogo do Couto coloca mais problemas do que aqueles que resolve. Em primeiro lugar, Camões teria sido nomeado para o cargo de provedor dos defuntos pelo governador Francisco Barreto. Em segundo lugar, teria nessas funções visitado os portos da China. De seguida, durante a viagem de regresso naufragara nas costas do Sião, conseguindo salvar da tragédia o manuscrito das “suas Lusíadas”. Finalmente – dado completamente novo na biografia camoniana – Diogo

do Couto afirmava que o Poeta teria perdido nesse naufrágio “huma moça china”, que com ele viajava, e da qual vinha “muito obrigado”. Posteriormente, Camões teria dedicado dois famosos sonetos a esta enigmática chinesa.

Desde a sua divulgação em 1917, numa comunicação à Academia das Ciências de Lisboa,<sup>47</sup> o manuscrito portuense da *Década VIII* chamou imediatamente a atenção dos camonistas, pois a

*Porém, se o naufrágio  
camoniano não oferece  
problemas do ponto de vista  
da sua verosimilhança,  
o mesmo não se pode dizer  
da eventual localização  
do mesmo, que não foi até  
hoje apurada com segurança.*

passagem referida continha factos relativos à biografia de Camões completamente desconhecidos dos investigadores. Mais recentemente, uma outra cópia manuscrita da versão extensa da mesma *Década* coutiana foi assinalada em Madrid. Nem todos os investigadores que analisaram os manuscritos – ou sobre os mesmos se pronunciaram – aceitam a sua atribuição incondicional a Diogo do Couto. Sobretudo aqueles que se têm dedicado ao estudo da história da presença portuguesa na Ásia Oriental, uns pronunciando-se rotundamente contra a autenticidade da versão extensa e manuscrita da *Década VIII*,<sup>48</sup> outros considerando-a uma compilação tardia, feita com base em papéis originais do cronista português, mas muito acrescentada por outro ou outros autores. Foi mesmo sugerido que a passagem relativa a Camões contida na obra de Diogo do Couto seria uma interpolação tardia, inatribuível ao historiógrafo das *Décadas da Ásia*, tão avesso na sua obra a tais comentários de ordem pessoal.<sup>49</sup>

O exaustivo estudo efectuado pela editora da versão extensa da *Década VIII* comprovou, de forma inequívoca, a respectiva autenticidade: Diogo do Couto

Página anterior: Carta anónima do Extremo Oriente, cerca de 1560, que figura no *Livro de Marinharia*, de João de Lisboa.

## HISTORIOGRAFIA

foi efectivamente o autor deste manuscrito, devendo-se o episódio camoniano – que aqui nos interessa – à sua prolixa pena.<sup>50</sup> Não haveria qualquer razão para duvidarmos da palavra coutiana nestas circunstâncias, tanto mais que as eventuais incongruências detectadas pela crítica no trecho dedicado a Camões se teriam ficado a dever ao facto de Diogo do Couto ter redigido este manuscrito em 1614-1615, mais de cinquenta anos depois de terem ocorrido os acontecimentos nele relatados.<sup>51</sup> Contudo, pormenor a que não tem sido atribuído o devido relevo, Diogo do Couto, antes de completar a redacção da versão original e extensa da sua *Década VIII* – terminada por volta de 1614-1615, como já foi referido – poderia ter tido acesso à edição comentada de *Os Lusíadas* de 1584, onde se liam precisamente as referências ao naufrágio de Camões durante a viagem à China e à composição algures no Extremo Oriente das redondilhas “Sobre os rios”. E, levando o raciocínio um pouco mais longe, Couto poderia mesmo ter compulsado a edição de *Os Lusíadas* de 1613, comentada por Manuel Correia, onde se afirmava que Camões fora à China no desempenho do cargo de provedor-mor dos defuntos. O cronista português, assim, poderia ter redigido a passagem da versão extensa da *Década VIII* referente ao seu amigo Luís de Camões com base em lembranças de um acontecimento ocorrido há mais de cinquenta anos, em 1569, complementadas com elementos recolhidos em sucessivas edições comentadas de *Os Lusíadas*.

O único dado novo introduzido por Couto na questão chinesa da biografia camoniana seria, então, a referência a Dinamene, a quem aliás o historiador chama “Dinamente”. Na sua viagem de regresso da China, Luís de Camões fazia-se acompanhar por uma “moça china que trazia muito fermosa”, a qual teria perecido no naufrágio sofrido pelo Poeta. Apenas a imensa autoridade documental de Diogo do Couto<sup>52</sup> confere credibilidade a este episódio. Mas, à partida, ele nada tem de inverosímil, desde que aceitemos que a companheira chinesa de Camões era de baixa condição social, como foi já sugerido.<sup>53</sup>

### DINAMENTES

Por volta de 1555, os portugueses frequentavam habitualmente o litoral da China, datando precisamente desse ano as primeiras referências documentais portuguesas a Macau.<sup>54</sup> Nessas regiões,

contactavam diariamente com gente chinesa da orla meridional do império. Mas se as suas relações com os mais variados estratos sociais da população chinesa masculina estão bem documentados – desde os piratas que assolavam o litoral da China até aos altos funcionários administrativos das províncias de Guangdong e de Fujian que supervisionavam o tráfico marítimo –, pouco ou nada se consegue apurar sobre o convívio com elementos do sexo feminino, certamente confinado a chinesas das mais baixas camadas sociais. A moralidade chinesa de raiz confuciana, então em vigor, impunha às mulheres de elevada condição social uma vida de quase reclusão, proibindo nomeadamente quaisquer contactos com estrangeiros.<sup>55</sup> As senhoras chinesas apenas circulavam em Cantão, ou em outros portos visitados pelos portugueses, hermeticamente encerradas nas suas liteiras, transportadas a toda a velocidade por serviçais. Frei Gaspar da Cruz, um missionário dominicano que em 1556 visitou a cidade de Cantão, surpreendeu-se precisamente com este aspecto da vida quotidiana chinesa, observando a propósito no seu *Tratado das Cousas da China*: “São comumente muito recolhidas, de maneira que por toda a cidade de Cantão não aparecia nenhuma mulher, se não eram algumas estalajadeiras e mulheres baixas. E quando saem fora não são vistas porque vão nas cadeiras fechadas”.<sup>56</sup>

Por outro lado, na China da época era muito frequente as famílias mais necessitadas venderem ou alugarem, por tempo indeterminado, os serviços dos seus filhos ou filhas. Assim se resolviam problemas de ordem económica mais prementes.<sup>57</sup> Os portugueses rapidamente se aperceberam desta situação e, tal como o faziam em outras regiões da Ásia quando isso lhes convinha, adoptaram de bom grado os costumes locais, comprando ou alugando os serviços de chineses de ambos os sexos e de baixa condição. Encontramos referências documentais a moças ou moços chineses presentes em muitas das embarcações portuguesas que por aqueles anos navegavam nos mares da China, auxiliando os seus amos nas mais variadas tarefas. O próprio padre Francisco Xavier, em 1552, no seu leito de morte na ilha de Sanchoão, fora assistido por António, um serviçal chinês.<sup>58</sup>

Refira-se, de passagem, que este informal tráfico de serviçais contribuía para espalhar em determinados meios chineses e em determinadas regiões meridionais da China a crença de que os portugueses compravam

## HISTORIOGRAPHY



Frontispício de “Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens”, 1613.

moços e moças para os comerem. João de Barros, na sua *Década III*, confirma esta informação, ao mencionar que rumores que corriam em Cantão: “diziam que compravam moços, e moças furtadas, filhos de pessoas honradas, e que os comiamos assados”. Logo de seguida, o grande historiador quinhentista, numa posição tipicamente humanista, relativizava a atitude chinesa, atribuindo-a à escassez de contactos: “as quaes cousas elles criam serem assi, porque de gente que nunca tiveram noticia, e eramos terror, e medo a todo aquelle Oriente, não era muito crer-se que faziamos estas cousas, porque outro tanto cremos nós delles, e de outras nações tão remotas, e de que temos pouca noticia.”<sup>59</sup>

Não há pois nada de inverosímil na notícia transmitida por Diogo do Couto sobre a moça china que acompanharia Luís de Camões. Tal como tantos dos seus contemporâneos, o Poeta ter-se-ia adaptado voluntariamente aos costumes em vigor naquelas longínquas paragens asiáticas. A crítica histórica mais serena aceita de resto a existência de Dinamene como

um facto comprovado, sugerindo, embora, o convencionalismo poético do nome, oriundo da literatura clássica.<sup>60</sup> Na realidade, não tem qualquer fundamento a tese sugerida por um investigador de que o nome Dinamene seria a transliteração camoniana do chinês *Ti-Nam-Men*,<sup>61</sup> não havendo mesmo “qualquer hipótese na existência desse nome em língua chinesa”.<sup>62</sup> Dinamene, no caso de ter efectivamente existido, seria uma rapariga *tanka*, pertencente ao numeroso grupo social chinês que vivia em embarcações nos mais diversos pontos do litoral da província de Guangdong, vivendo quase exclusivamente sobre as águas, dedicando-se à pesca e ao tráfico marítimo.<sup>63</sup>

Alguns autores recentes, movidos talvez por um puritanismo retrospectivo algo anacrónico, manifestaram a sua indignação perante a sugestão de o grande poeta Luís de Camões se ter de alguma forma relacionado com raparigas asiáticas de baixa condição, e de, inclusivamente, lhes ter podido dedicar composições poéticas de grande qualidade.<sup>64</sup> Mas o que é um facto é que a vida moral e sexual dos ultramarinos portugueses é uma realidade histórica ainda desconhecida, não tendo merecido até à data qualquer atenção da parte dos investigadores. A quase completa ausência de mulheres de origem europeia na Ásia do século XVI, explica a facilidade com que os portugueses se relacionaram intimamente com mulheres orientais. Se nem todos cometeriam os excessos daquele português que o padre Nicolau Lancilotto encontrou em Malaca em 1550, e que, para grande escândalo dos religiosos jesuítas sedeados naquela praça, “tinha vinte e quatro mulheres de varias castas, todas suas cativas e todas husava”,<sup>65</sup> é quase certo que as ligações sentimentais com asiáticas seriam frequentes entre soldados e mercadores portugueses, longos anos afastados do Reino.<sup>66</sup> Por isso, é perfeitamente banal, e inteiramente verosímil, do ponto de vista do quadro histórico geral da presença portuguesa na Ásia, que Camões viajasse acompanhado por uma moça chinesa. O problema das fontes de inspiração da sua poesia lírica, que tem feito correr tanta tinta, esse é já mais delicado, e ultrapassa o âmbito desta investigação.<sup>67</sup>

## CONCLUSÕES

Em toda a questão chinesa da biografia camoniana, apenas um ponto parece seguro. Luís de Camões, de acordo com a lógica institucional

## HISTORIOGRAFIA



Gruta de Camões. Gravura colorida à mão, não assinada, cerca de 1834. In *Os Cursos da Memória*, Leal Senado de Macau, 1995.

ultramarina, então em vigor no Estado da Índia, não poderia ter exercido o cargo de provedor-mor dos defuntos que primeiro lhe foi atribuído, como vimos, por Manuel Correia, comentador da edição de 1613 de *Os Lusíadas*. Um tal cargo apenas existia na capital do Estado da Índia, sendo normalmente exercido por licenciados em direito, habilitação que Camões não parece ter possuído, apesar da sua assombrosa erudição.<sup>68</sup> Mesmo em circunstâncias excepcionais, seria um posto demasiado importante para um simples soldado como o Poeta.

Quanto à hipótese de ter exercido o cargo de simples provedor dos defuntos numa viagem à China, também carece de fundamento. Não porque nessa época não existisse um estabelecimento português suficientemente estável no litoral chinês; desde 1520 que a Coroa concedia mercês de viagens à China, sem para isso necessitar do apoio de uma base portuguesa

em território do Celeste Império.<sup>69</sup> Mas o cargo era atribuição implícita do capitão-mor da “viagem do Japão”, como o prova um alvará real que em 1563 fazia mercê a João Mendonça de uma viagem à China e ao Japão: “o dito João de Mendonça servirá também na dita viagem asy á ida como á vinda, e nos ditos portos de Macao na China e Japão de provedor dos defuntos”.<sup>70</sup> Exactamente o mesmo afirmava, poucos anos mais tarde, o anónimo *Livro das Cidades e Fortalezas*, preparado em 1582: “São os ditos capitães mores juntamente provedores dos defuntos que morrem asy na viagem a ida & vinda como em Machao, o qual cargo lhes importa hum bom pedaço”.<sup>71</sup> E não consta que Luís de Camões tivesse exercido qualquer capitania em viagem ao Extremo Oriente. As listas de capitães-mores das viagens ao Japão nesta época são bem conhecidas,<sup>72</sup> e nelas não figura o nome do Poeta.



Uma passagem de uma carta de Leonel de Sousa, onde este afirma que durante uma das suas viagens à China “aynda a provedorya dos defuntos que os outros sempre levaram me tyraram ha mym”,<sup>73</sup> tem gerado alguma controvérsia, pois foi já defendido que, precisamente nessa jornada, o referido cargo de provedor dos defuntos teria sido atribuído a Luís de Camões.<sup>74</sup> Mas também esta hipótese carece totalmente de confirmação documental, pois a citada carta do capitão algarvio data de 15 de Janeiro de 1556 e refere-se a uma viagem à China que teve lugar em 1554, alguns anos antes da pretensa estadia de Camões naquelas paragens extremo-orientais.<sup>75</sup>

Luís de Camões poderia efectivamente ter visitado algumas regiões da Ásia Oriental, como Malaca, o Sião e as Molucas, entre 1556 e 1560, como pretendem os seus biógrafos. Mas não existe qualquer confirmação documental para essa hipotética viagem. Todas as afirmações nesse sentido se baseiam em extrapolações de carácter biográfico feitas a partir dos próprios escritos do Poeta, ou a partir de posteriores comentários aos mesmos. Nenhuma das muitas dezenas de cartas escritas no Oriente por volta destes anos, e que se referem a factos ocorridos nos mares da China, menciona o nome de Camões.

Um investigador observou mesmo, julgo que com razão, que Camões não conheceu nem visitou o litoral da China.<sup>76</sup> Por um lado, como foi anteriormente observado, as referências à China contidas em *Os Lusíadas* – ao contrário do que se passa com outras áreas geográficas asiáticas – são demasiado vagas e imprecisas para se basearem num conhecimento vivencial do Celeste Império. Por outro lado, Camões comete mesmo um erro informativo ao mencionar o imperador da China, que supõe, erradamente, ser eleito:

“Estes o Rey que tem não foy nacido  
Principe, nem dos pais aos filhos fica  
Mas elegem aquelle que he famoso  
Por caualeiro sabio & virtuoso”.<sup>77</sup>

Tratar-se-ia de um lapso imperdoável em alguém que tivesse visitado a China, ou alternativamente algum local onde circulassem notícias sobre esse império, como Malaca, por exemplo. Por volta de 1572, quando saiu dos prelos a primeira edição de *Os Lusíadas*, os portugueses frequentavam já o litoral da China há mais de meio século, e tinham tido oportunidade de recolher informações

detalhadas sobre os mais variados aspectos da realidade chinesa, incluindo as formas de governo e os métodos de sucessão imperial, informações essas que circulavam amplamente nos meios ultramarinos portugueses.<sup>78</sup>

Mas mesmo que Camões não tivesse visitado a China, a simples consulta de obras como a *Década III* de João de Barros, publicada em Lisboa em 1563, que dedicava vários capítulos à China,<sup>79</sup> ou como o

*Não há pois nada  
de inverosímil na notícia  
transmitida por Diogo  
do Couto sobre a moça china  
que acompanharia Luís  
de Camões.*

Livro IV da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, impresso em Coimbra em 1553, que incluía igualmente vários capítulos sobre a China,<sup>80</sup> permitir-lhe-ia obter rigorosas e actualizadas informações sobre numerosos aspectos da realidade chinesa, incluindo os mecanismos de funcionamento do poder político. Para já não falar do *Tratado das Coisas da China*, publicado em Évora em 1570, a que o Poeta também poderia ter tido acesso, e que era a mais vasta e exaustiva síntese sobre a China até então publicada na Europa, onde frei Gaspar da Cruz afirmava a propósito do imperador chinês: “O primeiro filho que lhe nasce de qualquer de suas mulheres, aquele sucede no reino.”<sup>81</sup>

Todas as referências quincentistas e seiscentistas citadas colocam o Poeta na China, e nunca em Macau. Manuel Severim de Faria foi o primeiro a estabelecer a ligação entre Luís de Camões e este estabelecimento português do litoral da China fundado por volta de 1555. Com efeito, na sua biografia do poeta anunciava que este em “Macau teve o officio de Provedor-mor dos defuntos”.<sup>82</sup> A importância adquirida por Macau, na segunda metade do século XVI e primeiras décadas da centúria seguinte, estaria na base do equívoco cometido por Faria e Sousa. No seu tempo, qualquer

## HISTORIOGRAFIA

referência a actividades portuguesas no litoral meridional da China ligar-se-ia imediatamente, por associação de ideias, a Macau, único entreposto português então existente. Mas o equívoco cometido por Faria e Sousa fez escola, levando os historiadores modernos a converterem as referências das fontes quinhentistas e seiscentistas à China em referências a Macau, e a centrarem anacronicamente a polémica na eventual presença de Luís de Camões na Cidade do Nome de Deus.<sup>83</sup> Nestas condições, a possibilidade de Camões ter estanciado no Extremo Oriente tem forçosamente de ser um tema controverso. A questão, porém, deve ser reconduzida à sua verdadeira dimensão.

Em 1558-1559, Macau era uma pequena povoação insignificante, formada por improvisadas cabanas de madeira e palha, onde sazonalmente se reuniam os mercadores portugueses que demandavam o litoral da China. A autorização para a fixação dos portugueses na baía de Amacau fora recente: as primeiras referências a tal estabelecimento datam de 1555, e encontram-se em cartas dali escritas por Fernão Mendes Pinto e pelo padre jesuíta Melchior Nunes Barreto.<sup>84</sup> Por esses mesmos anos, os navios portugueses que demandavam o litoral chinês continuavam a procurar outros portos, como Sanchoão, abandonado por volta de 1555, e Lampacau, que ainda era habitado por portugueses em 1560. Macau, portanto, existia já por volta de 1555-1557, não como a cidade próspera que mais tarde se viria a desenvolver, mas como um pequeno entreposto de fronteira, onde se acolhiam periodicamente os mercadores portugueses que circulavam incessantemente pelos mares da China e onde eram levadas a cabo as transacções comerciais periódicas com os chineses.

A existência real deste pequeno entreposto deve ser claramente separada da eventual estadia de Camões no Extremo Oriente. Se o autor de *Os Lusíadas*, de facto, visitou o litoral da China por volta de 1559, teria – tal como o fizera Fernão Mendes Pinto poucos anos antes – desembarcado em Lampacau ou Macau, indiferentemente, pois estes eram os dois portos nessa época frequentados pelos portugueses. A ligação obrigatória de Camões a Macau é uma interpretação de uma certa historiografia macaense, que enferma de evidentes anacronismos. Na ausência de documentação segura,

o assunto torna-se questão de opinião, à margem dos mais elementares princípios da investigação histórica. Deste modo, por exemplo, pôde um reputado historiador escrever que “Camões viveu durante algum tempo em Macau”<sup>85</sup> sem avançar quaisquer provas documentais, enquanto outro se pronunciou a favor da estadia de Luís de Camões na Cidade do Nome de Deus invocando apenas a “tradição”.<sup>86</sup> Mas uma historiografia mais rigorosa, e mais cuidada, invocando a total ausência de testemunhos documentais, tem afirmado que Camões nunca conheceu ou visitou o litoral da China.<sup>87</sup>

Com efeito, a partir da análise objectiva das provas documentais actualmente conhecidas – os versos de Camões, as notas de comentadores quinhentistas e seiscentistas da sua obra, e a passagem da versão extensa da *Década VIII* de Diogo do Couto – parece difícil, em extremo, concluir se Camões alguma vez visitou a China. A natureza fragmentária e rudimentar dos seus comentários sobre o Celeste Império sugeriria uma resposta negativa, embora seja impossível chegar a uma conclusão rigorosa, por falta de documentação. Por outro lado, entretanto, o naufrágio camoniano, na eventualidade de se vir a comprovar a sua historicidade, teria tido lugar nas proximidades do Golfo do Sião, como sugere a estância 128 do canto X de *Os Lusíadas*. Apenas neste caso se justificaria que Camões e outros companheiros de infortúnio tivessem aportado à foz do rio Mekong. As vítimas de um naufrágio ocorrido nos Ilhéus dos Parcéis, por exemplo, poderiam mais facilmente atingir Macau ou outro porto do litoral da China frequentado pelos portugueses. Veja-se o episódio relatado pelo padre Baltazar Gago em 1562, de uma nau portuguesa oriunda do Japão que dois anos antes naufragara ao largo da China. Os naufragos conseguiram a custo atingir a ilha de Ainão e daí enviaram um pedido de socorro a Macau por via terrestre. Chegariam finalmente àquele estabelecimento português cerca de seis meses após o desastre.<sup>88</sup> Se, efectivamente, o naufrágio do Poeta teve lugar nas cercanias do delta do Mekong, então é bastante provável que Luís de Camões não seguisse a caminho da China, como normalmente se supõe – pois nesse caso estaria bastante afastado das rotas normais que ligavam Malaca ao litoral chinês –, mas

viajasse antes a bordo de uma embarcação mercantil destinada a algum porto situado no Golfo do Sião ou nas suas imediações, como Ayutia ou Patane, locais que os portugueses frequentavam habitualmente.

De forma a concluir este breve e despretensioso excursão pela questão chinesa da biografia camoniana, podem alinhar-se algumas conclusões. Em primeiro lugar, o eventual naufrágio de Camões, apesar de ser inteiramente verosímil no contexto da navegação portuguesa através dos mares extremo-orientais, não está suficientemente documentado para ser localizável, quer no tempo quer no espaço. Depois, a hipotética viagem de Camões à China, não obstante ter sido realizada por tantos outros portugueses em meados do século XVI, carece igualmente de confirmação documental. Em terceiro lugar, a pretensa residência do Poeta em Macau, embora este porto fosse frequentado pelos portugueses pelo menos desde 1555, não é também documentável. Em seguida, o exercício por Luís de Camões do cargo de provedor ou provedor-

-mor dos defuntos é pouco consentâneo com as normas institucionais que regiam a atribuição desse tipo de cargos na administração portuguesa ultramarina de Quinhentos. Finalmente, os amores do Poeta por uma chinesa, apesar de se enquadrarem perfeitamente no padrão normal de relações sociais estabelecidas na época entre portugueses e asiáticas, permanecem no domínio da especulação. Resumindo, Luís de Camões “pode ter” efectuado uma viagem aos mares da China, “pode ter” naufragado no Golfo do Sião e “pode ter” sido acompanhado na sua viagem por uma companheira chinesa. Mas não foi certamente provedor dos defuntos, nem residiu longos anos em Macau, nem tampouco compôs a sua célebre epopeia – ou partes dela – numa gruta macaense. Contudo, até ao eventual aparecimento de novos documentos, toda a questão chinesa da vida e da obra de Camões continua aberta à especulação, com tudo o que de arbitrário esse método de desvendar o passado comporta. Estamos pois perante mais um desses mitos historiográficos em que é tão fértil o nosso passado. **RC**

## NOTAS

- 1 Sobre a questão chinesa na biografia camoniana, vd. Joaquim Ferreira, *Camões - Dúvidas e certos*. Apesar das interessantes sugestões que apresenta, o autor adoptou um estilo ensaístico, não identificando devidamente as suas referências documentais e bibliográficas, o que retira à obra uma grande parte da sua eventual utilidade em estudos de tipo académico.
- 2 Vd. A. C. Borges de Figueiredo, *A Geographia dos “Lusiadas”*, passim; e, mais recentemente, Orlando Ribeiro, *Camões e a Geografia*, passim.
- 3 Vd. Jorge Borges de Macedo, “Os Lusiadas” e a História, pp. 77-100; e Roger Bismut, “Fiction et réalité dans *Os Lusiadas*”, pp. 87-107.
- 4 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Hernâni Cidade, c. X, est. 29.
- 5 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Hernâni Cidade, c. II, est. 54; c. VII, est. 41; c. X, est. 131. Sobre os contactos portugueses com a China no século XVI, vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, passim.
- 6 Vd. Michael N. Pearson, *Coastal Western India*, pp. 41-66.
- 7 Vd. uma exposição recente, e equilibrada, da problemática biografia de Camões em Maria Antonieta Soares de Azevedo, *Quando Camões fala de si*, pp. 291-314; e em Luciana Stegagno Picchio, “O *Canto molhado*”, pp. 243-265.
- 8 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 3, p. 389.
- 9 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Hernâni Cidade, c. X, est. 128.
- 10 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. 1584, c. VII, est. 80. Cf. A. Lee-Francis Askins, *The “Cancioneiro de Cristóvão Borges”*, p. 216.
- 11 Sobre Manuel Correia, vd. Joaquim Ferreira, *Camões - Dúvidas e certos*, pp. 13-18.
- 12 É frequente, nas fontes do século XVI e XVII, *Camboja* ser graficamente confundido com *Cambaia*.
- 13 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Manuel Correia, c. X, est. 128.
- 14 *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, p. 303.
- 15 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Manuel Correia, [p. 5].
- 16 Vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. 1, pp. 326-330.
- 17 Vd. um bom resumo do estado da questão, com copiosas indicações bibliográficas, em Martim de Albuquerque, *A Expressão do Poder*, pp. 25-88.
- 18 Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples*, vol. 1, pp. 7-9.
- 19 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 114. Sobre Manuel Severim de Faria, vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. 2, pp. 80-96.
- 20 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, cap. 21.
- 21 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 115.
- 22 Cf. testemunho um pouco mais tardio (de 1582) do *Livro das Cidades, e Fortalezas*, passim.
- 23 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 116.
- 24 O próprio Severim de Faria associa Camões a César, salvando das águas os seus *Comentários (Discursos Vários Políticos*, p. 116).
- 25 Sobre Manuel de Faria e Sousa, vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. 2, pp. 107-116.
- 26 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Manuel Faria e Sousa, c. X, est. 128, col. 544.
- 27 Luciana Stegagno Picchio, “O *Canto molhado*”, p. 255.
- 28 Ao contrário de Luciana Stegagno Picchio que, animada por um projecto investigativo distinto, assume uma atitude francamente camoniana ao concluir o seu artigo do seguinte modo: “neste momento, tem talvez menos interesse o facto de um homem do

## HISTORIOGRAFIA

- século XVI, chamado Luís de Camões ter efectivamente naufragado, e como, e quando, na foz de um rio chamado Mekong” (“*O Canto molhado*”, p. 265).
- 29 *Epistolae S. Francisci Xaverii*, vol. 2, p. 12.
- 30 Jordão de Freitas, *O Naufrágio de Camões*, p. 10 (corrige a leitura de Jordão de Freitas pelo manuscrito original da carta de Leonel de Sousa, que se encontra no ANTT, CC, 1-104-60).
- 31 Sobre a carreira asiática de Leonel de Sousa, vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, cap. 19.
- 32 *Le “Livro de Marinbaria”*, p. 120.
- 33 Jordão de Freitas, *O Naufrágio de Camões*, p. 29.
- 34 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Hernani Cidade, c. X, est. 128.
- 35 Jordão de Freitas, *O Naufrágio de Camões*, p. 31.
- 36 Vd. Luciana Stegagno Picchio, “O *Canto molhado*”, p. 259.
- 37 Vd. Leodegário de Azevedo Filho, *Introdução à Lírica*, pp. 23-42; e também José Hermano Saraiva, *Vida ignorada de Camões*, p. 338.
- 38 Por Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, p. 86.
- 39 A. Lee-Francis Askins, *The “Cancioneiro de Cristovão Borges”*, p. 207.
- 40 Vd. Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, pp. 80-81.
- 41 Luís da Cunha Gonçalves, “Camões não esteve em Macau”, *passim*.
- 42 *Le “Livro de Marinbaria”*, p. 200.
- 43 *Le “Livro de Marinbaria”*, pp. 107-118.
- 44 *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 8, p. 532.
- 45 A respeito de Barros, vd. Charles R. Boxer, *João de Barros*, *passim*; quanto a Couto, vd. Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, *passim*.
- 46 Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*, vol. 1, pp. 469-470.
- 47 João Grave, “Para a história da literatura quinhentista”, pp. 1041-1048.
- 48 Manuel Teixeira, *Camões esteve em Macau*, pp. 21-22.
- 49 Charles R. Boxer, “Was Camoens ever in Macau?”, p. 39.
- 50 Vd. Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*, vol. 1, pp. xi-lv.
- 51 Vd. Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, p. 71.
- 52 Sobre o valor documental de Couto, vd. Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, *passim*.
- 53 Vd. Graciete Batalha, “As inspiradoras da Lírica”, p. 87.
- 54 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, *passim*.
- 55 Vd. Robert van Gulik, *La vie sexuelle dans la Chine ancienne*, p. 330.
- 56 Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*, cap. 15, pp. 173-174.
- 57 Vd. Samuel Couling, *The Encyclopaedia Sinica*, pp. 518-519.
- 58 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, cap. 19.
- 59 João de Barros, *Década III*, liv. 6, cap. 1 (vol. 6, p. 14). Vd., a propósito, as observações de Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses*, pp. 11-27.
- 60 “Ansi le roman de Dynamène retrouve-t-il toute sa réalité, même si ce nom, qui figure dans la VIIe Éloge, et que le poète a pu trouver dans l’*Iliade*, est un nom de convention” (Roger Bismut, “Plaidoyer por Dynamène”, p. 93).
- 61 Vd. Afrânio Peixoto, *Camões*, p. 367, n.º 42.
- 62 Graciete Batalha, “As inspiradoras da Lírica”, p. 89.
- 63 Vd. José Maria Braga, *Notes on the Life and Works*, p. 28.
- 64 Manuel Teixeira, *Camões Esteve em Macau*, pp. 27-28.
- 65 *Documenta Indica*, vol. 2, p. 131.
- 66 Vd. Charles R. Boxer, *Relações Raciais no Império*, especialmente pp. 45-84.
- 67 Vd., a título de exemplo, Hernani Cidade, *Lições de Cultura e Literatura*, vol. 1, pp. 247-248.
- 68 Vd. J. S. Silva Dia, *Camões no Portugal de Quinhentos*, *passim*.
- 69 Cf. *Registo da Casa da Índia*, n.ºs 10, 46, 51, 97, 101, 107, 115, etc.
- 70 Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 151.
- 71 *Livro das Cidades, e Fortalezas*, p. 198.
- 72 Vd. Georg Schurhammer, *Francisco Javier*, vol. 4, pp. 845-854.
- 73 *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 1, p. 914.
- 74 Vd. Joaquim Ferreira, *Camões - Dúvidas e Acertos*, pp. 9-159.
- 75 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, *passim*.
- 76 Luís da Cunha Gonçalves, “Camões não esteve em Macau”, pp. 166-167.
- 77 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Hernani Cidade, c. X, est. 130.
- 78 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, caps. 17 e 23.
- 79 Cf., por exemplo, João de Barros, *Década III*, liv. 2, caps. 6-8 e liv. 6, caps. 1-2.
- 80 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento*, liv. 4, caps. 27-31.
- 81 Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*, cap. 22, p. 216.
- 82 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, pp. 115-116.
- 83 Vejam-se os significativos títulos das obras de Manuel Teixeira, *Camões Esteve em Macau*, e de Jordão de Freitas, *Camões em Macau*.
- 84 Cf. documentos publicados in Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, *passim*.
- 85 Jordão de Freitas, *Camões em Macau*, p. 7.
- 86 Manuel Teixeira, *Camões esteve em Macau*, p. 27.
- 87 Vd. Luís da Cunha Gonçalves, “Camões não esteve em Macau”, pp. 166-167; e Charles R. Boxer, que afirma nomeadamente que “there is no single contemporary book, document, or record extant which makes any allusion, direct or indirect, to the presence of Camoens in Macau” (“Was Camões ever in Macau?”, p. 34).
- 88 Cf. António Franco, *Imagem da Virtude*, vol. 1, pp. 678-683.

## BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Martim de – *A Expressão do Poder em Luís de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- As Gavetas da Torre do Tombo*. Edição de António da Silva Rego. 12 volumes. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- Askins, A. Lee-Francis – *The “Cancioneiro de Cristovão Borges”* [1578]. Braga: Barbosa & Xavier, 1979.
- Azevedo Filho, Leodegário de – *Introdução à Lírica de Camões*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- Azevedo, Maria Antonieta Soares de – “Quando Camões fala de si”. *Arquipélago* (Ponta Delgada), vol. 3, 1981, pp. 291-314.
- Barros, João de – *Ásia - Década III* [1563]. Edição fac-similada de Isabel Vilares Cepeda. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- Batalha, Graciete – “As inspiradoras da Lírica Camoniana à luz da crítica moderna”. *Mosaico* (Macau), vol. 8, n.ºs 47-49, 1954, pp. 77-95.

## HISTORIOGRAPHY

- Bismut, Roger – “Plaidoyer pour Dynamène”. *Bulletin des Études Portugaises* (Lisboa & Paris), N.S., tm. 30, 1969, pp. 89-93.
- “Fiction et réalité dans *Os Lusíadas*”. In *Camões à la Renaissance - Colloque International*. Edição de H. Plard. Bruxelles & Paris: Presses Universitaires de Belgique, Presses Universitaires de France & Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Boxer, Charles R. – *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977.
- “Was Camões ever in Macau?”. *Boletim do Instituto Luís de Camões* (Macau), vol. 14, nºs 1-4, 1980, pp. 33-40.
- *O Grande Navio de Amacau*. Macau: Fundação Oriente & Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
- *João de Barros - Humanista Português e Historiador da Ásia*. Lisboa: Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2003.
- Braga, José Maria – *Notes on the Life and Works of Luís de Camões*. Camberra: Embassy of Portugal, 1972.
- Camões, Luís de – *Os Lusíadas* [1572]. Edição de Hernâni Cidade. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.
- *Os Lusíadas*. Lisboa: Manuel de Lira, 1584.
- *Os Lusíadas*. Edição de Manuel Correia. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1613.
- *Os Lusíadas* [1639]. Edição de Manuel de Faria e Sousa. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.
- Castanheda, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Edição de M. Lopes de Almeida. 2 volumes. Porto: Lello & Irmão, 1979.
- Cidade, Hernâni – *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. 2 volumes. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.
- Couling, Samuel – *The Encyclopaedia Sinica*. Hong Kong: Oxford University Press, 1983.
- Cruz, Gaspar – *Tratado das Coisas da China* [1570]. Edição de Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Cotovia, 1997.
- Cruz, Maria Augusta Lima – *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993-1994.
- Dias, J. S. da Silva – *Camões no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão. 4 volumes. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- Documenta Indica*. 18 volumes. Edição de Josef Wicki. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988.
- Epistolae S. Francisci Xaverii*. Edição de Georg Schurhammer & Josef Wicki. 2 volumes. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1944-1945.
- Faria, Manuel Severim de – *Discursos Vários Políticos* [1624]. Edição de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- Ferreira, Joaquim – *Camões - Dúvidas e Acertos*. Porto: Domingos Barreira, s.d.
- Figueiredo, A.C. Borges de – *A Geographia dos “Lusíadas” de Luís de Camões*. Lisboa: Tipografia de Adolfo, Modesto & Cia., 1883.
- Fok Kai Cheong – *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- Franco, António – *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus*. 2 volumes. Évora & Lisboa: Oficina da Universidade, 1719.
- Freitas, Jordão – *Camões em Macau*. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1911.
- *O Naufrágio de Camões e dos Lusíadas*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1915.
- Gonçalves, Luís da Cunha – “Camões não esteve em Macau”. *O Instituto* (Coimbra), Sér. 4, vol. 75, 1928, pp. 14-42, 161-177 e 318-342.
- Grave, João – “Para a história da literatura quinhentista - um soneto inédito de Camões?”. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa), vol. 2, 1918, pp. 1041-1048.
- Gulik, Robert van – *La vie sexuelle dans la Chine ancienne*. Paris: Gallimard, 1987.
- Le “Livro de Marinharia” de Gaspar Moreira*. Edição de Léon Bourdon & Luís de Albuquerque. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1977.
- Livro das Cidades, e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas Partes da Índia* [1582]. Edição de Francisco Paulo Mendes da Luz. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.
- Loureiro, Rui Manuel – *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997.
- *A Biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.
- *Fidalgos, Missionários e Mandarins - Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Macedo, Jorge Borges de – “*Os Lusíadas*” e a História. Lisboa: Verbo, 1979.
- Moura, Vasco Graça – *Camões e a Divina Proporção*. Lisboa: s. e., 1985.
- Orta, Garcia de – *Colóquios dos simples e drogas da Índia* [1563]. Edição do Conde de Ficalho. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- Pearson, Michael N. – *Coastal Western India - Studies from the Portuguese Records*. Nova Delhi: Concept Publishing, 1981.
- Peixoto, Afrânio – *Camões - Ensaios Camonianos*. São Paulo: LISA, 1974.
- Picchio, Luciana Stegagno – “O Canto molhado: Contributo para o estudo das Biografias Camonianas”. *Arquivos do Centro Cultural Português* (Paris), vol. 16, 1981, pp. 243-265.
- Registo da Casa da Índia*. Edição de Luciano Ribeiro. 2 volumes. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954-1955.
- Ribeiro, Orlando – *Camões e a Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1980.
- Saraiva, José Hermano – *Vida Ignorada de Camões*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.
- Shurhammer, Georg – *Francisco Javier - Su vida y su tiempo*. 4 volumes. Pamplona: Gobierno de Navarra, Compañía de Jesús & Arzobispado Pamplona, 1992.
- Serrão, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 12 volumes. Lisboa: Verbo, 1977-1990.
- *A Historiografia Portuguesa*. 3 volumes. Lisboa: Verbo, 1972-1974.
- Teixeira, Manuel – *Camões Esteve em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1981.

# Ponto de Refúgio e Inspiração

Macau na Obra  
do Escritor Neerlandês  
Jan Jacob Slauerhoff  
(1898-1936)

ARIE POS\*

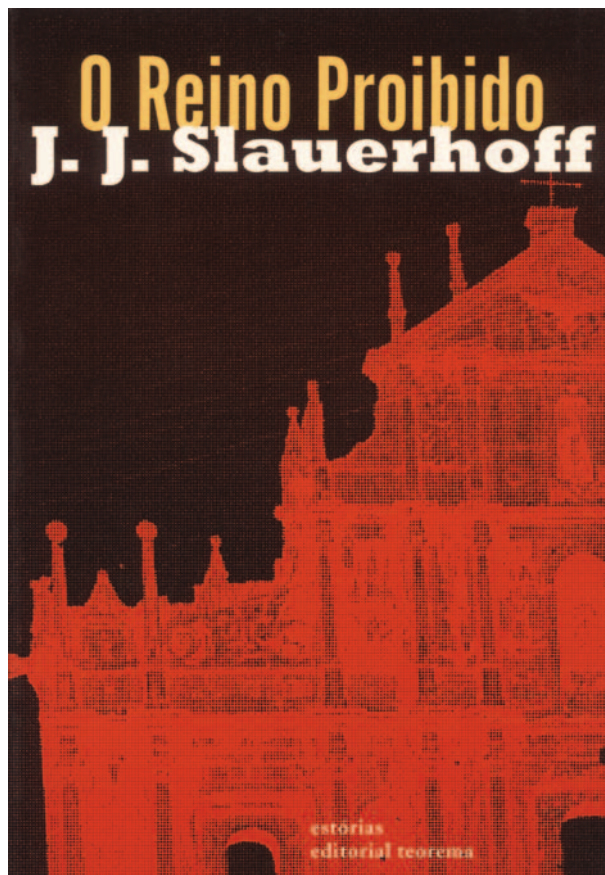
“Tinha ouvido dizer que em Macau ainda se encontravam muitas curiosidades de tempos antigos, igrejas, monumentos, etc., uma gruta onde um poeta tinha vivido e composto um poema grande sobre as viagens de Vasco da Gama. Mas quem é que vai ver isso?”

*J. Slauerhoff* (O Reino Proibido)

Durante uma estadia em Lisboa ou numa viagem profissional num dos navios da Lloyd Real Holandesa, Slauerhoff teria travado conhecimento com Albino Forjaz de Sampaio (1884-1949), homem de letras português que na altura – estamos no ano de 1930 – redigia uma *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*.

\* Natural da Holanda e desde 1989 residente em Portugal, formou-se em Literatura Neerlandesa e Literatura Comparada pela Universidade de Leiden. É docente de literatura neerlandesa na Universidade de Coimbra e tradutor, especializado em literatura de viagens do século XVI e literatura moderna neerlandesa. Traduziu para neerlandês obras de, entre outros, Fernão Mendes Pinto, Camilo Pessanha, Miguel Torga, Jorge de Sena e José Cardoso Pires, e para português obras de, entre outros, Jan Huygen van Linschoten (com Rui Manuel Loureiro), J. J. Slauerhoff e Cees Nooteboom (com Patrícia Couto).

*Born in Holland, resident in Portugal since 1989, he took a degree in Dutch Literature and Comparative Literature from Leiden University. He teaches Dutch Literature at the University of Coimbra and is a translator, specializing in 16<sup>th</sup> century travel literature and modern Dutch literature. He has translated into Dutch works by Fernão Mendes Pinto, Camilo Pessanha, Miguel Torga, Jorge de Sena and José Cardoso Pires, and into Portuguese works by Jan Huygen van Linschoten (with Rui Manuel Loureiro), J. J. Slauerhoff and Cees Nooteboom (with Patrícia Couto).*



A esse contacto se deve a entrada – algo prematura, diga-se – de Slauerhoff na história literária portuguesa. É que na página 367 (ou seja, no vigésimo quarto fascículo da publicação, impresso em finais de Novembro de 1930) encontramos duas fotografias de Slauerhoff, na secção dedicada à vida e obra de Camões. Uma tinha como legenda: “O busto de Camões na Gruta de Macau. Ao lado o Dr. Slauerhoff, médico holandês e autor de várias poesias sobre Camões e um livro (ainda inédito) sobre a vida do poeta no Oriente.” A outra dizia: “O Dr. J. Slauerhoff, médico a bordo do *Flandria* e autor de volumes de prosa e verso muito apreciados.”

Ora, a primeira fotografia encontra-se hoje na contracapa do livro publicado que, por sua vez, é o romance referido na legenda. O romance, intitulado *Het verboden rijk* (O Reino Proibido), só foi publicado em 1932. Slauerhoff demonstrou a sua gratidão pelo gesto de Sampaio, dedicando-lhe o Prólogo do romance.

## LITERATURE

Sabemos que em 1930 o romance estava longe da sua conclusão. O projecto datava de inícios de 1927, quando Slauerhoff passara o fim do ano em Macau, onde conseguira comprar um exemplar da malograda segunda edição revista e aumentada do estudo *Historic Macao* (1.ª ed. 1902) de C. A. Montalto de Jesus, edição essa que, como é sabido, foi destruída em auto-da-fé por ordem das autoridades portuguesas, logo depois de ser posta à venda, escapando muito poucos exemplares. O livro só foi pela primeira vez publicado em português em 1990: *Macau Histórico* (Macau: Livros do Oriente). As primeiras poesias de Slauerhoff dedicadas à figura de Camões datam de 1928. Para além do livro de Montalto de Jesus, que forneceu dados sobre a história de Macau dos quais Slauerhoff se aproveitou amiúde, seria decisiva para a génese do romance a influência da biografia *Das Leiden des Camoes, oder Untergang und Vollendung der portugiesischen Macht* de Reinhold Schneider, publicada em 1930.

É importante referir que os dois estudos – um sobre Macau, outro sobre Camões – partem de um conceito histórico similar que se deixa enquadrar numa visão da história cultural que gozava de uma grande popularidade entre os intelectuais da época entre as duas guerras mundiais, em grande parte devido ao êxito retumbante de *Der Untergang des Abendlandes* (O Declínio do Ocidente, 1918-1920) de Oswald Spengler, que, no rescaldo da primeira grande guerra, prognosticava o fim da cultura ocidental, baseando-se num conceito histórico em que as culturas eram consideradas como organismos vivos que seguiam a lei da Natureza: nascimento-ascensão-declínio-morte. O estudo de Montalto de Jesus ligava a situação ruínosa da colónia portuguesa do seu tempo à decadência do país materno, enquanto Schneider ressaltava a figura de Camões como expoente da tese, hoje em dia contestada por historiadores, do declínio do império português e da pátria que perdeu a independência no ano da morte do poeta.

Na verdade, Slauerhoff dificilmente poderia ter encontrado fontes que melhor exprimissem a sua própria visão do mundo. Considerava-se um rebento tardio de uma cultura ocidental que se encontrava numa fase de acentuado declínio. Bem longe estavam os tempos dos grandes feitos, descobertas e conquistas do mundo ocidental que, desde a sua juventude, tanto o seduziram. Vivia-se um período de lânguida agonia,

em que todas as aspirações a fama ou grandeza eram excluídas. A sua própria fraqueza física servia-lhe de metáfora dessa decadência (tal como no caso de um Camilo Pessanha), ao passo que, com as últimas forças, se revoltava contra o seu inevitável destino histórico ou tentava encontrar um *modus vivendi* digno da época e da sua pessoa. Até a força criadora do espírito ocidental se tinha esgotado, já não se abriam novos caminhos nas artes ou nas ciências. Com saudade, Slauerhoff olhava para as grandes épocas passadas da civilização ocidental e desesperadamente buscava pontos de identificação com figuras históricas que o pudessem inspirar. Entre essas figuras destacavam-se os grandes descobridores e conquistadores (Colombo, Vasco da Gama, Gengis Kahn, Napoleão) e poetas “malditos” como os franceses Baudelaire, Corbière, Rimbaud, Verlaine e Villon, o chinês Bai Juyi, o alemão Hölderlin e o português Camões. Buscando o contacto espiritual com esses poetas, tentava encontrar a inspiração criadora que lhe faltava como homem ocidental do século vinte. Considerava essencial a influência de congéneres antepassados para chegar a criações próprias. Afirmava a sua identidade através de uma penosa luta entre a influência necessária e o domínio dessa influência, pois existia sempre o risco de ser dominado ou até de ficar possesso pelos espíritos do passado que evocava. Nessa luta, para dar um cunho pessoal às suas criações de inspiração alheia, moldava e torcia a realidade histórica para lhe imprimir uma imagem própria.

Seria ir longe demais dar aqui uma explicação mais pormenorizada da poética de Slauerhoff. Basta dizer que era única na literatura neerlandesa da sua época e que se enquadra na tradição modernista que ia nascendo na Europa e onde encontramos o James Joyce de *Ulysses*, o Ezra Pound de *Cathay* e os *Cantos*, o T. S. Eliot de *The Waste Land* e *The Hollow Men*, ao lado do Robert Musil de *Der Mann ohne Eigenschaften*, do Hermann Broch de *Der Tod des Vergil* e do Fernando Pessoa dos heterónimos. Encontramos na obra de Slauerhoff toda a problemática da identidade e personalidade, da unidade e fragmentação da personagem e do texto literários, da intertextualidade e da criação.

*O Reino Proibido* – o título refere-se obviamente à China mas ao mesmo tempo à felicidade ou à realização pessoal – é na verdade uma obra modernista ou, talvez devêssemos dizer, proto-modernista, já que

## LITERATURA

apresenta uma curiosa mistura de elementos que só mais tarde se deixaram em parte enquadrar na escrita modernista propriamente dita. A modernidade de Slauerhoff podemos talvez caracterizar como uma mistura de Romantismo e Simbolismo posta a ferver dentro da panela de pressão da problemática “condição humana” da época entre-guerras. Para os contemporâneos de Slauerhoff, o livro era nada menos do que um enigma. Críticos e leitores pensavam que tinham entre mãos um romance histórico ou um romance de aventuras. Mas, se considerado assim, quebrava todas as regras do género. O enquadramento histórico não correspondia de forma alguma aos factos. Ainda por cima na Holanda pouco se sabia acerca da história de Macau ou da vida de Camões, pelo que era impossível confrontar os dados do romance com os factos históricos, uma confrontação que é de extrema importância na interpretação do livro. Para complicar as coisas, Slauerhoff tinha optado por um estilo pouco convencional, implícito em vez de explícito, de uma densidade de significado que o aproximava à poesia simbolista e modernista, repleto de alusões intra- e intertextuais, mudando freneticamente de perspectiva. Os críticos chegaram até a dizer que o livro era uma incursão completamente fracassada do poeta no domínio do romance ou um texto que apenas poderia ser entendido como concebido sob o efeito do ópio.

Hoje em dia, habituados que estamos aos produtos do modernismo, do surrealismo, do “nouveau roman” e do pós-modernismo, e às práticas da crítica autonomista e desconstrutivista, o livro tornou-se mais acessível, embora continue a surpreender pela sua arrojada concepção. Agora que vemos séries e filmes como *The X-files*, *The Immortals* ou *Matrix* e que lemos “Profecias Celestinas” ou outras reputadas obras-primas da *New Age*, aceitamos com maior facilidade a apresentação de fenómenos supra-naturais e realidades virtuais.

É que, bem vistas as coisas, o que Slauerhoff apresenta em *O Reino Proibido* é um mundo virtual. Começa por parecer uma realidade histórica mas não o é. É uma ficção carregada de simbolismos e significados, onde factos e figuras históricos são manipulados para servir as intenções do autor, que os coloca dentro do esquema do declínio da civilização ocidental, do império português na Ásia e de Macau. Uma das personagens principais é uma imagem virtual de Camões. É uma interpretação muito Slauerhoffiana do poeta como exilado, vagabundo e poeta maldito que nos dá, de certo



Em cima e nas páginas seguintes: fotos de Slauerhoff em Macau, em 1926.

modo, um retrato de aspectos mitificados do próprio Slauerhoff. Ele também, dentro do mito pessoal que foi construindo na sua obra, se via como poeta maldito, exilado e vagabundo. A outra personagem principal é um radiotelegrafista irlandês dos anos vinte, significativamente anónimo. Também esta foi moldada à imagem do próprio Slauerhoff. É um “homem sem qualidades” na terminologia de Musil ou um “homem oco” na terminologia de Eliot, um expoente da decadência da cultura ocidental. Depois de um naufrágio, o radiotelegrafista passa por uma pesada crise de identidade, para a qual o próprio naufrágio serve de metáfora. Não tem um objectivo na vida e procura o contacto com um espírito do passado para se livrar do seu próprio vazio existencial. Este espírito anuncia-se durante uma viagem de barco para o Oriente. Mais tarde



## LITERATURE

revela-se como sendo o espírito de Camões, que acaba por se apoderar do radiotelegrafista e por lhe impor a sua vontade, quando o radiotelegrafista vai a terra na costa chinesa perto de Macau. Em seguida, retomada a vida de bordo, o navio do radiotelegrafista é assaltado por piratas chineses – outra metáfora, desta vez para a despersonalização do radiotelegrafista –, que o levam para o interior da China, onde, no deserto, coincide com Camões, que, na realidade virtual de Slauerhoff, se perdeu no mesmo sítio quando, como soldado raso, fazia parte de uma embaixada portuguesa a Pequim. É a força de vontade de Camões, que tem de cumprir o seu destino (escrever *Os Lusíadas*), que toma conta do radiotelegrafista despersonalizado. A personagem dupla, movimentando-se no mundo do século vinte, volta a Macau, onde, nas ruínas de São Paulo, regressa ao passado e toma parte na defesa da ilha contra o ataque de uma armada de invasores na qual podemos reconhecer a invasão holandesa de 1622, que o autor deslocou para o século dezasseis, pois, como é sabido, Camões já tinha morrido na altura do ataque. A personagem dupla tem um papel decisivo na vitória sobre os invasores. Quando é atacada por um negro (representação da raça de escravos) mata o agressor e depois as duas personagens separam-se de novo. A acção simboliza a libertação da influência do espírito do passado e o regresso do radiotelegrafista à sua própria identidade. Camões fica desmaiado no chão. Perdida a sua memória, refugia-se na gruta de Macau, onde se dedica unicamente à composição do seu poema, *Os Lusíadas*. Podemos, portanto, concluir, que a influência de Camões sobre o radiotelegrafista lhe possibilitou escapar do deserto chinês e reencontrar o seu destino como poeta (e não como conquistador, como anteriormente sonhara). O radiotelegrafista, de volta ao século vinte, acorda num hotel chinês em Macau e lembra-se apenas vagamente das suas aventuras, que lhe parecem oníricas. Percebe que não pode fugir no passado e que tem de procurar o seu destino no mundo actual. Pensa poder encontrar o seu destino numa vida meditativa de eremita, no interior profundo da China.

As vidas de Camões e do radiotelegrafista representam apenas duas linhas do enredo do romance. Há ainda duas outras: uma é uma linha histórica, que serve de pano de fundo para todo o enredo. É a história do império português, desde as primeiras descobertas, passando por Vasco da Gama e Albuquerque, e pelas primeiras presenças portuguesas na China (Liampó

[baseado no resumo de uma parte da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, que Slauerhoff encontrou no livro de Montalto de Jesus], a embaixada de Tomé Pires, a fundação de Macau, etc.) até aos anos vinte do século vinte. É a história da ascensão e do declínio do império. A quarta linha é a história de Macau, desde a fundação até aos dias do radiotelegrafista. A colónia, fundada numa época em que já fraquejava a força dos grandes descobridores, não consegue autonomizar-se e fica dependente do país materno e de Malaca, por um lado, e da China, por outro. De ambos os lados qualquer aspiração à independência é sufocada. A colónia entra em declínio com o país materno e, moribunda, prolonga a sua existência agonizante, ainda piorada pela ascensão de Hong Kong desde meados do século dezanove. As figuras de Camões e do radiotelegrafista – e todas as outras personagens do romance – funcionam dentro do mesmo conceito histórico. Camões já não tem a força de vontade dos grandes descobridores e conquistadores. Sonha com grandes feitos mas apenas consegue imortalizá-los na sua epopeia. O radiotelegrafista é um descendente de naufragos da Invencível Armada que deram à costa da Irlanda (um país subjugado pelo ingleses, onde os naufragos passaram a ser escravos dos irlandeses). Por esta via também está ligado ao destino histórico dos portugueses. A sua situação na curva do progressivo declínio faz do radiotelegrafista um companheiro de fortuna de Macau do seu tempo. Ambos têm, no entanto, pela sua origem mista (Macau: chinesa-portuguesa; radiotelegrafista: portuguesa/ibérica-irlandesa/celta), maneiras de se defender contra a decadência lusa. Da parte de Macau, essa força de resistência concretiza-se na forma da deusa A Ma O (cuja lenda Slauerhoff encontrou no livro de Montalto de Jesus e que lhe inspirou também um conto), que se opõe de muitas maneiras à presença e ao domínio dos portugueses. Da parte do radiotelegrafista, a remota ascendência celta: soldado e vagabundo, e uma salvadora influência inglesa que se apresenta em momentos decisivos, fornecem uma maneira de combater a influência dominante e o vácuo psíquico e mobilizar as forças necessárias para procurar o seu próprio destino.

Dentro da totalidade da obra de Slauerhoff, o romance tem um papel fulcral, pois representa num plano simbólico a problemática da influência/inspiração que dominava a poética do próprio poeta.

## LITERATURA

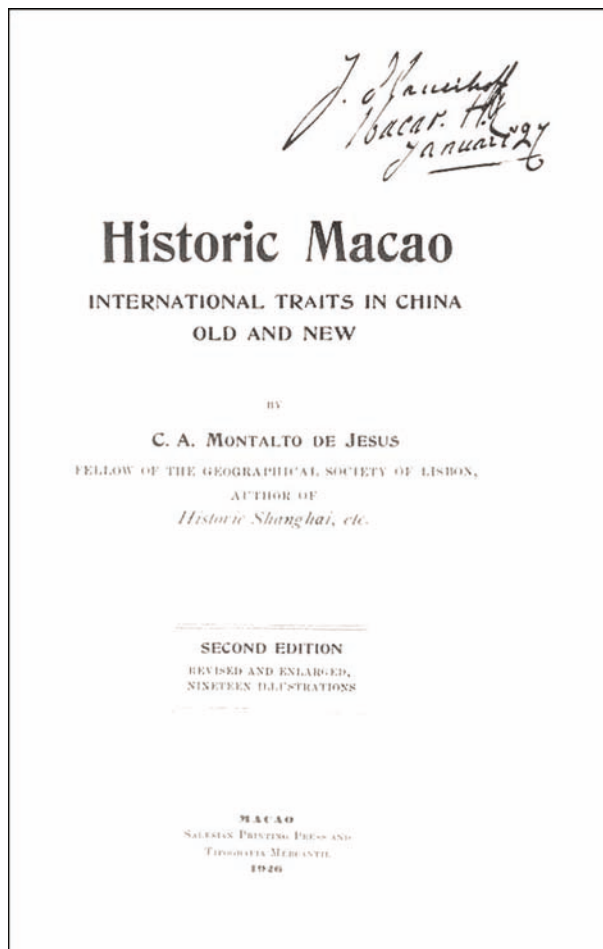
O radiotelegrafista funciona como uma metáfora do poeta que capta as mensagens dos seus congéneres antepassados e que tem de dominar essa influência para manter a sua individualidade na obra que realiza. Nesta representação da inspiração poética Slauerhoff criou um pendente moderno da Musa antiga, tão amada e temida pelos poetas clássicos, classicistas e românticos. Mas, ao mesmo tempo, o livro é nada menos do que um testemunho aterrador da crise de identidade do homem moderno.

O que é extremamente interessante é que sobreviveram vários textos de Slauerhoff que lhe serviram mais tarde de material para o seu romance e onde podemos ver a génese da obra em marcha. Após a sua morte foram encontradas no seu baú de viagem um *Diário* e as folhas onde apontara impressões da sua primeira visita a Macau, na passagem de ano de 1926-1927 (publicadas em *Het China van Slauerhoff*). Trata-se de rascunhos que datam provavelmente de Janeiro de 1927. Foi igualmente encontrado na sua biblioteca um exemplar de *Historic Macao*, que terá comprado em Macau ou Hong Kong. No frontispício anotou: “J. Slauerhoff / Macao H.[ong] K.[ong] / Januari [19] 27”.

Levaria longe de mais transcrever o texto todo, mas, para dar uma impressão, traduzo aqui alguns fragmentos que mostram a sua visão de Macau da altura. Para perceber a sua perspectiva da colónia portuguesa, convém lembrar que andara há mais de um ano embarcado nos mares do Extremo Oriente. Sentia-se desenraizado, afastado da cultura europeia e incapaz de um verdadeiro contacto com o mundo oriental que, no entanto, continuava a fasciná-lo, ao passo que a bordo quase não tinha convivência intelectual.

No último dia do ano de 1926, Slauerhoff chega pela primeira vez a Macau, a bordo do *Sui An*, vindo de Hong Kong, onde o seu navio estava aportado por algum tempo.

“Foi, com certeza, há muito que deixei Hong-Kong, a cidade inglesa no Extremo Oriente, para chegar aqui ao Mediterrâneo. Ainda não sei onde, desconfio que seja algures na costa espanhola entre Valência e Barcelona. Avisto uma catedral, um farol branco no cimo duma rocha, casas com *loggias* abertas e uma linda avenida numa curva à volta da baía. Mas não está ali escrito, em letras garrafais no cimo de uma rocha, Hotel Boa Vista? Então, será Portugal? Portugal



Frontispício de *Historic Macao*.

não tem costa mediterrânea. O navio muda de rumo e vejo, para susto meu, que a catedral altiva consiste apenas numa fachada, por detrás nada mais do que ruínas. Agora consigo descortinar algo por entre as duas colinas, entre a fortaleza e a colina do farol. Por detrás distingo inegavelmente telhados chineses. Onde estou, na China ou no Sul da Europa?

O barco circunda um rochedo, uma encosta nua, e depois... China, inegável: um porto repleto de juncos, um cais cheio de um formigueiro amarelo, uma fila de casas com caracteres a descer a prumo, vielas estreitas e no ar o fedor familiar de peixe, fritos, suor e sei lá que mais.

Foi um sonho que por momentos levantou o exílio no Extremo Oriente.

O barco é atracado e tomado por uma invasão de cules. Devagar devagarinho abrimos um caminho pela multidão, pelos montes impressionantes de

## LITERATURE

bagagem que se encontram no barco e no cais. O viajante é cercado por dez, cem riquexós. Uma corrida pelas ruas estreitas, passando por lojas, casas de *fan-tan* e edifícios de janelas altas e gradeamentos pesados, os barracões, as armazéns de cules contratados, ou seja, escravos, que foram exportados daqui até 1867 e ainda hoje são exportados de Hong-Kong, embora o negócio aí pareça mais humano pois numa ilha não há uma necessidade tão grande de barracas gradeadas.

Será que repentinamente recaí de acordado para o sonho? Uma praça, um jardim, bancos, uma fonte à esquerda, uma catedral à direita, alguns edifícios altos e brancos, um dos quais a “Casa do Senado”, outro os Correios. E depois de uma curva: a deliciosa marginal, ampla e branca, com bancos e uma balaustrada do lado do mar. Aqui não quero andar de riquexó. Saio e vou à frente, a pé. O vento do mar provoca um leve sussurrar nas árvores, a baía está abandonada, as casas num silêncio completo. Na avenida da praia, alguns coches passam num trote suave.

Dou comigo frente à rocha com a qual acordei ou comecei a sonhar. Hotel Boa Vista. O hotel situa-se cem metros acima de mim. Lentamente subo o caminho em ziguezague e cinco minutos depois estou sentado num quarto nu e frio. Uma cama num soalho de tábuas, um lavatório, duas poltronas de madeira e uma mesinha frágil.

Mas ao longo de dois lados do hotel estende-se a *loggia* que tenho só para mim, tal como o jardim lá em baixo cheio de espaços de sol e de sombra.

A Praia Grande curva-se para ambos os lados, a sul terminando num jardim de arvoredos frondosos, a norte desaparecendo em volta do rochedo que suporta a fortaleza do Monte.

A falésia íngreme separa este local da Boa Vista do que fica por trás. Na baía não se vê nenhum junco, apenas dois pequenos cruzeiros no horizonte.

Em escadaria, todos com varandas abertas e janelas em arco de pedra cinzenta, os edifícios rodeiam o ancoradouro, ultrapassando a crista dos montes. Os mais altos são a catedral de Santo António, a fachada de São Paulo e a coluna branca do farol da Guia.

Por entre as casas, as árvores levantam as suas coroas angulosas como lustres. Pela Praia anda muito lentamente uma carroça antiquada, uma liteira sobe uma encosta. Nenhum telhado chinês mostra as suas formas curvadas no meio do arvoredos. Como uma gravura antiga, tão nitidamente recortado, Macau jaz

contra o azul pesado do céu da tarde. Até mesmo as nuvens a passar têm contornos nítidos e penas suaves, como se burilados. A China está ausente nesta imagem. Ela volta a estar presente com a entrada do velho *boy* que vem trazer água.

É o dia da passagem de ano. Atrás de mim ficou um ano que passei embarcado sem interrupções entre a Índia holandesa e a China, sempre no mundo oriental, sempre condenado à existência estreita do marinheiro. Quis fugir da vida de uma pequena sociedade e fui amarrado à vida mais limitada que existe na Terra, e mesmo no Extremo Oriente, a tacanhez holandesa continua a rodear-me de uma forma sufocante. Apenas pode ser evadida numa atmosfera que os ingleses encheram com a sua presunção e enfado (Hong-Kong, etc.)

Que consolo errar por uma cidade de civilização antiga, conhecido por ninguém mas todavia cumprimentado por alguns, onde, num jardim pequeno, mulheres entrelaçam flores nos cabelos negros. Que milagre desembarcar, no derradeiro dia de um ano de exílio, num vestígio da cultura mediterrânea.

Pensamentos tão profundos não me ocupavam naquele momento. Apenas me sentia, pela primeira vez após meses e meses, em perfeita harmonia com o ambiente, e isto provoca uma felicidade que é incomparável àquela em que a vida se exprime.

Macau era solitária, decadente e fatigada, e eu também. Macau perdurava numa beleza própria, à



## LITERATURA

margem, apesar de Hong-Kong, apesar da supremacia inglesa, da perda das colónias, da podridão da mãe-pátria. Perdurava como por milagre. Então, por que havia eu de perecer inteiramente?”

O que o atrai no enclave português são as ruínas, os vestígios do esplendor do passado. Macau representa a decadência da civilização ocidental, da qual a fachada da catedral de S. Paulo é o símbolo máximo. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, Macau, situada no Extremo Oriente, junto da imensa China, permanece como única esperança para uma regeneração. Macau é uma zona de transição entre a cultura ocidental e a vasta imensidão do vazio impessoal que a China representa para Slauerhoff. É o lugar onde encontra um ambiente em perfeita sintonia com a sua própria alma fatigada e decadente.

Nos dias que passou em Macau ganhou inspiração para o seu primeiro romance, no qual a colónia viria a desempenhar um papel crucial. Slauerhoff associa a cidade a um ambiente onírico e irreal onde o tempo parece estar suspenso, onde o presente coincide com o passado e o Ocidente com o Oriente. É nesta atmosfera de decadência e estagnação que se desenrola grande parte de *O Reino Proibido*.

Tudo leva a crer que tenha sido na sua primeira estadia em Macau que nasceu também o seu fascínio por Camões. Visitou a gruta do poeta e nos seus apontamentos descreveu um encontro imaginário com ele:

“Sabem quem foi o primeiro ser humano com quem contactei em Macau? Luís de Camões.

Nessa tarde silenciosa, em que tudo jazia num sossego de domingo, fui à procura da Gruta, ou Patane, como também é chamada a sua habitação.

Não foi fácil de encontrar. Tive de passar por muitos becos sinuosos e escadarias até dar com o lugar onde escreveu, não digo “viveu”, porque conheço o exílio demasiado bem e sei que o exilado vive algures a milhares de léguas de distância, onde não está o seu corpo, apenas os seus pensamentos, que encontram cada vez menos para pensar.

Encontrava-me desiludido frente a uma cancela, atrás da qual havia um jardim e uma casa, ambos de um abandono e falta de estilo que me entristeciam. Não obstante, decidi entrar pela cancela e dei a volta à casa sem ser incomodado por ninguém, muito menos pela bonita rapariga que atrás de uma janela entreaberta na cave estava ocupada em tarefas domésticas.

Passando por uma estufa com vidros partidos e plantas caídas, subi por um caminho estreito para um rochedo coberto de vegetação e encontrei, bem escondida atrás de uma borda rochosa cheia de vegetação, a Gruta, que parecia uma anta aberta, decorada de forma simples mas sumptuosa. O busto muito parecido de Camões encontra-se numa coluna no meio, e em volta há placas de mármore com fragmentos inscritos de Tasso, dos *Lusíadas*, uma saudação de Rienzi, exilado como ele, e uma inscrição chinesa que o exalta como um sábio ao gosto de Confúcio.

Tudo isto desaparece quando o vejo sentado num dos bancos de pedra tosca. Reconheço-lhe as feições emagrecidas e a cara esguia, ainda alongada pela perinha, o seu traje apodrecido mas pomposo. Ainda há algum ruído longínquo da cidade e do sussurrar do vento nas folhas que parecem feitas de couro, mas ouço apenas a sua voz monótona que conta o seu sofrimento.

O que Camões conta é, em resumo, o que Slauerhoff mais tarde contaria da vida do poeta no seu romance. A visita à gruta – sem o encontro com Camões – descreveu-a num dos apontamentos de viagem que publicava com alguma regularidade em jornais da Índia holandesa e que foram reunidos postumamente no volume *Alleen de havens zijn ons trouw*. Tudo leva a crer que também o relato da sua primeira visita a Macau fora projectado para servir de apontamento de viagem. Mas o texto avolumou-se e transbordou, por assim dizer, a ideia inicial, mudando de reportagem para ficção e transformando-se na sinopse de um romance. De facto, os apontamentos contêm quase todas as linhas gerais do romance e até a caracterização da maioria das personagens. Até mesmo a figura do radiotelegrafista irlandês tinha o seu pendente na realidade: na verdade, Slauerhoff encontrou um radiotelegrafista de origem irlandesa em Macau, que o convidou para um passeio de carro com uns outros senhores. Acabaram o passeio ao crepúsculo no farol da Guia, onde esperaram até o farol começar a funcionar:

“Chegados ao cimo, um comenta que cada um de nós representa uma nação, todas nações pequenas cuja maioria entrou em declínio e teve um papel de opressora. Um português, um irlandês, um polaco, um holandês e um espanhol. Um longo silêncio geral torna-se pesado. Mas nisto acende-se a luz e tenho a

## LITERATURE



impressão de que ao longo dos raios, a partir deste local abandonado e ameaçado, cada qual lança um olhar saudoso para o seu país e todos juntos para a Europa, que, talvez (ela) também, daqui a algumas décadas deixará de ser Europa, deixará de ser uma pátria maior.”

Slauerhoff voltou a Macau pelo menos mais uma vez. Do seu *Diário* (*Dagboek*) sabemos que, em Março de 1927, visitou de novo a gruta de Camões e que gozou a hospitalidade de um macaense que trabalhava no seu navio, muito provavelmente o marido de uma senhora Da Silva a qual tinha assistido como médico de bordo num parto complicado, na passagem de Balik Papan para Hong Kong, em Fevereiro. No *Diário* encontramos também outras impressões de Macau, que mais tarde foram aproveitadas para as crónicas ou para o romance, ao passo que evocou o enclave também em vários poemas – quatro dos quais foram publicados, em 1928, no livro de poesia *Oost-Azië* (Extremo Oriente), numa secção intitulada ‘Macao’

e dedicada ao seu colega ‘Constância José da Silva’ (Constâncio José da Silva ou Conceição e José da Silva?). Segue-se aqui uma pequena antologia de crónicas e poemas. Nota-se bem a diferença entre as crónicas factuais com o seu estilo de reportagem e o carácter de ficção dos poemas, onde a distorção da realidade para a visão ‘poética’ mostra claramente a perspectiva pessoal de Slauerhoff, perspectiva essa que serviria de base para *O Reino Proibido*, tanto no que diz respeito à imagem de Macau como à sua interpretação da figura de Camões.

## SANTUÁRIO DE A MA O

Uma ponta do telhado e uma delgada coluna de fumo revelam onde entre os rochedos se encontra o santuário meio escondido de A Ma O. Um caminho sinuoso leva até lá, entretanto ouvem-se os estoiros do fogo de artifício e o som monótono e penetrante de cordas. É construído em madeira vermelha e dourada, cercado por rochedos e protegido por dragões que serpenteiam pelas colunas. Uns monstros marítimos domados jazem no adro da entrada. Na penumbra do santuário A-Ma está sentada no seu trono, esboçando um sorriso malévolos. Ela atrai os tufões e doma-os antes de poderem devorar os juncos indefesos lá fora. É uma deusa benévola, não tão má como parece.

Aqui, velhotas sobre pernas que metem dó e pezinhos ainda mais pequenos do que os das meninas de poupinha na testa, aproximam-se do balcão, atirando umas moedinhas de cobre para a caixa. O sacerdote, a dormir, entrega-lhes os pauzinhos de incenso. Levando-os à sua frente como se fossem um ramo de flores, arrastam-se timidamente para a eternamente acesa lanterna de braços, onde os acendem, sorrindo felizes quando pegam logo – um bom sinal – e vão espetá-los na areia que espera as oferendas perfumadas numas caixas grandes frente à barriga da deusa. Os pauzinhos a fumar espalham um cheiro penetrante. Pela sonolência lânguida do templo reverbera de vez em quando o gongo, as mulheres e crianças entram e saem. De repente, desce um vento forte, os pauzinhos apagam-se, a grande lanterna cintila violentamente, as sombras vacilam e A-Ma mostra um esgar ameaçador, como se numa prova de esforço. As velhotas cerram os punhos e vão-se embora, puxando as crianças pelo braço.

## LITERATURA

À noite, árvores são desenraizadas, telhados torcidos e levantados, rochedos atirados para o mar. E na manhã seguinte, juncos virados, o aparelho desfeito e caído de lado, entram na baía flutuando sobre a maré.

‘A-Ma-gao’s heiligdom’, in diário *De Locomotief*, 17/09/1927

## MÁGICO MACAENSE

Forma-se um pequeno ajuntamento popular um pouco além do ancoradouro dos juncos em Macau. Num tapete vermelho, à beira-mar, está sentado um mágico.

Ponho desde logo uma grande confiança no homem. Não se esconde num cantinho de uma sinuosa viela obscura, nem tenta camuflar os seus truques nos vincos e braços amplos de uma túnica larga. Meio nu, numas calças justas pretas, está sentado num sítio onde pode ser observado de todos os lados.

Bate num pequeno tambor, os espectadores vão-se aproximando, faz uma reza curta ao deus das raposas enquanto moedinhas de cobre caem no tapete. Quando acha ter rezado e reunido o suficiente, começa a fazer malabarismos vertiginosos com quatro bolinhas vermelhas, que voam pelo ar, desaparecem e voltam a aparecer nos sítios mais inesperados: dos seus olhos, cabelos e outras partes do corpo que não nomearei. Aproximo-me com curiosidade. Os ditos misteriosos que acompanham este jogo emudecem, as quatro bolinhas ficam alinhadas no tapete. De repente, parece paralisado. Um sorriso largo na cara. Será que uma moeda de prata tem algum resultado? Sim, volta a mexer, tira de um cesto uma serpente longa e fina a estrebuchar e sem medo enfia o animal pelo nariz acima. Recuo, repugnado, o público abre algum espaço, mas mantenho-me no lugar, curioso por ver no que isto vai dar. Tira a cabeça do bicho da garganta, pega no rabo que ainda está dependurado do nariz e começa a movimenta-lo violentamente de cima a baixo, como se quisesse cortar o céu da boca à serra. Mas com um puxão repentino tira o animal para fora, para o tapete, e leva ao ouvido um objecto de madeira na forma do auscultador de um telefone: “Hello mistel stlange devil. How ale you? Like snake tlick!” Risos de escárnio. O ‘stlange devil’ põe-se a andar e o círculo volta a fechar-se em volta de milagres que certamente não se destinam a olhos ocidentais.

‘Macaose tovenaar’, in diário *De Locomotief*, 17/09/1927

## O MONUMENTO A CAMÕES

Numa tarde abrasadora, permiti-me um passeio através de um labirinto fedorento e um formigueiro de pessoas, para visitar um local único na China e em toda a Ásia oriental: o monumento dedicado a um famoso poeta europeu! Seria obviamente escusado procurar tal coisa numa colónia inglesa. Encontrei-a em Macau, a última e decadente possessão portuguesa no Oriente, onde outrora dominavam. Desprezado por aqueles que avaliam um lugar pelo movimento de negócios, amado por aqueles que sabem ainda sentir o que evoca, o que aqui é muito: a atmosfera de um passado glorioso e o encanto do sul-europeu no outro lado do globo, portanto duplamente exótico.

Curiosamente, uma pessoa tem de deixar esta atmosfera para trás e passar pelo referido labirinto para chegar ao monumento, a Gruta de Camões, situada na mesma solidão que foi a da sua vida entre os seus compatriotas.

Um jardim desleixado, flanqueado por estufas de vidros partidos, e ao fundo um outeiro coberto de vegetação. Lá em cima, ergue-se uma estrutura de pedras grandes que no meio deixa aberta uma espécie de câmara, fechada à luz do dia pela sombra das árvores. Que local ermo. Conta-se que Camões escreveu aqui *Os Lusíadas* e aqui se refugiava. Conta-se também que deu à costa como náufrago, o seu manuscrito na mão erguida, para evitar que se molhasse.

Deve ser um mito.

Em cima do pedestal, onde se encontram exaradas estrofes de *Os Lusíadas*, está um busto pequeno com péra e gola de renda, género Guilherme, o Taciturno. Nos bancos em volta estão sentados jovens chineses em traje faustoso. Não se incomodam com a cara estrangeira.

Nas paredes de rocha foram colocadas placas de mármore com versos de Tasso, Quevedo, Sir John Bowring e outros. Faço algumas cópias sem a assistência fazer comentários. Acham possível que um chinês, em Amsterdão, possa fazer, por exemplo, um desenho de Thorbecke, na praça do mesmo nome, sem ser molestado?

Em retribuição da cortesia, não importuno o cule que dorme no nicho onde está gravado o pranto e a saudação que Rienzi dirigiu a Camões (“*voyageur, poète et soldat comme lui*”), apesar de o seu corpo estendido ao comprido me ocultar as linhas finais.

‘Camoës’ monument’, in diário *De Locomotief*, 24/09/1927

## LITERATURE

## OS JUNCOS

Ocultos pelas escuras colinas,  
Um momento expostos pela aurora,  
De novo recebidos no regaço das neblinas,  
Esvoaçam da baía os juncos silenciosos.

Antes do amanhecer dispersaram-se nos horizontes,  
À pesca, invisíveis daqui, a séculos de distância.  
Só a escuridão faz regressar o vento e os fantasmas  
Para entre os rochedos, debaixo da primeira estrela.

Com velas vagarosas e muito vergados,  
Numa velhice que resistiu às tempestades,  
Passam pela vasta solidão, o abismo diante os olhos,  
Escancarados dos dois lados da proa.

De: *Oost-Azië* (1928)

## CATEDRAL DE S. PAULO

Qual penhasco a pique ergue-se a fachada  
Diante do santuário em profunda ruína,  
Varrido da terra; nem uma coluna  
Resta da antiga pompa por graça divina,

Apenas a parda lápide vertical  
Que sobe no horizonte da escadaria liminar,  
Dominando o espaço aberto, templo do sol  
Sob a redoma celeste a perder de vista.

Pelos buracos de janelas na parede  
– Santos destruídos com o seu vitral –  
Penetra agora o vivo azul natural;  
Entram e saem aves e raios voando.

Os todo-poderosos empedernidos,  
A mãe de Deus suportando o globo,  
O rei dos oceanos diante a sua frota,  
Na sua santa impaciência derrubaram

As paredes e colunas atrás de si,  
Tornando dignos de pano de fundo  
Apenas vasto céu e largo mundo,  
De costas para a cidade que se desfaz.

De: *Oost-Azië* (1928)

## CAMÕES

Passou a juventude no palácio isolado,  
Serviu uma corte demente, frívola e ufana.  
Solitário, ansioso de um destino maior,  
Fugiu para os estados recém fundados.

Pela sua sisudez e seu tiro inseguro  
Desprezado por comerciantes e soldados;  
A bordo, no forte, vítima de pérfidos conluíus  
Que, incapaz de os extirpar, só pôde odiar.

Seu sonho, porém, urgiu ser concretizado:  
Não embarcando em poderosas armadas  
À conquista de remotas terras encantadas,

Compôs na penumbra gélida de uma gruta  
– Poeta maldito, vagabundo e exilado –  
As penosas estrofes d'Os Lusíadas.

(Gruta, Macau)

De: *Oost-Azië* (1928)

Tradução de Patrícia Couto e Arie Pos 

## BIBLIOGRAFIA

Em português

Couto, Patrícia & Arie Pos – ‘Camões e Macau num romance neerlandês’. In: *Camões. Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, n.º 7 (Outubro-Dezembro 1999), pp. 107-118.

Jesus, C. A. Montalto de – *Macau Histórico*. Primeira edição portuguesa da versão apreendida em 1926. Macau: Livros do Oriente, 1990.

Slauerhoff, J. J. – *O Reino Proibido*. Traduzido do neerlandês por Patrícia Couto e Arie Pos. Lisboa: Teorema, 1997.

Em neerlandês

Blok, W. & K. Lekkerkerker (eds.) – *Het China van Slauerhoff*. Aantekeningen en ontwerpen voor de Cameron-romans. 's-Gravenhage: Nederlands Letterkundig Museum en Documentatiecentrum, 1985.

Slauerhoff, J. J. – *Alleen de havens zijn ons trouw*. Amsterdam: Nijgh & Van Ditmar, 1992.

——— *Dagboek*. Amsterdam: K. Lekkerkerker, 1957.

——— *Verzamelde gedichten*. 11.<sup>a</sup> ed. 's-Gravenhage/ Rotterdam: Nijgh & Van Ditmar [1979].





# Romantismo e *Sport* em Macau e Goa na Transição do Século XIX para o Século XX

CÂNDIDO DO CARMO AZEVEDO\*



Em meio século, 1851-1901, o Oriente assistiu com expectativa, e quase pacificamente, “à maré alta britânica”. A maior nação industrializada do mundo proclamava o cidadão britânico como o novo *civus romanus*. Londres, a capital da Europa desde o início do século, estende agora os seus tentáculos à volta do globo e a sua Índia torna-se “a jóia da Coroa” (Woodcock, 1969).

Nos territórios portugueses do Oriente mais cobiçados, Goa e Macau, apesar de nem todos os projectos e medidas lançados pelo governo da Metrópole terem tido os efeitos desejados, evitou-se contudo o seu naufrágio imediato perante tal “maré alta britânica”. Aqueles territórios não voltaram mais a ocupar uma posição de primeiro plano. O governo central lançou algumas reformas, procurando evitar a sua perda de influência; se algumas foram bem sucedidas, outras não, muitas vezes pela inépcia de alguns governadores. Foi, porém, um período que marcou profunda e decisivamente as sociedades daqueles territórios, conferindo-lhes traços que as caracterizam na época contemporânea e que, em vários aspectos, contrastam fortemente com os que as haviam individualizado no período anterior.

Página anterior: Jardim de S. Francisco, cerca de 1900.

\* Doutoramento em Ciências do Desporto (ramo de História e Antropologia do Corpo) pela Universidade do Porto.

*Ph.D. in Sport Sciences (History and Anthropology of the Body) from the University of Oporto.*

Com os novos meios de comunicação, mais rápidos e seguros, e com a rapidez fulminante do telégrafo,<sup>1</sup> rapidamente passaram para estas colónias, hábitos, modas e vivências mundanas europeias. Estas colónias não ficaram, portanto, indiferentes ao despertar do novo espírito que assolava a Europa nos finais do século XIX e onde, segundo Furet (1995), os valores, fundamentados na “razão” onnipotente, eram complementados por outros valores alicerçados na expressão dos “sentimentos”, com a respectiva abertura ao fascínio pelo exótico: o Romantismo.

Nestas colónias, os portugueses, os ingleses e seus descendentes, são tocados por esta tendência, nomeadamente pelo idealismo de Goethe, isto é, pela vontade de realizar um humanismo total, integrando todos os valores criados fora da cultura ocidental, qual “... universalidade concreta da cultura, uma Weltliteratur: unir o Oriente e o Ocidente [...] fazer transbordar uns nos outros os costumes e modos de pensar das duas regiões [...] de integrar todas as dimensões do humano, de operar uma viragem no fundamental através de uma síntese grandiosa do Ocidente e do Oriente”.<sup>2</sup>

A este “encontro” assim se referiu Garaudy (1977, p. 115): “Esta tomada de consciência, do diálogo das civilizações e da sua fecundidade, não tem apenas um interesse histórico, desempenha um papel prospectivo para a invenção do futuro”.

Esta tendência romântica pelas culturas alheias, porque conveniente, fez sentir-se de duas formas: pela força atractiva das viagens, (fascínio por novas sensações, pelo sentimento, pelo exótico), e pelo culto

## MACAENSES



Grupo de macaenses, cerca de 1900, in Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Álbum Macau. Sítios, Gentes e Vivências*, Macau, Livros do Oriente, 1991.

da Natureza, (propiciador do refúgio para todos aqueles que procuravam a emoção das vibrações íntimas e a consolação do espectáculo de uma natureza tropical e serena), de uma forma apaixonada e subjectiva. Ambas as formas forneciam um vasto campo de ideias, que tocavam a sensibilidade e a imaginação, proporcionando um certo narcisismo e gosto pela mistificação.

### VIAGENS E RECREIO

Em Macau, se os passeios e os piqueniques já há muito faziam parte do gosto dos portugueses no Oriente, chegava agora a paixão pelas viagens, pois a cidade e a sua exiguidade territorial era uma fronteira madrastra e cruel, e os novos meios de transporte eram um estímulo para uma nova propedêutica do olhar. Havia que fazer vibrar o “eu”, enriquecê-lo com uma nova experiência do espaço e dos outros, vivida fora do quadro habitual, e esquecendo os problemas

económicos e político-sociais que começavam a agitar a Colónia.

Para os portugueses de Macau, sobretudo para os que dispunham de algumas posses, ir até Xangai era uma obrigação. E faziam-no com toda a comodidade, por via marítima, pois o *Saghalien*, o meio de ligação, até era um vapor que proporcionava bastante conforto.

Xangai, com as suas concessões estrangeiras, conhecidas em todo o mundo como um paraíso, era na verdade o ponto turístico mais atractivo da região. Embora fosse uma cidade chinesa, pouco tinha em comum com as outras grandes cidades da China. Era a mais moderna, a mais perigosa, a mais perversa, a mais debochada, mas também a mais desportiva. Tinha de tudo: opulentos hotéis e restaurantes, clubes nocturnos, salões de baile, teatros, grandes armazéns, campos desportivos, antros de ópio, e variados e luxuosos bordéis. Tudo isto em bairros luxuosos, repletos de esplêndidas mansões rodeadas por jardins luxuriantes.

## MACANESE



Rua da Praia Grande, cerca de 1900, in Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Álbum Macau. Stíios, Gentes e Vivências*, Macau, Livros do Oriente, 1991.

Mas, por detrás desta fachada reluzente, havia também, e é conveniente lembrar, as ruelas infectas dos bairros de barracas, onde não faltavam famintos e pessoas dispostas a vender tudo em troca da mera sobrevivência: os seus corpos, a sua dignidade, a sua juventude e a sua energia.

Não nos foi possível seguir com exactidão o passeio dos portugueses por Xangai. Porém, compulsando os periódicos da época, somos levados a pensar que certamente após uma rápida visita ao bairro da concessão portuguesa, para onde já muitos macaenses haviam emigrado, haveria que viver a enorme cidade: comprar nos grandes armazéns, apreciar a moda e a ligeireza dos costumes e, enfim, gozar a *night-life*. Numa autêntica vertigem boémia, seria talvez obrigatório percorrer os inúmeros salões nocturnos, como aqueles “bem confortáveis do Hotel des Colonies ou do Astor Hall”,<sup>3</sup> assistir ao culto das orquestras e bandas musicais nas *music-halls*, bem como aos primeiros passos da emancipação feminina, quase em

tudo diferente do pacato dia a dia da pequena Cidade do Santo Nome de Deus.

Uma ida até ao Club Dramático, ou ao Club União (mais tarde Club de Recreio), era uma possibilidade a considerar, pois eram estes “... clubes portugueses de Xangai famosos pelos seus concertos e récitas”.<sup>4</sup>

Os mais desportivos, seriam atraídos certamente pelo *sport* praticado pelos estrangeiros nas suas legações que começava a entrar nos hábitos dos chineses: o atletismo, fomentado pelo Saint Jonh’s College, o *basketball*, pelo Young Men’s Christian Association (YMCA) e a ginástica, desenvolvida pela legação alemã que, através de uma forte campanha, fez com que o exército chinês a adaptasse, em 1895, e as escolas públicas em 1903 (Knuttgen, *et al.*, 1990). A influência destas modalidades desportivas ocidentais teve tão grandes resultados na sociedade chinesa, que rapidamente transformou a desordenada actividade desportiva de Xangai, encaminhando-a para um rápido

## MACAENSES

e ordenado modelo desportivo. Um grande passo para a aproximação das estruturas desportivas do mundo moderno, que rapidamente se espalharam por toda a China (Cai, 1996).

Hong Kong era já uma cidade mais ao alcance da maioria, pois muitos vapores da Hong Kong & Macao Steamboat, tais como o *Express* e o *Fire Dart* realizavam um grande número de ligações por semana, e a preços acessíveis. O Clube Lusitano, fundado em 1863 pela comunidade macaense imigrada, comemorava com grande sentido patriótico todas as efemérides nacionais, cativando e atraindo os portugueses de Macau para um passeio até à possessão britânica, como em 1880, aquando dos festejos, celebrados por ocasião do tricentenário de Luís de Camões e que proporcionaram aos visitantes um “... excelente sarau musical, assistindo estes com grande entusiasmo ao brilhante recital de piano, onde se tocou a abertura do *Egmont* de Beethoven a oito mãos ou

quando o violinista De Bebiot os deliciou com a sua *Aria variada*”,<sup>5</sup> ou aquando dos “festejos” do Quarto Centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia.<sup>6</sup> Aí os portugueses de Macau não perderam certamente a oportunidade de sentir, pela primeira vez, a sensação de “trepar” ao Peak no *tram*, inaugurado em 1888, admirando, de cima, a formidável paisagem panorâmica da cidade, ou de um *tea and muffin* no Mount Austin Hotel.

A visita das gentes de Macau era retribuída pelos cidadãos de Hong Kong, tal como refere Bento da França (1897): “... durante o entrudo, por ocasião das festas chinesas, aos sabbados, etc., etc., aparecem, às vezes, em Macau grandes caravanas de ingleses da vizinha colonia, os que veem ali divertir-se a seu modo. No carnaval vão alguns aos bailes de particulares, club e gremio militar, mas, em geral, dirigem-se logo às casas de fan-tan e acabam à noite por se emborrachar”.<sup>7</sup>



Jardim de S. Francisco, in Filipe Emílio de Paiva, *Um Marinheiro em Macau, 1903 – Álbum de Viagem*, Macau, Museu Marítimo de Macau, 1997.



Hóquei em campo, cerca de 1930, in Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Álbum Macau. Sítios, Gentes e Vivências*, Macau, Livros do Oriente, 1991.

A paixão pelas viagens também chegara a Goa. Para os mais disponíveis, era uma tentação um passeio até Bombaim, que se havia tornado na cidade mais “victoriana” da Índia inglesa. Transportados por um dos dois paquetes que faziam a ligação, o *Sheperd* ou o *Sabarmati*, ou alguns anos mais tarde pela locomotiva,<sup>8</sup> contariam por certo com o apoio da já forte comunidade goesa que os acolheria bem e certamente os levaria para momentos de muita diversão no seu *Lusitanian Sport Club*, instituição bastante considerada no meio social de Bombaim e uma colectividade de mérito no *sport* local.

Para as bolsas mais limitadas, descobriam-se novos espaços na enorme extensão territorial das Novas Conquistas. Apesar das más estradas e de incómodos de ordem vária, estes eram facilmente levados de vencida pelas novas e confortáveis carruagens *Victoria*, a tracção, mas já providas de rodas de borracha, oriundas das melhores fábricas de Bombaim.

Eram belos “passeios”, por entre uma vegetação exuberante, salpicada por “... belas e vistosas edificações – vastas, apalaçadas, de entradas em balcão

ou alpendradas, de varandas corridas ou de sacadas nobres de muitas janelas, em arco, em ogivas, trilobadas, largas, estreitas, geminadas [...] na sua maior parte com o exterior, caído, pintado, faiscando ao sol.”<sup>9</sup> Para a elite goesa torna-se um hábito o passeio até à encantadora cascata de Arvalém, em Sanquelim, no centro de uma densa mata de árvores enormes, frondosas, de troncos membrudos. Caetano Gracias assim descreverá estas quedas de água, uns anos mais tarde, em 1930: “... é simplesmente encantador o belo panorama em volta e que se divisa ao longe, através do cristal diáfano daquele oceano aéreo pela frente, de imensa cordilheira das montanhas azuis de Satari, cuja esplêndida miragem fascina a visão e inebria a alma com os gozos daquela virgem natureza.”<sup>10</sup> Estes passeios, interrompidos com a revolta do Dadá Ranes, em 1895,<sup>11</sup> reiniciaram-se logo após a pacificação.

#### JARDINS, PASSEIOS PÚBLICOS E *SPORT*

As deficientes condições de vida, o carácter nefasto das doenças e epidemias, a insuficiência de recursos médicos, a deficiente higiene pública, a

## MACAENSES



Grupo de caçadores, cerca de 1900, in Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Album Macau. Sítios, Gentes e Vivências*, Macau, Livros do Oriente, 1991.

pobreza da alimentação, que como refere Hasse (1993), se faziam sentir em Portugal nos finais do século XIX, também se manifestaram nas paragens do Portugal Oriental.<sup>12</sup> A Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa, criada em 1844 para dotar os territórios do Oriente português de bacharéis em medicina, via-se impotente para satisfazer tal desiderato que se arrastava desde há décadas.<sup>13</sup> Também aqui se fazia, assim, apelo a uma nova ordem: a da devolução à natureza do seu papel restaurador.

Os governadores foram os primeiros a dar o exemplo de procura dos benefícios na Natureza. Saldanha (1925) refere que os vice-reis da Índia dispunham de um palácio de recreio em Daugim de Cima, um aprazível sítio sombreado de palmeiras e opulenta vegetação, rodeado de um belo jardim e com larga vista para o Mandovi. Como casa de campo e praia, também circundada de luxuriante vegetação, tinham o Palácio do Cabo no promontório no extremo ocidental da ilha de Tissuari, e ainda o Palácio do Deão, uma casa

apalaçada para o seu recreio, em Quepém, nas matas dos contrafortes da cordilheira dos Gates, deixada em testamento pelo deão da Sé Primacial de Goa, padre José Paulo da Costa Pereira de Almeida, com a condição de terem sob a sua protecção a Igreja de Santa Cruz, por ele erguida em Quepém, nas “Novas Conquistas”.

Em Macau, o governador António Sérgio de Sousa (1868-1872) adquiriu, em 1872, o palacete do padre Vitorino Almeida para residência de Verão, num local aprazível, rodeado de vegetação luxuriante e de nascentes de água, local que veio mais tarde a designar-se por Jardim da Flora.

Era a procura do espaço, entregue à influência benéfica das regiões afastadas dos constrangimentos quotidianos. Era a procura do fremente silêncio vegetal, apenas entrecortado pelo gotejar das fontes e pelo fresco murmúrio das quedas de água e, provavelmente, de uma fuga em relação ao povo, qual manifestação de selectividade. Nada mais do que a procura do justo equilíbrio, do culto pela Natureza, tão enraizada entre

os antigos gregos, tal como nos lembra Hasse (1993), baseado na ideia de prevenção e de manutenção da saúde do corpo.

Ao gosto pelo ar livre e pela prática do veraneio, iniciado nos princípios do século XIX, junta-se agora o gosto pelos jardins e “passeios públicos”. Este gosto irá despertar uma nova linguagem urbana, com novos valores arquitectónicos e uma nova estética: jardins, fontanários, coretos, pódios. Pode afirmar-se que neste período colonial se procurou que a sociabilidade pública se sobrepusesse à sociabilidade privada, que ainda muito se fazia sentir junto das classes mais favorecidas.

Macau foi dominado ao longo dos séculos por uma paisagem árida, com uma orografia acidentada, e onde praticamente as zonas planas não existiam. O seu aspecto desolador resultou de factores climáticos adversos, como os ventos marinhos e as grandes precipitações, que agravavam a erosão da camada arável (Estácio, 1998). Em 1851, o governador Francisco António Gonçalves Cardoso (1851) inicia o combate a esta paisagem inóspita, e no governo de José Rodrigues Coelho do Amaral (1863-1866) é inaugurado o primeiro Jardim Público de Macau: o Jardim de São Francisco.

Situado junto à marginal da Praia Grande, tornou-se o Jardim de São Francisco uma peça fundamental no desenvolvimento e vida da cidade, reforçando o seu importante papel social, permitindo a convivência dos diferentes estratos populacionais que passaram a buscar nele a possibilidade de fruir momentos de lazer e de convívio (Estácio, 1998). Durante muito tempo foi o palco das festas da cidade. Segundo Teixeira (1979), a banda militar, ao pôr-do-sol, aos domingos e quintas feiras,<sup>14</sup> alegrava o ambiente. Outras vezes eram as trupes de saltimbancos e acrobatas chineses que aí exibiam as suas habilidades. Este jardim foi o autêntico *rendez-vous* da cidade. Apesar de vítima de vários tufões e larápios, continuou ao longo de décadas a ser uma estância acolhedora, tal como refere um articulista em 1930: “... em que ali à noite se via o Governador da Província com sua família, a sociedade elegante, dando-se *rendez-vous* em quanto a Banda Policial ia tocando a *gazza ladra* de Rossini e outras melodias avoengas que se por si não despertavam atenção constituíam no entanto um motivo e dos mais belos para tornar aquele jardim num ponto de reunião da fina flor da sociedade. Ali se conversava, se discutia passeando até perto da meia noite.”<sup>15</sup> Porque algumas

vezes os pingos anunciadores do aguceiro obrigavam a uma fuga, não era raro ver instantaneamente organizada uma *soirée* no Grémio Militar. / *O tempora! O mores!* Em que o Jardim de São Francisco era como que um grande salão onde se combinavam *salsifrés* e *piqueniques*.”<sup>16</sup> Os governadores que se seguiram,

*Para os portugueses  
de Macau, sobretudo  
para os que dispunham  
de algumas posses, ir até  
Xangai era uma obrigação.*

como o conde de S. Januário, Januário Correia d’Almeida (1872-1874), Carlos Corrêa da Silva (1876-1879) e Tomás de Sousa Rosa (1883-1886), a par de uma corajosa intervenção urbanística (corajosa, porque chocava entre a vontade dos governantes para desenvolver a cidade – abrir estradas, reordenar portos e conquistar terrenos ao mar – e os usos e costumes da maioritária população chinesa), lançaram as raízes para o aparecimento de outros jardins, conforme o quadro que se segue:

Ano	Designação	Equipamento
1865	Jardim de São Francisco	Coreto e Fontanário
1882	Jardim do Chunambeiro	–
1883	Jardim da Flora	Fontanário
1885	Jardim Luís de Camões	Pódio. Busto de Camões
1890	Jardim da Montanha Russa	–
1897	Jardim Lou Kao, depois Lou Lim Ieoc	Motivos Chineses
1898	Jardim Vasco da Gama	Coreto

Jardins de Macau na segunda metade do século XIX.

Possuindo a península de Macau, na época, uma extensão aproximada de 4 km<sup>2</sup> e uma população de 85 mil habitantes, aproximadamente,<sup>17</sup> demonstraram aqueles governadores dar à cidade, enquanto pólo de desenvolvimento, um equilíbrio harmonioso, no que

## MACAENSES

se refere a espaços de lazer. Esta importância crescente do lazer no ordenamento do Território, está em conformidade com o movimento romântico da época.

Em Goa, território vasto, dotado de uma exuberante e tropical flora, o aparecimento dos jardins não foi tão fulgurante como em Macau, apesar da marcante obra realizada uns séculos antes por Garcia d’Orta:

Local	Designação	Equipamento <sup>18</sup>
Campal <sup>19</sup>	Jardim Francisco Luís Gomes	Coreto
Mapuçá	Jardim Municipal <sup>20</sup>	–
Margão	Jardim Jorge Barreto	Coreto
Nova Goa	Jardim Garcia d’Horta	Coreto e Pódio
Nova Goa	Jardim D. Luís	Coreto
Vasco da Gama	Jardim Municipal	Coreto

Jardins da Índia na transição do século XIX para o século XX.

Tanto em Goa, como em Macau, os jardins constituíram espaços privilegiados de saudável sociabilidade. Se o ar livre, o Sol, a vegetação verdejante e em alguns casos a água, são por todos reconhecidos como conciliadores para a reabilitação dos corpos e o recuperar das forças (Hasse, 1993), a música, que por lá se fazia ouvir, era também considerada. Uma mensagem cultural que tornava aqueles espaços um ponto de encontro universalmente aceite e cujas sessões tanta graça e frescura davam às pequenas cidades e vilas, tal como referia um periódico da época: “... atenuando os rigores do trabalho, amenizando as horas de ocio e diminuindo a monotonia local, não sómente produzem um salutar efeito sobre os organismos, mas também constituem uma atracção de que póde redundar grande beneficio para a povoação e para o thesouro fazendário e camarário, com o impulso que necessariamente darão ao commercio e industrias locais”.<sup>21</sup> O gosto pela música alcança, assim, cada vez maior amplitude. Os coretos são locais concorridos, onde um vasto público espera com paciência estas sessões semanais ao ar livre. Por lá vão passando, ao longo dos anos, inúmeras bandas, depois orquestras, fossem militares, da polícia ou municipal, que tocam tarantelas, boleros, zarzuelas e valsas. A todos atinge e une, independentemente da sua cultura e língua, proporcionando um derivativo e calmante, bem como

educando o bom gosto e até desinibindo, pois muitos não hesitariam certamente em exhibir uns passos de valsa, como era moda nos jardins de Viena, onde esta dança se impôs como a dança triunfante do século XIX.

Neste período, os “passeios públicos” dignos de nota eram os seguintes: o da Praia Grande, em Macau e o Campo de D. Manuel, em Nova Goa. Situados à beira-mar, foram lugares agradáveis onde, durante muitas décadas, circularam as finas e elegantes sociedades locais. *Passarellas* para uma moda em desfile permanente; palcos para os *dandies* de ocasião que cuidam sempre do seu “parecer”, como referiu Fernandes (1997). Todos aí caminhariam certamente até ao pôr-do-sol, aproveitando a brisa fresca da tarde, num ir e vir autêntico de um *Promenade des Anglais*.

Em Nova Goa, o Campo D. Manuel torna-se nesta transição do século e, principalmente, durante a governação do general Joaquim José Machado (1897-1900), o “postal de visita” da cidade, espraiando-se na margem do Mandovi e até Campal, pouco antes da Praia de Miramar. Diversos testemunhos documentam nele um vasto leque de actividades recreativas: as crianças divertindo-se com os *patang* (papagaios de papel), ou com balões coloridos, ou ainda jogando ao *appá-lippá* (jogo das escondidas); ou, então, estáticas e em grupo, jogam certamente ao *appó jingappô* ou ao *mutt*. Outros, acompanhados pelos pais, divertem-se nas sempre presentes diversões mecânicas, o encanto da petizada: os “cavalinhos” e os baloiços. Os mais crescidos, jogam ao *cricket* e ao *football*, que entretanto ganhara já multidões de adeptos. Alguns passeiam de *tonga*, carruagem de duas rodas puxada a cavalos que veio substituir a *machila*,<sup>22</sup> e outros ainda assistem no coreto à Banda do Corpo de Polícia de Nova Goa tocando “... as músicas em voga como as operetas *La Diva* de Offenbach ou *Reconocenza* de Ficini,<sup>23</sup> ou a sempre esperada, porque sentimental e “... romântica valsa de Strauss *Le beau blue Danuby*”.<sup>24</sup> Muitos pedalam agora as novas e confortáveis “Garrison”, já não novidade como tinham sido o “grande bi” ou as “Rover” que se lhe seguiram, já com câmara de ar e que fez do ciclismo um culto na transição do século “... conquistando rapidamente muitos amantes para este sport...”.<sup>25</sup> Para os interessados, existia um pequeno ancoradouro com *tonas*, pequeno barco fluvial de um mastro ou a remos, forrado a esteiras, que proporcionava agradáveis e românticos passeios pelo rio, local predilecto dos rapazes para aí jogarem ao *gadi*.<sup>26</sup>



## MACANESE

Em Macau, a marginal da Praia Grande continuava a ser a sala de visitas do Território. Vítima de vários e destruidores tufões, como os de 1831 e 1867, sofreu diversas e inteligentes beneficiações que lhe deram uma impressão de nobreza e beleza romântica. Inspiradora de pintores de renome, tais como George Chinnery e Marciano Baptista, leva Vaulecourt a compará-la com a *Côte d'Azur: Et la belle route du tour d'île, qui se déroule à flanc de falaise comme une corniche de Côte d'Azur*.<sup>27</sup> Também o francês Jean Dalbry assim a referiu: *Au bord de l'eau courant sur une longueur de deux kilomètres les coquettes habitations d'un quai tout neuf. Toute la scene respire un air de vivifiante gaité*.<sup>28</sup>

Na verdade, ligado ao jardim público de São Francisco, era todo este espaço um cenário idílico, onde as famílias num ir e vir constante faziam longos passeios a pé, aproveitando da brisa fresca da tarde ou da noite para veranejar ao longo da praia (Teixeira, 1979). Também aqui não rareavam os *dandies*, como nos refere Fernandes (1997, p. 32): "... ao cair da tarde os *dandies* percorriam [a Praia Grande], caracolando os seus alazões ou a pé, até ao Passeio Público que era o Jardim de S. Francisco, na época, um jardim fechado e mui frondoso, cumprimentando-se e derriçando as donzelas que vinham de cadeirinha, acompanhadas dos papás circunspectos ou da inevitável chaperone".

Plagiando o *Diário de Notícias*, surgem as críticas no *A Verdade*. Seja pela positiva: "Andar a pé, moderadamente e sem chegar ao cansaço, já se sabe, é um exercício que a todos é preciso, e que não tem, se pode dizer-se contra-indicações algumas".<sup>29</sup> Ou pela negativa: "... se marchar por largo tempo, ou se a marcha se transformar por hábitos de incontinuas estafas [...] mas para um resultado é necessário uma educação e preparação prévias, bem como uma organização sadia".<sup>30</sup>

Critica-se mesmo a forma como muitos se apresentam: "... parece impossível – hoje –, é por elegância, afectar-se uma certa diminuição no sentido da vista, o monóculo, a luneta e o *lorgnon* de punho, são usados por muita gente que d'elles não precisa a título de utensílio engraçado e galhardo. Desacreditou-se como encanto, a palidez excessiva e o ar achacado, mas, a redução da agudez visual, a ajuda como instrumento de um ou dois vidros, e até um certo piscar dos olhos, são tidos ainda como recurso para aumentar a beleza e a graça. Cafú a graciosidade da anemia e da gestralgida; ficou a galantaria e o sal da miopia, o que

pode a presumpção atrevida!"<sup>31</sup>

Outros, nos seus "... *jerinkshas*"<sup>32</sup> particulares, puxados a dois cules em trajos coloridos, rodam silenciosamente e ligeiros no leito macio da avenida plana".<sup>33</sup> Todos gozavam "... o sortilégio de certas noites, em que as águas se polvilhavam da farinha branca do luar e a brisa do sul trazia indefinidos odores tropicais".<sup>34</sup>

Certamente que enquanto os pais assistiam à banda, que frequentemente animava o coreto, as crianças macaenses tirariam as sortes<sup>35</sup> pelo *chai feng*, para darem início a alguns dos seus jogos preferidos o *t'iu ôc kei* (ou *tá pá*, jogo da macaca), ou o *triol* (jogo dos berlindes), de feições lusitanas, como tão bem nos referiu Amaro (1972).

Tal como em Goa, muitos por aqui exibem também a grande novidade, pedalando desenfreadamente ao longo do "passeio público", sendo alvos de crítica, pois "... prejudica grandemente os cardíacos e os ahórticos; que é um género de exercício que expõem aos resfriamentos e bronquites; e que os participantes apanham tombos e quedas a toda a hora. Junte-se que a posição do ciclista é informe e feia, e que a sua invenção se não pode considerar um troféu para a higiene. Desenvolver as pernas e comprimir os órgãos do peito e do ventre, nunca deverá ser o ideal dos exercícios que a higiene recomenda".<sup>36</sup>

Bem depressa estes amantes do ciclismo, agora com as novas e potentes Raleigh, importadas directamente de Inglaterra pela Macao Cycle Depot, ensaiam novos percursos. O destino ideal era a Praia da Boa Vista, na Areia Preta, agora estância balnear frequentada pela nata da sociedade macaense, à procura dos efeitos medicinais e profilácticos recomendados pelas revistas metropolitanas e que era de *bon ton* exhibir.

O século XIX foi também, nas colónias do Oriente, um século de contradições, fruto da revolução industrial e do pensamento liberal: a uma nova mentalidade, novos modos de vida social, novos gostos, ainda se opôs a vida degradante dos povos locais, votados ao esquecimento, pese embora ter havido algum progresso da consciência social. A exemplo do que se passou em Portugal, todas estas inovações no campo do culto romântico pela Natureza, enquanto regenerador energético e libertador, vieram nestes territórios portugueses corresponder à necessidade de demonstração da elegância, força e habilidade por parte

## MACAENSES

de uma aristocracia ociosa e decadente, mas também, de uma burguesia em ascensão que se fazia sedutora e cortês na procura de uma nova ordem para o corpo.

O *sport*, uma invasão cultural em emergência, combatida ou não, iniciará a sua marcha triunfal e imporá a sua hegemonia; com o tempo a todos conquistará num clima de convivência e

aproximação, com a particularidade do seu fomento se ter caracterizado de maneira distinta: em Goa segundo um modelo escolar, pouco consistente e disperso; em Macau por uma forte componente militar. **RC**

N. do E. – Extracto da tese de doutoramento de Cândido do Carmo Azevedo “O Lúdico na História do Oriente Português. Um Diálogo Intercultural do Século XVI ao Século XX”.

## NOTAS

- 1 Existente em Goa desde 1859, mas ligado a Portugal apenas a partir de 1879. Em Macau desde 1886.
- 2 In R. Garaudy, *Para um Diálogo das Civilizações. O Ocidente é um Acidente*, p. 114.
- 3 In *The China Gazette*, 16/09/1897.
- 4 In *O Progresso*, 21/12/1888.
- 5 In *O Independente*, 13/06/1880.
- 6 Cf. *O Porvir*, 30/04/1898.
- 7 In Bento da França, *Macau e os seus Habitantes. Relações com Timor*, pp. 193-194.
- 8 Em 1882 fez-se a ligação por caminhos de ferro de Goa à Índia inglesa.
- 9 In P. Noronha, *Olhares sobre Goa*. Policopiado. Gavana: Nova Goa, 1989, p. 6.
- 10 C. Gracias, “A Cascata de Arvalém”. In *Heraldo*, 13/02/1930.
- 11 A revolta foi dominada por uma expedição vinda de Lisboa e comandada pelo infante D. Afonso, irmão do Rei de Portugal, que depois permaneceu em Goa como vice-rei.
- 12 Este período foi mais drástico para as famílias humildes de Macau, que pela sua grande concentração populacional (cerca de 65 mil habitantes), vivia momentos de grande miséria devido ao corte do tráfico de cules, à supressão do contrabando de ópio, à concorrência de Hong Kong e a vários e impiedosos tufões que ali se manifestaram.
- 13 Cf. *Anuário da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa*, 1916.
- 14 Porque era de grande adesão popular, o horário da actuação da Banda Militar vinha publicado no Boletim Oficial.
- 15 O horário deste jardim no início do século XX, assim determinava: Verão (Maio a Setembro) das 6 às 24h, Inverno (Outubro a Abril) das 7 às 21h (Teixeira, 1979).
- 16 In *Jornal de Macau*, 17/07/1930.
- 17 O primeiro censo oficial data de 1886.
- 18 Alguns coretos foram construídos *a posteriori*.
- 19 Arredores de Nova Goa, a caminho da praia de Mira Mar.
- 20 Depois Jardim Municipal Mártires da República.
- 21 In *O Porvir*, 12/10/1901.
- 22 Cadeirinha com dois assentos suspensos por meio de cadeias de ferro a uma cana, com toldos de chita para resguardo do sol, conduzida por quatro carregadores (“boiás”).
- 23 In *Heraldo*, n.º 1448, 1905.
- 24 In *O Heraldo*, 05/03/1905.
- 25 In *O Heraldo*, 22/01/1900.
- 26 Jogo competitivo entre crianças, praticado à beira das várzeas e rios de Goa. Consistia no lançamento de pedras chatas ou bocados de telha, ganhando aquela cuja pedra tocasse o maior número de vezes na água.
- 27 In Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. I, p. 70.
- 28 In Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. I, p. 70.
- 29 In *A Verdade*, 09/01/1910.
- 30 In *A Verdade*, 09/01/1910.
- 31 In *A Verdade*, 09/01/1910.
- 32 Riquexós
- 33 In Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. I, p. 72.
- 34 In Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. I, p. 75.
- 35 In Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. I, p. 75.
- 36 In *A Verdade*, 09/01/1910.

## BIBLIOGRAFIA

- Amaro, Ana Maria. 1972. *Jogos, Brinquedos e Outras Diversões de Macau*. Macau: Imprensa Nacional.
- Cai, Yangwu. 1996. *The absorption of western Physical Culture by Shanghai and the formation of the Shanghai Modern Physical Culture System. Procedures of 3<sup>rd</sup> International ISHPES Seminar on Sports History, “Sports: The East and the West”*, Schunde, Academia Verlag: Sankt Augustin, pp. 64-67.
- Estácio, António. 1998. “Evolução das Zonas Verdes, sua importância e origens da flora de Macau”. Macau: *Revista de Cultura*, 35-36 (Abril-Setembro), pp. 207-216.
- Fernandes, H. de Senna. 1997. *Nam Van. Contos de Macau*. Macau: 2.ª edição. Instituto Cultural de Macau.
- França, Bento da. 1897. *Macau e os seus Habitantes. Relações com Timor*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Furet, François. 1995. “Introdução”. In *O Homem Romântico*. Lisboa: Editorial Presença. pp. 4-14.
- Garaudy, Roger. 1977. *Para um Diálogo das Civilizações. O Ocidente é um Acidente*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Hasse, Manuela. 1993. *O divertimento do corpo. Lazer e desporto na transição do século XIX para o século XX em Portugal*. Lisboa: [texto policopiado]. Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto. Universidade Técnica de Lisboa.
- Knuttgen, H. G., Ma, Q. & Wu, Z. ed.. 1990. *Sport in China*. Chicago: Human Kinetics Publishers.
- Saldanha, Gabriel, Pe. 1925. *História de Goa. Política e Arqueológica*. Nova Goa: 2 vols. Livraria Coelho.
- Teixeira, Manuel, Pe. 1979. *Toponímia de Macau*. Vol. I. Macau: Imprensa Oficial.
- Woodcock, George. 1969. *The British in the Far East*. New York: Atheneum.



## Shanghai Dancing

Brian Castro

Artarmon NSW, Giramondo Publishing Co., 2003

pp.xii+449

ISBN 0 9578311 8 8

DAVID BROOKSHAW\*

Brian Castro is one of Australia's foremost contemporary writers, author of seven novels to date and a book of essays. *Shanghai Dancing* is probably his most ambitious novel yet, and one that contains themes present or hinted at in some of his previous novels: the quest motif and thriller element that characterized *Pomeroy*, and the interest in and discussion of deracination, duplicity and hybrid multiplicities that runs through his other works of fiction such as *Birds of*

*Passage* and *After China*, both of which focus on Chinese migration to Australia, and *Stepper*, a novel of espionage set in Japan during the 1930s. In the author's own words, *Shanghai Dancing* is a "fictional autobiography (...) loosely based on my family's life in Shanghai, Hong Kong and Macau from the 1930s to the 1960s". The historical range, however, is far wider, and extends back to the Dutch wars of the seventeenth century and the reconstruction of the circumstances that brought Israel Castro to the Far East from Brazil, while at the other end of the timescale, it comes up to the handover of Hong Kong to China in 1997.

The narrative is based on family stories and memories, which are both enlivened by and breathe life into the grainy black and white photos of relatives and scenes from pre-war Shanghai. In many ways, the novel is a homage to the author's parents, Arnaldo José, a Shanghai Portuguese businessman, jazz musician, part-time policeman and volunteer soldier, *bon viveur*,

\* Professor of Luso-Brazilian Studies at the University of Bristol, England. His specialist interest is in the field of colonial and post-colonial literary discourse. He has published widely on Brazilian and Lusophone African literatures, and is also a literary translator. His most recent book, *Perceptions of China in Modern Portuguese Literature – Border Gates*, is currently at press.

*Professor de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade de Bristol, Inglaterra. Investigador da área de teoria literária colonial e pós-colonial. Tem vasta obra publicada sobre literatura brasileira e da África lusófona, sendo também tradutor literário. A sua mais recente obra ensaística (Perceptions of China in Modern Portuguese Literature – Border Gates) está actualmente no prelo.*

## RECENSÃO

womaniser, whose fortune is lost when the city falls to the Japanese, and Jasmine Xixiu Wing, daughter of a Chinese doctor and English missionary. The family seeks refuge in Hong Kong, Arnaldo José survives internment during the Japanese occupation, and the family has to begin its struggle for survival after the war. By this time, António (Castro's narrator and *doppelgänger*) is born, and by 1961, like the author himself, is packed off to boarding school in Australia by an impetuous, authoritarian father, determined that he should learn English, an act for which he is repaid when, to his chagrin, the son embarks on a literary rather than a business career. In writing a work of fiction that is so close to the life experiences of himself and his family, Castro indulges one of his favourite postmodern themes, which is to demonstrate the inter-relationship between so-called historical fact and fiction, and, as part of this process, to write himself into his narrative, melding with his own fictional creation, and by so doing re-inventing himself. Thus, António, like his creator, Brian Castro, was born on a ferry between Macao and Hong Kong in the middle of a typhoon. When António returns to Macao at the end of *Shanghai Dancing* in pursuit of questions relating to his family's past, he again escapes the grip of that past along with its ghosts on the last ferry before a typhoon: he therefore undergoes a re-birth.

The central metaphor of the novel is, of course, dance. It is enhanced by the picture on the book's very cover, the dated photo of the jazz combo of the Clube Lusitano, the time-honoured association of the Hong Kong Portuguese, which reached its zenith during the period covered by the novel. Notwithstanding the definitions of 'Shanghai dancing' that Castro playfully gives us (syphilis, a rite of passage) to underscore the significance of the title of his novel, it is tempting to see the very act of dancing as an entirely self-contained ritual, unconscious of either past or future: before the music begins, there is no dancing, when it ends, the dancing stops. Like the dancer, Castro's father and his generation were focussed only on the present, a borrowed time, like life itself, of making money and enjoying the luxury and promiscuity that Shanghai seemed to offer its foreign settlers in the 1920s and 30s. But like the medieval Dance of Death, Castro's metaphor is both a warning to powerful men and an invitation to recall the shortness of life. Dancing is, therefore, both ritual (and rite of passage, as Castro

tells us), and a celebration of life, improvisation and cadence. It is also a repeated ritual that runs through the 'incautious' Latin side of Castro's family down the ages. Equally, as a metaphor for life, it contains within it the danger of death, which is why it can also be a ritual of entrapment: Isaac Castro dances with the fair Isabella, even as he is being accused of sympathizing with the Dutch in their battle with the Portuguese for control of Recife in 1643; Arnaldo dances the night away in Shanghai even as the city is under threat from the invading Japanese; António escapes the seduction of his cousin, Cindy Ling, on the dance floor of the Bela Vista Hotel in the Macao of 1997, thus avoiding the possibility of being drawn into the twilight business dealings of Lobo Ling, triad boss and gambling tycoon.

With the exception of a handful of works by writers rooted in Macao, Brian Castro's latest *tour de force* is the first novel in any language to evoke the experience of the Portuguese Eurasians in China, the oldest of any western diaspora in East Asia. *Shanghai Dancing* reminds us of the origins of this community deep in the sixteenth and seventeenth centuries. It reminds us of the crucial role played by New Christian traders and adventurers who fled the Inquisition in their Iberian homeland to travel the trade routes between Brazil, Africa, the Indian Ocean and the China seas, mingling with the populations they met on the way. It reminds us of how the city of Macao developed, and its importance as a hub in a network that included Malacca, Manila and Japan, and later the treaty ports of China. Like many writers whose cultural roots lie in communities whose halcyon era, socially and economically, lay in an age of European colonial hegemony, communities which have been dispersed into other diasporas, Castro's fictional world is one haunted by the weight of the past and a sense of loss. In this, he is like Ondaatje and Naipaul. This is why the stitching together of a past from fragments of memory, family tales and myths, the deciphering of documents and even photos, is an act of historical narration, a way of coming to terms with that past. Yet countering that sense of loss, the act of writing itself celebrates Castro's multiple, cosmopolitan affiliations, questioning notions of essentialism and, in the manner of his distant Luso-African cousins, Mia Couto and José Eduardo Agualusa, suggesting that identity is a continuous creative process rather than a fixed state. **RC**

## RESUMOS

**A Inserção das Filipinas na Ásia Oriental (1565-1593)**

Após a sua chegada às Filipinas, em 1565, durante as primeiras décadas de presença contínua na Ásia Oriental os conquistadores espanhóis modificaram o modelo colonial que tinha sido estabelecido nas Filipinas. A exportação do modelo colonial americano deparou com um ambiente muito diferente. As Filipinas não tinham nem o ouro nem a prata que esperavam encontrar, as estruturas agrária e populacional dificultavam uma rentabilização da terra, a curto do prazo. A lógica mercantil prevaleceu. A relação entre as ilhas Filipinas pré-hispânicas e outros circuitos da Ásia Oriental revelou-se essencial para a sobrevivência e rentabilização da colónia espanhola. A ligação entre o mar de Sulu e o sultanato de Manila com as rotas comerciais que uniam a costa chinesa com os espaços do Sudeste asiático, através do Bornéu, revelou aos Espanhóis das Filipinas a importância da China na zona. O crescente fluxo migratório chinês para Manila, que passou de 50 chineses que ali se tinham estabelecido, em 1570, para mais de 5.000, em 1580, fortaleceu a ligação da capital filipina com a costa de Fujian. A abertura parcial das duras restrições ao comércio marítimo na província chinesa de Fujian, em 1567, favoreceu este processo. Também a união dinástica com Portugal, em 1580, alterou significativamente o estado de coisas na Ásia Oriental. Os Espanhóis de Manila tentaram impor a sua supremacia na área, mas as orientações régias tenderam a respeitar a separação e a preservação dos sistemas coloniais português e espanhol. A união dinástica provocou a ilusão da “monarquia universal” e o sonho do “império onde o sol nunca se põe”. Macau e Manila eram os enclaves extremos de dois sistemas coloniais que tinham chegado à Ásia Oriental de direcções opostas. Os repetidos fracassos espanhóis para controlar as ilhas Molucas, durante estas primeiras décadas de presença na zona, e o recente fortalecimento centralizador e

expansionista do Japão marcam também uma dinâmica da adaptação espanhola à lógica das comunidades mercantis coexistentes, mas rivais, na área do Sudeste asiático do século XVI. [Autor: Manel Ollé i Rodríguez, pp. 6-22]

**Portugueses e Espanhóis em Macau e Manila com os Olhos na China**

Neste texto pretendemos analisar as relações político-diplomáticas entre Portugueses e Espanhóis que enquadram as relações mercantis entre Macau e Manila. O próprio surgimento do Senado de Macau, em 1583, e a sua legitimação pelo Vice-Rei da Índia (em 10 de Abril de 1586), foram um reflexo do esforço da comunidade portuguesa de Macau de melhor se organizar para, por um lado, impedir a sua anexação pela autoridade espanhola das Filipinas e, por outro, para obter um certo reconhecimento das autoridades chinesas, que protegesse Macau da penetração espanhola na China, inviabilizando, assim, a participação directa dos Espanhóis no comércio com o Império do Meio e anulando a tentativa espanhola de dispensar os Portugueses de Macau como intermediários do precioso comércio da China. Veremos os interlocutores, as manobras dos respectivos grupos de pressão, degladiando-se reciprocamente, uns pela defesa e outros pelo ataque à realização da rota Macau-Manila. Veremos que as solidariedades dos respectivos grupos se instituíram, preferencialmente, à volta da defesa dos interesses das respectivas rotas mercantis, mais que pelo elemento de pertença a determinada nacionalidade. Referir-nos-emos igualmente aos períodos de aliança entre Portugueses e Espanhóis contra os outros concorrentes europeus, nos mares da Ásia. Analisamos a forma como Macau sobreviveu à dramática crise decorrente da sua sucessiva expulsão das rotas que eram o seu sustento principal (Japão, 1638-9; Malaca, 1641; e,

finalmente, Manila, em 1642). Por fim, analisamos comparativamente Macau e Manila, identificando os elementos comuns ao seu desenvolvimento económico-social e urbano.

[Autor: Rui D'Ávila Lourido, pp. 23-45]

**Poder, Sociedade e Comércio: A Relação Histórica entre Macau e as Filipinas (Séculos XVI – XVIII)**

Remonta ao século XVI, aquando da fixação dos Espanhóis nas Filipinas, o comércio entre Macau e Manila, embora muitas das vezes ilegal e sofrendo a concorrência de outros povos. A ocupação espanhola das Filipinas e, depois, o afluxo de prata da América, atraíram ainda mais Chineses, principalmente do Fujian (Fukien), embora fosse já anterior à fixação dos Espanhóis a existência desta comunidade nessa região. Nesta época, Manila e Macau desenvolveram-se como poderosos centros mercantis de difusão da seda, porcelana e outros produtos chineses na Ásia do Sueste, no Japão, na Índia, na América e na Europa. Comércio este que se inseria nas malhas do comércio tradicional inter-asiático bem como nas novas redes mercantis entre o Oriente e o Ocidente, pelo Índico e Pacífico. A abertura ao comércio marítimo, que se registou sob a dinastia Ming, nos finais do século XVI, incentivou o comércio chinês com a Ásia do Sueste. Esta abertura do Império do Meio ao comércio com o exterior facilitava as tentativas dos Espanhóis das Filipinas de comerciarem directamente com a China, apesar dos protestos dos mercadores de Macau. Outro factor a avolumar as preocupações destes era o comércio directo de Manila com o Japão, apesar de todas as proibições oficiais. Os mercadores de Macau iriam envidar todos os esforços para não perder o mercado chinês e os seus rendimentos, continuando com as viagens clandestinas para Manila, quer através de barcos e agentes chineses, quer por rotas

## RESUMOS

indirectas, como o Japão e portos da Ásia do Sueste. Por outro lado, intensificaram a pressão para a abertura e legalização da rota Macau-Manila. Assim, as autoridades do Estado da Índia decidiram legalizar e oficializar esta rota, como única forma de a fiscalizar, através de um regimento de monopólio real (em 1623). Em 1629, o Conselho da Fazenda (constituído pelo Vice-Rei, Ministros e Deputados do Estado da Índia) decidiu a passagem a um sistema de concessões à exploração particular. Em 1637, no entanto, volta a ser monopólio régio, passando os lucros da viagem para a Fazenda Régia e proibindo-se todo o comércio particular. Mas o comércio continuava, embora oficialmente interdito, de uma forma clandestina ou encapotada. Utilizavam-se, assim, outras rotas que permitiam a comunicação com Manila, através da Ásia do Sueste, Índia ou Japão, ou fretando navios de outras nações. Depois da expulsão dos Portugueses do Japão e do corte de relações com Manila, na sequência da Restauração da Independência, os mercadores de Macau socorriam-se igualmente de rotas intermediárias, como Macassar e Banten, para obterem a prata de Manila. Na primeira década do século XVII havia imensos comerciantes e estrangeiros em Manila: Chineses, Japoneses, Malaqueiros, Javaneses, Franceses, Italianos, Gregos, Espanhóis (homens e mulheres) e muitos Portugueses. Estes, segundo o Pe. Videira Pires, ali fundaram uma Misericórdia, sucursal da de Lisboa, em 1606. Também o Prof. Charles Boxer diz que: “houve um ramo florescente em Manila, fundado em 1606, segundo o modelo da casa-mãe de Lisboa; outro em Nagasaki, que tinha fama em todo o Japão pelas suas obras de caridade, antes de ter sido extinto durante as perseguições que começaram em 1614.” No século XVIII, as principais nações europeias lançaram-se abertamente na luta comercial pela conquista dos mercados da Ásia, com grande prejuízo para Macau. Em 1730, a China abriu Cantão ao comércio internacional, passando os navios de Manila a seguir directamente para aquela cidade, causando o declínio do porto de Macau.

No século XIX, as guerras napoleónicas e as revoltas na América Latina reduziram Manila a um porto de categoria secundária. [Autor: Leonor Diaz de Seabra, pp. 46-58]

### Filipe II, Rei de Espanha e Portugal, e as Relações entre as Filipinas e Timor

As relações de cooperação entre as Filipinas e a jovem República Democrática de Timor Leste são presentemente não apenas intensas como extremamente cordiais. A mesma compreensão se encontra na colaboração religiosa, sendo muitos os sacerdotes, religiosos e religiosas filipinas que presentemente trabalham em Timor Leste, dos grupos sanitários às farmácias, da actividade pastoral às obras pias, passando mesmo pelo desenvolvimento de responsabilidades paroquiais. Este artigo trata de visitar a história das relações entre as Filipinas e o território de Timor e ilhas adjacentes, chamando nomeadamente a atenção para os projectos de Filipe II investindo na secularização da governação colonial do que se chamava, na época, “capitania de Solor e Timor”, acompanhando estratégias de ligar tratos e agentes coloniais dos enclaves “portugueses” na Insulândia a essa outra colónia espanhola na outra margem do Pacífico – as Filipinas. [Autor: Ivo Carneiro de Sousa, pp. 59-67]

### Missões das Filipinas para Territórios Portugueses no Sudeste da Ásia durante os Séculos XVI e XVII

A partir do estabelecimento de Legazpi nas ilhas Filipinas, 1565-1569, e da sua intenção de estabelecer a capital da colónia numa região mais setentrional, na ilha de Luzon, mais próxima da China, revelam-se claramente as intenções espanholas de aproximação ao trato dos mares do Império do Meio e, subsequentemente, de poderem participar no grande esforço missionário na região, onde queriam

naturalmente marcar posição. Portugal, através do Padroado Português do Oriente, exercia já na região, desde a tomada de Malaca em 1511, uma grande influência neste campo da missão, apoiado naquela praça malaia e, principalmente, em Macau, placa giratória por excelência para a evangelização da China, Formosa, Coreia, Tonquim e Japão. Estas duas cidades detinham também estruturas eclesiásticas definidas, com dioceses e ordens religiosas activas e com formação e experiência missionária na Ásia Oriental. As Filipinas espanholas são, pois, a frente de avanço missionário da Espanha no Extremo Oriente. O Sínodo da diocese de Manila, terminado em 1586, marca o arranque da epopeia missionária dos hispano-filipinos no Oriente “português”, rivalizando com o Padroado na estratégia pastoral de conversão e animação católica da região. As ordens religiosas tiveram neste campo uma enorme influência, dado os seus efectivos terem sido os agentes dessa diáspora missionária a partir de Manila, tendo a China e o Japão sido os campos de missão mais almejados. Partindo-se de uma cartografia concreta, urge fixar e classificar todas as obras, impressas ou manuscritas, que documentam a história da presença de ordens religiosas europeias no Sudeste Asiático. Estas foram os gérmenes operativos e os suportes culturais, espirituais e civilizacionais pioneiros da presença ibérica no Extremo Oriente. De uma vez por todas, nunca se deverá desarticular o importante papel das Filipinas espanholas na missão no Sudeste da Ásia, em consonância como em conflito, ou independentemente, das missões portuguesas. A partir do conhecimento concreto da presença histórico-geográfica das missões religiosas ibéricas no Extremo Oriente, estaremos sem dúvida perante um conhecimento mais aprofundado da presença civilizadora – ou não – dos povos ibéricos na região e potenciador da abordagem polivalente e noutras valências científicas desse mesmo encontro de povos e culturas. [Autor: Victor Gomes Teixeira, pp. 68-79]

### **O Papel dos Dominicanos na Iniciativa Portuguesa no Oriente durante o Século XVI**

Este trabalho cobre duas partes, ambas relacionadas com o papel dos dominicanos na Iniciativa Portuguesa no Oriente durante o século XVI. Primeiro, aborda-se o seu papel na Expansão Portuguesa no Oriente durante os anos pioneiros, anos difíceis e de desbravamento. Alguns dos evangelizadores na Índia e no resto do Império Português do Oriente foram dominicanos portugueses, homens de zelo missionário e de visão da metodologia da missão. O papel que desempenharam foi absolutamente primordial. Os dominicanos, em conjunto com os franciscanos, os agostinhos e os jesuítas, foram os grandes arautos da Cristandade na Ásia. Em segundo lugar, é referida a acção dos dominicanos espanhóis na mesma Expansão Portuguesa. Os dominicanos espanhóis, que chegaram ao Oriente através do México, estabeleceram-se em Manila, nas Filipinas, com os olhos postos na China e no Japão e em outros reinos asiáticos. O autor aborda em particular a figura de Domingo de Salazar, O. P., primeiro bispo das Filipinas (1512-1594), e a sua acção na aceitação final pelos Portugueses de Macau e das Molucas de Filipe II como Rei de Portugal. O autor atribui também relevância aos esforços dos dominicanos espanhóis do Santo Rosário das Filipinas para se estabelecerem na casa/convento em Macau, esforços que, não obstante a união da coroa de Portugal sob o domínio de Filipe II, não tiveram resultados.

[Autor: Pe. Lucio Gutierrez, pp. 80-87]

### **Relações de Portugal com as Filipinas segundo os Cronistas Portugueses do Século XVI**

A historiografia portuguesa do século XVI contribuiu para a descoberta europeia das Filipinas ao assinalar e divulgar os pontos mais marcantes do início das relações entre Portugal e as gentes e as terras das Filipinas na primeira metade desse século. Tal

materia da História da Expansão dos Portugueses pelo Mundo ainda não foi estudada no seu conjunto, pelo que consideramos necessário apontar os seus elementos mais relevantes, tendo em consideração as fontes onde são focadas e que até agora não foram analisadas. Com efeito, verificámos que na maior parte da bibliografia existente sobre as Filipinas no século XVI geralmente só são referenciadas fontes espanholas, pelo que se desconhece a perspectiva de acontecimentos protagonizados por portugueses. As matérias que aqui tratamos foram registadas pelos principais cronistas portugueses que escreveram sobre temas orientais do século XVI: Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, António Galvão e Diogo do Couto, a que acrescem outros cujas obras se centram na área das Molucas. As ilhas que actualmente pertencem às Filipinas começaram a ser assinaladas pela Historiografia Portuguesa no contexto da viagem ali realizada por Fernão de Magalhães em 1521, surgindo depois referências a tais territórios no decorrer de narrativas dos esforços desenvolvidos pelos portugueses no sentido de assegurar o domínio de posições hegemónicas na Insulíndia e, sobretudo, do comércio das Molucas, onde tentaram impedir a concorrência espanhola. Ao considerarmos o facto de o centro das atenções dos portugueses na Insulíndia durante o século XVI se concentrar nas Molucas, devido à sua riqueza em cravo, e de os meios de que dispunham para nelas manter as suas posições hegemónicas serem bastante limitados, podemos compreender que não podiam dispersar tais meios pelo arquipélago que lhe ficava a norte, onde não havia bens equiparáveis que os pudessem seduzir. Em contraste com esta situação, mas neste mesmo contexto, é de assinalar que os contactos dos portugueses com as Filipinas antecederam de poucos anos o estabelecimento de relações com o Japão. Para os portugueses da primeira metade do século XVI as Filipinas foram sobretudo uma zona fornecedora de alimentos e onde se fazia algum comércio, estando a norte da rota entre

as Molucas e Malaca pela via de Bornéu, tendo ainda uma posição estratégica de onde era possível esperar a vinda da concorrência de espanhóis. Por tais motivos os portugueses ainda realizaram algumas acções no sentido de marcar presença na zona, tendo havido algumas iniciativas de contacto, tendo as mais importantes sido levadas a cabo em 1538 por Francisco de Castro. Este chegou mesmo a criar zonas de influência política e religiosa em Mindanau e nas ilhas vizinhas depois de, em 1535, João da Canha Pinto ter estado nessa zona e de ter verificado a inexistência de ouro e especiarias que para ali fossem susceptíveis de mobilizar investimentos em bens e pessoas. A situação das relações entre Portugal e as Filipinas veio a alterar-se a partir de 1565, quando os espanhóis começaram o seu domínio sobre estas ilhas, o qual não pôde ser evitado pelos portugueses, que até então se haviam limitado a uma vaga reivindicação da posse das ilhas ao abrigo do tratado de Tordesilhas (1494) e, sobretudo, do de Saragoça (1529). [Autor: José Manuel Garcia, pp. 88-94]

### **Contactos Ibéricos com as Filipinas nos Séculos XVI e XVII: Breves Apontamentos Bibliográficos**

As relações entre Macau e as Filipinas constituem um dos “buracos negros” da historiografia ibérica, como se portugueses e espanhóis respeitassem um implícito Tratado de Tordesilhas historiográfico que os impede de analisarem as relações mútuas. Apenas recentemente começaram a surgir estudos a respeito desse relacionamento, sobre o qual, entretanto, existe um conjunto de fontes narrativas, documentais e cartográficas praticamente inesgotável, sobretudo em Arquivos de Espanha. O movimento mercantil que ligou as duas cidades portuárias, sobretudo no período da União Ibérica, necessita urgentemente de renovadas abordagens. Os condicionalismos políticos que rodearam o relacionamento luso-ibérico nas partes mais longínquas da Ásia também merecem a atenção dos investigadores,

## RESUMOS

bem como os conflitos inter-europeus que, a partir dos primeiros anos do século XVII, riveram por palco o mar do Sul da China, envolvendo nomeadamente a Formosa e o Japão. Despertam ainda interesse as relações culturais que se desenvolveram entre as Filipinas, Macau e a China e que estiveram na origem de uma intensa produção textual, materializada em crónicas de conquista e missionação, tratados geográficos e etnográficos, relatos de viagens e de naufrágios. Como forma de contribuir para uma renovação dos estudos históricos em torno do eixo Macau-Manila, o autor apresenta alguns apontamentos bibliográficos despreziosos, procurando divulgar as principais fontes quincentistas e seiscentistas disponíveis, muitas delas a aguardar ainda uma exegese cuidada, e alguns dos indispensáveis instrumentos de trabalho, bem como alguma da bibliografia dedicada, ou que faz referências alargadas, à temática. [Autor: Rui Manuel Loureiro, pp. 95-107]

### Camões em Macau. Um Mito Historiográfico

Uma tradição muito persistente continua a associar Luís de Camões à cidade de Macau, onde hoje existe, inclusivamente, uma “Gruta de Camões”. O presente trabalho tenta encontrar na documentação quincentista vestígios concretos da efectiva ligação do grande poeta português à metrópole luso-chinesa do Rio das Pérolas. Tenta também averiguar a historicidade da alegada passagem de Camões pela costa meridional da China em meados do século XVI, durante as prolongadas viagens que efectuou pelos mares asiáticos, analisando algumas das primeiras versões, e impressões, de determinados escritos camonianos. Os dados actualmente disponíveis parecem revelar que Luís de Camões nunca esteve em Macau. E, muito provavelmente, nem sequer visitou o litoral chinês, uma vez que o seu célebre naufrágio terá acontecido numa viagem abortada entre Malaca e a costa do sul da China. [Autor: Rui Manuel Loureiro, pp. 108-125]

### Ponto de Refúgio e Inspiração: Macau na Obra do Escritor Neerlandês Jan Jacob Slauerhoff (1898-1936)

Jan Jacob Slauerhoff, nascido em Leeuwarden, capital da província da Frísia, é um dos escritores clássicos da literatura neerlandesa do século XX. Desde jovem sofrendo de afecções asmáticas e, mais tarde, de uma tuberculose que lhe provocaria a morte aos 38 anos, teve uma vida difícil, que se reflectiu num carácter rebelde e irrequieto, o que profundamente marcou a sua obra e a sua maneira de ser. Fascinado pelo mar e por culturas remotas, optou pela profissão de médico de bordo. Nessa qualidade percorreu os mares de lés a lés e contactou com países e culturas da Ásia, África e América Latina. De Setembro de 1925 a Setembro de 1927 trabalhou na Java-China-Japan-Lijn, uma companhia de navegação que fazia a ligação entre a ilha de Java, a costa chinesa e o Japão. Data desse período um fascínio duradouro pelo mundo chinês, nomeadamente por Macau, e pela figura de Luís de Camões, que inspiraram uma parte substancial da sua obra – apontamentos de viagem, poesia, contos e romances. Nos anos seguintes, e através de visitas a Portugal, Espanha e América Latina, aprofundou o seu interesse pelo mundo ibérico e pela época das grandes descobertas e conquistas. Macau e Camões figuram lado a lado no mais conhecido romance do autor, *Het verboden rijk* (1932, edição portuguesa: *O Reino Proibido*, 1997) que, conjuntamente com outros escritos, testemunha uma paixão muito pessoal pelo enclave português e pelo poeta dos Lusíadas. Trata-se de um singular caso de identificação que revela muito sobre o próprio escritor, mas igualmente sobre Macau, Camões e a condição humana na Europa da época entre as duas grandes guerras. [Autor: Arie Pos, pp. 126-135]

### Romantismo e Sport em Macau e Goa na Transição do Século XIX para o Século XX

Desde o século XVI e até aos nossos dias, muitas gerações de cronistas e escritores têm sido responsáveis por uma

vasta Historiografia sobre as ex-colónias portuguesas. Obras que dão primazia a questões de ordem institucional, política, religiosa ou económica, no âmbito da expansão portuguesa. Muito poucos, e por todo o mundo, deram atenção especial às práticas do corpo. Daí Michelet referir ser o corpo o grande ausente da História. Cândido do Carmo Azevedo, na sua Tese de Doutoramento – “O Lúdico na História do Oriente Português. Um diálogo intercultural do século XVI ao século XX” –, juntou as duas áreas em que se licenciou, História pela Universidade de Lisboa, e Educação Física e Desporto pelo Instituto Superior de Educação Física, para nos contar uma História do Corpo nas antigas colónias orientais, procurando mostrar:

- a) que actividades lúdicas foram os portugueses portadores, quais as que encontraram, e de que forma se deu a sua difusão no tempo e no espaço;
- b) que divertimentos amenizaram a vida difícil da lusa gente na diáspora oriental;
- c) as festas do povo, momentos lúdicos por excelência e que, com a multiplicidade dos seus costumes, implicações e rituais, rompem com as rotinas da sociedade instituída;
- d) se o lúdico contribuiu, enquanto especificidade cultural, para a preservação dos valores e património de um povo; e
- e) qual foi a política educacional e qual a racionalidade corporal nas ex-colónias do Oriente.

*Revista de Cultura* transcreve um curto extracto da sua longa tese, reportando-se apenas a Macau e Goa, na transição do século XIX para o século XX. Porém, este simples extracto permite-nos perceber o perfil do homem colonial e revela-nos “o homem do sonho, da aventura, da emoção, dos sentimentos, do choro, do corpo em festa e da alma transbordante de abertura ao mundo e à vida”.

[Autor: Cândido do Carmo Azevedo, pp. 136-146]



## ABSTRACTS

**The Inclusion of the Philippines in Eastern Asia (1565-1593)**

After reaching the Philippines in 1565, and during the first decades of their uninterrupted presence in Eastern Asia, the Spanish conquistadors modified the colonial model that had been established in the Philippines. The export of the American colonial model met with a very different environment. The Philippines had neither the gold nor the silver that they expected to find, while the agricultural and population structures made profitable land use very difficult, in the short term. The trading option prevailed. The pre-Hispanic relations that the islands of the Philippines maintained with other trade circuits in Eastern Asia proved to be essential to the survival and profitability of the Spanish colony. The link between the Sulu Sea and the sultanate of Manila with trade routes that connected the Chinese coast to other parts of Southeast Asia, via Borneo, demonstrated China's importance in the region to the Spanish in the Philippines. The growing flow of Chinese immigration to Manila, which increased from 50 Chinese immigrants who established themselves there in 1570, to more than 5,000 in 1580, strengthened the Philippines' capital link with the Fujian coast. The partial opening up of the harsh restrictions on maritime trade in the Chinese province of Fujian in 1567 aided this process. Also, the monarchic union with Portugal, in 1580, significantly altered the state of things in Eastern Asia. The Spaniards of Manila tried to impose their supremacy in the area, but royal orientation tended to respect the separation and continuation of the Spanish and Portuguese colonial systems. The monarchic union gave rise to the illusion of a "universal monarchy" and the dream of "an empire where the sun never sets". Macao and Manila were the furthest enclaves of two colonial systems that had arrived in East Asia from opposite directions. The repeated Spanish failures to conquer the Molucca Islands during the first decades of their presence in the region and the recent

centralising and expansionist strengthening of Japan also provided impetus to the Spanish adaptation to the philosophy of the coexisting but rival trade communities in Southeast Asia in the 16<sup>th</sup> century.

[Author: Manel Ollé i Rodríguez, pp. 6-22]

**The Portuguese and Spanish in Macao and Manila with their Eyes on China**

This paper presents an analysis of the political-diplomatic relations that existed between the Portuguese and Spanish, and which provided the framework for trade relations between Macao and Manila. The creation of the Senate of Macao, in 1583, and its legitimisation by the Viceroy of India (on 10th April 1586), reflected the efforts made by the Portuguese community in Macao to become better organised in order to impede, on one hand, annexation by the Spanish authorities in the Philippines, and on the other hand to gain a certain degree of recognition from the Chinese authorities, so that they might protect Macao from Spanish penetration into China. As a result, the direct participation of the Spanish in trade with the Middle Empire was rendered non-viable, putting paid to Spanish attempts to dispense with the Portuguese in Macao as intermediaries in the precious trade with China. We shall meet the players, discover the manoeuvres of the different pressure groups, all jockeying for position, some defending the creation of a Macao-Manila route and others attacking it. We shall see that the different groups rallied their support round defending the interests of the respective trade route rather than uniting behind the banner of belonging to a certain nationality. We shall likewise make reference to the periods of alliance between the Portuguese and Spanish against other European competitors, in the seas of Asia. We shall analyse how Macao survived the dramatic crisis resulting from its successive expulsion from the routes that were its principal

form of sustenance (Japan 1638-9; Malacca 1641; and finally Manila in 1642). Finally, there is a comparative analysis of Macao and Manila, identifying the common elements to their socio-economic and urban development. [Author: Rui D'Ávila Lourido, pp. 23-45]

**Power, Society and Trade. The Historical Relationship Between Macao and the Philippines (16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> Centuries)**

Trade between Macao and Manila, which was often illegal and suffered as a result of competition from other peoples, can be traced back to the 16<sup>th</sup> century, when the Spanish set themselves up as governors in the Philippines. The Spanish occupation of the Philippines and the subsequent flow of silver from the Americas attracted even more Chinese, mainly from Fujian (Fukien), swelling the numbers of the community that already existed in the region before the arrival of the Spanish. At this time, Manila and Macao developed into powerful trading centres for the trade in silk, porcelain and other Chinese products in Southeast Asia, Japan, India and America and Europe. This trade became part of the traditional inter-Asian trade, as well as forming part of the new trade networks between the Orient and the West, through the Indian and Pacific oceans. The opening up to sea trade, which occurred during the Ming dynasty at the end of the 16<sup>th</sup> century, stimulated Chinese trading with Southeast Asia. This opening up of the Middle Empire to trade with the exterior made it easier for the Spanish in the Philippines to attempt to trade directly with China, in spite of protests from merchants in Macao. Another factor that added to the concerns of Macao's merchants was the existence of direct trade between Manila and Japan, in spite of official prohibition. Macao's merchants would have to concentrate all their efforts on not losing the Chinese market and its income, continuing with clandestine trips to Manila, either via Chinese boats

## RESUMOS

and agents, or via indirect routes, such as through Japan and the ports of Southeast Asia. On the other hand, pressure to open up and legalise the Macao-Manila route intensified. Thus, the authorities of India decided to legalise and make this route official, as the only way of controlling it, by imposing a royal monopoly (in 1623). In 1629, the Finance Council (that was composed of the Viceroy, ministers and members of the Indian parliament) decided to change to a system consisting of privately-run concessions. However, in 1637 it once again became a royal monopoly, with the profit from all trips being sent to the royal treasury and all private trade was outlawed. But trade continued by clandestine or veiled means, even though it was officially prohibited. Other routes that permitted trade with Manila, through Southeast Asia, India or Japan were, thus, used, or boats of other nations were hired. After the expulsion of the Portuguese from Japan and the cutting off of relations with Manila, as a result of the restoration of independence, Macao's merchants were able to use intermediary routes, such as Macassar and Banten, in order to obtain silver from Manila. In the first decade of the 17<sup>th</sup> century, Manila contained a huge number of traders and foreigners: Chinese, Japanese, Malaccans, Javanese, French, Italian, Greek, Spanish (men and women) and a lot of Portuguese. The Portuguese, according to Padre Videira Pires, founded a *Misericórdia* (a charitable institution) there in 1606, a branch of the one existing in Lisbon. Prof. Charles Boxer also wrote that: "there was a flourishing branch in Manila, founded in 1606, along the lines of the mother-institution in Lisbon; there existed another in Nagasaki, which was famous all over Japan for its works of charity, before it was abolished during the persecutions that commenced in 1614". In the 18<sup>th</sup> century, the main European nations launched themselves openly into the trade fight for control of the Asian markets, with grave repercussions for Macao. In 1730, China opened up Canton to international trade, and the

ships from Manila then sailed directly to that city, bringing about the decline of the port of Macao. In the 19<sup>th</sup> century, the Napoleonic wars and the revolts in Latin America reduced Manila to a second-class port.

[Author: Leonor Diaz de Seabra, pp. 46-58]

### **Philip II, King of Spain and Portugal, and the Relations Between the Philippines and Timor**

Co-operative relations between the Philippines and the fledgling Democratic Republic of East Timor are, at the moment, intense and also extremely cordial. The same can be said for religious collaboration, with many Filipino priests, monks and nuns presently working in East Timor, in fields ranging from healthcare to pharmacies, from pastoral activities to holy mandates, even encompassing the development of parish responsibilities. This article revisits the history of relations between the Philippines and Timor and adjacent islands, highlighting the projects of Philip II to bring about the secularisation of the colonial government of what was called at the time "the military stewardship of Solor and Timor", and tracing the strategies used to connect the colonial agents and trade-related matters of the "Portuguese" enclaves in Insulindia to this other colony of Spain located on the other side of the Pacific - the Philippines.

[Author: Ivo Carneiro de Sousa, pp. 59-67]

### **Missions from the Philippines to Portuguese Territories in Southeast Asia During the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries**

Spanish intentions of bringing themselves closer to agreement in the seas of the Middle Empire and subsequently, of being able to take part in the major missionary efforts underway in the region, were clearly demonstrated right from the founding of Legazpi in the Philippine Islands, 1565-1569, and by establishing the colony's capital in a more easterly region, on the island of Luzon, closer to

China. Portugal, through the *Padroado do Oriente*, possessed great influence on missionary work in the region since taking Malacca in 1511, with support in the Malay region and, mainly, in Macao, a strategic hub for the evangelisation of China, Formosa, Korea, Tonking and Japan. These two cities also possessed defined ecclesiastical structures, dioceses and active religious orders with missionary experience and training in eastern Asia. The Spanish Philippines were thus the frontline of Spain's missionary advance in the Far East. The synod of the diocese of Manila, finished in 1586, marks the start of the Hispanic-Filipino epic missionary exploits in the "Portuguese" Orient, becoming a rival to the *Padroado* in the pastoral strategy for conversion in the region. Religious orders had a huge influence in this field, given that their members were used for missionary work originating in Manila. Starting out from concrete cartography, it is important to place and classify all printed or handwritten works that document the history of the presence of European religious orders in Southeast Asia. They were the operative source, the cultural support and spiritual and civilisational pioneers of the Iberian presence in the Far East. The important role of the Spanish Philippines in the evangelisation of Southeast Asia must never be overlooked, in harmony or in conflict with, or independent of, the Portuguese missions. Based on known information of the historical and geographical presence of the Iberian religious missions in the Far East, we can gain more in-depth knowledge of the civilising presence – or not – of the Iberian peoples in the region. [Author: Victor Gomes Teixeira, pp. 68-79]

### **The Role of the Dominicans in the Portuguese Enterprise in the East During the 16<sup>th</sup> Century**

This work covers two parts. Both are related to the role of the Dominicans in Portuguese initiatives in the Orient during the 16<sup>th</sup> century. First, their role in the Portuguese expansion in the Orient during the difficult pioneering

## ABSTRACTS

years. Some of the evangelisers in India and in the rest of Portugal's eastern empire were Portuguese Dominicans, men with a missionary zeal and vision of the methods to be used. The role that they played was absolutely crucial. The Dominicans, together with the Franciscans, the Augustinians and the Jesuits, were the ambassadors of Christianity in Asia. Secondly, the action of the Spanish Dominicans in the Portuguese expansion is discussed. The Spanish Dominicans, who arrived in the Orient via Mexico, set up their base in Manila, in the Philippines. They had their eyes set on China and Japan and on other Asian kingdoms. The author emphasises in particular Domingo de Salazar, O.P., the first bishop of the Philippines (1512-1594), and his role in the final acceptance of Philip II as King of Portugal by the Portuguese of Macao and of the Moluccas. The author also emphasises the efforts of the Spanish Dominicans of the Santo Rosário of the Philippines to establish themselves in a house/abbey in Macao. But in spite of their efforts and the union of the Portuguese crown under the reign of Philip II, it was not possible.  
[Author: Fr. Lucio Gutierrez, pp. 80-87]

### **Portugal's Relations with the Philippines According to 16<sup>th</sup> Century Portuguese Chroniclers**

Portuguese history books of the 16<sup>th</sup> century contributed to the European discovery of the Philippines by highlighting and disseminating the most noteworthy news of emerging relations between Portugal and the Philippines in the first half of the 16<sup>th</sup> century. The story of Portuguese expansion throughout the world has still not been studied as a whole, and thus it is important to point out the most relevant parts, taking into consideration sources, especially those which have not yet been analysed. Most of the literature regarding the Philippines in the 16<sup>th</sup> century generally mentions only Spanish sources. Therefore the Portuguese view of events is unknown. The material that we use here was recorded by the main Portuguese chroniclers who wrote about

eastern topics in the 16<sup>th</sup> century: Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, António Galvão and Diogo do Couto, as well as others who can be added to this list due to their works being centred on the Moluccas. The islands that presently make up the Philippines started to appear in Portuguese manuscripts during a journey made to the region by Fernão de Magalhães in 1521. References to these territories later arose in the course of narratives of Portuguese efforts to gain control of the hegemonic positions held in Insulindia and above all, in the Moluccas trade, where they tried to prevent Spanish competition. Given that the centre of Portuguese attention in Insulindia during the 16<sup>th</sup> century was concentrated on the Moluccas (due to an abundance of cloves, and the fact that resources to maintain their hegemonic position were quite limited) we can understand that the Portuguese did not wish to disperse these resources throughout the archipelago to the north, where there were no usable assets that could attract their attention. In contrast to this situation, but in the same context, Portuguese contact with Filipinos predated the establishment of relations with Japan by only a few years. For the Portuguese of the first half of the 16<sup>th</sup> century, the Philippines were above all, a zone that provided food and where it was possible to trade a little bit, since it was north of the route between the Moluccas and Malacca via Borneo, which also had a strategic position that allowed them to wait for the arrival of Spanish competition. For these reasons the Portuguese still sought to leave marks of their presence on the zone, and thus they developed initiatives to try to contact local peoples. The most important attempts were carried out by Francisco de Castro in 1538, who even managed to create zones of political and religious influence in Mindanao and neighbouring islands. Relations between Portugal and the Philippines changed from 1565 onwards, when the Spanish started their take over of the islands. The Portuguese were unable to prevent this since up till then they had limited themselves to a vague claim of

possession of the islands under the treaty of Tordesillas (1494) and especially the treaty of Saragossa (1529).

[Author: José Manuel Garcia, pp. 88-94]

### **Iberian Contact with the Philippines in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries: Bibliographical Notes**

Relations between Macao and the Philippines constitute one of the "black holes" of Iberian history, as if the Portuguese and Spanish had abided by an implicit historically applied Treaty of Tordesillas that impeded them from analysing their mutual relations. Studies regarding this relationship have only recently started to be published. There is a seemingly inexhaustible supply of narrative, documental and cartographical sources on this relationship, especially in Spanish archives. The trade movement that connected the two port cities, especially during the period of Iberian union, urgently needs new work. The political considerations that controlled Luso-Iberian relations in the furthest reaches of Asia should also be researched, as well as inter-European conflicts starting in the first few years of the 17<sup>th</sup> century, staged around the South China Sea. Also of interest are the cultural relations that developed between the Philippines, Macao and China and which gave rise to a large scale production of text, in the form of chronicles of conquests and missionary work, geographical and ethnographical treaties, reports of journeys and of shipwrecks. As a way of contributing to the historical studies on the Macao-Manila axis, the author presents some unpretentious bibliographical notes, seeking to disseminate the principal 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries sources that are available, many of which are still awaiting detailed study, some indispensable tools, as well as some of the bibliography on the topic.

[Author: Rui Manuel Loureiro, pp. 95-107]

### **Camões in Macao. An Historical Myth**

A very persistent tradition continues to link Luís de Camões to the city of Macao, where nowadays one can even

## RESUMOS

find “Camões Grotto”. This article tries to find evidence in 16<sup>th</sup> century sources that effectively places the great Portuguese poet in the Luso-Chinese city on the Pearl River. It also seeks evidence for the alleged journey that Camões took along the southern coast of China in the middle of the 16<sup>th</sup> century, during the long trips he made through Asian waters, analysing some of the first versions and prints of certain writings of Camões. The data that is presently available shows that Luís de Camões was never in Macao. And, more than likely, he never even visited the Chinese coast, since his famous shipwreck occurred on an aborted trip from Malacca to the south coast of China.

[Author: Rui Manuel Loureiro, pp. 108-125]

**Place of Refuge and Inspiration: Macao in the Works of the Dutch Author, Jan Jacob Slauerhoff (1898-1936)**

Jan Jacob Slauerhoff, born in Leeuwarden, capital of Frisia, is one of the classic writers of twentieth century Dutch literature. From an early age he suffered from asthma, and later on from tuberculosis, which would bring about his death at the age of 38. He had a difficult life, which was reflected in his rebellious and unsettled personality, and left a profound mark on his work and the way he bore himself. He was fascinated by the sea and by remote cultures, and so he opted for the profession of ship's doctor. In this job he sailed from one side of the world to the other, coming into contact with countries in Asia, Africa and Latin America. From September 1925 to September 1927, he worked for Java-China-Japan-Lijn, a maritime company that sailed from the island of Java, to the Chinese coast and to Japan. It was during this time that a lasting fascination with the Chinese world took hold, namely for Macao, and for Luís de Camões, who inspired a substantial part of his work - journey notes, poetry, short stories and novels. In the years that followed and through visits to Portugal, Spain and Latin America, he was able to strengthen his interest in the

Iberian world and the time of the great discoveries and conquests. Macao and Camões appear side by side in the most well known of the author's novels, *Het verboden rijk* (1932, Portuguese edition: *O Reino Proibido* [The Forbidden Kingdom] 1997) which, together with other writings, provides proof of a very personal love for the Portuguese enclave and for Camões, the author of the *Lusiadas*. It is a unique case of identification that reveals a lot about the author as well as about Macao, Camões and the human condition in Europe during the period between the two World Wars.

[Author: Arie Pos, pp. 126-135]

**Romanticism and Sport in Macao and Goa, During the Transition from the 19<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> Century**

Since the 16<sup>th</sup> century and up to modern days, many generations of chroniclers and writers have been responsible for a vast array of historical sources on the ex-Portuguese colonies. These are works that give pride of place to issues of an institutional, political, religious or economic nature in the context of the Portuguese expansion. Very few gave special attention to sport. Based on this, Michelet referred to the body as being the grand absentee of history. Cândido do Carmo Azevedo, in his doctorate thesis - “*O Lúdico na História do Oriente Português. Um diálogo intercultural do século XVI ao século XX*” (Games in the history of the Portuguese Orient. An intercultural dialogue from the 16<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century) -, joined together the two areas in which he had taken his degree, History, from Lisbon University and Physical Education and Sport, from the Higher Institute of Physical Education, to tell us about the history of the body in the old eastern colonies, seeking to demonstrate which games were introduced by the Portuguese, which they found there, and how were they spread in relation to time and space, amongst other related topics. *Review of Culture* transcribes a short extract of the long thesis, relating only to Macao and Goa, during the transition of the 19<sup>th</sup> century to the 20<sup>th</sup> century.

Nevertheless, this simple extract allows us to comprehend the profile of colonial man and reveals a “man that dreams, seeks adventure, his emotions, feelings, tears, the people at festival time and his soul overflowing due to its opening up to the world and to life”.

[Author: Cândido do Carmo Azevedo, pp. 136-146]